

**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA JÚLIO DE MESQUITA FILHO
FACULDADE DE ARQUITETURA, ARTES E COMUNICAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO**

BRUNO SAMPAIO GARRIDO

**A CONSTRUÇÃO DA OPINIÃO NOS EDITORIAIS DO JORNAL *BOM DIA BAURU*:
UMA ABORDAGEM DISCURSIVA**

**Bauru
2011**

BRUNO SAMPAIO GARRIDO

**A CONSTRUÇÃO DA OPINIÃO NOS EDITORIAIS DO JORNAL *BOM DIA BAURU*:
UMA ABORDAGEM DISCURSIVA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação da Universidade Estadual Paulista, campus de Bauru, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Comunicação.

Orientadora: Prof^a. Dra. Maria Inez Mateus Dota

**Bauru
2011**

Garrido, Bruno Sampaio.

A construção da opinião nos editoriais do jornal
Bom Dia Bauru: uma abordagem discursiva / Bruno
Sampaio Garrido, 2011.
191 f.

Orientador: Maria Inez Mateus Dota

Dissertação (Mestrado)-Universidade Estadual
Paulista. Faculdade de Arquitetura, Artes e
Comunicação, Bauru, 2011

1) Jornalismo. 2. Opinião. 3. Discurso. 4. Bom Dia
Bauru. I. Universidade Estadual Paulista. Faculdade de
Arquitetura, Artes e Comunicação. II. Título.

ATA DA DEFESA PÚBLICA DA DISSERTAÇÃO DE MESTRADO DE BRUNO SAMPAIO GARRIDO, DISCENTE DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO, DO(A) FACULDADE DE ARQUITETURA, ARTES E COMUNICAÇÃO DE BAURU.

Aos 30 dias do mês de maio do ano de 2011, às 15:00 horas, no(a) Sala dos Órgãos Colegiados da Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação, reuniu-se a Comissão Examinadora da Defesa Pública, composta pelos seguintes membros: Profa. Dra. MARIA INEZ MATEUS DOTA do(a) Departamento de Ciências Humanas / Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação de Bauru, Prof. Dr. JOSE CARLOS MARQUES do(a) Departamento de Ciências Humanas / Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação de Bauru, Prof. Dr. JOSÉ LUIZ AIDAR PRADO do(a) Programa de Pós-Graduação Em Comunicação e Semiótica / Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, sob a presidência do primeiro, a fim de proceder a arguição pública da DISSERTAÇÃO DE MESTRADO de BRUNO SAMPAIO GARRIDO, intitulado "A construção da opinião nos editoriais do Jornal Bom Dia Bauru: uma abordagem discursiva". Após a exposição, o discente foi arguido oralmente pelos membros da Comissão Examinadora, tendo recebido o conceito final: APROVADO. Nada mais havendo, foi lavrada a presente ata, que, após lida e aprovada, foi assinada pelos membros da Comissão Examinadora.

Maria Inez Mateus DOTA

Profa. Dra. MARIA INEZ MATEUS DOTA

Jose Carlos Marques

Prof. Dr. JOSE CARLOS MARQUES

Jose Luiz Aidar Prado

Prof. Dr. JOSÉ LUIZ AIDAR PRADO

*Aos meus pais, Ezildinha e Roberto,
por tudo.*

*À minha avó, Edwiges (in memoriam),
pela confiança, carinho e amor incondicionais.*

AGRADECIMENTOS

À minha orientadora, professora Maria Inez Mateus Dota, pela orientação segura e pelos conselhos precisos, fundamentais para que a pesquisa seguisse o seu rumo certo.

Ao professor Maximiliano “Max” Martin Vicente, pelas valiosas dicas de como encarar os dois anos e meio de mestrado da forma mais tranquila e racional possível.

Aos professores Danilo Rothberg, José Carlos “Zeca” Marques e José Luiz Aidar Prado, pelas sugestões dadas durante o Exame de Qualificação e na defesa da dissertação, muito importantes para tornar este trabalho melhor.

Aos professores Adenil Alfeu Domingos, Ana Silvia Lopes Davi Médola e Nelyse Aparecida Melro Salzedas, pelos conhecimentos aprendidos e experiências adquiridas durante as disciplinas de mestrado.

Aos servidores da Seção Técnica de Pós-Graduação, pelas orientações prestadas.

Aos colegas do curso de Mestrado, pelas trocas de conhecimento e pela convivência agradável e necessária – especialmente nos intervalos das aulas.

Aos colegas e docentes do Departamento de Psicologia da FC/Unesp, por viabilizarem minha iniciativa de cursar o mestrado e acreditarem em meu êxito nessa empreitada.

À minha amiga Adriana, parceira acadêmica de longa data, pelas ideias, sugestões, conselhos, e pelos bons momentos que marcam uma valiosa amizade.

À minha amiga Jéssica, que conheci no mestrado, pela convivência enriquecedora, positiva e muito alegre.

À minha amiga Keila, parceira do Departamento de Psicologia, pelo incentivo, carinho e, também, pela paciência.

À minha amiga Fernanda, pelo bom humor, confiança e ternura, com os quais sempre posso contar desde os nossos (velhos?) tempos de graduação.

Ao meu amigo Celso, pelo companheirismo de sempre.

À Ana Paula, pela cumplicidade e apoio constantes – em diversos sentidos e ocasiões.

A todos os meus amigos, cada qual por um motivo especial.

A Deus, ontem, hoje e sempre.

RESUMO

O objetivo deste trabalho é identificar e descrever os recursos discursivos e enunciativos utilizados pelo Jornal *Bom Dia Bauru* na construção de suas opiniões e, além disso, detectar, identificar e caracterizar as vozes presentes nos discursos que emanam desses textos. O referencial teórico-metodológico utilizado baseia-se nas Teorias do Jornalismo, que tratam das etapas do processo de transformação dos acontecimentos em notícias e das relações socioprofissionais e linguísticas inerentes a esse processo, que configuram o texto jornalístico como um construto social; nos estudos acerca do jornalismo opinativo, que explicam o papel da opinião no jornalismo brasileiro e suas manifestações práticas, tendo como foco o editorial, gênero que representa os posicionamentos institucionais das empresas jornalísticas sobre os acontecimentos; nos elementos da Análise Crítica do Discurso (ACD), dos conceitos de heterogeneidade discursiva, de enunciação no jornalismo e de contrato de comunicação/leitura. Para a constituição do *corpus*, foram selecionados 33 editoriais publicados entre os anos de 2006 e 2007, os quais foram separados e organizados por temas, e cujo assunto principal fosse a prefeitura de Bauru (instituição e agentes). Como principais resultados, constatamos a presença de uma lógica adversarial que rege o discurso dos editoriais, e por meio da qual se estabelece uma contraposição entre os agentes públicos municipais e a população, marcado principalmente por estruturas discursivas que visam desqualificar as ações dos políticos e vitimizar os munícipes. Em meio a isso, o *Bom Dia Bauru* visa construir uma relação de comprometimento entre o jornal e seu público-alvo, assim como com a cidade de Bauru, colocando-se como uma instância que está a serviço de seu leitor e, por isso, avalia, julga e fiscaliza o trabalho dos agentes públicos locais. Contudo, essa postura revela-se dissonante ao adotar, por um lado, um perfil mais combativo e, por outro, um tom mais comedido e sutil. Conclui-se, portanto, que o jornal *Bom Dia Bauru* coloca-se como uma instituição com autoridade para representar o cidadão e fiscalizar o poder público municipal, mas a dubiedade de sua prática discursiva compromete esse objetivo, transmitindo uma impressão de incoerência e fragilidade em seus discursos. Além disso, a conduta exageradamente crítica do jornal prejudicou uma visão aprofundada dos fatos que procurou analisar, priorizando elementos emotivos e, conseqüentemente, fomentando entendimentos enviesados e irrefletidos sobre tais assuntos.

Palavras-chave: Jornalismo; Opinião; Discurso; Enunciação; *Bom Dia Bauru*.

ABSTRACT

The objective of this work is to identify and describe the discursive and enunciative strategies used by the newspaper *Bom Dia Bauru* in composing its editorials and, besides this, to detect, identify and characterize the voices present in discourses which emanate from those texts. The theoretical and methodological references are based on the Journalism Theories, which focus the stages of events transformation processes into news and the socioprofessional and linguistic relations inherent to those processes, which configure the journalistic text as a social construct; on studies about opinative journalism, which explain the opinion role in Brazilian journalism and its practical manifestations, focused in the editorial, a genre that shows the view of journalism companies about the events; on the Critical Discourse Analysis (CDA) elements, the concepts of discursive heterogeneity, the utterance in journalism and the communication/reading contract. For composing the *corpus*, it was selected 33 editorials published between 2006 and 2007, which were separated and organized by themes, whose main subject was Bauru City Hall (the institution and its agents). As the main results, it was found out the presence of an adversarial logic which rules the editorial discourse, whereby it establishes a contraposition between public agents and population, which is mainly marked by discursive structures that tend to disqualify the politician actions and to show Bauru citizens as victims. Amid that, *Bom Dia Bauru* aims to construct a compromise relationship between itself and its target public, just as with the city of Bauru, placing itself as an instance that serves its reader and, hence, analyzes, judges and supervises the work of the local public agents. However, this attitude manifests itself as dissonant, for taking, on the one hand, a more combative approach and, on the other hand, a more moderate and tenuous tone. It concludes, therefore, that *Bom Dia Bauru* places itself as an institution with authority to represent the citizen and to oversee the municipal government, but the dubiousness of its discursive practice impairs that objective, transmitting an impression of incoherence and fragility in its discourses. Moreover, its excessively critical conduct harmed a deeper view of the facts which it intends to analyze, giving priority to emotive elements and, consequently, stimulating biased and thoughtless perceptions about those subjects.

Keywords: Journalism; Opinion; Discourse; Utterance; *Bom Dia Bauru*.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Modelo triangular das funções do jornalismo	30
Quadro 1 – Classificação de gêneros jornalísticos segundo Chaparro	37
Quadro 2 – Formas e características da enunciação jornalística	61
Quadro 3 – Modos de operação da ideologia conforme Thompson	67
Quadro 4 – Categorias analíticas da ACD	68
Figura 2 – Área de cobertura do jornal <i>Bom Dia Bauru</i>	73
Quadro 5 – Resumo organizacional do jornal <i>Bom Dia Bauru</i>	74
Gráfico 1 – Divisão temática dos editoriais selecionados	81
Gráfico 2 – Distribuição do <i>corpus</i> final por temas	82
Tabela 1 – Editoriais selecionados para a análise do <i>corpus</i>	83

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
1 JORNALISMO: ATIVIDADE CONSTRUTORA DE SENTIDOS	13
1.1 Aspectos socioprofissionais da construção jornalística	14
1.2 Aspectos linguísticos da construção jornalística	22
2 A OPINIÃO NO JORNALISMO	29
2.1 Os porquês da opinião jornalística	29
2.2 Gêneros jornalísticos: breves considerações	34
2.3 O editorial	38
2.4 A opinião na prática: leitura dos manuais de redação	41
3 ANÁLISE DO DISCURSO: CONCEITOS E FERRAMENTAS	46
3.1 Análise Crítica do Discurso: princípios gerais	46
3.2 Subjetividade e heterogeneidade discursivas	48
3.3 Discurso e enunciação no jornalismo	53
3.4 Metodologia	58
4 O JORNAL BOM DIA BAURU: CARACTERÍSTICAS EDITORIAIS	69
4.1 Mídia local: breves considerações	69
4.2 A Rede Bom Dia	71
4.3 O <i>Bom Dia Bauru</i>	72
4.4 Perfil editorial do jornal <i>Bom Dia Bauru</i>	74
5 CONSTRUÇÕES DISCURSIVAS E ENUNCIATIVAS DOS EDITORIAIS DO JORNAL BOM DIA BAURU	80
5.1 A constituição do corpus	80
5.2 As construções textuais	84
5.2.1 Escolhas lexicais e modalizações	84
5.2.2 Coesão textual	92
5.2.3 Nominalizações e passivizações	97
5.3 A tessitura enunciativa e discursiva	102
5.3.1 Aspectos enunciativos	102
5.3.2 Aspectos intertextuais	116
5.4 Contrato, discursividade e ideologia: as relações dominantes	134
5.4.1 As relações contratuais	134
5.4.2 As relações interdiscursivas	137
5.4.3 As relações ideológicas	144
CONSIDERAÇÕES FINAIS	149
REFERÊNCIAS	155
ANEXOS	159

INTRODUÇÃO

A imparcialidade é um valor perseguido pelas empresas de jornalismo como forma de transmitir os fatos com a maior fidedignidade possível. Por essa visão, ser imparcial, portanto, seria suprimir do relato jornalístico qualquer rastro de opinião ou de juízos de valor, dando prioridade ao acontecimento.

Contudo, o fazer jornalístico implica uma série de escolhas. Desde a elaboração da pauta até o produto final, a concepção de um jornal baseia-se em critérios ora técnicos, ora subjetivos. Tais opções definem não somente os recortes da realidade apresentados no jornal, mas também o seu formato. Assim, seria ingênuo insistir na visão de que o jornal retrata as realidades, quando de fato ele apresenta versões do real, concebidas a partir de determinados pontos de vista e com finalidades específicas. Enfim, a prática jornalística é uma *construção* de fatos e de sentidos.

Ainda assim, é comum vermos veículos de comunicação defenderem a bandeira do jornalismo imparcial. Um exemplo recente é o jornal *Bom Dia Bauru*, surgido em 2005 e com uma proposta dita inovadora – reportagens em maior quantidade e diversidade. Nas propagandas, assim como ocorre em outros veículos midiáticos do grupo, jornalistas e editores apregoam que o trabalho realizado é feito em benefício exclusivo dos leitores, a partir de um trabalho criterioso, mas feito de forma isenta e sem intervenções.

No entanto, como já foi dito, não há como ser imparcial se a própria necessidade de efetuar escolhas inerentes ao processo de produção jornalística já descaracteriza essa condição. Os critérios adotados pela equipe, além disso, precisam estar em sintonia com a linha editorial adotada pelo veículo, conjunto de princípios que irão nortear a seleção dos assuntos assim como seu formato e modelo de cobertura. A linha editorial é determinada pelo conselho editorial da empresa jornalística, respaldada por seus gestores, acionistas e outras camadas de influência na administração do órgão (como anunciantes e representantes do poder público).

Nesse contexto, surge a imagem do editorial. Ele não trata apenas de uma “opinião do jornal” sobre alguma coisa, mas mostra também como esse gênero evidencia a lógica com a qual o periódico é construído, assim como os fatos nele contidos, suas angulações, enfoques e destaques. Pela sua natureza, os editoriais são textos jornalísticos opinativos de cunho institucional que trazem uma interpretação dos gestores do veículo acerca de um tema de grande interesse público ou em evidência no noticiário. Logo, esses textos deixam evidentes os posicionamentos adotados pela cúpula administrativa do jornal a respeito dos temas

tratados, atribuindo inclusive juízos de valor a fatos e personagens relatados. Além disso, os editoriais, apesar de breves, são redigidos com esmero, de forma a terem um encadeamento lógico coerente dos argumentos utilizados na composição dos pontos de vista mostrados.

Esta pesquisa tem por finalidade avaliar a construção das opiniões efetuada pelo jornal *Bom Dia Bauru* em seus editoriais. A partir daí, pretende-se evidenciar aspectos mostrados pelas Teorias do Jornalismo que contribuem para a montagem desse perfil traçado pelo jornal, as vozes presentes nos discursos que emanam desses textos e as estratégias discursivas utilizadas para articular os pontos de vista neles expressos.

Mais especificamente, este trabalho tem por finalidade:

- a) Identificar e descrever os recursos discursivos e enunciativos utilizados na estruturação dos textos, assim como os dos posicionamentos identificados, e analisá-los em conjunto com os demais elementos em estudo;
- b) Detectar, identificar e caracterizar as vozes presentes no texto, por meio das quais esse posicionamento é constituído, e os discursos por elas defendidos.

O referencial teórico-metodológico utilizado nesta pesquisa é baseado nas teorias de construção da notícia (ou Teorias do Jornalismo), as quais tratam das etapas do processo de transformação dos acontecimentos em notícias e das relações socioprofissionais e linguísticas inerentes a esse processo, que configuram o texto jornalístico como um construto social; nos estudos específicos acerca do jornalismo opinativo, que explicam o papel da opinião no jornalismo brasileiro e suas manifestações práticas, tendo como foco o editorial, gênero que representa os posicionamentos institucionais dos veículos sobre os acontecimentos; nos elementos da Análise Crítica do Discurso, tais como a análise dos elementos textuais, das marcas enunciativas, das práticas discursivas, ideológicas e hegemônicas existentes nos textos; dos conceitos de heterogeneidade discursiva, de enunciação no jornalismo e de contrato de comunicação/contrato de leitura.

Embora as análises de editoriais não sejam algo novo no meio acadêmico, a relevância de um estudo como o pretendido está justamente no contexto comunicacional da cidade de Bauru. No caso da imprensa escrita, há apenas dois veículos (um controlado por um tradicional grupo local; o outro, o *Bom Dia Bauru*, ligado ao grupo Traffic). Logo, a produção midiática é limitada a dois pontos de vista, fato que não é desejável a nenhum município. Assim, por se tratar de um veículo relativamente novo e um dos (dois) responsáveis pela formação de opinião na cidade, o estudo dos posicionamentos contidos nos editoriais é importante para se detectar as opiniões manifestas acerca dos assuntos de repercussão local, assim como a prioridade e o enfoque dados a eles.

Ademais, a opção por analisar os editoriais do *Bom Dia Bauru* também se deu pela peculiaridade desse formato de texto opinativo. O editorial, mais que uma manifestação de opinião, é a conjugação dos mais diversos interesses sintetizados em um texto, ou seja, é o reflexo de concordâncias, tensões e contradições das várias vozes pertencentes às camadas responsáveis pela administração do veículo ou que nele interferem – conselho editorial, fornecedores, anunciantes, representantes do poder público entre outros (MARQUES DE MELO, 2003). Logo, analisar os editoriais do jornal *Bom Dia Bauru* seria uma forma também de detectar e decodificar essas relações, sejam elas harmoniosas ou conflituosas.

O emprego da Análise Crítica do Discurso (ACD) pauta-se pela proposta na qual se fundamenta essa corrente teórico-metodológica, que não se restringe a analisar os fenômenos discursivos de maneira estanque, isolados de seus contextos de origem. A teoria social do discurso concebe a prática discursiva, assim como a própria linguagem, como uma prática social e sedimento para a constituição dos segmentos formadores da sociedade. Se, por essa abordagem, as relações sociais dão-se no discurso, é por meio dele que se pode modificá-las. Cabe aos instrumentos oferecidos pela ACD detectar os elementos articuladores desses discursos e, por meio deles, incitar mudanças nos contextos sociais.

No caso do jornalismo, entendemos o exercício dessa profissão também como uma prática social de alta relevância, já que é por meio das mensagens midiáticas que a sociedade “enxerga” e “entende” o mundo. Logo, a atividade jornalística constrói significados a partir dos acontecimentos apreendidos da realidade sensível e transformados em “notícias”, “artigos”, “editoriais”, etc. É com esses significados que os indivíduos pautam o cotidiano e regulam o próprio comportamento. Enfim, as mensagens midiáticas interferem direta e indiretamente nas várias facetas da vida humana, individual e coletivamente.

A pesquisa divide-se em cinco capítulos. No primeiro, retomam-se vários conceitos apresentados por vários estudiosos do Jornalismo, desde pesquisadores brasileiros consagrados, como José Marques de Melo, ou mais recentes, como Felipe Pena, até teóricos estrangeiros do porte de Nelson Traquina, Jorge Pedro Sousa, Michel Kunczik, Bill Kovach e Tom Rosenstiel. Com base na visão desses teóricos, o jornalismo é compreendido como uma atividade construtora de sentidos e cujas relações com seus públicos baseiam-se em valores construídos historicamente e defendidos pela classe, além de posturas ideológicas que justificariam a sua função social, tais como a objetividade e a imparcialidade. Nesse contexto, as produções jornalísticas configuram-se como recortes da realidade, fruto do trabalho de profissionais e organismos especializados os quais leem e entendem o mundo segundo lentes específicas e concepções bastante distintas.

O segundo capítulo, ainda com o aporte das Teorias do Jornalismo (principalmente de Luiz Beltrão, José Marques de Melo e Manuel Carlos Chaparro), dedica-se a explicar a função da opinião no jornalismo e como isso se dá na prática, a partir das leituras dos manuais de redação de três dos maiores periódicos brasileiros, em contraposição com os estudos de teóricos que se dedicaram a essa temática. Além disso, procura-se definir mais precisamente as características e funções do editorial não apenas como um gênero opinativo, mas um elemento importante nos aprofundamentos e discussões dos acontecimentos, bem como para nortear tomadas de posição por parte dos leitores.

Já o terceiro capítulo dedica-se a apresentar os conceitos necessários na fundamentação da metodologia empregada na pesquisa. Seu objetivo é definir brevemente os principais elementos da Análise Crítica do Discurso – na abordagem de Norman Fairclough –, os conceitos de heterogeneidade discursiva, de enunciação no jornalismo e de contrato de comunicação/contrato de leitura. Após as definições teóricas, estabelece-se o quadro teórico de referência a ser utilizado nas análises do *corpus* selecionado.

O quarto capítulo, por sua vez, tem uma finalidade descritiva. Nele, procura-se apresentar as principais características do jornal *Bom Dia Bauru* e, com base nisso, contextualizá-lo, de modo a definir a identidade desse jornal e o quanto suas características interferem nas opiniões constantes em seus editoriais.

O quinto capítulo é o cerne do trabalho, constituído pela análise do *corpus* selecionado à luz da bibliografia analisada. A divisão dos tópicos pauta-se pelo modelo tridimensional de Fairclough (2001a, 2001b), o qual analisa o discurso nos âmbitos do texto, das práticas discursivas e das práticas sociais. Também estudaremos as relações enunciativas constituintes na relação entre texto e leitor, elementos fundamentais para o entendimento do tipo de contrato que o *Bom Dia Bauru* pretende estabelecer com seu público.

Após esse capítulo, apresentar-se-ão as considerações finais acerca do trabalho, discutindo os resultados obtidos pelas análises e retomando as principais constatações da pesquisa – em conformidade com os objetivos já estabelecidos no início. Com base nisso, constrói-se um posicionamento acerca do objeto de estudo de acordo com o recorte teórico-metodológico adotado, o *corpus* estudado, os resultados e discussões efetuadas.

1 JORNALISMO: ATIVIDADE CONSTRUTORA DE SENTIDOS

Para iniciarmos a discussão, convém tratarmos de uma temática antiga, espinhosa e ainda em voga nos estudos dos meios de comunicação. Embora as Teorias do Jornalismo e da comunicação em geral contestem as consagradas “objetividade” e “imparcialidade” da ação jornalística, são ideias ainda apregoadas com força por vários profissionais e empresas do ramo, inclusive a que é responsável pelo jornal *Bom Dia Bauru*, objeto deste estudo.

Mas, então, estamos diante de um anacronismo, já que há tantos estudos que refutam com segurança e contundência o chamado “mito da objetividade” que permeia o meio jornalístico? Ainda que de fato existam concepções ultrapassadas e barreiras periclitantes que resistem ao perecimento, o fato é que a defesa, por vezes, intransigente desses conceitos, oculta um posicionamento ideológico, deliberadamente adotado por profissionais e empresários de imprensa no exercício de seu trabalho, como forma de assegurar um *status* do qual depende muito de seu prestígio e – especialmente – sua legitimidade.

Tais concepções remetem, como veremos em seguida, às primeiras teorias que investigaram o jornalismo, e consideravam que as notícias fossem “espelhos” da realidade, relatos *ipsis litteris* trazidos pelos jornalistas – os quais são alçados, conforme essa perspectiva, de “mediadores desinteressados”, cujo compromisso é o de simplesmente “informar”.

Tal teoria, conhecida como teoria do espelho, até por conta de seu pioneirismo, despreza uma série de variáveis intervenientes na construção das notícias. É um entendimento que despreza o caráter processual dessa atividade, na qual estão imbricados não apenas critérios técnicos e procedimentos, mas conjuntos de valores, crenças, ideologias, enfim, visões e percepções de mundo que, de tão diversas, se colidem e necessitam ser de algum modo “equilibradas” para que, ao final, se chegue às notícias.

Enxergar as produções jornalísticas como retratos fiéis da realidade, obtidos de forma imparcial e descompromissada, é ignorar o fato de que elas são, na verdade, *construtos sociais*, isto é, recortes do real percebidos, entendidos, processados e formatados em um complexo comunicacional que envolve vários elementos, e tem no jornalista, a princípio, o seu *input*.

Além de serem fruto de um processo, as notícias deixam marcas desse complexo procedimental nos textos, revelando facetas que vão além do exposto nos lides. São essas marcas textuais que irão mostrar ao pesquisador as várias escolhas efetuadas no processo de produção jornalística, assim como as evidências de que a atividade jornalística é,

marcadamente, um espaço de conflitos, em que diferentes discursos e vozes procuram destacar-se dos demais.

Assim, este capítulo irá tratar dos princípios que regem a construção social dos acontecimentos jornalísticos mediante dois parâmetros. Por um lado, as notícias são produto de uma categoria profissional e de um meio social o qual define quais acontecimentos devem ser levados a público e os valores subjacentes a esses critérios de seleção. Por outro, a operacionalização desses critérios se dá no uso da linguagem, que formata o acontecimento e orienta a construção de sentido por parte de quem o lê. Portanto, iremos explicar a construção da notícia por meio das Teorias do Jornalismo e dos estudos da linguagem, além de utilizarmos autores que dialogam com esses dois campos de estudo.

1.1 Aspectos socioprofissionais da construção jornalística

Ainda que não tenhamos o propósito de fazer uma revisão histórica do jornalismo (muitos trabalhos já se encarregaram disso), é válido para estruturar nossas reflexões reiterar alguns conceitos de base – mais especificamente sobre a função do jornalismo e suas características mais recentes.

No primeiro caso, Kovach e Rosenstiel (2003, p. 31) definem como função do jornalismo a de fornecer aos cidadãos informações para que estes sejam capazes de serem livres e se autogovernarem. Logo, vemos que a atividade jornalística é um dos pilares do que conhecemos como *democracia*, tanto que a liberdade de imprensa serve como uma espécie de termômetro para medir o grau de liberdade de um país – quanto mais livre for a imprensa, mais democrática uma sociedade será.

Para reforçar essa definição, recorreremos a uma conceituação geral sobre o jornalismo cunhada por Marques de Melo (2003, p. 17), com base em estudos feitos pelo pesquisador alemão Otto Groth. Embora tal definição seja mais apropriada ao jornalismo impresso, ela ainda é pertinente e atual. Segundo essa conceituação:

O jornalismo é concebido como um processo social que se articula a partir da relação (periódica/oportuna) entre organizações formais (editoras/emissoras) e coletividades (públicos receptores), através de canais de difusão (jornal/revista/rádio/televisão/cinema) que asseguram a transmissão de informações (atuais) em função de interesses e expectativas (universos culturais ou ideológicos).

Logo, por exercer um papel social relevante e pela natureza de sua atividade, o jornalista deve ser leal, em primeiro lugar, com os cidadãos, em nome do exercício pleno e eficaz de sua profissão e no cumprimento de seu papel social. Entretanto, frisam Kovach e Rosenstiel (2003), esse compromisso é constantemente ameaçado quando a lógica empresarial, a pressão por metas, as crises econômicas, a necessidade constante por lucros torna-se o parâmetro dominante. Afinal de contas, o jornalismo também é uma atividade econômica da qual as suas empresas mantenedoras dependem para sustentar-se, a partir da venda de seus produtos (jornais).

Essa configuração industrial-empresarial do jornalismo da atualidade, de acordo com Traquina (2008a), tem início no século XIX, na Europa e Estados Unidos. Foi nessa época que a prática jornalística deixou de ser uma iniciativa isolada de determinados indivíduos e assumiu a configuração de uma empresa. Nessa época, a inovação tecnológica possibilitou que as empresas jornalísticas produzissem grandes tiragens de exemplares e, a partir daí, o jornal passou a ser tratado como um produto à venda, produzido em escala industrial, com o objetivo de trazer informações a seu público consumidor.

A expansão da produção trouxe outras mudanças, entre elas, o aumento do número de empregos relacionados à atividade jornalística. Esse crescimento é inerente ao consumo maciço de jornais e, além disso, contribuiu para a formação e consolidação de valores até hoje presentes na cultura profissional – a busca pela informação, a objetividade, a independência profissional.

Com isso, o profissional jornalista passou a reivindicar para si o papel (e o direito) de ser o mediador entre os fatos e a sociedade, ou, em outras palavras, a monopolizar o saber e a comercialização do material jornalístico. Isso é decorrente de dois fatores cruciais: a) a comercialização das notícias; b) a profissionalização dos jornalistas, os quais passaram a constituir-se como classe (TRAQUINA, 2008a).

Em relação a esse novo papel dos jornalistas, Traquina (2008a) diz que a decadência do absolutismo e o crescimento da participação burguesa no poder político criaram condições para que a liberdade de expressão, ora reprimida, se tornasse realidade. A repressão à imprensa é um elemento crucial que ajuda a explicar a conduta fortemente editorializada e politicamente engajada do jornalismo até meados do século XIX, quando há uma mudança de perfil da atividade. Um elemento decisivo para isso foi a profissionalização dos jornalistas e a disseminação dos valores por eles apregoados, especialmente o da *objetividade*.

Segundo esse novo ideal, a função do jornal era a de transmitir informação da forma mais fidedigna possível, sem resquícios de opinião ou enviesamentos políticos — a

preocupação do jornalista é registrar o fato, não comentá-lo. As opiniões e/ou textos produzidos com essa finalidade (como o editorial), nesse caso, deveriam restringir-se a seções específicas.

Tal postura é decorrente dos novos papéis assumidos pela comunidade jornalística: a) vigiar o poder político e proteger o cidadão de abusos dos governantes; b) informar os cidadãos o necessário para que eles cumpram os seus deveres cívicos (caráter de prestação de serviços).

Em seus estudos, Marques de Melo (2006) aponta que a objetividade no jornalismo tem forte influência do jornalismo inglês, cujo perfil comedido e racional (em contrapartida ao engajamento e passionalidade do jornalismo francês) procura preservar a essência dos acontecimentos em nome da fidedignidade, da precisão e da exatidão – além do jornalismo norte-americano, em que o ceticismo da população em relação a este foi muito forte no século XIX.

Traquina (2008b) trata o jornalismo como um campo, tomando empréstimo do conceito de Pierre Bourdieu. Nesse sentido, a atividade jornalística possui intrinsecamente um saber (a reconstrução da realidade a partir da notícia) e um poder (a capacidade de realizar essa reconstrução, a qual é reivindicada pelos jornalistas, tidos como os mais competentes para tal) e, nesse campo, forças disputam entre si o controle desses valores, ou melhor, a capacidade e legitimidade de produzir notícias.

Como pudemos ver, a postura objetiva do jornalista configura um instrumento de defesa mas, principalmente, um instrumento de *status*, do qual se investe para justificar seu trabalho e validar as notícias por ele produzidas. Trata-se, portanto, de uma ação ideológica com fins de legitimação de uma atividade.

Na visão de Marques de Melo (2006), o próprio fazer jornalístico, de modo geral, é ideológico, já que a notícia é um produto simbólico, fruto de visões de mundo e de operações voltadas para a construção de uma visão de mundo, de um sentido para as coisas. Mas o que se vê por trás da “aura” da objetividade é que os grupos de mídia procuram “desideologizar” a atividade jornalística, colocando o Estado e as próprias corporações como agentes do bem, promotores da igualdade e do bem comum, a fim de obscurecer o que é facilmente constatável – que vivemos em uma sociedade marcadamente desigual, em constante conflito entre classes.

Como resultado, reforça-se a dicotomia criada entre opinião e informação, em que, no primeiro caso, as opiniões são ideologicamente orientadas (conforme o posicionamento ideológico das corporações), enquanto a informação seria um campo “neutro”, dedicado aos acontecimentos (MARQUES DE MELO, 2006, p. 58).

Marques de Melo (2003) rejeita as ideias de “objetividade” e “neutralidade” geralmente atribuídas ao jornalismo. As empresas de comunicação são instituições imersas em um contexto social e estão sujeitas tanto à influência da sociedade quanto ao controle do Estado e, portanto, refletem as contradições típicas da estrutura social a que pertencem.

O autor reitera que a correspondência entre o relato jornalístico e a realidade deve-se principalmente ao sentido dado pela instituição aos dados colhidos da realidade observada (e, em seguida, interpretados e ordenados de acordo com critérios próprios de cada veículo) para a construção das mensagens. Logo, os procedimentos adotados pelo jornal no processo de construção do material jornalístico atuam como direcionadores ideológicos, por meio dos quais os acontecimentos ganham ou perdem relevância conforme os critérios e interesses específicos de cada corporação.

Entretanto, é importante frisarmos o alerta que Kovach e Rosenstiel (2003) fazem nessa discussão. Eles dizem que a objetividade é fruto de uma série de equívocos, e que resulta em uma das maiores confusões no jornalismo. De fato, quando esse conceito começou a ser discutido, no final do século XIX, era uma preocupação bastante comum que as convicções pessoais e o repertório cultural dos jornalistas pudessem intervir negativamente na construção da notícia. Somado a isso, deve-se ao fato de que, até então, os jornalistas de modo geral, eram “testemunhas acidentais dos acontecimentos”, carregados de boas intenções, mas sem nenhum preparo na lida com o acontecimento a ser coberto.

Por isso, utilizando argumentos do pesquisador Walter Lippmann, os autores defendem que o ofício do jornalista deve pautar-se por um “espírito científico”, que tem como conduta principal a adoção de métodos baseados essencialmente na verificação, isto é, a de checar as informações às quais tem acesso, confrontá-las com outras fontes, apurá-las, refiná-las, de forma que a notícia decorrente desse processo preserve sua correspondência com o fato real – sua veracidade.

Em consonância com esse pensamento, Pena (2006) considera um erro tratar a subjetividade e a objetividade como elementos opostos. Na verdade, a objetividade não seria uma forma de evitar a subjetividade, mas reconhecer a existência dessa última. Diante da complexidade da construção dos fatos, não é possível tê-los como uma expressão exata do real – embora o jornalista deva dedicar-se ao máximo para torná-la veraz, utilizando rigor e metodologias apropriadas em seu ofício.

A objetividade, então, surge porque há uma percepção de que os fatos são subjetivos, ou seja, construídos a partir da mediação de um indivíduo, que

tem preconceitos, ideologias, carências, interesses pessoais ou organizacionais e outras idiossincrasias. E como estas não deixarão de existir, vamos tratar de amenizar sua influência no relato dos acontecimentos. Vamos criar uma metodologia de trabalho (PENA, 2006, p. 50).

Os argumentos acima nos levam a entender que o jornalismo não deve se empenhar em ser integralmente objetivo, já que essa é uma característica que nunca será alcançada de fato. Contudo, a busca pela objetividade seria uma conduta balizadora, um parâmetro a ser seguido pelo jornalista para que este, em sua tarefa de construção noticiosa, preserve a essência dos acontecimentos, sempre levando em consideração os diversos constrangimentos que essa tarefa implica.

Entretanto, alerta Pena (2006), quando os aspectos subjetivos dos jornalistas tornam-se preponderantes, a democracia está em risco, já que o acontecimento torna-se enviesado e distorcido. O jornalista, quando cego por suas convicções e interesses, limita seu campo de visão e sua capacidade de recortar e reconstruir os fatos torna-se igualmente limitada.

Enfim, o jornalista não deveria zelar pela objetividade, mas pela *veracidade*, por uma construção fiel e honesta do acontecimento real. E esse trabalho, como visto há pouco, deve se estruturar mediante critérios bem definidos, precisos e seguidos com rigor. Assim, diz Pena (2006), a objetividade não estaria no jornalista, mas em sua *metodologia* – é ela que deve assegurar esse princípio na construção do texto jornalístico, regado por critérios claros e que garantam a veracidade e o compromisso com o seu público – pensamento que coaduna com o já dito por Kovach e Rosenstiel (2003).

Entretanto, a objetividade, em sua acepção clássica, atuaria como um escudo para o exercício da profissão jornalística. Como os jornalistas são profissionais competentes na lida com os acontecimentos e a construção noticiosa, eles se investem de uma “aura” de imparcialidade, com a qual eles se valem para legitimar seu trabalho e prevenir-se de críticas e retaliações (TRAQUINA, 2008a).

Esse argumento encontra eco na Teoria do Espelho, a primeira teoria elaborada acerca do jornalismo, em que é dito que o jornalista é um “mediador desinteressado”, e que as notícias espelham a realidade, havendo uma total correspondência entre acontecimento real e acontecimento construído. Essa correspondência se dá pelo compromisso do jornalista com a objetividade, separando opiniões de fatos, mantendo assim a imparcialidade necessária para que fatos e notícias se equivalham.

Não queremos dizer com tudo isso que as notícias sejam uma “perversão do real” - um posicionamento por demais radical e equivocado. Kunczik (2002) rejeita as teses de que as

realidades construídas pelos meios de comunicação não guardam correspondência alguma com a realidade, mas são intencionalmente falsificadas, manipuladas. Segundo esse pensamento, é impossível se chegar a um consenso sobre a ocorrência real dos fatos, já que estamos falando de operações mentais entremeadas por diversos fatores intersubjetivos – o recorte e (re) construção da realidade pelo indivíduo.

Assim, não se pode comparar o fato real com os relatos possíveis a respeito deste nos meios de comunicação, mas podemos comparar esses relatos entre si, tendo por balizas os critérios e fontes utilizados nessas construções. Enfim, os valores dados às notícias somente em relação a uma norma, as antecipações da realidade que procuram estabelecer uma forma verossímil de como tais acontecimentos ocorreram de fato (KUNCZIK, 2002, p. 249).

Contudo, quando tratamos do público-alvo, dos consumidores de notícias, os critérios dos quais falamos – os quais atribuem valores às notícias e perpassam todo o processo de construção noticiosa – não são conhecidos por quem as consome. Como em geral o conhecimento primário dos acontecimentos se dá pelos meios de comunicação, o leitor (no caso do jornalismo impresso) tende a encarar o relato jornalístico como a realidade “verdadeira”, em conformidade com os acontecimentos “reais” (KUNCZIK, 2002, p. 250).

Assim, ao refletirmos acerca dessas constatações tratadas por Kunczik, o conhecimento de mundo obtido pelos meios jornalísticos sofre reflexo direto dos critérios de noticiabilidade adotados pelos jornalistas. Definindo melhor essa afirmação, as construções da realidade manifestas nos textos jornalísticos são fruto das convicções e interpretações da própria comunidade jornalística não apenas sobre o que é “relevante” e “digno de ser noticiado”, mas na forma como essa “relevância” se manifesta nos produtos, por meio de aspectos como o tempo/extensão de cobertura, personagens retratados, abordagens, enfoques, ou seja, o que, segundo os jornalistas, é “relevante” dentro do acontecimento e deve ser levado a público.

Esses aspectos pertinentes aos critérios de noticiabilidade são alvo de estudo da teoria da construção noticiosa, ou melhor, *newsmaking*. Wolf (1999) explica que essa teoria preocupa-se não apenas com os elementos técnicos do jornalismo, mas com as características socioculturais de quem produz as notícias, assim como seus valores, expectativas, relações de trabalho e processos de socialização, entre outros elementos.

Enfim, o *newsmaking* estuda a concepção e a adoção de critérios utilizados pelos jornalistas para avaliar o grau de noticiabilidade dos acontecimentos, isto é, a chance de eles se transformarem em notícias. Tais critérios, assim como o próprio conceito de noticiabilidade

adotado pelos órgãos de mídia, são construídos levando-se em consideração a cultura profissional dos jornalistas, sua organização do trabalho e dos processos produtivos.

Wolf (1999, p.190) define a noticiabilidade da seguinte forma:

A noticiabilidade é constituída pelo conjunto de requisitos que se exigem dos acontecimentos – do ponto de vista da estrutura do trabalho nos órgãos de informação e do ponto de vista do profissionalismo dos jornalistas – para adquirirem a existência pública de notícias. Tudo o que não corresponde a estes requisitos é excluído por não ser adequado às rotinas produtivas e aos cânones da cultura profissional.

Esses critérios são escolhidos e determinados rapidamente, e sua aplicabilidade deve ser simples e prática. Eles se encaixam em quatro categorias:

a) *Critérios substantivos (conteúdo)*: estão diretamente ligados à importância e ao grau de interesse da notícia. Para se definir estas qualidades, deve-se verificar a repercussão da notícia e o seu impacto sobre a região, o grau e nível hierárquico das pessoas envolvidas no fato, número de pessoas afetadas e o potencial de um fato desdobrar-se em um ou mais outros subsequentes.

b) *Critérios relativos ao produto*: dizem respeito às características específicas do produto informativo e à disponibilidade de materiais. Dentre estes critérios estão a brevidade, atualidade dos acontecimentos, a qualidade da linguagem utilizada, o equilíbrio entre os elementos componentes do produto.

c) *Critérios relativos ao meio de comunicação*: referem-se à escolha de notícias ou às suas formas de cobertura de acordo com o meio de comunicação utilizado. Dentre estes critérios estão os meios em si, o tempo em que um fato leva para adquirir significado e o formato do produto.

d) *Critérios relativos ao público*: dizem respeito ao papel da imagem do público criada pelos jornalistas. A importância dos desejos do público com relação ao produto informativo é de ordem econômica, pois se reflete na audiência do programa ou da vendagem de um jornal ou revista. O principal critério desta categoria é a capacidade de atração, de entretenimento e de importância do material jornalístico.

e) *Critérios relativos à concorrência*: referem-se à situação de competição entre os órgãos de informação. Dentre estes critérios estão: a exploração de pormenores de um mesmo fato, a eleição de determinados acontecimentos em função da concorrência e o estabelecimento de modelos de referência.

A adoção desses critérios se faz necessária em virtude da imprevisibilidade e inevitabilidade dos acontecimentos, os quais irrompem de tal modo que é necessário configurá-los, situá-los em um tempo e um espaço para que sejam compreendidos. Diante disso, mais os constrangimentos inevitáveis a que o acontecimento está sujeito quando este é transformado em notícia, é que essas construções midiáticas estão sujeitas a desvios, distorções e manipulações – mas não necessariamente de modo *intencional*, mas como uma *consequência* de toda a complexidade desse processo produtivo e em escala industrial, que é a máquina midiática (TUCHMAN apud PENA, 2006).

Já Kunczik (2003), por meio de pesquisas empíricas feitas em jornais da Alemanha, indica uma tendência que pode ser ampliada para o jornalismo em geral. Nesses estudos, o autor aponta como os critérios principais utilizados na seleção de notícias são: tematização, influência pessoal, complexidade, etnocentrismo, negativismo e êxito. De modo geral, dá-se importância a assuntos curtos, especialmente aqueles que podem gerar desdobramentos de impacto (com efeito espetacular) e ações da elite política.

Noelle-Neumann, pesquisadora alemã, verifica uma grande consonância entre o noticiário construído em veículos jornalísticos de diferentes procedências. Isso se deve porque os critérios utilizados para tal são os mesmos. A pesquisadora atribui isso a fatores como elementos ocupacionais do trabalho do jornalista, as influências mútuas dos colegas e uma compulsão pelo êxito. “Nesse contexto, a influência dos meios de comunicação não se apresenta como um processo linear, mais ou menos isolado, mas como o resultado de um efeito publicitário: a suposição sobre quais opiniões são predominantes no público” (apud KUNCZIK, 2002, p. 252).

Na mesma direção, Traquina (2008b) diz que os jornalistas formam uma comunidade de profissionais unida por práticas e saberes compartilhados. Por conta disso, apesar das peculiaridades culturais apresentadas por cada profissional, as leituras de mundo feitas por esses profissionais são muito parecidas. Como resultado, os produtos jornalísticos assemelham-se uns aos outros, independentemente de seu país de origem.

Pelos estudos e análises apontados, é consenso entre os jornalistas do globo atribuir como valores-notícia, além dos acontecimentos trágicos, fortuitos e inusitados, a presença de instituições governamentais, órgãos e agentes públicos, especialistas, empresários e “celebridades” em geral. Enfim, de modo geral, o *elitismo* é uma marca presente no jornalismo, em que esses personagens protagonizam ou ocupam lugar de destaque no noticiário corrente (FOWLER, 1991; MARQUES DE MELO, 2006).

Consequentemente, o jornalismo também deixaria de ser um atrativo para a população em geral, pois ela não se sentiria representada nos relatos midiáticos, exceto em situações bem específicas (inusitabilidade, casualidade e tragicidade), privilegiando as figuras da classe dominante. Nesse contexto, o jornalismo de entretenimento, dos *fait divers* e do sensacionalismo sairia fortalecido, servindo como um meio de fugacidade e de lazer – faceta que seria explorada de maneira mais intensa com a popularização do rádio e, principalmente, da televisão (MARQUES DE MELO, 2006).

1.2 Aspectos linguísticos da construção jornalística

O segmento anterior tratou da construção da notícia a partir de abordagens socioprofissionais, levando em consideração as práticas jornalísticas, seus valores, critérios e normas institucionais. Aqui, iremos tratar como essas balizas se manifestam no produto construído, mais especificamente sobre a linguagem das notícias.

Para começar, utilizaremos uma definição de Sousa (2004) sobre o jornalismo segundo essa ótica. Para o pesquisador português, o jornalismo consiste em uma construção social da realidade codificada por meio de um sistema linguístico (código). Nessa acepção, a linguagem atua como índice e representação dessa realidade e colabora na construção de crenças, ideias, além de formar e consolidar valores. Assim, é por meio da linguagem que se conhece o mundo, atuando como mediadora entre a realidade sensível e as imagens que se têm dela.

A notícia, enfim, é resultado entre mente, linguagem, constrangimentos jornalísticos (fatores que interferem na percepção e reconstrução da realidade por parte do jornalista, e estão relacionados a aspectos pessoais, sociais, ideológicos, culturais entre outros) e os fenômenos representados. Ou seja, constitui-se de uma representação construída da realidade sujeita a um complexo processo de transformações até se converter em um produto - e cuja etapa final está na recepção.

Nesse sentido, é conveniente mencionarmos os estudos de Fowler (1991, p. 2), que também consideram as notícias como elementos socialmente construídos. Elas não seriam um reflexo da realidade, mas fruto de um conjunto complexo e artificial de critérios de seleção, e submetidas a processos de transformação e codificação de modo a se tornarem publicáveis – as características dos dispositivos midiáticos possuem uma forte influência nessa transformação. Esses processos são guiados por referência, em geral de forma inconsciente, a ideias e crenças.

As mídias, por serem produtos de complexos industriais, atendem a interesses econômicos, já que existem para dar lucros a seus produtores. Então, como constituintes de um produto à venda, remetendo à conhecida obra da professora Cremilda Medina¹, as notícias são práticas, pois são discursos que modelam os acontecimentos e intervêm na tessitura social, já que esses discursos, como construtos sociais, orientam os indivíduos e norteiam suas ações.

A linguagem, nesse sentido, tem a função de fornecer representações mentais organizadas de nossa experiência, transformadas e operacionalizadas em discursos, os quais incorporam os códigos sociais (FOWLER, 1991, p. 3). Assim, as notícias são representações do mundo construídas por meio da linguagem, entendida por Fowler como um código semiótico pelo qual se impõem valores e as estruturas socioeconômicas. Dessa forma, nessa perspectiva, a linguagem é elemento fundante do tecido social, fornecendo-lhe inclusive seus meios de sustentação – as formações ideológicas e discursivas.

Portanto, Fowler (1991) reitera que a notícia é uma representação linguística do mundo, impregnada de valores. Logo, essa representação não é neutra, já que está social, econômica e politicamente situada. Por isso, irá adotar pontos de vista particulares em suas notícias, as quais refletem também seus posicionamentos ideológicos. Além desse papel representativo, o discurso jornalístico cria e estabelece termos com os quais o leitor vê e entende o mundo, além de definir os espaços para discussão sobre os assuntos abordados – tratando-os como relevantes, aceitáveis, legítimos ou o oposto.

“A língua não é uma janela transparente, mas um meio de refração, de estruturação. Se nós pudermos reconhecer que este é um princípio positivo, produtivo, podemos ir adiante para mostrar por meio de análise como ele opera nos textos” (FOWLER, 1991, p. 10, tradução nossa). A língua, nessa acepção, é um elemento mediador no processo de construção noticiosa. Assim, as escolhas linguísticas utilizadas nessas construções são orientadas pelas ideias, crenças e ideologias de quem as produz, as quais deixam marcas nos textos. Essa é uma das premissas principais a ser trabalhada pela Análise Crítica do Discurso (que dá seguimento aos estudos de Fowler), e a principal razão para escolhê-la como aporte metodológico desta pesquisa.

O mundo nas mídias, segundo Fowler (1991), é um construto “enviesado e impregnado de juízos”. Isso, segundo as tendências liberais, não seria um problema, visto que a imprensa é livre para apresentar os mais diferentes pontos de vista e adotar os

¹ MEDINA, C. **Notícia, um produto à venda**. São Paulo: Summus, 1978.

posicionamentos que preferir. Caberia ao leitor, então, comparar as versões disponíveis, avaliá-las e daí tirar suas próprias conclusões.

Contudo, é importante frisar que parte significativa da população não teria acesso a instrumentos suficientes para uma leitura crítica e aprofundada dos diversos construtos midiáticos existentes, e enxergar os enviesamentos e tendências presentes nessas construções (os “véus da representação midiática”) para que isso se dê eficientemente (FOWLER, 1991).

Outro pesquisador cujas contribuições são de grande valia nessa discussão é Charaudeau (2007), cuja obra faz um mapeamento preciso e detalhado das várias instâncias da máquina midiática e como se dá a construção dos acontecimentos e dos discursos.

O acontecimento, segundo ele, é um evento resultante de uma relação dialética entre um “mundo a ser descrito e comentado” e um “mundo descrito e comentado”. Essa relação não se dá a partir da apreensão do fato “bruto”, mas de processos mentais de percepção, construção (por parte da instância produtora) e reconstrução (por parte da instância receptora), em um movimento duplo caracterizado pela alteridade, em que *eu* e *tu* se desdobram e compõem uma relação de intersubjetividade. Enfim, é tornar os fatos correntes no mundo em acontecimentos significantes (CHARAUDEAU, 2007, p. 95-96).

Esse processo de construção do acontecimento (denominado por Charaudeau de *processo evenemencial*) envolve três etapas. Na primeira, chamada de *pré-configuração*, dá-se a percepção dos elementos constitutivos dos acontecimentos naturais por meio dos sentidos e ordenação inicial através da língua, a qual iniciará a construção de uma forma-sentido. Na segunda, a *configuração*, ocorre a ordenação dos elementos pré-configurados, a qual se manifesta a partir do ato de enunciação. Por fim, acontece a *re-figuração*, isto é, a atividade de compreensão e interpretação por parte do receptor, que reconstrói o acontecimento conforme seu repertório, experiências individuais e peculiaridades psicofísicas.

O acontecimento, no entanto, precisa causar um estado de desequilíbrio (modificação) para ser percebido pelo indivíduo (percepção, processo de saliência) e, daí, seja configurado de modo a adquirir significado (significação, processo de pregnância). Isso se dá mediante três mecanismos:

Atualidade: avaliada conforme a distância espaço-temporal entre o acontecimento real e a construção do acontecimento. Essa distância pode ter seus efeitos ajustados de acordo com o dispositivo de comunicação.

Socialidade: avaliada conforme a possibilidade de pregnância do acontecimento por parte da comunidade receptora. Quanto mais familiar o for, maior será a identificação com aquele acontecimento e, por sua vez, maior será a pregnância.

Imprevisibilidade: avaliada conforme seu potencial de saliência, de o acontecimento ser percebido por ser inusitado, atípico, perturbador, enfim, em provocar um desequilíbrio na ordem dos sistemas.

Os mecanismos de construção do acontecimento de Charaudeau remetem aos critérios de noticiabilidade descritos no segmento anterior, pois são elementos que evidenciam o acontecimento e o tornam mais viável de ser transformado em notícia. Isto é, quanto mais significativo e impactante for o fato, maior a chance de este se tornar um produto à venda.

Fowler (1991), mesmo não sendo um teórico da comunicação, aponta em seu trabalho a importância dos valores-notícia como critérios de seleção, produção e veiculação noticiosa. Esses valores são estabelecidos conforme categorias mentais intersubjetivas construídas ao longo da experiência (*estereótipos*), e que são utilizadas e reconhecidas tanto pela instância produtora quanto pelos leitores. É por meio desses estereótipos que os acontecimentos midiáticos são organizados e compreendidos, de modo que ganhem sentido para quem os lê.

O autor ainda diz que

A formação dos eventos noticiosos, e a formação dos valores-notícia, é de fato um processo recíproco, dialético, em que os estereótipos são moedas de negociação. A ocorrência de um evento de greve reforçará um estereótipo, e, reciprocamente, quanto mais firme o estereótipo, maior a probabilidade de os eventos relevantes se tornarem notícias (p. 17, tradução nossa).

Contudo,

Os valores-notícia devem ser mais propriamente vistos como qualidades de (potenciais) relatos. Ou seja, eles não são apenas características de seleção, mas, mais importante, as características da representação, e assim a distinção entre a “seleção” e “transformação” deixa de ser absoluta: um item pode ser selecionado somente se ele puder ser visto mediante uma certa luz de representação, e portanto seleção envolve um ato de interpretação ideológica (p. 19, tradução nossa).

Além desses fatores sociocognitivos, Fowler considera muito importantes os elementos socioeconômicos que permeiam os valores-notícia. Na verdade, diz ele, os verdadeiros “produtos” das empresas jornalísticas (isto é, a quem elas dirigem suas ações) são os leitores e a classe política. No primeiro caso, é o leitor que assegura a sobrevivência financeira e os lucros dessas empresas, a partir da venda do jornal; no segundo caso, é interessante apoiar os governos e tendências político-partidárias consoantes com os interesses comerciais dos proprietários dos jornais.

O que é extremamente importante é o fato de que a publicação de jornal é uma indústria e um negócio, com um lugar definitivo no país e assuntos econômicos do mundo. É de se esperar, então, que as atividades e a produção da imprensa serão parcialmente determinadas por considerações relacionadas a este fato: pela necessidade de obter lucro, pela organização econômica da indústria, por suas relações externas com outras indústrias, com as instituições financeiras e com as agências oficiais; por práticas jornalísticas convencionadas; por programações de produção, pelas relações com o trabalho, dramaticamente ilustrada pelo relacionamento conturbado da *News International* e os sindicatos dos impressores, mais (aparentemente) a introdução de tecnologia nova e revisão das práticas de impressão. Todas estas estruturas comerciais e industriais e os relacionamentos são obrigados a ter um efeito sobre o que é publicado como notícia, e de como ele é apresentado (p. 20, tradução nossa).

Fowler (1991, p. 22) ressalta a importância de, em um texto jornalístico, sempre colocar referências às pessoas como forma de personalizá-lo, embora o *status* que elas ocupem no conjunto seja de algo mais casual do que privilegiado. Nas notícias, quem gozaria de um *status* mais relevante são as fontes oficiais, tais como instituições governamentais e agentes financeiros. Isso ocorre porque tais instâncias possuem uma autoridade oficial estabelecida e estruturada por meio de uma burocracia, a qual envolve pessoas e processos de relacionamento, além de serem os principais anunciantes desses veículos.

Também possuem voz nos relatos jornalísticos os indivíduos que exercem funções de domínio público, como os servidores públicos, gestores, profissionais liberais, aristocratas e celebridades de todo tipo. O cidadão comum dificilmente teria tanto destaque, exceto em situações inusitadas, fortuitas ou trágicas.

O efeito político dessa divisão entre os que têm e os que não têm acesso dificilmente necessita de indicativos: um desequilíbrio entre a representação dos já privilegiados, de um lado, e os do que não tem esse privilégio, de outro, com as visões do oficial, do poderoso e do rico sendo constantemente invocadas para legitimar o *status quo* (FOWLER, 1991, p. 22, tradução nossa).

As influências desse desequilíbrio não se limitam somente à participação desses agentes, em um aspecto meramente quantitativo. Fowler (1991) aponta que as consequências refletem-se no estilo dos textos, assim como nos argumentos e escolhas linguísticas utilizadas. Tais elementos irão fazer com que o discurso jornalístico se incline para o lado “privilegiado”, mesmo que o relato aparentemente o faça de modo contrário.

Assim, ao agir dessa maneira, as empresas jornalísticas empregam discursos que codificam e reproduzem as atitudes da classe dominante por meio de ações linguísticas. Essa postura iria ao encontro dos interesses da sociedade industrial-capitalista, na qual se insere

também a indústria de mídia. Fowler (1991, p. 23-24), entretanto, é cauteloso ao dizer que essas empresas não o fazem de forma unicamente deliberada e com a clara e/ou única intenção de manipular a sociedade e disseminar ideologias consoantes com os interesses acima descritos. Esses processos ocorrem de forma automática, ao longo do processo de produção noticiosa, como consequência desse sistema do qual a indústria midiática faz parte. É um elemento inerente a essa lógica industrial-capitalista.

Baccega (1998) já é um tanto mais radical em suas análises. Ao referir-se à objetividade no jornalismo, ela aponta que tomamos ciência de um número bastante limitado dos inúmeros fatos que ocorrem no mundo diariamente. Tais acontecimentos chegam a nós por meio de pessoas que deles fizeram parte ou de relatos construídos em geral pelos meios de comunicação. Assim, as mídias não constroem apenas *relatos*, mas *visões* e *sentidos de mundo* – o que vemos e entendemos sobre o mundo se dá por essa mediação.

Na imprensa, a objetividade se apresenta no texto como ausência do sujeito. A partir disso, o fato dá a impressão de contar-se a si próprio, sem intermediações entre sujeito e linguagem. Baccega considera que esse discurso “objetivo” é dirigido à opinião pública, um ente, segundo a autora, homogêneo, indistinto e com valores comuns – no caso, os cultivados e desejados pela classe dominante. As contradições, conflitos e incongruências típicas em qualquer sociedade parecem não existir quando se fala de opinião pública.

No entanto, essa seria uma estratégia para ocultar os processos que culminaram na transformação daquele acontecimento em notícia (em detrimento de tantos outros). Logo, é uma forma de mascarar a realidade, pois, com o pretexto de oferecer igual espaço à pluralidade de vozes constituintes na sociedade, se estabelece o predomínio de uma voz dominante, hegemônica, condizente com os interesses dos envolvidos na produção desse discurso (BACCEGA, 1998).

Vale dizer que estamos parcialmente de acordo com o posicionamento de Baccega. Embora saibamos que os acontecimentos midiáticos são recortes do real formatados e reconfigurados sob a forma de um produto, o qual está impregnado de valorações, posicionamentos e ideologias, é um tanto simplista dizermos que todo esse aparato ocorre apenas com o intuito de manipular a sociedade em nome de interesses particulares.

Para reiterar o que dizemos até agora, recorremos às reflexões de Fausto Neto (1991, p. 26) sobre a prática jornalística, e o quão ela é complexa. O exercício do jornalismo vai além do domínio do código (a língua) e das regras particulares de cada ambiente de trabalho. Há que se considerar os aspectos subjetivos pertinentes ao trabalho do jornalista, profissional incumbido de um papel socialmente determinado (e coberto de determinadas expectativas),

inserido em um cenário cultural específico e dotado de um repertório cognitivo, social e emocional particular. Com isso, a estruturação do discurso jornalístico, além de envolver critérios técnicos, perpassa pelo uso individual desses instrumentos conforme os variados interesses e objetivos desse profissional.

Além disso,

Se nos é impossível aprisionar o tempo do “fato bruto”, estruturamos nossa compreensão pelos processos de classificação e de inteligibilidade social definidos pelas operações discursivas da comunicação social. Nesse sentido, sim, o discurso jornalístico produz fatos (FAUSTO NETO, 1991, p. 30).

Enfim, reconhecemos (e nem há como ser diferente) que as indústrias midiáticas elaboram suas mensagens conforme interesses de todo tipo, como já vínhamos falando ao longo deste capítulo. Mas a construção midiática dos acontecimentos não envolve apenas ações deliberadas dos partícipes desse processo, mas são decorrências inevitáveis de algo tão complexo em número de procedimentos, pessoas e constrangimentos envolvidos.

Enfim, a realidade não é mascarada nos acontecimentos midiáticos, mas recortada, interpretada, formatada e veiculada pelos meios. Ela é, portanto, um *construto social*, fruto do trabalho de profissionais e organismos especializados os quais leem e entendem o mundo segundo lentes específicas e concepções bastante distintas. A crítica, no entanto, se dirige ao fato de que esses parâmetros utilizados pela comunidade jornalística pudessem ser mais *claros, conhecidos e cumpridos à risca*, como forma de esclarecimento aos seus públicos, levando-se em conta a função social do jornalismo nas sociedades modernas.

Uma forma como esses critérios poderiam ser divulgados abertamente seriam os já conhecidos manuais de redação, os quais, mais do que simplesmente um livro de técnica redacional ou de estilística jornalística, contêm diretrizes, princípios e, inclusive normas de publicação e de conduta profissional. Contudo, será que há mesmo correspondência entre o documento levado a público e a prática?

No capítulo seguinte, iremos abordar como a opinião no jornalismo se dá na prática, a partir de obras que trata especificamente desse assunto e a forma como três dos principais jornais do País (*Folha de S. Paulo*, *O Estado de S. Paulo* e *O Globo*) trabalham a opinião e os gêneros opinativos em seus contextos próprios, a partir das leituras de seus manuais de redação.

2 A OPINIÃO NO JORNALISMO

Como pudemos ver no capítulo anterior, a objetividade e a imparcialidade são mecanismos balizadores da conduta jornalística, em que se procura preservar a essencialidade e a veracidade dos acontecimentos sem que a subjetividade inerente aos agentes produtores das notícias interfira negativamente. Além dessa função, esses dois conceitos atuam como mecanismos de legitimação do trabalho jornalístico nessa tarefa.

No entanto, pudemos ver também como a objetividade tem sido encarada como se fosse um dogma, um princípio rígido ao qual todos os órgãos de imprensa devem estar sujeitos. Diferentemente do que acontece nos Estados Unidos, em que a objetividade é um valor consolidado e exigido pelos públicos dos órgãos de comunicação – fruto da tradição liberal daquela sociedade (LINS DA SILVA, 1991) –, no Brasil, ela tem se valido mais como um mecanismo de controle procedimental e comportamental, tendo em vista o complexo jogo de interesses envolvendo os órgãos de imprensa, além de servir como “escudo” para encobrir práticas social, profissional e eticamente duvidosas – ou mesmo falhas.

Assim, uma estratégia para endossar esse discurso seria estabelecer uma dicotomia, ou melhor, uma *oposição* entre informação e opinião no jornalismo, como se ambas as finalidades fossem incompatíveis e, por isso, deveriam figurar em gêneros específicos. Esse discurso *pró-objetividade* exorta o jornalista a evitar termos e estruturas que de algum modo denotem subjetividade, em prol de um relato mais “objetivo”, fiel ao acontecimento real.

Neste capítulo, iremos explorar mais a fundo essa dicotomia *opinião X informação* a partir de uma revisão sobre o conceito de gêneros jornalísticos, com ênfase naqueles de cunho opinativo – e, mais especificamente, no editorial (nosso *corpus* de análise). Com isso, pretendemos esclarecer qual de fato é a função da opinião no jornalismo e como isso se dá na prática, a partir das leituras dos manuais de redação de três dos maiores periódicos brasileiros, em contraposição com os estudos de teóricos que se dedicaram à temática tão espinhosa.

2.1 Os porquês da opinião jornalística

Para tratarmos deste tópico, recorreremos a um dos pioneiros nessa discussão no meio nacional. Luiz Beltrão (1980) desenvolveu um modelo peculiar em forma de triângulo retângulo (*modelo triangular*) para explicar as funções do jornalismo. Esse modelo preconiza três funções principais: *informação*, *orientação* e *diversão*. A opinião, nesse esquema, representa o lado vertical do triângulo, correspondente à orientação.



Figura 1 – Modelo triangular das funções do jornalismo
 Fonte: Beltrão, 1980, p.13.

Se a informação é o lado horizontal, é porque representa a base dessa atividade, o seu cerne. Já a orientação/opinião é verticalizada porque isso representa a inclusão de juízos de valor nos acontecimentos, interpretações e posicionamentos definidos, os quais podem ser discutidos. Ao possuírem essas marcas de juízo e interpretação, a sua função não é a de simplesmente informar, mas orientar, consolidar um posicionamento, apresentar uma visão e fazer com que o leitor a siga, incitando-o e levando-o à ação (BELTRÃO, 1980, p. 13-14).

O autor é enfático ao falar sobre a importância da opinião no jornalismo. Se para ele, a opinião é uma “função psicológica, pela qual o ser humano, informado de ideias, fatos ou situações conflitantes, exprime a respeito seu juízo”, então se trata de uma função inerente à própria atividade jornalística, um elemento imprescindível na construção do acontecimento e, por isso, no exercício do papel social desse meio. Logo, mais do que um recurso para o aprofundamento e debate dos acontecimentos midiáticos, a opinião é um *dever* dos órgãos de imprensa, paralelamente ao seu dever de informar.

O jornal tem o dever de exercitar a opinião: ela é que valoriza e engrandece a atividade profissional, pois, quando expressa com honestidade e dignidade, com a reta intenção, sem tergiversar ou violentar a sacralidade das ocorrências, se torna fator importante na opção da comunidade pelo mais seguro caminho à obtenção do bem-estar e da harmonia do corpo social (BELTRÃO, 1980, p. 14).

Apesar disso, Beltrão (1980, p. 15-19) aponta seis condições para que a opinião se viabilize no meio jornalístico. São elas:

- 2) O objeto deve ser questionável, isto é, comportar diferentes faces – não há opinião sobre axiomas ou temas que não sejam contingentes.

- 3) As opiniões devem ser expressas, da mesma forma como se tem uma ideia – é diferente de se crer, já que a crença se baseia no inquestionável. No entanto, opinião e ideia não se confundem, já que a opinião se manifesta sobre temas que servem para orientar a vida.
- 4) A opinião, em um grupo social, existe se o assunto em questão é passível de ser discutido, e não um tabu.
- 5) A opinião é um ato individual desenvolvido dentro de um grupo. No entanto, essas opiniões podem ser compartilhadas entre os membros.
- 6) As opiniões dominantes nascem de pequenos grupos, os quais exercem influência sobre os demais.
- 7) A opinião é, sobretudo, instável e dinâmica, até por conta de sua multiplicidade. Opiniões rígidas e imutáveis são um sinal de alerta – aniquilamento (sic) social.

Portanto, na visão de Beltrão (1980), a opinião no jornalismo não se dá por si, mas requer condições específicas que a estruture e a justifique. Além de exigir, a princípio, uma condição de *discutibilidade* por parte do acontecimento, a opinião é um elemento *endogênico*, cunhado com propósito não apenas de esclarecimento, mas de *orientação* e de *convencimento* do público leitor. No entanto, também se trata de um elemento *volátil*, o qual necessita de revisões conforme o desenrolar do tempo – e dos acontecimentos.

Após essas premissas iniciais, Beltrão (1980, p. 19-22) aplica sua teoria na dinâmica estrutural do jornalismo, e divide a opinião nesse contexto em três categorias:

Opinião do editor: é manifesta pelos editoriais e pela linha editorial adotada pelo jornal. Compõe-se de elementos inerentes à figura do editor (conhecimento prévio dos temas experiência, metodologia de trabalho) e da corporação onde trabalha e a qual representa – filosofia empresarial, interesses econômicos. Assim, a opinião do editor, além de se figurar em um texto, também se faz presente na rotina de trabalho da equipe jornalística, exercendo papel crucial na cadeia de produção noticiosa. É a linha editorial a principal balizadora das ações do grupo, determinando seus critérios de *noticiabilidade*.

Opinião do jornalista: manifesta-se nas notícias que ele informa e comenta simultaneamente, ou quando há algum problema em foco. Em um texto noticioso, essa função chega ao ápice quando o jornalista, ao relatar um acontecimento, consegue apreendê-lo de tal forma que cativa a maioria dos leitores, por estar em consonância com as expectativas destes e, além disso, os leva a agir.

Opinião do leitor: manifesta-se não apenas a partir das cartas de leitores (forma mais conhecida), mas também quando essa opinião se torna notícia ou parte dela – como, por exemplo, em entrevistas.

Marques de Melo (2003), tomando por base os estudos de Beltrão, identifica três mecanismos os quais os jornalistas utilizam para expressar opinião.

Linha editorial: a linha editorial de um veículo jornalístico direciona o processo de captação das notícias, pois é por meio dela que a empresa “enxerga” o mundo e estabelece critérios de relevância na escolha dos assuntos abordados – privilegiando uns, menosprezando e/ou ignorando outros. Esse controle exercido sobre os profissionais dá-se primordialmente por meio da estrutura de redação, cujo modelo é verticalizado e centralizado (relação de ordem e obediência).

Filtros: os filtros são instrumentos intervenientes no processo de seleção das informações a serem trabalhadas no jornal. Os principais são a pauta (roteiro pré-selecionado com os assuntos a figurarem no veículo); as coberturas (mecanismos de detecção dos fatos); as fontes (de onde surgem as informações necessárias para o desenvolvimento dos materiais jornalísticos) e o copidesque (a reescrita do material bruto, de forma a adequar-se à linguagem do veículo e à linha editorial).

Conotação jornalística: aqui se refere às técnicas utilizadas para destacar (ou minimizar) um material jornalístico, ou mesmo o uso de recursos que colaboram para expressar ou ocultar um ponto de vista. Nesse caso, o autor trata especificamente dos títulos e das manchetes, recursos utilizados para anunciar e destacar (ou não) um texto do jornal.

Podemos perceber, ao comparar o posicionamento desses autores, que ambos não entendem a opinião no jornalismo como manifestações *verbal-escritas*, mas ela também se faz presente nos procedimentos inerentes à construção da notícia – os quais envolvem uma série de escolhas.

A valorização da opinião é entendida por Beltrão (1980) como uma estratégia dos jornais em diferenciarem-se dos formatos audiovisuais, cuja popularidade e abrangência são indiscutíveis. Ele já apontava um viés opinativo nos textos, até mesmo os noticiosos. Isto é, havia uma tendência ao jornalismo interpretativo, em que o jornalista ia além do factual, mas expunha as causas dos acontecimentos, os problemas, as consequências e repercussões.

Contudo, essa tendência é vista como algo arriscado, já que isso poderia comprometer a “aura de objetividade” do jornalismo e este segmento sofrer pressões e críticas por conta dessa postura - independentemente do mérito dessas notícias com um viés interpretativo e o

seu impacto no que diz respeito à função social do jornalismo (ver KOVACH; ROSENSTIEL, 2003).

Por isso, a manifestação de opinião ficaria a cargo de profissionais ligados à administração da equipe (editor-chefe, editores de área, chefes de redação...) ou aos jornalistas mais experientes. Assim, efetua-se o controle da opinião a circular dos jornais, já que as mesmas pessoas responsáveis por emití-las também o são pela seleção dos assuntos os quais serão objetos de opinião (BELTRÃO, 1980, p. 38).

Beltrão é claro ao dizer que não se opõe a essa atividade seletora do jornal. Aliás, é coerente e legítimo que tais ações sejam consoantes aos princípios e práticas do veículo (ver FOWLER, 1991, p. 39). Entretanto, o que se critica é quando essa seleção, o recorte do real feito pelo jornal foge à veracidade, à ética e ao compromisso social com seus leitores, convertendo-se em deturpação deliberada.

O editor, por ser o responsável em levar a cabo a política editorial da empresa jornalística, vive uma missão complicada. Segundo Beltrão (1980), esse profissional age, ao mesmo tempo, como um agente cultural e um empresário; por zelar pelo interesse público em nome da ética, da lealdade e do compromisso com seus leitores e, na mesma medida, administrar a gestão político-comercial-administrativa da empresa, de modo que ela se sustente e gere lucro. Enfim, trata-se de um equilíbrio muito difícil de obter.

O delineamento da política editorial de um jornal não é arbitrário – constitui-se de princípios éticos e normas práticas que irão promover (ou pelo menos tentar) esse equilíbrio. Mas também não é algo casuístico, que requer a intervenção constante do editor – até nos juízos emitidos por seus colaboradores. Beltrão (1980, p. 46) entende que, quanto menos ingerência e interferência houver do editor, melhor. Além do mais, se cabe ao editor planejar e administrar a política editorial do jornal, é o jornalista que a põe em prática, já que é ele quem “dá forma e conteúdo ao periódico”.

Diante de tantos riscos e cuidados, Beltrão (1980, p. 43-44) reitera o quanto a opinião exige responsabilidade por parte de quem a emite, e propõe três mecanismos que devem reger a construção opinativa nos jornais, de modo que ela vá ao encontro de seus objetivos e finalidades. O jornalista precisa, de início, conhecer o assunto sobre o qual vai opinar o mais profundamente possível – causas, repercussões, desdobramentos, sequência lógica, aspectos relevantes (*Domínio*). De posse dessas informações, o profissional deve levá-las ao conhecimento do público quando for conveniente e oportuno, isto é, quando for de interesse público e não provocar reações adversas (*Regência*). A partir da construção opinativa, é papel

dos responsáveis acompanhar o desenrolar das informações e abastecer o público de seus desdobramentos e consequências (*Assistência*).

Enfim, podemos apreender dessas últimas passagens que a manifestação de opinião pelo jornal, ou agentes sob sua responsabilidade ou permissão, além do que já foi dito, envolve um trabalho de *gestão* e *supervisão* dos acontecimentos os quais serviram de base para tal.

Diante da volatilidade da matéria-prima da qual se constrói os textos jornalísticos, o papel dos órgãos de imprensa em acompanhar os desdobramentos desses fatos e, se for o caso, de mudar seus posicionamentos a respeito, não se qualifica como simples gestos de coerência – para que as opiniões emitidas não percam sua validade e pertinência – mas, principalmente, de responsabilidade e respeito a seus públicos.

2.2 Gêneros jornalísticos: breves considerações

Até o momento, pode-se perceber que tratamos o jornalismo e seus formatos textuais-discursivos como *gêneros*. Trata-se de um conceito bastante amplo, cunhado na Antiguidade e desenvolvido por diversas correntes teóricas dentro das ciências da linguagem – até mesmo de áreas afins, como a psicologia. Mesmo nas ciências da comunicação, que é o nosso escopo, a questão dos gêneros é polêmica e resultou em diversos trabalhos de fôlego, como os de José Marques de Melo e Manuel Carlos Chaparro.

Partindo de uma abordagem mais ampla e geral, mas consoante com nossos estudos, Bakhtin (1997) trata dos gêneros em paralelo à sua conceituação de enunciado. Segundo essa lógica, toda ação humana perpassa pelo uso da linguagem, por empregos específicos da língua conforme o propósito. Apesar da grande variedade desses usos, em diferentes contextos e campos do saber, esses fenômenos guardam em si uma relação de estabilidade, por meio da qual é possível compreendê-los.

Os usos da linguagem, conforme Bakhtin, caracterizam-se por um conteúdo, um estilo (definido pelas construções lexicais, fraseológicas e gramaticais) e um formato, chamado de construção composicional. O conjunto desses elementos, somados aos operadores contextuais (inerentes ao indivíduo, à finalidade empregada, às condições espaço-temporais...) operacionaliza essas ações manifestas na linguagem, convertendo-se em *enunciados*.

De modo convergente a Bakhtin, Todorov (1980) explica que toda atividade de conhecimento implica a adoção de pontos de vista – recortes feitos pelo observador, que reconfigura e reformata seu objeto de interesse. O mesmo ocorre com a linguagem que, apesar

de suas regras e convenções, assume uma característica particular a partir do momento em que é posta em operação por cada indivíduo, assumindo recortes personalizados – ou melhor, *enunciados* distintos.

Embora cada enunciado seja um ente particular, essa relação de estabilidade criada entre a diversidade de enunciados a partir do uso da língua permite que estes sejam, de algum modo, agrupados e mesmo classificados. Logo, esse conjunto de enunciados com características de relativa estabilidade são chamados por Bakhtin de *gêneros do discurso*.

Esses gêneros discursivos, cuja heterogeneidade é infindável, vão se tornando cada vez mais complexos, até o ponto de servirem de base constitutiva para outros gêneros. É o caso dos gêneros secundários (ou ideológicos), os quais são formados por outros de natureza primária (como o diálogo cotidiano, por exemplo) e são decorrentes de usos, naturezas e circunstâncias mais complexas, tais como o romance, a peça jurídica, a tese científica e, por que não, o jornalismo (BAKHTIN, 1997).

Ponte (2005, p. 26), baseada em Bakhtin, também qualifica o jornalismo como um gênero secundário (ideológico) que circula em comunidades culturais organizadas, de natureza mais complexa que os discursos primários ligados a experiências concretas, cujas características absorvem e assimilam. Esses discursos absorvem e assimilam conteúdos dos discursos primários que, por sua vez, alteram-se e assumem um caráter especial ao se tornarem discursos secundários – eles perdem sua relação com a realidade concreta.

Já em uma abordagem mais específica, Marques de Melo (2003) coaduna de certo modo com as considerações bakhtinianas ao caracterizar os gêneros jornalísticos como “estilos” específicos de se trabalhar a linguagem e as mensagens no jornalismo, e cuja adoção do formato deve estar concernente com o público e a finalidade para a qual o jornalista desenvolve seu texto.

Após analisar e discutir as classificações dos gêneros jornalísticos adotados na Europa, Estados Unidos e América Latina, Marques de Melo (2003) propõe um modelo ajustado ao contexto do jornalismo brasileiro — baseado nas pesquisas de Luiz Beltrão. Por esse modelo, os gêneros estão divididos em duas categorias (três no modelo original).

a) Jornalismo informativo – nota; notícia; reportagem; entrevista.

b) Jornalismo opinativo – editorial; comentário; artigo; resenha; coluna; crônica; caricatura; carta.

Para Marques de Melo (2003), os gêneros informativos tratam de elementos externos à instituição jornalística e dependem da relação entre os protagonistas dos acontecimentos relatados com seus mediadores. Já os gêneros opinativos estão sob o controle da organização

jornalística por meio de mecanismos como a autoria (quem emite a opinião) e a angulação (perspectiva espaço-temporal da opinião manifesta).

Em trabalhos mais recentes, Marques de Melo (2009) diz que a classificação outrora elaborada necessitava de revisões, levando-se em consideração o surgimento de novas formas de textos jornalísticos. Por isso, ele, além de incluir o jornalismo *interpretativo* (já mencionado por Beltrão em seu modelo), arrola também os gêneros *utilitário*, voltado principalmente para a prestação de serviços ao leitor, e *diversional*, cujo foco é o entretenimento.

Em outra passagem, Marques de Melo (2009) justifica a polarização dos gêneros jornalísticos em opinativo e informativo feita em sua tese de livre-docência. Durante suas pesquisas, no início da década de 1980, esses eram os gêneros dominantes no jornalismo nacional e, por isso, eles mereceram uma abordagem mais aprofundada – não que outros formatos, como os interpretativos (consagrados na década anterior, especialmente pela revista *Realidade*), não existissem, mas não haviam sido registrados indícios em quantidade suficiente. Hoje, no entanto, o autor reconhece que tal classificação se faz em torno de um objeto dinâmico, que vem sofrendo sucessivas modificações especialmente com o advento da internet e, a reboque, da convergência de mídias.

Apesar desses tipos de gêneros jornalísticos coabitarem o mesmo veículo, é comum colocá-los como opostos – isso coaduna com a dicotomia opinião/informação combatida por Chaparro (2008). Esse conflito deriva da própria incongruência com relação ao papel social do jornalista (relatar o acontecimento ou comentá-lo?), além de fatores situacionais concernentes à finalidade da comunicação midiática – como a de não se poder informar algo que não se tem certeza de ser verdadeiro (sem, portanto, uma “explicação” a respeito).

Chaparro (2008) é crítico contumaz da dicotomia opinião/informação, consagrada na prática do jornalismo há mais de três séculos. O autor justifica seu posicionamento, de início, com base na própria evolução do trabalho jornalístico, o qual se tornou mais complexo e requer dos profissionais da área a integração de uma série de procedimentos e competências na produção de qualquer material. Isso teria provocado uma ampliação de horizontes, de capacidades perceptivas e possibilidades de construção de significados, de forma a tornar o entendimento e a compreensão do mundo mais abrangentes.

A opinião subjaz em práticas essenciais para o bom trabalho jornalístico, como a apuração e depuração dos fatos. São práticas em que há intervenção valorativa, regidas por pressupostos, interesses, convicções e visões de mundo específicas. E a apuração/depuração

são imprescindíveis para um acontecimento retratado ser crível, ou então o trabalho jornalístico será inócuo (CHAPARRO, 2008).

As críticas que Chaparro (2008) faz a Marques de Melo (2003) residem-se em dois pontos: a) a teoria deste último corrobora com a dicotomia opinião/informação, pois divide os gêneros jornalísticos em vertentes de “reprodução do real” (os relatos ou textos narrativo-descritivos) e de “leitura do real” (os textos opinativos); b) os critérios adotados por Marques de Melo para estruturar sua teoria dos gêneros jornalísticos – no caso, temporalidade e ancoragem – são tidos como inapropriados.

Para o autor, o primeiro critério seria equivocado pois, frequentemente, os jornalistas nutrem suas pautas com previsões de acontecimentos que podem, no decorrer do tempo, desdobrar-se em outros fatos, relacionando-se com os já existentes e tornando-os jornalisticamente interessantes – trata-se então, de uma ação estratégica do órgão jornalístico o trato com esses “fatos potenciais”. Já o segundo critério seria inadequado porque depende de atributos concernentes ao próprio jornalista (inspiração, criatividade, etc.) e da estratégia narrativa adotada para relatar o acontecimento e torná-lo algo atrativo ao público (CHAPARRO, 2008).

Assim, Chaparro (2008, p. 163) sugere que uma nova teoria de gêneros jornalísticos esteja ancorada nas ciências da linguagem, já que gêneros são formas discursivas, ou, nas palavras do autor, “formas de dizer, para fazer”. A classificação proposta pelo autor é a seguinte:

Gênero COMENTÁRIO		Gênero RELATO	
<i>Espécies Argumentativas</i>	<i>Espécies Gráfico-Artísticas</i>	<i>Espécies Narrativas</i>	<i>Espécies Práticas</i>
Artigo Crônica Cartas Coluna	Caricatura Charge	Reportagem Notícia Entrevista Coluna	Roteiros Indicadores Agendamentos Previsão de tempo Cartas-consulta Orientações úteis

Quadro 1 - Classificação de gêneros jornalísticos segundo Chaparro
Fonte: Chaparro, 2008, p. 178.

A classificação de Chaparro (2008), de orientação pragmática, é baseada nos estudos de Teun Van Dijk, o qual trata a ação jornalística em duas frentes – *relatar* a atualidade e *comentar* a atualidade. Para o autor holandês, o discurso jornalístico estrutura-se em dois esquemas: o narrativo (no qual se inserem os relatos) e o argumentativo (no qual se enquadram os comentários).

Entretanto, apesar das orientações teóricas distintas, tanto Marques de Melo (2003) quanto Chaparro (2008) elaboram classificações duais, por meio das quais se distinguem os formatos narrativo-descritivos dos argumentativo-opinativos. Além disso, não concordamos com as críticas do segundo quando este afirma que o primeiro endossa a dicotomia opinião/informação. Na verdade, o que se vê em Marques de Melo é uma forma de classificar os gêneros jornalísticos conforme as finalidades para as quais se prestam e aspectos relacionados à produção jornalística intervenientes em sua concepção, mas isso não significa que os textos de ambos as categorias sejam monolíticos. O que se pode dizer é que os textos jornalísticos podem ser *predominantemente* informativos ou *predominantemente* opinativos – o que subentende a presença de elementos de um no outro sem, contudo, desfigurá-los.

Quando recorre à teoria de Van Dijk, Chaparro (2008) faz percurso semelhante a Marques de Melo (2003), já que classifica os gêneros jornalísticos conforme sua finalidade e estrutura interna (formatos *narrativo-descritivos* ou *argumentativo-opinativos*), e defende a ideia de que opinião e informação estão imbricadas nas produções jornalísticas. Assim, vemos que sua classificação, embora mais ampla que a de Marques de Melo, não a desqualifica.

Portanto, para nosso trabalho, utilizaremos a classificação de gêneros jornalísticos de Chaparro (2008) em conjunto com as bases teóricas propostas por Marques de Melo (2003), por entendermos que as diferentes abordagens trabalhadas pelos autores propiciam uma compreensão mais ampla dos gêneros jornalísticos, tanto pelos aspectos inerentes à produção e à cultura jornalísticas quanto pelos aspectos linguísticos e textuais.

2.3 O editorial

O editorial (termo derivado do latim *edere*, que significa “dar à luz”) é um gênero jornalístico que expressa a opinião oficial da empresa de comunicação sobre assuntos de grande repercussão no momento. De acordo com Bahia (1990), ele é sucessor do artigo de fundo, preservando sua natureza inicial, mas com transformações significativas. É fruto decorrente da própria reformulação técnica do jornalismo.

Os estudos de Beltrão (1980) ajudam a completar essa definição. O editorial, nessa acepção, dá às notícias a dimensão de profundidade, o que não é possível no noticiário regular (sujeito aos constrangimentos espaço-temporais). Possui uma estrutura e uma finalidade analítico-argumentativas, já que faz projeções, aponta desdobramentos, infere e conclui, a fim de oferecer ao leitor um recorte mais denso e interpretado daquele acontecimento, indo além da brevidade e superficialidade das notícias em si.

O texto, de caráter opinativo, formula e sustenta suas posições de princípio. Se, nos artigos de fundo, a visão dos acontecimentos construída pelo jornal adquire um tom empolado, preciosista e bombástico, o editorial, ao incorporar em sua essência constitutiva as modificações nos processos jornalísticos, adquire o caráter de uma opinião restrita, particular, emanada exclusivamente por quem tem papel de comando dentro do órgão — proprietário, diretor, editor-chefe, etc. (BAHIA, 1990, p. 97).

No entanto, isso não significa que as opiniões nele contidas sejam exclusivas dos “donos” do jornal. Bahia (1990) e Marques de Melo (2003) apontam que, apesar de o editorial refletir a opinião dos gestores, quem fica a cargo de sua redação é um editorialista, seja ele contratado especificamente para tal função, seja ele um profissional experiente da equipe. Modernamente, as empresas de jornalismo estão sob o controle de um conselho de acionistas (controle administrativo), fora isso, há a influência de anunciantes, fornecedores, agentes ligados ao poder público (controle político, financeiro, fiscal, previdenciário...).

Por conta disso, Marques de Melo afirma que o editorial é um “espaço de contradições”, já que este é resultado de uma conjugação e conciliação dos mais diversos interesses e posicionamentos envolvidos para a composição de um texto “oficial”, que represente a totalidade da instituição.

No caso brasileiro, afirma Bahia (1990, p. 98), os critérios de elaboração desse texto competem exclusivamente à direção do jornal, mesmo que na empresa existam práticas, em tese, que favoreçam discussões — como as reuniões entre diretores e editorialistas. Isso conferiria um caráter de manipulação do editorial, por se tratar de um texto de via unilateral, marcadamente parcial, em conflito com os textos noticiosos (mais pluralistas e “imparciais”).

Desta forma, o editorial no jornalismo brasileiro conserva uma quota de autoridade pessoal, quase sempre aleatória, onipresente e onipotente, resultante da predominância da vontade do chefe, por mais liberal que ele se declare. São raras as exceções em contrário, insuficientes para que se deixe de relacionar o editorial à personalidade do patrão (BAHIA, 1990, p. 99).

Entretanto, somos cautelosos em tratar esse processo como algo “pernicioso”, como faz Bahia. Dessa forma, dá a entender que a opinião do jornal publicada nos editoriais é sempre uma consequência de relações autoritárias, cuja finalidade é a subjugação e a manipulação — ainda que não neguemos a existência de situações desse tipo. Por isso, estamos mais de acordo com Beltrão (1980), o qual evidencia esse caráter do editorial em “catalisar” opiniões diversas e servir como “palco” para discussões. Tal função fomentadora é consoante aos preceitos já expostos pelo autor concernentes ao papel dos gêneros opinativos no jornal.

“Não é o que eu penso o que exprimo no editorial, mas o somatório do que pensa uma expressiva parcela da opinião pública, representada pelo grupo que fundou, orienta e mantém o jornal” (BELTRÃO, 1980, p. 52). Cabe ao editorialista, encarregado da redação do texto de impingir neste todo esse complexo de opiniões e posicionamentos que, apesar de atribuídos ao jornal, levam em consideração os grupos e valores com os quais o órgão se identifica.

Quanto ao destinatário, Marques de Melo (2003) argumenta que, em essência, os editoriais são destinados ao público em geral, já que tem por meta orientar a opinião pública com as opiniões nele contidas. Por exigir do leitor maior atenção e concentração, lembra Beltrão (1980), o editorial, um gênero nobre do jornal, deve tratar de assuntos de grande interesse público, mas que tragam alguma associação direta à realidade local de quem lê.

No entanto, no caso brasileiro, em geral os textos editoriais são escritos como forma de contraposição ao poder estatal, apontando críticas e cobrando soluções de problemas que atingem a coletividade. Essa atitude aparentemente combativa tem uma explicação:

E não se trata de uma atitude voltada para perceber as reivindicações da coletividade e expressá-las a quem de direito. Significa muito mais um trabalho de ‘coação’ ao Estado para a defesa de interesses dos segmentos que representam. Esta é a nossa percepção do editorial na imprensa brasileira (MARQUES DE MELO, 2003, p. 105).

Quanto às características do editorial, Beltrão (1980) aponta quatro: *impessoalidade* (o texto, por representar uma opinião institucional, não é assinado e é redigido na terceira pessoa do singular ou na primeira do plural); *topicalidade* (o assunto tratado é bem delimitado); *condensalidade* (texto breve, com poucas ideias, focado principalmente nas afirmações e argumentos); *plasticidade* (caráter flexível e maleável, sem dogmatismos ou extremismos).

Em consonância ao que já foi abordado aqui, Charaudeau (2007) enquadra o editorial no grupo dos acontecimentos comentados (ver mais detalhes no próximo capítulo). Segundo essa definição, o comentário é uma visão explicativa de mundo que não se satisfaz apenas com o relato dos acontecimentos (reais ou não), mas com a problematização de questões a eles inerentes, levantar hipóteses, desenvolver argumentos, buscar provas e definir posicionamentos perante este. O editorial exige uma postura analítico-reflexiva de seu leitor para que este tome uma posição diante do que foi apresentado.

Logo, a estrutura do texto deve levar em consideração essa finalidade. Beltrão (1980), atento a essa preocupação, elaborou um modelo de redação dos textos editoriais, cujo formato não se difere do de uma dissertação (na verdade, o editorial o é), em que o editorialista estabelece uma tese central a qual será reiterada e defendida ao longo do texto.

Assim, o editorial segue a seguinte estrutura (BELTRÃO, 1980, p. 58-60).

Título: Conciso, incisivo e que esteja de acordo com a ideologia da empresa.

Introdução: Apresenta de forma breve o assunto a ser tratado, mas deve chamar a atenção do leitor para que continue a leitura.

Discussão: É a parte mais importante do editorial (equivale ao desenvolvimento em uma dissertação). Aqui são feitas as análises, comentários, discussões, comparações, contextualizações e principais mecanismos de argumentação dos quais o autor irá se valer para persuadir o leitor, fazê-lo aderir ao ponto de vista construído.

Conclusão: Pode assumir diferentes feições (ordem, aviso, exortação, contestação...), mas deve sempre conter um posicionamento, a ser apresentado aos leitores e feito de tal maneira a convencê-los a segui-lo. Esse ponto de vista tem de ser claro, facilmente identificável.

Para concluirmos essa parte descritiva, utilizamos essa citação de Mostaza, em que o autor reitera a importância de o jornal posicionar-se, a partir dos editoriais, sobre os acontecimentos por ele noticiados.

Está-lhe vedado [ao jornal] dar o silêncio por resposta ao interrogatório da atualidade, ou dar uma resposta ambígua. A ambiguidade é excusa de mau pagador. Ou medo à verdade. O ceticismo da acomodação [sic]. O jogo bonito de não comprometer-se, de expor os prós e os contra [sic], embora sem desatar o nó da dúvida, pode resultar engenhoso mas adoece de estéril... Há jornais que, pelo seu afão [sic] de assepsia no critério, permanecem muitas vezes em suspenso, sem saber ao que ater-se. Isto não vale; o jornal não só tem que saber sempre ao que se ater como ainda de manifestá-lo. Os editoriais insignificantes e fora de compasso são uma escamoteação à boa fé dos leitores que os lêem com ânimo de encontrar em suas linhas o caminho. Poderá, o jornal, entre uma ou outra solução, não ter preferência, mas ainda assim deve explicá-lo honestamente, e que o leitor escolha a que mais o agrade. O que nunca o jornal pode fazer é levar habitualmente o ceticismo aos seus leitores (MOSTAZA, 1953 apud BELTRÃO, 1980, p. 60).

2.4 A opinião na prática: leitura dos manuais de redação

Até agora, nosso objetivo foi o de descrever os vários elementos constitutivos dos gêneros opinativos, tomando o editorial como norte. Apesar de nossas discussões apontarem para a manifestação da opinião, um elemento fundamental – senão obrigatório – do exercício do jornalismo, resta saber como isso é aplicado nas empresas de jornal.

Para isso, fizemos uma breve consulta aos manuais de redação de três dos maiores periódicos brasileiros (*Folha de S. Paulo*², *O Estado de S. Paulo*¹ e *O Globo*) de modo a verificar como a opinião é entendida e operacionalizada por cada veículo. Tal consulta é justificada pelo fato de o manual de redação ser um documento público que descreve a política editorial do órgão jornalístico e os procedimentos por ele adotados ao construir os acontecimentos e transformá-los em produto. É, nas palavras de Chaparro (1994, p. 88), “um conjunto de orientações técnicas e um sistema ideológico ou prático de valores”.

No primeiro caso, analisamos o manual do *Globo* (2001). De modo geral, configura-se como um manual técnico, contendo instruções de caráter estilístico, deontológico e linguístico do trabalho jornalístico, mas de forma bastante concisa. Aspectos relacionados à política editorial do veículo são tratados rapidamente, diluídos entre os tópicos do manual.

No que nos interessa, o tópico *opinião* (p. 47) diz que a opinião no jornal se manifesta a partir dos textos de editores, articulistas e colunistas – e os responsáveis gozam de liberdade tanto na emissão dessa opinião quanto no estilo adotado. Em geral, a única vedação nesse sentido é que se deve evitar um tom empolado ou pomposo nos textos.

Apesar de abordar brevemente o assunto, convém destacarmos o posicionamento do *Globo* (2001) sobre a opinião no próprio jornal. Em primeiro lugar, o autor não deve demonstrar simplesmente algum sentimento forte, como indignação ou admiração. Emocionar-se ou revoltar-se diante de um tema que desperte tais sentimentos é válido, mas a opinião jornalística deve ser construída com base em argumentos sólidos, convincentes, que estruturam e justifiquem o texto, e levem a uma conclusão concreta. Em segundo lugar, o texto opinativo, ainda que lastreado por um acontecimento relatado no jornal, não se deve limitar às informações já conhecidas, mas trazer elementos novos. Deve ter um caráter suplementar ao fato, e não comentá-lo simplesmente – sob o risco de esse comentário mostrar-se pasteurizado, insosso e, por que não, irrelevante.

No caso do manual da *Folha* (2006), das três obras consultadas, é o mais organizado e o que dedica mais espaço aos seus princípios e normas. Embora a maior parte do seu espaço seja preenchida com regras estilísticas e gramaticais, é válido conferir as seções *Projeto Editorial* – que conta a trajetória mais recente do jornal desde a sua reforma editorial ocorrida na década de 1980 – e *Procedimentos*, em que operacionalizam os aspectos tratados em sua política editorial vigente. No que é pertinente ao nosso estudo, tratemos das considerações feitas pela *Folha* sobre como a opinião se manifesta, na prática, em seu jornal.

² Para fins práticos, chamaremos os jornais em questão por suas alcunhas mais célebres – *Folha* e *Estadão*, respectivamente.

A *Folha* (2006, p. 64) define o editorial como sendo opinião expressa pelo jornal. Caracteriza-se por ser um texto enfático e equilibrado, sem sinais de sarcasmo, de interrogação e exclamação. Deve expor seus argumentos com clareza e concisão, refutando opiniões contrárias e concluir de forma condensada, expondo o posicionamento do órgão sobre o assunto tratado.

De todos os manuais, somente a *Folha* trata da problemática da objetividade. Segundo o órgão, ela não existe de fato, pois os próprios processos inerentes à produção de notícias (captação, seleção, redação e edição) pressupõem a tomada de decisões e a adoção de alguma forma de critério ou parâmetro – ser jornalista envolve, inevitavelmente, fazer *escolhas*. Tal objetividade serviria apenas como uma conduta balizadora, um princípio a reger o trabalho jornalístico e pelo qual seus profissionais devem se pautar, evitando-se posturas por demais engajadas, partidárias e claramente tendenciosas.

Contudo, lembra Chaparro (1994), apesar do caráter modernizador, consequência de sua reforma editorial promovida na década de 1980, o documento da *Folha* carrega um tom autoritário, também reflexo dessa época – em que a implantação de mudanças tão profundas naquele cotidiano, muitas delas tomadas unilateralmente, provocou uma série de conflitos.

Quanto ao manual do *Estadão*, escrito pelo jornalista Eduardo Martins (1997), é o que mais se aproxima de um “compêndio de normas técnicas e de estilo”. Sua organização lembra a de um dicionário, já que todos os assuntos estão agrupados em verbetes; porém, não há qualquer divisão temática que organize esses termos – com exceção das instruções (gerais e específicas), de caráter mais amplo e que se atêm a aspectos gramático-estilísticos, e dos anexos, que tratam de temas complementares – como ortografia e medidas. Jargões, assuntos pertinentes à política interna, normas gramaticais e estilísticas estão todos misturados.

No caso da opinião manifesta pelo jornal, ela se dará exclusivamente nos editoriais. É vedado ao jornalista impingir sua ótica pessoal aos acontecimentos – isso é sinônimo de enviesamento. Apenas em casos considerados especiais – reportagens amplas, por exemplo – isso será possível, mas caberá à direção de redação do jornal a decisão final e a submissão do texto (MARTINS, 1997, p. 204-205).

Martins (1997) é claro em sua recomendação: “Faça textos imparciais e objetivos. Não exponha opiniões, mas fatos, para que o leitor tire deles as próprias conclusões” (p. 17). A dica/norma exorta o jornalista a evitar, de todo modo, fazer comentários e utilizar expressões que denotem juízo de valor, ou qualquer marca de subjetividade. Essas manifestações não caberiam no texto noticioso, mas apenas nos formatos opinativos.

Chaparro (1994), ao comentar as orientações técnicas do *Estadão*, diz que esse documento prioriza as regras gramaticais e estilísticas como forma de preservar a tradição e respeitabilidade cunhadas pelo jornal ao longo de sua história. Em outras palavras, para se sagrar como um jornal digno da confiança do público, o *Estadão* toma o passado como referência de conduta – fato que seria uma virtude quando se trata unicamente do ponto de vista da correção dos textos.

Em suas análises, Chaparro explicita as dissonâncias entre o discurso dos manuais de redação e a prática cotidiana. Enquanto em periódicos internacionais (o autor cita o exemplo do jornal espanhol *El País*), demonstra-se uma preocupação em manter a coerência entre a norma e a prática, isso não acontece no caso brasileiro. Segundo o autor, a nossa imprensa padece de um desprezo pela ética, tanto em seu exercício (logo, restringindo-a às páginas dos manuais) quanto em promover discussões a respeito. Tal desdém se deve, em parte, a um espírito corporativista e arrogante que afeta a classe, fortalecido durante o regime de 1964 e remanescente mesmo após seu término. Assim, os jornalistas, embora se digam defensores da ética e dos interesses do público, demonstram ojeriza ao comentar sobre seus próprios procedimentos – principalmente quando seu trabalho é alvo de críticas.

Por isso, Chaparro considera que o jornalismo brasileiro padece de uma patologia de princípios, já que os princípios éticos e valores apregoados pela atividade ao longo de sua história são desvirtuados, ainda que os órgãos de mídia insistam em dizer (e escrever) o contrário. Trata-se de um desequilíbrio evidente e perigoso. Quando interesses particulares e corporativos são os balizadores da prática midiática (resultando em escamoteações, distorções, superficialidade, favorecimento de pessoas e grupos), é sinal de que nosso jornalismo – como já foi dito no capítulo anterior – necessita rever seus próprios rumos.

Esse alerta de Chaparro e de outros autores citados neste trabalho reitera o caráter político-ideológico em que se configura a postura de objetividade de jornalistas e órgãos de imprensa, e o quanto essa postura tem servido para obscurecer práticas de caráter duvidoso – senão antiético. A falta de clareza dos valores apregoados pelos nossos jornalistas e a incoerência entre o que é dito nos manuais de redação e a prática desses profissionais corrobora uma atitude de desconfiança perante a imprensa brasileira, já que não sabemos exatamente qual o seu papel de fato em nossa sociedade, tampouco seus objetivos.

Um sintoma dessas dissonâncias é que os próprios veículos, em seus compêndios, destinam um tratamento superficial à questão da opinião, limitando-se a alguns verbetes sobre um ou outro gênero ou conceito ligado ao tema. Se, como bem disseram Beltrão, Marques de Melo e outros, a opinião é um gênero nobre do jornalismo, então o que justifica um

tratamento tão desdenhoso? Se recapitularmos o que foi dito a respeito, vemos uma preocupação dos três jornais analisados em ver a opinião e a informação como categorias estanques – restritas a espaços e formatos específicos – e até mesmo imiscíveis (como dá a entender o manual do *Estadão*), mesmo que a configuração dos textos jornalísticos, na atualidade, contrarie esse posicionamento (BELTRÃO, 1980; MARQUES DE MELO, 2003).

Entretanto, o jornal deve delegar aos gêneros opinativos a mesma atenção e importância dadas às notícias, em virtude justamente de seu caráter *orientador* e *ampliador*, de modo que o leitor não fique limitado à superfície do noticiário corrente. Se as notícias informam, as opiniões conduzem o público à *reflexão* e, em seguida, à *ação*.

Em relação ao editorial, que é o nosso foco, tais cuidados merecem ser ampliados. Como se trata de um gênero opinativo institucional, é por meio dele que o público irá conhecer os pontos de vista, ideologias e valores cultivados pelo órgão de imprensa. Por ser um gênero argumentativo, denso, sóbrio e bem articulado, sua principal finalidade é *persuadir* seu público-alvo, mas não somente através de estratégias argumentativas, mas por mecanismos que permitam uma identificação dos leitores com o que é dito, facilitando essa adesão. Enfim, é por meio do editorial que o jornal procura firmar um *contrato* com seu leitor e, assim, cativá-lo, de forma que este se torne um consumidor regular do periódico.

O próximo capítulo passará a enxergar os gêneros opinativos do jornalismo como formas de discurso voltadas para o atendimento de finalidades específicas de seus produtores. No caso específico do editorial, também entendemos que se trata de um gênero constituído com base no consenso, em que diversas vozes, às vezes dissonantes, estão presentes. Assim, para explicar essas relações, utilizaremos os fundamentos das teorias do discurso e dos estudos da enunciação, de modo a identificar as várias vozes presentes nesses discursos, e o que (e como) elas querem dizer.

3 ANÁLISE DO DISCURSO: CONCEITOS E FERRAMENTAS

Nos dois primeiros capítulos, nossa preocupação foi a de apresentar conceitos mais abrangentes a respeito de como se dá a construção de sentido no jornalismo e, mais especificamente, como a manifestação da opinião institucional dos órgãos de imprensa – a partir dos editoriais – ocorre. Para tanto, utilizamos principalmente estudos oriundos do próprio jornalismo, em diálogo com teóricos ligados às ciências da linguagem.

Após definirmos, a partir dessa revisão teórica, o jornalismo como um *construto social*, fruto decorrente de uma série de constrangimentos e transformações procedimentais, e a manifestação institucional de opinião da imprensa como um *elemento norteador e ampliador* dos acontecimentos noticiados, a nossa preocupação aqui é tratarmos essas manifestações como *formas de discurso*, impregnadas de relações de sentido decorrentes de constantes interações entre as instâncias produtoras e o meio sócio-histórico-cultural com o qual estão relacionadas, além das relações entre os diversos sujeitos participantes na construção desses sentidos.

Para tal, utilizaremos como parâmetro a Análise Crítica do Discurso desenvolvida por Norman Fairclough, em conjunto com os estudos discursivos de Patrick Charaudeau e Eliseo Verón, mais especificamente no que tange à noção de contrato, já citada no capítulo anterior. Como também é de nosso interesse identificar os sujeitos e as vozes por trás desses discursos, recorreremos ao conceito de heterogeneidade discursiva, tratado em especial por Dominique Maingueneau, Jacqueline Authier-Revuz e Mikhail Bakhtin. Nessa discussão, também nos valeremos de teóricos que adaptaram os conceitos sobre enunciação aos Estudos de Jornalismo, como fizeram Alfredo Vizeu, Antonio Fausto Neto e Márcia Benetti Machado.

Ao final desse percurso teórico, iremos apresentar as ferramentas a serem utilizadas para analisar o *corpus* selecionado para esta pesquisa.

3.1 Análise Crítica do Discurso: princípios gerais

A Análise Crítica do Discurso (doravante ACD), segundo Magalhães (2004), iniciou-se a partir dos estudos de Roger Fowler, Gunther Kress, Robert Hodge e Tony Trew, fundadores da Linguística Crítica (LC). Esses pesquisadores procuraram estabelecer uma relação entre o estudo do texto e os conceitos de poder e ideologia.

Wodak (2004, p.225) considera a ACD uma continuidade dos estudos iniciados pela LC. Isso porque ambos são campos fundamentalmente interessados em “analisar as relações

estruturais, transparentes ou veladas, de discriminação, poder e controle manifestas na sociedade”. Assim, a ACD tem por finalidade estudar as manifestações de desigualdade social existentes, em qualquer acepção, e legitimadas por meio do uso da linguagem ou do discurso.

Em linhas gerais, a abordagem discursiva desenvolvida por Fairclough (2001a, p. 93) designa o discurso como uma prática social, uma forma de ação em que os indivíduos interagem com o mundo, modificando-o a partir da linguagem – por meio da qual constroem sentidos e significados. Nessa concepção, há uma relação dialética entre discursos e estruturas sociais, já que tais estruturas modelam e regulam as produções discursivas e vice-versa. Isso ressalta o caráter constitutivo dos discursos em relação a tais estruturas, da mesma forma como por elas são constituídos.

Assim, é importante frisarmos essas funções constitutivas do discurso descritas por Fairclough (2001a, p. 91-93), com as quais opera essa relação dialética entre este e as estruturas sociais. O discurso, nessa abordagem, atua na: 1) construção e demarcação das identidades sociais/posições do sujeito; 2) nas relações sociais entre indivíduos e 3) nos sistemas de conhecimento e crença. No primeiro caso, isso se dá na constituição, definição e identificação dos sujeitos nos discursos, remetendo-se às suas identidades. No segundo, à constituição de, por exemplo, relações comunicativas entre dois indivíduos, em que, atendidos determinados pré-requisitos e firmado o contrato comunicacional, iniciam a conversa. Por fim, o discurso atua não apenas na construção e reprodução de crenças, valores e demais mecanismos de regulação social (caráter conservador), mas também pode transformar tais relações, até modificá-las completamente (caráter criativo). A linguagem, nesse sentido, pode ser usada na constituição de formas reprodutivas ou de formas criativas, transformadoras, com ênfase em uma ou outra vertente, dependendo das condições de uso linguístico.

As sociedades e instituições apresentam formatos variados, contrastantes e até conflitantes de formas discursivas. O conjunto dessas práticas discursivas existentes em um domínio social é denominado *ordem de discurso* (FOUCAULT, 2008), cujo conceito é análogo ao de *interdiscurso*, proposto por Maingueneau (1997).

Nesses termos, o objetivo da ACD é estudar textos em diversas práticas sociais e, logo, propor uma teoria e um método para escrever, interpretar e explicar a linguagem no contexto sócio-histórico. A finalidade desses estudos, segundo Magalhães (2004), Ramalho e Resende (2004, p. 185), é investigar as transformações na vida social contemporânea a partir de um modelo teórico-metodológico aberto, cuja função é “mapear a conexão entre relações de poder e recursos linguísticos selecionados por pessoas ou grupos sociais”. A partir dessas investigações entre o discurso e as práticas sociais, torna-se possível desnaturalizar as crenças

que dão suporte às relações de dominação, a fim de desestabilizá-las. Assim, a ACD configura-se como uma metodologia com caráter emancipatório, já que as análises discursivas também oferecem aportes para as transformações sociais (RAMALHO; RESENDE, 2006).

A análise do processo de representação da mídia leva em conta as considerações que são feitas, ou seja, os elementos que são incluídos ou excluídos desse processo. Isso ocorre, segundo Fowler (1991), porque nem todos os acontecimentos apresentam as características desejadas pelos veículos para se tornarem “notícia”. Esse julgamento é feito com base em uma série complexa de critérios que permitem avaliar e qualificar o fato como um acontecimento “noticiável” ou “não-noticiável”.

Assim, os textos midiáticos são versões da realidade que dependem de posições sociais, interesses e objetivos daqueles que os produzem, levando-se em conta as motivações sociais e os aspectos ideológicos. Fowler (1991) fortalece esse argumento ao dizer que o discurso da imprensa está ligado à sua própria posição institucional e econômica, e os aspectos econômico-culturais da imprensa assumem grande importância na produção e reprodução da ideologia – tanto na produção e distribuição maciça de mensagens, de forma a atingir o máximo possível de pessoas, quanto ao mediar ideias e formular pontos de vista concernentes aos próprios interesses.

A teoria discursiva de Fairclough analisa o discurso em relação ao poder e à ideologia, e situa o discurso numa perspectiva de poder como hegemonia. Para Thompson (2002), o interesse em analisar a ideologia está em verificar como as formas simbólicas se articulam com as relações de poder, ou melhor, como elas estabelecem e sustentam relações de dominação, dando-lhes caráter de legitimidade.

Já o conceito de hegemonia, tirado de Gramsci (apud FAIRCLOUGH, 2001a), diz que as relações de dominação são mantidas por meio do consenso (e não da coerção), da naturalização e construção do senso comum. A hegemonia é a manifestação do poder de um determinado grupo sobre a sociedade; contudo, esse poder não é permanente, mas instável, construído por meio de alianças. Logo, a hegemonia é alvo de uma luta permanente entre segmentos antagônicos cujo objetivo é a manutenção (ou não) do poder vigente.

3.2 Subjetividade e heterogeneidade discursivas

O conceito de subjetividade é de grande relevância para os estudos do discurso. Para explicá-lo, Brandão (1998) retoma alguns pensamentos de Michel Foucault (2008). Tal conceito teria surgido, nessa acepção, a partir do momento em que o homem reconheceu que

possui características que o diferem dos outros seres da natureza, em particular, a sua capacidade de transformar a natureza pelo trabalho e a capacidade de se comunicar simbolicamente, a partir do uso da linguagem.

Logo, Brandão (1998) explica que a subjetividade se constitui na linguagem, contudo, manifesta-se de formas diferentes conforme as diversas práticas discursivas possíveis. Não se entende, nessa perspectiva, um sujeito monológico, mas dividido, clivado, heterogêneo ou, segundo o próprio Foucault (2008), *disperso*, em virtude dessa diversidade de papéis e estatutos que pode assumir nas instâncias discursivas.

Outro autor que se dedicou ao tema foi Benveniste (1989), a partir de seus estudos sobre o aparelho formal da enunciação. Segundo essa abordagem, a enunciação é uma forma de apropriação da língua e, especialmente, é dessa maneira que a língua adquire uma feição concreta. É através da manifestação do “eu” que o sujeito incorpora-se no discurso e se relaciona com o mundo.

Para Benveniste (1989), a instituição do sujeito (eu) implica a existência do outro (tu), pois, ao apropriar-se da língua, o sujeito posiciona-se em relação a um outro. O *eu* e o *tu* não somente protagonizam a enunciação, mas apresentam marcas de personalidade, ou melhor, de *subjetividade*. Além das pessoas (eu/subjetiva; tu/não subjetiva), há também a figura do *ele*, tratado como uma não-pessoa, por não se referir a um elemento específico e encontrar-se fora dessa relação de subjetividade entre os elementos pessoais.

Brandão (1993) discorda da posição de Benveniste em tratar o ego como o centro da enunciação – a manifestação do eu é condição essencial para a subjetividade. Para a autora, o sujeito é histórico, pois se manifesta em um espaço e tempo determinados, mas também ideológico, pois suas manifestações são recortes temporais de um determinado espaço social.

O sujeito, nessa acepção, situa seu discurso em relação ao outro – não apenas um interlocutor, mas também a outros discursos já constituídos e impregnados em sua fala. Logo, está pressuposta a ideia de que, no discurso do sujeito, outras vozes se manifestam (polifonia). Conclui-se, então, que a noção de subjetividade, diferentemente do que cogitou Benveniste (um sujeito único, homogêneo e onipotente), inclui a partilha do espaço discursivo com outros “eus” (outras vozes).

Brandão (1993), em consonância com o pensamento de Bakhtin, entende que a língua se desenvolve por meio da interação verbal, ou seja, de enunciações e enunciados – em contraste com a concepção saussureana de língua como sistema abstrato e descolado do contexto sociocultural. Com base nisso, também diz que o homem é inconcebível fora do

meio social, sem o contato com o outro, pois é por meio deste que ele forma sua primeira imagem, constitui uma referência, situa-se perante o mundo e a si próprio.

Segundo a visão bakhtiniana, a língua se articula com a história e com as práticas sociais de quem a fala, mesmo contraditórias ou diversas. Por isso, segundo essa orientação, todo discurso tem dupla orientação: os outros discursos, a partir dos quais se constitui e com os quais se relaciona (fios dialógicos); o interlocutor – que irá não apenas recebê-lo, mas transformá-lo, a partir do diálogo entre os discursos de locutor e alocutário (*contradiscurso*).

Esse seria, então, um dos princípios basilares da teoria de Bakhtin, para a qual os fenômenos da linguagem se constituem em uma relação *dialógica* entre seus elementos. Dessa maneira, nenhum discurso é totalmente original, mas traz consigo elementos, ainda que não perceptíveis, de outros discursos já existentes, com os quais dialoga e os modifica, gerando novos discursos.

Como bem diz Authier-Revuz (1990, p. 27),

O que Bakhtin designa como saturação da linguagem constitui uma teoria da produção de sentidos do discurso: coloca os outros discursos não como ambiente que permite extrair halos conotativos a partir de um nó de sentido, mas como um 'centro' **exterior constitutivo**, aquele do **já dito**, com o que se tece, inevitavelmente, a mesma trama do discurso” (grifos do autor).

Com base nas teorias de Bakhtin, Authier-Revuz (1990) define a subjetividade. O sujeito, nessa acepção, faz parte de um todo social no qual se interage com outros discursos e, a partir deles, constitui sua própria fala. Entretanto, esse sujeito encontra-se dividido entre o consciente e o inconsciente. Logo, não se trata de uma instância centralizada, mas *heterogênea*. Os indícios dessa heterogeneidade evidenciam-se como “formas de ruptura, de fraturas que intervêm no fio do discurso, colocando em confronto a identidade/alteridade do sujeito” (BRANDÃO, 1998, p. 43).

Sempre sob as palavras, outras palavras são ditas: é a estrutura material da língua que permite que, na linearidade de uma cadeia, se faça escutar a polifonia não intencional de todo discurso, através da qual a análise pode tentar recuperar os indícios da 'pontuação do consciente' (AUTHIER-REVUZ, 1990, p. 28).

Além disso,

Em ruptura com o EU, fundamento da subjetividade clássica concebida como o interior diante da exterioridade do mundo, o fundamento do sujeito é aqui deslocado, desalojado 'em um lugar múltiplo, fundamentalmente heterônimo, em que a exterioridade está no interior do sujeito'. Nesta

afirmação de que, **constitutivamente**, no sujeito e no seu discurso está o **Outro**, reencontram-se as concepções do discurso, da Ideologia, e do inconsciente, que as teorias da enunciação não podem, sem riscos para a linguística, esquecer (AUTHIER-REVUZ, 1990, p. 28-29, grifos do autor).

Diante dessas balizas, remeteremos nossas discussões para como essa heterogeneidade se manifesta nos discursos. Em consonância a elas, Maingueneau (1997) define esse conceito como sendo a relação das formações discursivas com os elementos que lhe são, a princípio, exteriores. Segundo o autor francês, a heterogeneidade discursiva pode ocorrer de duas maneiras: uma delas, a *heterogeneidade mostrada*, é recuperável, sensível, identificável de alguma forma dentro da instância discursiva. A outra, denominada *heterogeneidade constitutiva*, não se nota na superfície, mas guarda relação com um *interdiscurso* (ou *ordem do discurso*, na abordagem de Fairclough – termo que usaremos daqui por diante para tratar desse fenômeno), com o qual se constitui e se integra a uma cadeia discursiva.

Sobre interdiscurso, Maingueneau (1997, p. 113) define-o da seguinte forma:

O interdiscurso consiste em um processo de reconfiguração incessante no qual uma formação discursiva é levada (...) a incorporar elementos pré-construídos, produzidos fora dela, com eles provocando sua redefinição e posicionamento, suscitando, igualmente, o chamamento de seus próprios elementos para organizar sua repetição, mas também provocando, eventualmente, o apagamento, o esquecimento ou mesmo a denegação de determinados elementos.

Ao revisitar a abordagem foucaultiana e os postulados da análise discursiva francesa, de Michel Pêcheux, Maingueneau cunha uma definição própria das relações interdiscursivas, a qual coaduna com a visão dialógica da linguagem proposta por Bakhtin. Maingueneau considera fundamental que o analista não se limite a estudar os discursos isoladamente, mas suas relações, as tessituras construídas por estes e pelas quais se formam também as identidades desses discursos. Isso porque todo ato discursivo pressupõe a existência do outro. É a partir dessa relação dialógica que novos discursos são gerados, carregando sempre reminiscências daqueles que lhes deram origem.

Mesmo na ausência de qualquer marca de heterogeneidade mostrada, toda unidade de sentido, qualquer que seja seu tipo, pode estar inscrita em uma relação essencial com uma outra, aquela do ou dos discursos em relação aos quais o discurso de que ela deriva define sua identidade. Efetivamente, a partir do momento em que as articulações fundamentais são instituídas nesta relação interdiscursiva, toda unidade que se desenvolverá de acordo com elas se encontrará *ipso facto* na mesma situação. Um enunciado de formação discursiva pode, pois, ser lido em seu “direito” e em seu “avesso”: em uma

face, significa que pertence a seu próprio discurso, na outra, marca a distância constitutiva que o separa de um ou vários discursos (MAINGUENEAU, 1997, p. 120).

Para nossos estudos, os quais envolverão as marcas de subjetividade e as vozes presentes nos discursos estudados, julgamos necessário o aporte dos conceitos bakhtinianos de dialogismo e polifonia. Percebe-se, comumente, uma confusão entre ambos os termos, advinda principalmente por entendimentos equivocados do complexo pensamento de Bakhtin. Logo, convém esclarecer essa confusão.

O princípio dialógico da linguagem, como já vimos, considera que os atos de linguagem são elementos sócio-históricos únicos, decorrentes da interação entre os indivíduos, levando-se em conta suas peculiaridades individuais e os elementos contextuais em que se dão esses fenômenos linguísticos. As construções discursivas decorrentes desses processos de interação, em vez de entes isolados, se entremeiam, de modo que atuem como elementos constituidores e constitutivos entre si. Assim, todo discurso pressupõe a existência de outro discurso, no qual se apoia e serve de base para a constituição de outros (BARROS, 1999; RECHDAN, 2003).

Já a noção de polifonia segue os mesmos rumos, mas com algumas distinções. Como já dissemos, todo discurso carrega marcas, sensíveis ou não, de outros existentes. Tais discursos são representados por várias vozes, encarregadas por enunciá-los e, a partir dessa relação, tecer a estrutura discursiva, produzindo sentidos. A relação entre essas vozes pode ser harmonizada a partir de uma voz principal, dominante, a qual conduz a formação discursiva (texto monofônico) ou tais vozes dialogam entre si, ainda que sejam dissonantes, ou mesmo opostas. Na visão de Bakhtin, a polifonia de fato somente se manifesta nessa condição de polêmica entre as várias vozes de um discurso (BARROS, 1999; RECHDAN, 2003).

Maingueneau (2004) apresenta posicionamento semelhante ao descrever esse fenômeno. Nessa acepção, a polifonia ocorre quando diversas “vozes” podem ser percebidas simultaneamente e identificadas em um enunciado. O autor trabalha esse conceito ao notar uma ambivalência do fenômeno enunciativo, na qual o “eu” enunciadador, em um discurso relatado, pode atuar ou não como o responsável pelo ato da fala ou servir como ponto de referência nessa situação enunciativa, assim como não assumir a responsabilidade por nenhuma dessas funções – apesar de enunciá-la.

Esse é um aspecto importante (e bastante complexo) na teoria bakhtiniana, que repercute fundamentalmente na abordagem discursiva tratada aqui. Essa relação entre as diversas vozes presentes na tessitura discursiva remete à abordagem de Foucault (2008) da

linguagem como o cenário de uma *luta hegemônica*, em que tais vozes se interagem e se articulam de modo que algumas delas se destaquem em relação às demais, “subjugando-as”, de acordo com os propósitos dos interlocutores (RAMALHO; RESENDE, 2006).

Maingueneau (1997) também designa esse relacionamento entre formações discursivas como um processo de intercompreensão ou, como o faz mais constantemente, de tradução delas. Isso ocorre porque, diante desse movimento dialógico entre discursos, um procura interpretar e reconstruir o outro mediante suas próprias regras, suas lógicas particulares.

Por isso, essa relação discursiva não deixa de ser, sobretudo, *polêmica*, já que esse processo envolve a transformação e, inclusive, a negação de determinadas estruturas, pois cada formação discursiva procura se colocar em evidência perante a outra, como forma de definir sua identidade. É desse diálogo polêmico e nesse espaço em que tal “embate” ocorre que as formações discursivas se transformam e geram outros discursos, já que “não existe relação com o Outro que seja independente de sua própria organização semântica” (MAINGUENEAU, 1997, p. 122).

3.3 Discurso e enunciação no jornalismo

Após a apresentação dos conceitos gerais nos quais nos apoiaremos daqui para frente, iremos agora trazê-los para o nosso contexto de análise. No caso, por nosso objeto de estudo ser um gênero jornalístico, devemos enquadrar os conceitos de discurso e enunciação sob a perspectiva do jornalismo e das mídias em geral, para facilitar a elaboração do quadro teórico de referência que instrumentalizará nossas análises, o que será feito ao final deste capítulo.

O jornalista Alfredo Vizeu (2003), ao tratar da produção de sentidos no jornalismo e, mais especificamente, como se dão as relações enunciativas nesse contexto, recorre a conceitos de Bakhtin já vistos em nossa pesquisa. Contudo, julgamos importante essa abordagem por levar em consideração as especificidades da produção jornalística, fato que nos será pertinente ao longo das análises.

Vizeu é adepto de uma visão construcionista da notícia, que é a mesma linha adotada neste trabalho (ver capítulo 1). De acordo com ele, a notícia é um fenômeno social compartilhado, em que é submetido a processos de construção e reconstrução, o tempo todo, pelas instâncias responsáveis – sejam produtoras ou receptoras.

Esse caráter (re)construtivo das notícias deve-se às propriedades dialógicas da linguagem, em que ela atua como meio de interação social. É por meio dessas interações, concretizadas a partir de enunciações e manifestas na e pela linguagem, que os sujeitos

envolvidos se inscrevem e se posicionam. Enfim, constrói-se uma relação discursiva graças a essas operações enunciativas, por meio das quais o jornalista constrói o acontecimento tendo em vista um receptor, ainda que idealizado. É dessa interação que se originam os discursos jornalísticos – tais como as notícias e os editoriais (VIZEU, 2003, p. 108).

Logo, esses discursos jornalísticos se engendram graças a relações enunciativas que não somente inscrevem os papéis exercidos por cada instância subjetiva, mas permitem a reconstituição do tempo do acontecimento, fato que não seria possível de outro modo (já que o tempo do fato e o tempo do jornalista não são coincidentes, nem se sobrepõem). Essas relações conferem ao discurso jornalístico um de seus atributos cruciais – a sua atualidade – mesmo se tratando de uma construção ou, como diz Fausto Neto (1991), uma *formação substitutiva* – por se colocar no lugar do fato real (VIZEU, 2003).

Outro aspecto importante sobre o discurso jornalístico é o seu caráter eminentemente *polifônico*. Isso ocorre pelo fato de esse tipo de discurso apoiar-se fortemente em fontes externas – cuja diversidade lhes confere, segundo os princípios do jornalismo, uma maior veracidade e credibilidade – mas também sofre influência de diversas fontes internas, as quais são decisivas em sua constituição.

O discurso jornalístico é produzido com base no concurso e no efeito daquilo que lhe ofertam outros códigos, isto é, outras vozes e múltiplas polifonias provenientes de outros campos culturais ou que deles são tomadas por empréstimo: vozes deontológicas – que dão conta de um certo fazer discursivo; as vozes da divisão social do trabalho inerente ao jornalismo; as vozes da pedagogia – cada vez mais o discurso jornalístico se insinua como um saber explicativo dos processos sociais (VIZEU, 2003, p. 112).

Ao tratar mais especificamente da enunciação jornalística, Vizeu (2003) afirma que, nesse processo, o jornalista toma como pressuposto o interesse do público naquilo que será noticiado. Tal julgamento se faz mediante o conhecimento prévio do profissional acerca de seu público-alvo (no que tange aos assuntos que lhes despertam relevância e interesse) e, a partir dessas impressões, constrói os textos jornalísticos.

Contudo, pela heterogeneidade dos prováveis receptores/leitores, não há controle sobre como as relações de sentido se darão nas instâncias de recepção, obrigando-o, assim, a trabalhar com expectativas de sentido, no momento da produção, e com expectativas de sucesso, em torno da recepção. O jornalista, nesse sentido, teria o papel de *direcionar* uma leitura dos acontecimentos, de modo a aumentar as chances de correspondência entre a *intenção* de sentido por ele criada e a *(re)criação* do sentido pelo leitor (MACHADO, 2006).

Um texto jornalístico é, por isso, um ato de linguagem que consiste no desdobramento de um trabalho de transformação, feliz ou infeliz, provocado pelas ações que a enunciação põe em cena, colocando, assim, em relação duas temporalidades limite, um antes e um depois, mediante uma temporalidade transformadora de mediação (VIZEU, 2003, p. 113-114).

Essas transformações remetem a uma característica importante do texto jornalístico, comentada no capítulo 1, que é a de apresentar de modo organizado e compreensível um recorte dos acontecimentos correntes no mundo que, por natureza, são concomitantes, imprevisíveis e, por que não, caóticos, impossíveis de serem apreendidos em sua totalidade.

Mas, além dessa propriedade organizadora, o texto jornalístico, a partir dos processos característicos de enunciação, também “autonomizam” esses acontecimentos, assim como tudo a eles relacionado, libertando-se das cargas semânticas tradicionais e permitindo novas construções simbólicas. Dessa forma, faculta-se ao receptor/leitor, conforme seu repertório sociocultural específico, atribuir novos sentidos, fazer novas leituras do mundo, mais apropriadas ao seu contexto (VIZEU, 2003, p. 114).

Essa polissemia não pode ser entendida como um fator problemático, contraditório ao caráter referencial (e, portanto, preciso) do jornalismo. Ao contrário, é a partir dessa “libertação semântica” a que se refere Vizeu (2003) que textos jornalísticos adquirem relevância em diferentes culturas, independentemente da origem, sendo consumidos e interpretados de modo a exercerem seu papel social (ver capítulo 1), além do fato de que os textos, com essas características, por serem consumidos com mais facilidade, também se tornam mais economicamente interessantes.

De modo geral, essas discussões acerca dos processos enunciativos no jornalismo reiteram como elemento fundamental a necessidade de reconhecimento mútuo entre a instância produtora e a receptora – especialmente da segunda com relação à primeira. É a partir desse reconhecimento que ambos constituirão um espaço interacional onde tais processos enunciativos possam se operacionalizar e, com isso, gerar as relações de comunicação – e, a partir daí, as construções discursivas, frutos decorrentes dessas interações.

Enfim, podemos dizer que uma condição imprescindível para a comunicação e seus processos intercorrentes é o estabelecimento de um *contrato* entre produtor e receptor. É a partir desse contrato que ambos, por meio de regras específicas, irão compor o espaço de interação necessário para as relações enunciativas e discursivas. Entretanto, para uma melhor definição e compreensão deste conceito, optamos por trabalhar em paralelo com duas

abordagens, a nosso ver, bastante similares e convergentes – a de *contrato de comunicação* e a de *contrato de leitura*.

O conceito de contrato de comunicação é um elemento crucial na teoria semiolinguística de Patrick Charaudeau. Ele seria como um parâmetro de como funciona cada situação comunicativa e os possíveis discursos concernentes a essas situações. Tal conceito é importante já que Charaudeau (2008) propõe um modelo multidimensional para compreender a realidade social, no qual envolve todas as dimensões presentes em um ato de linguagem. A meta do autor é articular esses elementos, em especial a identidade dos sujeitos envolvidos, seus papéis sociais, as relações sociais presentes, objetivos, representações e expectativas dos interlocutores com os elementos formais e semânticos do discurso em estudo.

O contrato de comunicação depende da adequação dos atributos do sujeito comunicador com relação ao seu papel social e os objetivos de seu projeto de fala. Além disso, é imprescindível o reconhecimento desses atributos por parte dos sujeitos destinatários para que estes funcionem, e isso ocorre por meio da interação e avaliação mútua entre os sujeitos envolvidos nessa relação de comunicação. Isso redefine constantemente a natureza do contrato e, conseqüentemente, constrói-se o ato de linguagem em conjunto. Trata-se, então, de um “modelo dinâmico socialmente condicionado” (NOGUEIRA, 2004).

Na obra *Discurso das mídias*, Charaudeau (2007, p. 67-68) adapta o seu conceito de contrato de comunicação aos discursos midiáticos. Ele seria entendido como um jogo de regulação de práticas sociais instauradas por indivíduos pertencentes a uma comunidade e pelos discursos de representação, de modo a justificar e valorizar tais práticas. Para que esse jogo tenha êxito, os interlocutores precisam estar cientes das restrições e constrangimentos que permeiam a situação de comunicação e, numa relação de *cointencionalidade*, efetuam as trocas linguageiras necessárias para que a comunicação aconteça.

Nessa acepção, o contrato envolve um duplo processo de transformação e transação. A transformação acontece quando um acontecimento, em estado bruto (mas já interpretado por quem o captou) é submetido a um complexo processo a partir do qual é transformado em “notícia”. Essa etapa depende da transação, em que a notícia é construída pela instância midiática (conforme seus critérios, convicções, interesses, ideologias) e retransmitida a uma instância receptora, que reinterpreta essa notícia a seu modo.

Charaudeau (2007) explica que as estratégias de enunciação em um contrato de comunicação organizam-se de duas formas – mediante *dados externos* ou *dados internos*.

Dados externos: são características manifestas em uma prática social determinada, decorrentes das regularidades comportamentais dos indivíduos e das trocas sociais entre eles,

em especial das constantes que marcam tais trocas, as quais se mantêm regulares por certo período. Essas características são confirmadas por discursos de representação que lhe atribuem valores.

Dados internos: são características concernentes aos discursos produzidos ao longo de uma situação de comunicação, tais como a posição dos falantes, as formas verbais a se utilizar, ou seja, ao “como dizer”. Essas características dizem respeito aos constrangimentos existentes no contrato de comunicação, os quais os falantes precisam reconhecer mutuamente para que haja uma situação comunicativa.

Quanto ao contrato de leitura, podemos defini-la como uma relação estreita entre os receptores e o suporte com o qual o produtor irá estabelecer as relações enunciativas e discursivas. É um conjunto de regras e estratégias que estruturam os “modos de dizer” da instância produtora ou, em outras palavras, a maneira que tal instância (no nosso caso, o jornal impresso) se apresenta e interpela o receptor, propondo assim a relação contratual – a qual é concretizada a partir do reconhecimento mútuo entre as instâncias e manifestas sob forma de textos (MACHADO, 2006; FAUSTO NETO et al., 2010).

Para uma definição mais densa, recorreremos à formulação de Verón (2004, p. 236).

O conceito de contrato de leitura implica que o discurso de um suporte de imprensa seja uma espécie de espaço imaginário onde percursos múltiplos são propostos ao leitor; uma paisagem, de alguma forma, na qual o leitor pode escolher seu caminho com mais ou menos liberdade, onde há zonas nas quais ele corre o risco de se perder ou ao contrário, que sejam perfeitamente sinalizadas. Ao longo de todo o seu percurso, o leitor reencontra personagens diferentes, que lhe propõem atividades diversas e com os quais ele sente mais ou menos desejo de estabelecer uma relação, conforme a imagem que eles lhe dão (...). Um discurso é um espaço habitado, cheio de atores, de cenários e de objetos, e ler é “movimentar” esse universo, aceitando ou rejeitando, indo de preferência para a direita ou para a esquerda, investindo maior ou menor esforço (...). Ler é fazer.

Em uma situação de contrato, as relações entre um enunciado e o outro variam de acordo com a relação que o emissor estabelece com o que ele diz. Cria-se, desse modo, uma relação interdiscursiva, em que o receptor capta e reconstrói as mensagens conforme seus repertórios sociais, históricos e culturais, gerando-se assim outros discursos. Cria-se uma negociação contínua entre produtores e receptores, baseada em uma troca permanente de sentidos (FAUSTO NETO et al., 2010, p. 4)

No entanto, uma condição crucial para a firmação desse contrato é o reconhecimento mútuo das falas de um e de outro, mais especificamente do reconhecimento por parte do

receptor/leitor dos “modos de dizer” propostos pelo produtor. Essa atenção especial à instância produtora é justificável quando um dos elos é um meio de comunicação de massa (como o jornal impresso), cujos discursos estruturam-se a partir de intenções de sentido, as quais serão negociadas com seus leitores, sob risco de não haver correspondência entre o sentido desejado e o sentido reconstruído. Nessa relação, é a mídia que sempre propõe o contrato (MACHADO, 2006; FAUSTO NETO et al., 2010).

Essa importância é frisada por Fausto Neto et al. (2010, p. 4-5):

Nos contratos enunciativos não são relevantes apenas as modalidades do dizer-mostrar, mas também os modos de reconhecer os receptores. O reconhecimento, por parte do receptor, influencia os 'modos de dizer' do enunciador. Reconhecer também é produzir sentidos; enunciador e receptor se atualizam num processo específico.

No caso tratado nesta pesquisa, essas formas de reconhecimento se dariam a partir de valores transmitidos pelos órgãos de imprensa, que refletiriam os seus critérios para o recorte e reconstrução dos fatos da realidade, suas impressões e expectativas relativas a estes – e sua adesão/identificação por parte dos leitores. Além dessas balizas específicas, também atuam nesse sentido todo o conjunto de ideias e conceitos inerentes ao papel social do jornalismo e seu compromisso com a veracidade e a credibilidade, devido ao fato de ele ser um dos meios pelo qual a sociedade poderá tomar ciência dos acontecimentos do mundo.

3.4 Metodologia

Terminada a apresentação dos conceitos centrais de nossa pesquisa, o objetivo agora é construir um quadro analítico com o qual daremos seguimento à análise do *corpus* selecionado.

Em seu modelo de ACD, Fairclough (2001a) trata a prática discursiva como mediadora entre o texto e a prática social. Assim, os processos de produção e interpretação influenciam na natureza da prática social, ajudando a moldá-la, enquanto que esses mesmos processos também intervêm na forma textual e nela deixam seus rastros. É por meio dessas pistas, decorrentes da prática discursiva, que o analista irá identificar essas relações entre texto e prática social.

Logo, seu método de análise também consiste em três etapas:

a) *Análise do texto*: consiste basicamente na análise forma/significado. A operacionalização dessa análise perpassa a estrutura global do texto, organização dialógica

(forma de relação entre emissor/produtor e receptor/leitor), relações coesivas, sintaxe (o que inclui também a transitividade, modo e modalidade) e o vocabulário.

b) *Análise da prática discursiva*: análise de aspectos sociocognitivos de produção e interpretação dos textos (esse último termo também é chamado por Fairclough de distribuição e consumo), das relações entre o evento discursivo e as ordens do discurso – relacionados a ambientes socioeconômicos e políticos específicos. Além disso, também se preocupa com aspectos ligados à força (atos de fala desempenhados), coerência (conexões, inferências e pressupostos ideológicos) e com o diálogo entre outros textos e discursos de gêneros diversos (intertextualidade e interdiscursividade);

c) *Análise da prática social*: análise dos diferentes níveis de organização social: contexto local, contexto institucional, contexto cultural. Nessa esfera, são discutidas as relações de poder e ideologia no evento discursivo (manifestas nos “rastros” deixados pelo texto), assim como as relações hegemônicas, as quais limitam as escolhas gênero-discursivas em defesa de um poder dominante. Para isso, observam-se aspectos textuais como sentidos, pressuposições, metáforas, orientações econômicas, políticas, culturais e ideológicas.

A conexão entre o texto e a prática social é vista como mediada pela prática discursiva: de um lado, os processos de produção e interpretação são formados pela natureza da prática social, ajudando também a formá-la e, por outro lado, o processo de produção forma (e deixa vestígios) no texto, e o processo interpretativo opera sobre 'pistas' no texto (FAIRCLOUGH, 2001a, p. 35-36).

Análise textual

Com relação à análise textual, a ACD apega-se, principalmente, aos seguintes elementos: ao estudar o vocabulário, atém-se às escolhas lexicais efetuadas e às implicações que isso traz na constituição dos sentidos; quanto à gramática, o foco é verificar as combinações entre palavras e frases de modo a interferir nessa constituição; a coesão está relacionada à concatenação entre estruturas frasais e períodos e, por fim, a estrutura textual seria o conjunto de tudo isso, a tessitura formada a partir dessas relações sintático-lexicais que estrutura e orienta, no âmbito da superfície, as relações de sentido.

Para fortalecer nosso aparato teórico de análise textual, utilizaremos três ferramentas voltadas para essa finalidade, descritas por Fowler (1991) e Fairclough (2001a; 2001b) – a transitividade, a lexicalização e a modalidade.

a) *Transitividade*: esse conceito diz respeito aos processos verbais em que estão envolvidos os elementos das estruturas textuais, os quais variam de acordo com o verbo

utilizado e os tipos de construções em que são empregados. Esses processos verbais podem ser relacionais, em que o verbo (no caso, verbos de estado/permanência) descreve algum tipo de relação entre os participantes, ou acionais, em que indicam o tipo de ação realizada e qual a meta/objetivo dessa ação.

A transitividade relaciona-se também com o destaque, minimização ou o apagamento de fatos e/ou pessoas no processo enunciativo. Esses processos de transformação manifestam-se pela transformação de orações em nomes ou formas nominais (*nominalização*) ou pelo uso da voz passiva (*passivização*) – ver os mesmos termos também em Thompson (2002).

b) *Lexicalização*: este item preocupa-se tanto com a seleção lexical quanto com a criação de novos elementos lexicais no discurso. Assim, o interesse em estudar essa faceta está nas acepções que cada item de vocabulário assumirá nas construções discursivas, levando-se em conta tanto seus significados literais quanto os propósitos com os quais tais elementos são utilizados, que podem concorrer na geração de novos significados.

c) *Modalidade*: as modalizações expressam o grau de afinidade e/ou comprometimento do escritor com as proposições expostas no texto, manifestas em expressões adverbiais, verbos modais (poder, dever...) ou que exprimem uma dúvida ou divagação (parecer, imaginar...). Ela tanto pode ocorrer no sujeito da frase ou relacionar-se ao objeto ou predicativo. O uso de termos com função adjetiva também são modalizadores, já que servem para qualificar pessoas e/ou eventos a que estão relacionados e transmitir juízos de valor, enfatizando ou obscurecendo aspectos de seus referentes.

Análise da prática discursiva

Para a análise da prática discursiva, utilizaremos as seguintes ferramentas: a) a produção dos textos³; b) a força dos enunciados, referente ao tipo de relação enunciativa que é proposta e ao emprego dos termos e expressões mediante o contexto sócio-histórico-cultural; c) a coerência entre os elementos constituintes da estrutura textual e as relações intertextuais. Em nossos estudos, iremos englobar os fenômenos inerentes à enunciação nas análises de práticas discursivas, já que elas se preocupam exatamente com os “modos de dizer”.

No primeiro caso, o foco está nos aspectos que envolvem como os textos são produzidos e veiculados aos públicos de interesse. Essa questão está diretamente ligada à relação contratual que os órgãos de imprensa procuram estabelecer com seus leitores a partir

³ O modelo de ACD de Fairclough contempla também a análise das condições de distribuição e consumo, entendidas como as formas em que os discursos são veiculados pela instância produtora e interpretados pelos receptores. Entretanto, esses aspectos fogem aos objetivos dessa pesquisa e, por isso, foram suprimidos.

de seu produto (o jornal), assim como as práticas enunciativas e discursivas dela decorrentes, em que há constantes trocas de sentidos.

Em relação ao segundo tópico, utilizaremos as categorizações de Vizeu (2003, p. 115) acerca das formas de enunciação jornalística, as quais são “marcadas por processos de raciocínio ou cadeias de razões que visam a determinados efeitos de reconhecimento (apreensão, compreensão pela audiência)”. Esses efeitos são descritos no quadro abaixo:

FORMAS DE ENUNCIAÇÃO JORNALÍSTICA	CARACTERÍSTICAS
ANÚNCIO	Dizer o que aconteceu ou o que vai acontecer; dizer o que alguém disse (forma de marcar a relevância do dito).
DESCRIÇÃO	Relatar as etapas do fato, seus personagens, comportamentos, atitudes e circunstâncias; ou mostrar um quadro da situação em que conste seus aspectos mais importantes.
DEMONSTRAÇÃO	Provar a relevância, validade ou veracidade do que foi anunciado ou descrito.
ARGUMENTAÇÃO	Fazer inferências a partir do dito ou do realizado.
PERSUASÃO	Convencer o interlocutor da importância e da veracidade do relato.

Quadro 2 – Formas e características da enunciação jornalística.

Adaptado de: Vizeu, 2003, p. 115.

Ainda sobre esse assunto, Fausto Neto (1999, p. 80-84) também apresenta três dispositivos analíticos para verificar as “vozes” dos jornais e suas competências, as quais são identificadas a partir da utilização de certos dispositivos enunciativos por meio dos quais os jornais exercem sua competência.

a) *Voz avaliativa*: expressa por meio de expressões de julgamento, tais como o uso de advérbios de modo e outras que denotam juízos de valor, no caso, qualificadores. Assim, o jornal põe em relevo o acontecimento noticiado, assim como se reveste de um discurso de autoridade, com o qual exerce sua competência — posicionar-se perante ele, solidarizar-se a opiniões ou refutá-las, sob a bandeira de defender o leitor e o interesse coletivo.

b) *Voz programativa*: expressa por meio de expressões de caráter conclusivo, ou aquelas que induzem o interlocutor a tomar uma posição ou agir de determinado modo, como se fosse a conduta mais apropriada. Aqui, o jornal cumpre um papel de “agendamento” de comportamentos ao enfatizá-los e propô-los como corretos.

c) *Voz sentenciadora*: aqui, o jornal assume a função de um “tribunal”, em que profere sentenças a serem cumpridas. Isso ocorre por meio de expressões declarativas por meio das quais se emitem julgamentos em relação aos fatos tratados e seus desdobramentos. Assim, o jornal não apenas “ordena” as instituições a agirem conforme seus desígnios, mas faz o mesmo também com o público, interpelando-o a seguir tais “ordens”.

Isso confere poder à afirmação, segundo a qual acontecimento e enunciação cada vez mais se equivalem, o que permite pensar que, se a enunciação é uma 'tomada de palavra' através de processos singulares de apropriação feita junto à linguagem pelo sujeito, por sua própria conta e risco, as diferentes instituições midiáticas produzem, a partir do “saber jornalístico” - por exemplo -, e segundo enunciações singulares, seus respectivos projetos de construção e de visibilidade da verdade. Cada jornal constrói por meio de suas modalidades discursivas a oferta de sua respectiva referência (FAUSTO NETO, 1999, p. 17-18).

Quanto à coerência, Fairclough (2001a, p. 171) diz se tratar de um atributo que não é inerente ao texto, mas atribuído pelos seus intérpretes – incluído o próprio autor. Logo, não segue critérios lógicos, mas varia conforme o propósito de quem o lê – fato que pode gerar determinações e ambivalências nas inúmeras interpretações possíveis de um texto.

Em relação à intertextualidade, Fairclough (2001a, p. 114) afirma que a “propriedade que têm os textos de ser cheios de fragmentos de outros textos, que podem ser delimitados explicitamente ou mesclados e que o texto pode assimilar, contradizer, ecoar ironicamente, e assim por diante”. Esse conceito é entendido como um sinônimo da *heterogeneidade mostrada* cunhada por Authier-Revuz, da mesma forma que a interdiscursividade (da qual falaremos depois) equivale à *heterogeneidade constitutiva*.

Um ponto interessante tratado por Fairclough (2001a, p.134-135) sobre essa questão diz respeito ao caráter de historicidade da intertextualidade. Com base nos trabalhos de Julia Kristeva (a quem se atribui a origem desse conceito), ele explica que, por meio da intertextualidade, insere-se a história nos textos e os textos inserem-se na história. Em outras palavras, esse diálogo entre textos permite que textos antigos (citados) sejam revistos, retrabalhados e ganhem perspectivas diferenciadas, novas leituras – gerando-se dessa maneira textos novos, com existências e identidades próprias. Tal constatação nada mais é do que uma reiteração do caráter dialógico da linguagem, como já foi dito anteriormente.

Como ferramentas para a análise da intertextualidade, Fairclough (2001a) cita quatro delas, todas também vistas em Maingueneau (1997):

Representação de discurso: referem-se às manifestações mais conhecidas de intertextualidade ou, nas palavras de Maingueneau (1997; 2004) e Authier-Revuz (1990), às formas de *discurso relatado*, tais como:

- 1) Discurso direto: quando o enunciador “dá a palavra” para outra fonte manifestar-se, ou cita-a ao longo do discurso – por meio de aspas ou travessões.
- 2) Discurso indireto: quando o enunciador reinterpreta as palavras de uma fonte.

3) Citação: quando, ao longo do discurso, o enunciador faz menção a palavras de outro, destacando-as com sinais gráficos;

4) Discurso indireto livre ou figuras semânticas: quando as vozes do sujeito e do outro se confundem e, a partir dessa aparente “confusão”, surgem significados específicos (BRANDÃO, 1993).

No discurso midiático, geralmente se vê o “apagamento do eu”. Isso ocorre quando o “eu” enunciador desaparece do texto, criando o efeito de que tanto os acontecimentos relatados quanto os personagens envolvidos é que “falam por si mesmos”. Há, nesse caso específico, a junção de um discurso citante (a apresentação/contextualização de um acontecimento pelo jornalista) com a de um discurso citado (a transcrição da fala de uma fonte). Esse fenômeno está presente nos discursos relatados ou em qualquer outro que se apoie em um segundo, e indicam quando o enunciador não é responsável pelo enunciado (MAINGUENEAU, 2004).

Pressuposições: São proposições existentes no texto, já tidas como estabelecidas, mas que não estão expressas claramente – embora sejam perceptíveis a partir de pistas detectáveis na organização do texto. Fairclough (2001a) enquadra nesse tópico também as negações, tidas também como pressuposições, as quais se manifestam gramaticalmente (a partir do uso de termos de negação, como o advérbio *não*) ou semanticamente (a frase “a existência de extraterrestres é uma mentira” equivale a “a existência de extraterrestres não é verdade”).

Metadiscurso: trata-se de um tipo peculiar de intertextualidade, resultante da “construção pelo enunciador de níveis distintos no interior de seu próprio discurso” (MAINGUENEAU, 1997, p. 93). A partir desses níveis, o enunciador coloca-se em uma posição de distanciamento de seu próprio discurso, de modo a controlá-lo e manipulá-lo conforme seus propósitos. Essas manifestações metadiscursivas podem ocorrer a partir de expressões evasivas, retificadoras, paráfrases, etc.

Ironia: também uma forma intertextual peculiar, ela ocorre quando há uma dissonância entre o significado de um enunciado e a função para a qual ele se serve em um discurso, de acordo com o enunciador. A identificação dessa não correspondência entre o significado original e o significado operacionalizado vai depender do intérprete, conforme as pistas intra e extratextuais que puder detectar.

Análise da prática social

Na análise da prática social, o conceito de hegemonia estabelece-se como uma matriz, pois é com base nas relações de poder que as práticas discursivas serão interpretadas, de

forma a verificar se estas se configuram como mecanismos para a reprodução, manutenção e sustentação de um poder vigente – ou, ao contrário, para o seu combate, desestruturação e transformação (MAGALHÃES, 2001).

Para tal, dispomo-nos de duas ferramentas principais. Uma delas irá verificar as relações existentes entre os discursos com outros tipos de discursos existentes, ou entre ordens de discurso diversas. Trata-se, novamente, de uma relação dialógica, em que tipos e ordens discursivas se transformam mediante um “enfrentamento”, reproduzindo dessa maneira a luta hegemônica na sociedade. É dessas relações que a interdiscursividade irá se ocupar.

Para a análise da interdiscursividade, Fairclough (2001a, p. 161-164) propõe alguns instrumentos importantes na definição dos elementos constituintes das ordens do discurso, os quais permeiam as relações discursivas. Vamos a eles:

a) Gênero: O conceito de gênero diz respeito a conjuntos relativamente estáveis de convenções que representam atividades sociais socialmente consagradas, como as entrevistas de emprego, uma conversa informal ou um artigo assinado no jornal. Essas características inerentes ao gênero não dizem respeito apenas aos textos produzidos, mas todos os elementos intervenientes em seus processos de produção, distribuição e consumo.

b) Estilo: O estilo de um texto varia conforme: a) o tipo de relação existente entre os interlocutores – informal, íntimo, oficial, etc.; b) o modo como este é emitido (verbal, escrito ou uma combinação de ambos); c) ou o modo, levando-se em conta os interlocutores, gêneros e discursos, como nos casos dos “escritos informais” ou das “falas oficiais”.

c) Discurso: Aqui, Fairclough se refere às dimensões do texto construído ou, de outro modo, às formas particulares como tais discursos são construídos, conforme os assuntos ou áreas de conhecimentos a que se enquadram.

Fairclough (2001a; 2001b) trata como fundamental para a ACD o trabalho cominado dos conceitos de intertextualidade e interdiscursividade com o de hegemonia, pois é a partir daí que a ACD irá contribuir efetivamente para uma mudança social, ao situar os discursos em um contexto de mudança sócio-histórica e cultural. Assim, o cenário de instabilidade entre esses discursos (já que estão atrelados a contextos particulares) e a transformação entre eles, decorrente desse “cenário de luta”, contribuirão para uma modificação – ainda que lenta e gradual – não apenas dos discursos individuais, mas das ordens de discurso e, por conseguinte, das práticas discursivas e das instituições sociais.

Pode-se considerar uma ordem de discurso como a faceta discursiva do equilíbrio contraditório e instável que constitui uma hegemonia, e a

articulação e rearticulação de ordens de discurso são, conseqüentemente, um marco delimitador na luta hegemônica. Além disso, a prática discursiva, a produção, a distribuição e o consumo (como também a interpretação) de textos são uma faceta da luta hegemônica que contribui em graus variados para a reprodução ou a transformação não apenas da ordem de discurso existente (por exemplo, mediante a maneira como os textos e as convenções prévias são articulados na produção textual), mas também das relações assimétricas existentes (FAIRCLOUGH, 2001a, p. 123-124).

A segunda ferramenta de análise da prática social também se relaciona com as lutas hegemônicas, mas atua de outro modo. Ela vai verificar como os discursos e ordens discursivos agem como construções ideológicas, formas simbólicas cuja função é justamente a implantação/reprodução/manutenção de relações de dominação – ou também, ao contrário, para a sua contestação/desestruturação/transformação.

Originalmente, Fairclough apoiara-se nos estudos de Louis Althusser sobre ideologia – embora em obras mais recentes ele tenha se valido de teóricos ligados ao Realismo Crítico para tal. Diferentemente de Althusser, que subestimou o papel do sujeito como possível agente nas práticas ideológicas (papel destinado apenas às estruturas), Fairclough recomenda também tratar desse aspecto segundo a abordagem dialética. Dessa forma,

Os sujeitos são posicionados ideologicamente, mas são capazes de agir criativamente no sentido de realizar suas próprias conexões entre as diversas práticas e ideologias a que estão expostos e de reestruturar as práticas e as estruturas posicionadoras. O equilíbrio entre o sujeito ‘efeito’ ideológico e o sujeito agente ativo é uma variável que depende das condições sociais, tal como a estabilidade relativa das relações de dominação (FAIRCLOUGH, 2001a, p. 121).

Neste trabalho, utilizaremos as concepções de ideologia de Thompson (2002, p. 75-76). Sua abordagem segue uma concepção crítica, preocupada em verificar o entrecruzamento entre as formas simbólicas e as relações de poder, de modo a entender como esses mecanismos simbólicos atuam em implantar e manter relações de dominação dentro de contextos socioculturais específicos e historicamente determinados – já que essas formas simbólicas não são, *per se*, ideológicas.

Por formas simbólicas, conceito fundamental dessa abordagem, Thompson (2002, p. 79) entende-as como “um amplo espectro de ações e falas, imagens e textos, que são produzidos por sujeitos e entendidos por eles e outros como construtos significativos”. Tais formas podem ser linguísticas, não linguísticas (por exemplo, as imagéticas) ou quase linguísticas (por exemplo, em uma peça composta por textos e imagens).

A partir desses parâmetros, Thompson (2002, p. 81-89) estabelece um quadro analítico com o qual pretende estudar os modos de operação da ideologia. Este quadro mostra-se particularmente útil para os propósitos de nossa pesquisa, pois dá especial atenção ao uso dos recursos linguísticos como mecanismos de construção simbólica. Segundo o autor, isso se dá segundo cinco modos:

1) *Legitimação*: manifesta-se quando as relações de dominação existentes são veiculadas e interpretadas como justas e dignas de apoio. Essa legitimação pode se dar por meio de estratégias como a racionalização, em que é construída uma cadeia de raciocínio, argumentos e construções lógico-discursivas para convencer os indivíduos de que uma determinada construção simbólica é legítima, merecendo sua adesão; a universalização, em que acordos e interesses particulares são tratados e interpretados como de interesse coletivo; e a narrativização, em que tais construções são inseridas em uma tradição histórico-cultural e fariam parte de um legado.

2) *Dissimulação*: ocorre quando as relações de dominação são, de algum modo, ocultadas, negadas ou disfarçadas, de modo que elas sejam interpretadas de forma distinta da original. Essa dissimulação manifesta-se por meio de estratégias de deslocamento, em que designações e conotações feitas a um objeto são transferidas a outro, positivas ou não; eufemização, em que há uma valoração positiva de um objeto, em geral a partir da minimização de aspectos instáveis e negativos; e tropo, quando se utilizam figuras de linguagem (tais como a sinédoque, a metonímia e a metáfora) com esses mesmos propósitos.

3) *Unificação*: há operações desse tipo quando as relações de dominação procuram estabelecer uma unidade entre os indivíduos, interligando-os a partir da construção de uma identidade coletiva, independentemente de quaisquer diferenças que poderiam desuni-los. A unificação se opera por meio de estratégias de padronização – as formas simbólicas são padronizadas e partilhadas entre os indivíduos, constituindo-se em referenciais comuns – e de simbolização, voltada para a construção de símbolos com o objetivo de constituir uma identificação coletiva.

4) *Fragmentação*: aqui, as relações de dominação se estabelecem e se sustentam a partir da segregação de elementos tidos como negativos para a ordem constituída, mobilizando assim os grupos dominantes para tal. Isso se dá a partir de estratégias de diferenciação, em que se procura enfatizar as características que diferem o grupo apartado dos demais, com vistas a acentuar a divisão entre eles; e expurgo do outro, que nada mais é do que criar um inimigo, o qual deve ser combatido por ser algo tido como ameaçador para os indivíduos, ou um desafio a ser superado.

5) *Reificação*: por fim, os modos de reificação atuam de modo que situações transitórias sejam representadas como naturais ou permanentes – a partir da eliminação ou ocultação do caráter sócio-histórico dessas formas simbólicas. Isso ocorre por meio de estratégias de naturalização, em que criações sócio-histórico-culturais são interpretadas como elementos naturais; eternização, em que essas criações são vistas como perenes, imutáveis, transcendentais à própria sociedade; e nominalização/passivização, em que sentenças, ações e personagens envolvidos são transformadas em nomes ou construídas sob uso de verbos na voz passiva, em que se prioriza os processos em detrimento dos indivíduos agentes e das ações, sendo retratadas como fenômenos espontâneos, atemporais e duradouros.

Para facilitar a utilização desses modos e estratégias, utilizamos um quadro-resumo elaborado por Ramalho e Resende (2006):

MODOS GERAIS DE OPERAÇÃO DA IDEOLOGIA	ESTRATÉGIAS TÍPICAS DE CONSTRUÇÃO SIMBÓLICA
LEGITIMAÇÃO (relações de dominação são representadas como legítimas)	RACIONALIZAÇÃO (uma cadeia de raciocínio procura justificar um conjunto de valores)
	UNIVERSALIZAÇÃO (interesses específicos são apresentados como interesses gerais)
	NARRATIVIZAÇÃO (exigências de legitimação inseridas em histórias do passado que legitimam o presente)
DISSIMULAÇÃO (relações de dominação são ocultadas, negadas ou obscurecidas)	DESLOCAMENTO (deslocamento contextual de termos e expressões)
	EUFEMIZAÇÃO (valoração positiva de instituições, ações ou relações)
	TROPO (sinédoque, metonímia, metáfora)
UNIFICAÇÃO (construção simbólica de identidade coletiva)	PADRONIZAÇÃO (um referencial padrão proposto como fundamento partilhado)
	SIMBOLIZAÇÃO DA UNIDADE (construção de símbolos de unidade e identificação coletiva)
FRAGMENTAÇÃO (segmentação de indivíduos e grupos que possam representar ameaça ao grupo dominante)	DIFERENCIAÇÃO (ênfase em características que desunem e impedem a constituição de desafio efetivo)
	EXPURGO DO OUTRO (construção simbólica de um inimigo)
REIFICAÇÃO (retratação de uma situação transitória como permanente e natural)	NATURALIZAÇÃO (criação social e histórica tratada como acontecimento natural)
	ETERNALIZAÇÃO (fenômenos socio-históricos apresentados como permanentes)
	NOMINALIZAÇÃO/PASSIVIZAÇÃO (concentração da atenção em certos temas em detrimento de outros, com apagamento de atores e ações)

Quadro 3 – Modos de operação da ideologia conforme Thompson

Fonte: Ramalho; Resende, 2006, p. 52.

Diante da extensão dos conceitos e ferramentas com os quais iremos trabalhar daqui para frente, utilizaremos o quadro-resumo abaixo. Trata-se de um esquema de como as análises se procederão segundo as balizas da ACD, e quais os aspectos que enfim serão levados em conta para tal.

TEXTO	PRÁTICA DISCURSIVA	PRÁTICA SOCIAL
Vocabulário Gramática Coesão Estrutura textual	Produção Contexto Coerência	Interdiscursividade
	Força	Gênero Discurso Estilo
	Formas de enunciação (anúncio, descrição, demonstração, argumentação, persuasão) Vozes (programativa, avaliativa, sentenciadora)	Ideologia Legitimação Dissimulação Unificação Fragmentação Reificação
Transitividade Lexicalização Modalidade	Intertextualidade	Hegemonia
	Representação do discurso (direto, indireto, citação, indireto livre) Pressuposições Metadiscurso Ironia	Orientações econômicas, políticas, culturais, ideológicas

Quadro 4 – Categorias analíticas da ACD

Adaptado de: Ramalho; Resende, 2006, p. 29.

Nos próximos dois capítulos, iremos nos ater especificamente no nosso objeto de estudo, ou seja, o jornal *Bom Dia Nauru*. O próximo capítulo fará uma breve descrição da empresa controladora do periódico e o seu contexto de atuação (região, concorrência, tiragens...), com o intuito de saber mais sobre a identidade do órgão. Em seguida, iniciaremos as análises dos editoriais publicados no período de 2006 a 2007, conforme o quadro teórico composto neste capítulo.

4 O JORNAL *BOM DIA BAURU*: CARACTERÍSTICAS EDITORIAIS

Após a apresentação dos fundamentos teóricos norteadores desta pesquisa e da definição dos instrumentos metodológicos que a subsidiarão, iremos nos ater à descrição de nosso objeto de estudo, a qual se dividirá em duas etapas. Na primeira, faremos um breve histórico da instituição, suas principais características e dados que ilustram o seu grau de abrangência no Estado de São Paulo. Na segunda, discutiremos rapidamente sobre os princípios editoriais do jornal, em conformidade com o referencial teórico utilizado, entre outros autores pertinentes à discussão.

4.1 Mídia local: breves considerações

Antes de partirmos para essa etapa descritiva, situaremos rapidamente o nosso objeto com base em alguns conceitos que, a nosso ver, trarão contribuições pertinentes para compreendê-lo mais apropriadamente. Para isso, vamos utilizar o conceito de mídia local, seguindo as perspectivas de Peruzzo (2003) e Oliveira (2009).

Sucintamente, Peruzzo (2003, p. 68) define local como sendo um “espaço característico constituído por partes que se relacionam, mas que ora se identificam, dependem uma das outras, e ora são excludentes”. Para que essa definição não se confunda com outro conceito também trabalhado em seu texto – o de regional – a autora aponta como solução uma abordagem relacional entre o local e o regional – destacando seu caráter intrínseco.

Dessa forma, local e regional somente podem ser compreendidos se ambos os conceitos forem estudados na relação de um com outro, ou com outras dimensões de espaço. O regional apresenta feições mais variáveis, dependendo de qual região se trata. Já o local é mais circunscrito, integra uma espacialidade mais abrangente – mas apresenta características bem específicas (PERUZZO, 2003, p. 68).

No entanto, o local ao mesmo tempo em que não permite a demarcação exata de fronteiras, também carrega o sentido de um espaço determinado de um lugar específico ou até mesmo de uma região, no qual a pessoa se sente inserida e partilha sentidos com seus semelhantes. É o espaço que lhe é familiar e congrega identidades. Os acontecimentos dizem respeito mais diretamente à vida das pessoas daquela localidade (PERUZZO, 2003, p. 68).

É a partir dessa lógica que Oliveira (2009) parte para suas definições de comunicação regional e comunicação local. Mais do que uma faceta eminentemente geográfica, um órgão

de mídia dessa natureza caracteriza-se por empreender movimentos de inserção (*regionalizar*), em que se procura basicamente representar identidades regionais e desenhar uma geografia de mercado, de modo a atender tanto produtores quanto consumidores dos produtos midiáticos – notícias, entretenimento, bens simbólicos de toda ordem. Assim, se uma empresa de comunicação pretende se caracterizar como regional ou local deve atuar de forma articulada, em ações que envolvem o (re) ordenamento do espaço de atuação, dos indivíduos e organizações ocupantes desse espaço.

Para se analisar o fenômeno da comunicação regional, Sousa (2003) e Oliveira (2009) pedem para que sejam considerados dois fatores intrinsecamente relacionados – cenário geográfico e dimensão social. Isso porque a comunicação nesse escopo, especialmente no que tange ao local, integra-se à região em que atua – demarcando territórios, dominando espaços, interferindo direta e indiretamente na cultura e nos modos de seus habitantes.

Pelo caráter de proximidade dessa relação, firma-se um compromisso tácito entre a comunidade e o agente midiático, por meio do qual ambos crescem e se desenvolvem conjuntamente, estendendo esse desenvolvimento à área de atuação.

A territorialização é, de facto, um conceito chave para se explicitar o que se entende por comunicação social regional e local. O conceito de comunicação social regional e local não abarca as comunidades fisicamente desterritorializadas, como aquelas que se formam no ciberespaço ou no mundo global. Pelo contrário, a comunicação social regional e local tem sempre por *referente* um território, um espaço físico, uma área geográfica. É aquela que se vincula à realidade regional e local, à vida quotidiana da comunidade onde se insere, à vida comercial dessa comunidade, à dinamização sócio-cultural comunitária, à “necessidade de reafirmar a personalidade própria face aos outros povos” (LÓPEZ GARCÍA, 1995 apud SOUSA, 2003, p. 16, grifos do autor).

Sobre as funções dessa comunicação regional e local, Sousa (2003) e Oliveira (2009) e Sousa (2003) afirmam que, além daquelas já consagradas (como informar e entreter), os meios com tais características acabam por conferir um caráter utilitário ao seu trabalho. As constantes trocas informativas geradas por meio da veiculação de informação pelas empresas de mídia criam vínculos (ou os solidificam) entre os participantes, viabilizando um processo de integração e reintegração dos membros da comunidade.

A comunicação social local regional e local tem também uma importante função de *produção simbólica comunitária*. Este papel é o que mais contribui para a integração, socialização e aculturação dos membros da comunidade, pois agudiza o *sentimento de pertença* (...) e permite ver o “outro de fora” como genericamente diferente, enquanto o “outro daqui”

como genericamente semelhante (...). A esse nível, a comunicação social regional e local pode também ser um *veículo de resistência* às pressões globalizadoras e desterritorializadoras mas igualmente um *veículo de projeção do local no global* –de *glocalidade* (SOUSA, 2003, p. 17-18, grifos do autor).

A ampliação e especificação desses conceitos fogem às finalidades deste trabalho, mas pudemos constatar que a sua pertinência e compreensão adequada mostram-se oportunos para uma análise mais acurada das políticas editoriais do jornal *Bom Dia*. Em primeiro lugar, pela sua condição *sui generis* de organização em rede, em que cada divisão (entre as quais está o *Bom Dia Bauru*) procura estabelecer-se como um órgão de mídia local, sem perder de vista seu caráter mais abrangente – como célula de uma estrutura bem mais ampla. Em segundo lugar, pela sua posição declarada de estabelecer vínculos mais fortes e duradouros com seu leitor (elemento essencial em contextos de mídia local), e as estratégias utilizadas para tal.

4.2 A Rede Bom Dia

A Rede Bom Dia de jornais foi fundada em 2005 sob o comando do grupo Traffic, do jornalista e empresário J. (José) Hawilla, empresa de *marketing* esportivo com forte atuação no mercado de comunicação. O grupo, além de atuar no comércio de direitos de TV e patrocínio de competições esportivas, é proprietário de produtoras de vídeo e emissoras de televisão – a TV TEM, criada em 2003 a partir da fusão de outras quatro emissoras afiliadas à Rede Globo de Televisão atuantes nas regiões de Bauru (TV Modelo), Itapetininga (TV Itapetininga), São José do Rio Preto (TV Progresso) e Sorocaba (TV Aliança Paulista).

A primeira praça (sede regional) do *Bom Dia* foi inaugurada em 2005 em São José do Rio Preto. A partir daí, outras 11 sedes surgiram em diferentes regiões do Estado – Bauru, Sorocaba, Jundiaí, Marília, Itatiba, Região do ABCD, Catanduva, São José dos Campos e Taubaté, além de Fernandópolis (extinta em 29 de maio de 2010). Das 12 praças do *Bom Dia*, quatro são próprias do grupo (São José do Rio Preto, Bauru, Jundiaí e Sorocaba) e as demais operam sob o regime de franquia.

A principal característica estrutural dos jornais Bom Dia é o seu funcionamento em rede, a partir de uma Central de Edição Compartilhada (CEC), o que reduz significativamente os custos de produção do periódico. De acordo com Cicillini (2008) e Brabo e Oliveira (2009), essa central, localizada em Jundiaí, é responsável pelo fechamento de todas as edições e pela maior parte do gerenciamento de edições, diagramação e fotografia, além de produzir

material a ser veiculado em toda a rede. Nos polos regionais, o material é produzido e pré-diagramado para depois seguir até Jundiaí, onde é finalizado.

Além dessas características propiciadas pela CEC, os jornais da Rede Bom Dia também apresentam a mesma identidade visual, com as mesmas fontes, cores e cadernos – a) *Dia-a-Dia*, englobando política, economia e o cotidiano local; b) *Viva*, sobre cultura e entretenimento e c) *Esportes*. Eles também são vendidos pelo mesmo preço (R\$ 1,00 em 2011) e possuem um mesmo número médio de páginas por edição – 62 na edição de domingo e 32 nas demais (BRABO; OLIVEIRA, 2009). O número de tiragens do periódico também é o mesmo em todas as praças – exatamente 35.558 exemplares⁴.

Outra característica marcante dos jornais da rede é o seu perfil declaradamente “dinâmico e moderno”. Isso se reflete tanto no formato do papel utilizado (tamanho *berliner*, um pouco maior que o formato tabloide) quanto nas características dos textos, em geral curtos e diretos. Com isso, uma quantidade maior de textos pode ocupar as páginas, oferecendo-se uma maior diversidade de assuntos ao leitor, ainda que em pequena extensão.

Além do jornal, a Rede Bom Dia veicula uma série de subprodutos criados para suprir demandas específicas de consumo. Entre essas publicações estão: a) cadernos temáticos, veiculados semanalmente e que abordam um tema em particular (culinária, turismo, moradia...); b) revistas temáticas, voltadas a um assunto central e com periodicidade variável (vestibular, Campeonato Brasileiro, moda, casamentos, artes e espetáculos...); c) suplementos e/ou revistas especiais, em geral focados em temas comemorativos (como aniversários de municípios) ou considerados de grande relevância (como as conquistas e os desafios das mulheres trabalhadoras).

4.3 O Bom Dia Bauru

O jornal *Bom Dia Bauru* foi criado em 20 de novembro de 2005, poucos meses depois do lançamento da versão riopretense – é, então, o segundo jornal da rede a surgir. Seu escopo, além da cidade-sede, abrange outros 21 municípios vizinhos, conforme mostra o mapa abaixo.

⁴ Dados obtidos do site oficial da rede (<http://www.redebomdia.com.br>) em 7 de junho de 2011.



Figura 2 – Área de cobertura do jornal *Bom Dia Bauru*
 Fonte: Rede Bom Dia, 2009b, p. 4

O conteúdo do periódico é composto principalmente por notícias de Bauru e região (aproximadamente 70% do total) e o restante por matérias de rede ou de agências de notícia. Em geral, o caderno *Dia-a-Dia* é majoritariamente composto por notícias endógenas, enquanto os cadernos *Viva* e *Esportes* recorrem a material externo.

Com base em pesquisas constantes em seu *Catálogo Institucional* (2009b), o *Bom Dia Bauru* define-se como um jornal voltado especialmente ao público adulto, tanto das faixas mais jovens quanto de meia-idade. Essa faixa corresponde a 70% do público de leitores pesquisados (base de 75 mil pessoas, obtida no segundo semestre de 2006), sendo 33% na faixa entre 18 e 29 anos e 37% na faixa entre 30 a 49 anos.

Tais pesquisas também revelam um perfil de usuário ligado às classes mais abastadas ou próximo a elas. Do contingente estudado, 47% pertencem às classes A e B, enquanto 33% vêm da classe C. O restante (18%) é oriundo da faixa mais pobre da população (classes D e E). Logo, 80% dos leitores do *Bom Dia Bauru* identificam-se como sendo de classe alta ou média.

Além desses dados, destaca-se um relativo equilíbrio do público consumidor no que tange ao gênero, com uma pequena vantagem para o sexo masculino (53%, contra 47% do feminino), e o fato de 26% do contingente estudado ser público exclusivo do *Bom Dia Bauru*. Isto significa que dos 75 mil leitores pesquisados, 19.500 leem apenas esse jornal.

Para mostrar, de maneira sucinta, outros elementos descritivos da empresa e oferecer um panorama organizacional mais abrangente, recorreremos a um quadro⁵ elaborado por Cicillini (2008), cuja pesquisa teve por objetivo estudar a gestão de informação na cadeia produtiva do *Bom Dia Bauru*.

Nome Fantasia: Bom Dia Bauru Razão Social: Gráficas Riopretana LTDA Nome do Proprietário: J. Hawilla Jornalista Responsável: Márcio ABC Endereço: Rua Treze de Maio, 7-80, Centro – Bauru – SP CEP: 17015 - 270 Tel/FAX 14 - 2107 – 3501 Endereço eletrônico: bomdiabauru@bomdiabauru.com.br Home page: www.bomdiabauru.com.br Data de Fundação: 20 de Novembro de 2005 Principal Produto: Jornal Impresso Periodicidade: Diário Departamentos: Administração (que inclui recursos humanos e financeiro), Comercial, Redação (incluindo setor fotografia) e Tecnologia (Informática) Editorias: Geral (cidade, política e economia); Esporte e Cultura Funções da carreira de jornalista presentes na organização: Editor Chefe, Editor, Chefe de Reportagem, Repórter, Diagramador Repórter Fotográfico; Cidade em que circula: Bauru, Jaú, Agudos, Lençóis Paulista, Botucatu Distribuição e Circulação: terceirizada Preço Exemplar: Seg à sexta – 0,50; Domingo 1,00 Formato: Berliner ((47 cm por 31,5 cm ou 42 x 27,5 cm) Número de páginas (média): Domingo 88 Semana 32 Impressão Colorida: quatro cores Divisão em cadernos: Não. Bloco único. Aos fins de semana circulam mais duas seções RP (Relações Públicas) e TV Cadernos Especiais: não Suplementos: Aniversário da cidade, universitário e novas Encartes: veicula, a maioria publicitários Raio de Atuação da política da organização/produto: Local e Estadual (devido a formação da rede) Descrição da Linha Editorial do jornal: Jornal Popular, atendimento à comunidade Publica Editoriais: diariamente Equipamentos disponíveis: um computador por profissional (cerca de trinta); três câmaras fotográficas (digitais); gravadores nos computadores e no mínimo três para matérias externas, dois veículos para cobertura das matérias jornalísticas e sistemas de distribuição terceirizados Sistema de impressão: offset, não passou por mudanças ao longo da existência do jornal, terceirizado, feito em Bauru Sistema de Composição: computação Gráfica Software utilizado para produção do jornal: GN3 Shell Tecnologias de Informação: Skype, MSN, e-mail e telefone Força de trabalho: 18 jornalistas, um estagiário, 3 fotógrafos, 1 diagramador; oito pessoas no comercial, três na operação, dois no atendimento e dois em Recursos humanos e financeiro; um em tecnologia Principal mercado e público alvo: Bauru, com amplitude regional Pesquisa de Mercado e perfil de leitores: realizada para implantação do jornal Ambiente Competitivo: Jornal da Cidade, principal concorrente Principais mudanças: mudança no formato do jornal, para acompanhar tendência mundial e racionalização de custos, como gasto no papel e enxugamento no quadro de profissionais; produção de produtos especiais, como revistas e guia, como diferenciais para o leitor.

Quadro 5 – Resumo organizacional do jornal *Bom Dia Bauru*
Fonte: Cicillini, 2008, p. 101

4.4 Perfil editorial do jornal *Bom Dia Bauru*

Terminada essa etapa descritiva, iremos nos ater a uma breve discussão dos princípios editoriais do *Bom Dia Bauru* segundo os princípios teórico-metodológicos que estruturam

⁵ Pedimos para que os dados referentes à tiragem e ao número de páginas sejam desconsiderados, já que dispomos de dados mais atualizados a respeito, como pode ser constatado neste capítulo.

este trabalho. Faremos isso da mesma forma adotada na apreciação dos manuais de redação dos jornais *Folha*, *Estadão* e *O Globo*, além de inter-relacionar essas análises.

Primeiramente, é oportuno destacar que o *Bom Dia Bauru* não dispõe (pelo menos não publicamente) de um documento sistematizado onde constam seus princípios editoriais – um elemento curioso por se tratar de um veículo integrante de uma rede de periódicos com participação expressiva no mercado paulista. Na verdade, esses princípios fazem parte de um documento maior, mas só tivemos acesso ao anexo B⁶, que contém apenas uma página.

Outro elemento importante é a ausência de tópicos específicos a respeito da opinião do jornal. A despeito da pequena extensão do documento, nota-se que esse tema é tratado de forma secundária, sem ao menos receber uma definição própria do veículo – como é feito, de um modo ou outro, na *Folha*, no *Estadão* e no *Globo*. Em seus princípios, o *Bom Dia Bauru* centra-se em dois temas principais: 1) seus valores editoriais, os quais norteiam suas condutas; 2) seu relacionamento com os leitores e com a comunidade em que está inserido.

Em relação às diretrizes em si, o jornal define a si próprio como um “veículo da informação na era da internet”. A alta velocidade de chegada das informações e o pouco tempo disponível dos leitores para acompanhar o noticiário são as principais justificativas dadas pelo *Bom Dia Bauru* ao publicar em suas páginas textos curtos, mas em maior quantidade e variedade, como forma de melhor atender o seu público.

Nos dois parágrafos seguintes, o documento frisa valores tidos como essenciais para a organização: *credibilidade*, *independência*, *ética* e *pluralidade*. O primeiro valor é justamente um dos elementos basilares da atividade jornalística e de sua relação com a sociedade, enquanto os outros três são vistos como elementos constitutivos dessa credibilidade.

A obediência a esses preceitos é tratada com ênfase nesses parágrafos, como se o jornal procurasse certificar o leitor de que esses valores de independência, ética e pluralidade são efetivamente cumpridos pela instituição – como forma de assegurar ou conquistar, de antemão, a confiança do público. A preocupação em fazer transmitir esses valores é evidenciada pelo uso de palavras fortes de valoração (“rígidos padrões de ética e pluralidade”) e o uso de pronomes indefinidos extremos (*tudo*, *todos*, *nada*, *nenhum...*), o que indicaria uma adesão total ou uma rejeição a certas condutas (“... o que o torna um jornal plural e aberto a todas as correntes de opinião”).

⁶ Tanto a cópia dos princípios editoriais do jornal *Bom Dia Bauru* quanto do *Catálogo Institucional* foram fornecidos pelo Prof. Dr. Roberto Reis de Oliveira, da Universidade de Marília (Unimar), a quem registramos nosso agradecimento pela valiosa colaboração a esta pesquisa.

Vemos aqui uma atitude explícita do *Bom Dia Bauru* em definir uma identidade editorial cujo esteio ampara-se nos preceitos consagrados da atividade jornalística, como vimos no primeiro capítulo. Há aqui o reforço de preceitos como o da “exatidão factual”, concernente ao princípio da objetividade. Além disso, ao dizer que respeita e é aberto a toda opinião advinda de qualquer linha, o jornal demonstra obedecer a certa imparcialidade ao não preterir ou privilegiar pontos de vista em particular.

Portanto, podemos verificar um importante componente ideológico nos princípios editoriais do *Bom Dia Bauru*. Ao postular a objetividade como princípio, o jornal mostra esse valor como uma virtude, um meio pelo qual pode se chegar a uma justiça social a partir de uma representação “exata” dos fatos, em que o leitor está de fato acompanhando um relato fiel à realidade e, assim, pode interferir positivamente na sociedade.

Trata-se, assim, de um mecanismo de se conseguir legitimidade do público a partir de uma “desideologização” da atividade jornalística, tal como disse Marques de Melo (2006). Os aspectos subjetivos, ligados ao fato de os relatos jornalísticos serem *construtos sociais*, são menosprezados em nome de uma “aura de objetividade” que procura legitimar as práticas do jornal e cativar o seu público, oferecendo-lhe subsídios para um “poder transformador”.

Aliás, o relacionamento instituição/leitor é um tema muito caro ao jornal. Como lembram também Cicillini (2008) e Brabo e Oliveira (2009), o jornal apregoa uma participação intensa de seu público no periódico. Isso ocorre tanto em relação ao produto, a partir de um espaço específico para registrar a opinião de leitores (a seção *Sua Opinião*), quanto em aspectos de gestão, com a criação de um Conselho de Leitores – que, segundo o *Bom Dia Bauru*, tem participação efetiva na elaboração da pauta do jornal, além de fazer apreciações positivas ou negativas das matérias publicadas (uma função equivalente ao do *ombudsman*).

Ainda sobre o papel do leitor no periódico, Cicillini (2008) e Brabo e Oliveira (2009) também destacam que a linha editorial do jornal interessa-se pelas chamadas “histórias de vida”, ou seja, matérias que envolvem experiências de vida ou situações peculiares de personagens locais. Esses casos suscitam o aparecimento de outros assuntos, em desdobramento, geralmente de interesse público – conforme os editores.

As notícias que seguem tal estrutura ancoram-se em uma lógica do tipo particular/geral. Isto é, a partir de um caso particular de um “personagem” específico (um indivíduo diretamente relacionado ao fato) é que se desenvolve a notícia, partindo-se ao longo do texto para um enfoque mais amplo. Por exemplo, quando o *Bom Dia Bauru* retrata as dificuldades de uma moradora do Jardim Nova Bauru em conseguir vaga em uma creche para

a filha, além de realçar o drama pessoal das “personagens”, o jornal mostra esse caso como exemplo de uma situação comum (e negativa) na cidade.

Logo, podemos verificar que existe também uma preocupação do jornal em fazer o leitor se sentir representado na notícia, a partir do relato de situações contadas levando-se em consideração o ponto de vista do cidadão comum, em vez de narrativas mais “frias”. É uma estratégia que procura estabelecer uma identificação entre o público e o jornal, por meio de ações que demonstrariam solidariedade e comprometimento com as causas populares.

Além disso, o *Bom Dia Bauru* procura destacar ao máximo a presença do leitor em suas rotinas produtivas. Ao abrir espaços para a manifestação dos usuários tanto em espaços no jornal quanto por meio do Conselho de Leitores, o periódico procura criar uma imagem de transparência, pois enfatiza que os leitores acompanham o cotidiano jornalístico da empresa e têm liberdade para dar sugestões ou fazer críticas a esse trabalho.

Contudo, outra preocupação evidente do *Bom Dia Bauru* ao frisar esses elementos é a de criar uma relação de *correspondência identitária* entre a empresa e seus consumidores. Dessa forma, o jornal busca estabelecer um vínculo duradouro com o seu leitor ao retratar, em suas páginas, a população, os costumes, os personagens, a linguagem e outras marcas de identidade com o povo bauruense – em consonância ao que disseram Peruzzo (2003), Sousa (2003) e Oliveira (2009).

Por isso, mais do que uma demonstração de transparência ou de ética, a participação do leitor, para o jornal *Bom Dia Bauru*, tem um caráter permanente de *reconfiguração*, de maneira que o periódico preserve essa relação de correspondência criada com o seu público – a quem é dado, segundo essa perspectiva, um poder de modificação do próprio jornal. Isso tem a ver com aquele sentimento de pertença, descrito por Sousa (2003), que as mídias locais procuram despertar em seus públicos, inclusive a capacidade de modificá-las de algum modo.

Entretanto, o *Bom Dia Bauru* deixa claro que não se apoia em um modelo provinciano de fazer jornalismo – um sinal de contrariedade às práticas tradicionais de outros veículos de alcance regional ou local. Com isso, procura-se dizer que o jornal prioriza os acontecimentos de sua comunidade, mas não restringe o seu escopo a esse ambiente. Tal posicionamento justificaria, por exemplo, a inserção de matérias de rede ou de agências noticiosas para compor um cenário mais “global”, em que Bauru tem destaque especial, mas não único.

É dessa maneira que o *Bom Dia Bauru* se contrapõe aos concorrentes, tais como o *Jornal da Cidade* (doravante JC) – um representante do jornalismo de interior tradicional, ligado a um expressivo grupo empresarial da própria cidade –, a partir de um discurso em que lança uma proposta editorial oposta àquelas tradicionalmente praticadas. Quando é dito que o

jornal “pensa globalmente e age localmente”, significa que o *Bom Dia Bauru* destaca e valoriza os acontecimentos e elementos bauruenses. Contudo, não entende Bauru como um “microverso” (como faria a concorrência), mas como parte de um contexto maior a ser devidamente identificado e relatado.

Nesse sentido, também é dito que o *Bom Dia Bauru* faz um jornalismo “com J maiúsculo”. Tal afirmação remete à explicação anterior, que rejeita um enfoque provinciano e circunscrito da cidade de Bauru (um jornalismo “com j minúsculo”, como fica pressuposto) e opta por integrá-la a um espectro maior, como parte de um Estado, Região e/ou País.

No entanto, é válido lembrarmos a singularidade do *Bom Dia Bauru* perante a maior parte dos veículos regionais ou locais de São Paulo. Diferentemente destes, que em geral dispõem de menos recursos e constituem-se de equipes mais enxutas (o que força a dependência de matérias oriundas de agências de notícias, como ocorre com o JC), o periódico do grupo Traffic integra uma rede de comunicação com maior capacidade de investimentos em tecnologia, pessoal qualificado e infraestrutura para operar em praticamente todo o Estado. Embora se identifique como um periódico local, o *Bom Dia Bauru*, em sua gênese, possui uma identidade local relativa, já que pertence a um grupo maior.

Apesar dos *Princípios Editoriais* serem um documento pequeno – fato que dificultou uma comparação mais adequada destes com os manuais de redação da *Folha*, *Estadão* e *O Globo* –, podemos dizer que, em todos os casos, a construção da opinião nos jornais é abordada de forma secundária ou, como vimos neste capítulo, omitida. Do pouco que se falou a esse respeito (ver capítulo 2), repetem-se argumentos consagrados, lastreados na dicotomia *opinião X informação* – em que ambos os elementos devem manifestar-se separadamente.

Contudo, as discussões contidas neste capítulo levantaram importantes elementos que irão subsidiar a análise do *corpus*, etapa a ser executada logo a seguir. Em primeiro lugar, é bastante nítido o empenho do *Bom Dia Bauru* em se colocar como um jornal *comprometido com seu leitor*, já que, segundo seus princípios, ele possui um papel ativo na construção noticiosa. Essa participação seria fundamental na formatação do próprio veículo, de modo que este retrate fielmente a comunidade e a cidade/região em que atua, consolidando-se, assim, um vínculo mais estreito entre o jornal e o público.

Em segundo lugar, vê-se o mesmo empenho do jornal em sagrar-se como um veículo *comprometido com seu local de atuação*, pois priorizaria em sua cobertura o povo bauruense, suas histórias e seus elementos socioculturais. Entretanto, por entender que Bauru integra um contexto maior, não se restringiria a cobrir apenas acontecimentos endógenos, mas abriria espaço para fatos nacionais e internacionais, como forma de inserir a cidade no mundo e,

assim, ampliar as perspectivas dos leitores – e também seus desejos de consumo de informação.

Para verificar se a organização tem sido bem-sucedida em firmar-se como uma mídia local a partir de suas estratégias de regionalização (a política editorial é apenas uma delas), seria preciso realizar outra pesquisa com essa finalidade. Para os objetivos deste trabalho, interessa-nos saber como esses posicionamentos se manifestam na construção da opinião institucional do *Jornal Bom Dia*, seja na escolha dos assuntos abordados, seja nas operações enunciativas e discursivas utilizadas na estruturação dos textos. É disso que iremos nos ocupar no próximo capítulo.

5 CONSTRUÇÕES DISCURSIVAS E ENUNCIATIVAS DOS EDITORIAIS DO JORNAL *BOM DIA BAURU*

Após a contextualização de nosso objeto de estudo e de uma breve discussão sobre os princípios editoriais do jornal *Bom Dia Bauru*, dedicaremos este capítulo à análise do corpus selecionado para a pesquisa conforme a metodologia estabelecida (ver capítulo 3). Essa análise irá contemplar os aspectos textuais presentes nos editoriais selecionados, a tessitura discursiva e enunciativa que os constitui e, por fim, as relações interdiscursivas, ideológicas e hegemônicas neles presentes – em conformidade ao modelo analítico tridimensional de Fairclough (2001a; 2001b).

5.1 A constituição do *corpus*

Durante a seleção do *corpus*, notamos que a maior parte dos textos tratava de assuntos relevantes para a sociedade local, mas isso era feito de maneira genérica, sob um escopo mais abrangente (regional, estadual ou mesmo nacional), sem contextualizá-los para a realidade específica de Bauru. Em meio a isso, foi preciso estabelecer um recorte cujo critério se baseasse em um eixo temático relevante, que contemplasse uma quantidade significativa de textos com elementos marcantes e suficientemente expressivos para nossos estudos e que, do mesmo modo, conferisse unidade aos textos escolhidos.

Assim, selecionamos editoriais cujo eixo temático fosse a prefeitura de Bauru – a instituição e seus agentes. Tal escolha se deve ao teor dos assuntos presentes nos textos desse período, marcado principalmente pela quantidade de reportagens negativas acerca da administração municipal, que se viu diante de elementos desfavoráveis como denúncias de corrupção, greve dos servidores públicos e reclamações de toda ordem – especialmente em saúde, educação, infraestrutura e do funcionamento da máquina pública municipal. Logo, trata-se de um contexto fértil e profícuo para a elaboração de editoriais, em que o jornal marca posição diante de temas tão polêmicos e caros aos leitores.

Assim, optamos por coletar os editoriais publicados pelo *Bom Dia Bauru* nos anos de 2006 e 2007, conforme os critérios já estabelecidos. Esse período corresponde ao segundo e terceiro anos da gestão do prefeito Tuga Angerami⁷, que já governou a cidade em meados da década de 1980. Diante de um montante de 730 textos, coletados nos dois anos mencionados, constatamos que 98 deles se enquadram nos critérios descritos acima. Feito isso, esses editoriais foram separados e organizados por temas – Educação, Câmara Municipal, Saúde, Cotidiano, Administração Pública (quando se fala da prefeitura em si e de seus agentes), Obras, Emprego, Limpeza Urbana, Família e Bem-Estar Social, Economia, Transportes e Sistema Viário, Segurança Pública, Meio Ambiente e Planejamento e Urbanização. O gráfico a seguir mostra a distribuição desses textos conforme as temáticas detectadas.

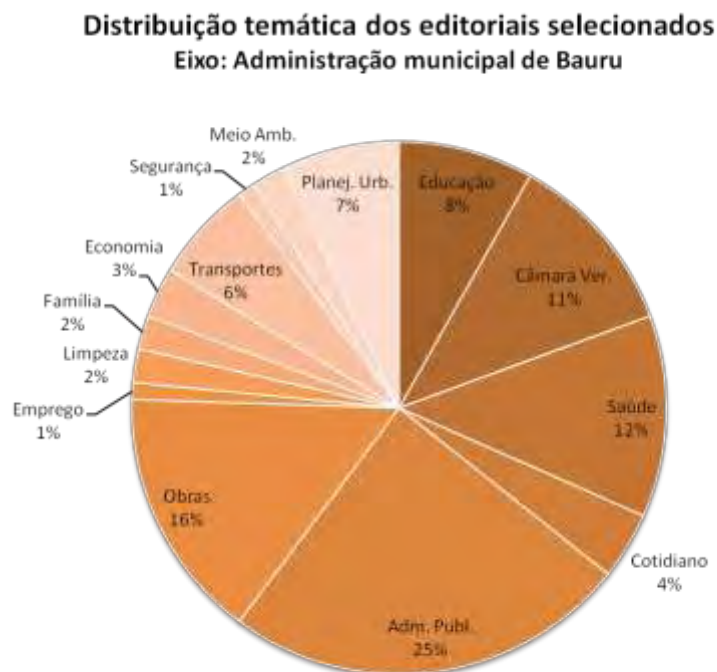


Gráfico 1 – Divisão temática dos editoriais selecionados

No entanto, para um estudo mais minucioso dos elementos discursivos e enunciativos constantes nos editoriais do *Bom Dia Bauru*, preferimos trabalhar com um *corpus* menor, mas que mantivesse a representatividade do conjunto em questão. Por isso, resolvemos utilizar a terça parte desses textos (33) para compor nosso material de estudos.

⁷ Alcinha mais famosa de José Gualberto Tuga Martins Angerami, prefeito de Bauru por dois períodos (01/11/1983 a 01/01/1989 e 01/01/2005 a 01/01/2009). Ele também foi vice-prefeito da cidade e deputado federal por dois mandatos consecutivos.

O cálculo foi aplicado a todas as categorias temáticas detectadas nesse primeiro levantamento, de modo a preservar a proporcionalidade da quantia original (98). Na maior parte dos casos, o valor resultante dessa divisão por três teve de ser arredondado para cima ou para baixo conforme cada caso – o que gerou uma relativa discrepância entre as porcentagens. Aqueles temas que tiveram uma incidência muito baixa foram suprimidos.

Logo, chegamos ao gráfico final, que representa o total de textos analisados e as categorias a que pertencem, assim como as quantidades e porcentagens de incidência de cada tema.

Distribuição do *corpus* final por temas
Eixo: Administração municipal de Bauru

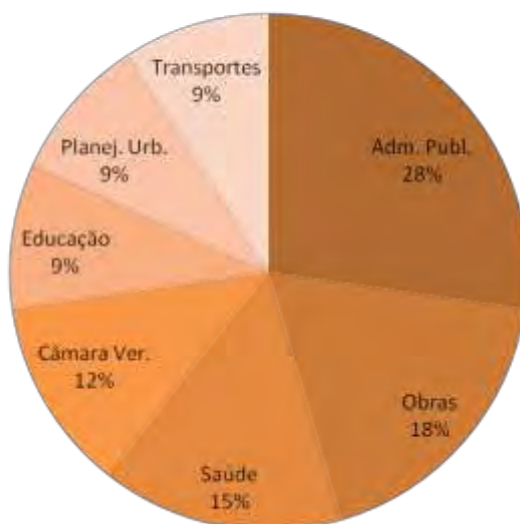


Gráfico 2 – Distribuição do *corpus* final por temas

Quanto à escolha dos textos em particular, privilegiaram-se aqueles tratados com maior frequência. Por exemplo, no tema Administração Pública, os assuntos mais abordados foram a greve dos servidores em 2006, denúncias de corrupção e o funcionamento da máquina. No tema Obras, o assunto central foi o tratamento de esgoto, enquanto em Saúde abordou-se o funcionamento insatisfatório do atendimento público à saúde na cidade.

Em seguida, elaboramos uma tabela com os dados essenciais dos editoriais analisados (título, data de publicação e grupo temático), e mais um código identificador (Ed1, Ed2...) para facilitar as remissões feitas aos textos.

Tabela 1 - Editoriais selecionados para a análise de *corpus*

Cód.	Título	Data	Tema
Ed1	Cadê a reforma?	18/01/2006	Administração
Ed2	Greve dos servidores	18/04/2006	Administração
Ed3	Greve chega ao fim	28/04/2006	Administração
Ed4	Tuga 500 dias	15/05/2006	Administração
Ed5	Transparência	10/11/2006	Administração
Ed6	O custo dos enterros	21/03/2007	Administração
Ed7	Fragilidade	09/11/2007	Administração
Ed8	Transparência	18/12/2007	Administração
Ed9	Mais dinheiro	22/12/2007	Administração
Ed10	Progresso para o Norte	07/05/2006	Obras
Ed11	Investimentos do DAE	19/05/2006	Obras
Ed12	O tratamento de esgoto	05/06/2006	Obras
Ed13	Vazamento de água	28/03/2007	Obras
Ed14	Meio termo	31/10/2007	Obras
Ed15	As chuvas chegaram	13/12/2007	Obras
Ed16	Mais médicos na saúde	08/05/2006	Saúde
Ed17	Sinal de alerta	11/06/2006	Saúde
Ed18	Saúde, ovos e omelete	01/09/2006	Saúde
Ed19	Novela de horrores	15/09/2006	Saúde
Ed20	Dengue e leishmaniose	18/12/2006	Saúde
Ed21	Pelo fim do privilégio	14/01/2006	Câmara Municipal
Ed22	Vereadores candidatos	22/07/2006	Câmara Municipal
Ed23	'Pizza'	30/06/2007	Câmara Municipal
Ed24	Impacto negativo	05/12/2007	Câmara Municipal
Ed25	Lição de descaso	08/02/2006	Educação
Ed26	Transporte escolar	08/08/2007	Educação
Ed27	Novela sem fim	29/10/2007	Educação
Ed28	Questão de bom senso	13/11/2006	Planejamento
Ed29	É necessário esclarecer	08/10/2007	Planejamento
Ed30	Qualidade de vida	12/11/2007	Planejamento
Ed31	Novidade no transporte	20/05/2006	Transportes
Ed32	Buraqueira nas ruas	22/12/2006	Transportes
Ed33	De olho no trânsito	15/10/2007	Transportes

Em relação à organização textual das análises, preferimos apresentar os elementos mais significativos encontrados nos textos, sejam aqueles que aparecem com maior frequência ou que desempenham papel crucial na construção do sentido, em vez de estudar cada texto individualmente. Essa organização se deve por permitir uma compreensão global dos 33 textos escolhidos e permitir uma inter-relação maior entre os dados de cada texto, assim como com as teorias que fundamentam as análises. Também permite uma disposição mais fluente e compreensível desses dados, colaborando, assim, com essa visão de conjunto que procuramos estabelecer no que tange ao *corpus*.

5.2 As construções textuais

No âmbito textual, iniciamos nossas análises a partir dos elementos mais evidentes detectados no *corpus* selecionado. Entre os dados mais significativos levantados nessa etapa estão: a) escolhas léxico-gramaticais e uso de modalizadores; b) itens de coesão lexical ou referencial e c) nominalizações e passivizações.

5.2.1 Escolhas lexicais e modalizações

De modo geral, percebe-se uma quantidade considerável de adjetivações e expressões adjetivas, além de substantivos com valor de adjetivo (quando exercem função prediativa) utilizados de forma sequencial – referindo-se a um mesmo termo.

As adjetivações, segundo Fairclough (2001a), são termos evidentemente avaliativos, pois expressam clara e objetivamente juízos de valor, gostos, preferências e toda forma de apreciação positiva ou negativa sobre algo. Seria a forma mais fácil e direta de opinar sobre algo, embora essa opinião se fundamente em circunstâncias predominantemente subjetivas. Por isso, os termos adjetivos devem ser usados com cuidado – especialmente no jornalismo.

Essa preocupação com tais escolhas se faz necessária, mesmo nesse estágio inicial. Isso porque, segundo Fowler (1991) e Fairclough (2001a), as adjetivações e certos substantivos com valor adjetivo são marcas evidentes de valoração manifestas pelo enunciador, e que irão reger a lógica do discurso a ser construído. Consequentemente, isso irá orientar a leitura e a construção de sentidos por parte dos leitores.

Essas escolhas lexicais, além das outras que iremos analisar neste capítulo, são um primeiro indício de subjetividade da instância produtora dos textos que, por meio delas, revelam posicionamentos, crenças e ideologias acerca dos acontecimentos comentados, além de ajudar a definir os limites do recorte a ser apresentado ao público e das relações de sentido que se procuram estabelecer com este por meio do contrato de comunicação – influenciando dessa forma, como já disse Fausto Neto et al. (2010), os *modos de dizer* da enunciação.

Como vimos no capítulo 3, as adjetivações englobam um conjunto de termos cuja função, dentro da ACD, é modalizadora. São termos que, de acordo com Fairclough (2001a; 2001b), exprimem a adesão e o comprometimento do enunciador com aquilo que é dito. Essa adesão pode se manifestar a partir do realce de elementos de um termo referente, para tratá-lo positivamente, ou do obscurecimento desses elementos, avaliando-o negativamente.

Um elemento recorrente nos editoriais, de modo geral, é o recurso a adjetivos fortes como forma de mostrar sentimentos de indignação perante um terceiro (no caso, a prefeitura de Bauru). Em Ed1, ao se comentar sobre os planos do Executivo em reduzir o número de cargos de confiança, utilizam-se períodos como “Não é aceitável desculpas, medidas protelatórias ou qualquer outro argumento inconsistente para justificar a total falta de ação para implementar a tal reforma administrativa”, para demonstrar uma forte contrariedade entre o discurso pregado pela prefeitura e a prática.

O excesso de termos adjetivos evidencia uma voz de indignação, que repreende uma impressão de inércia transmitida pelo poder público municipal e exige deste uma mudança de atitude. Além de evidentemente indignada, essa voz emana uma expressiva carga de emotividade, demonstrada também pelos termos adjetivos, expressos de maneira sucessiva (com uso de vírgulas e da conjunção “e”) e, por isso, incisiva.

Essa emotividade é intensificada no parágrafo final de Ed1, que se inicia com uma forte carga de indignação imbuída pelo verbo “bastar” (“Basta um único ingrediente: vontade política”). A relação apositiva, além de ajudar nesse efeito, cria uma sensação de expectativa (ampliada pelo uso de palavras fortes, como o já mencionado verbo “bastar”) e chama a atenção do leitor para a constatação final do enunciador como o que seria o elemento crucial para a reforma política acontecer em Bauru – a “vontade política”.

Em Ed2, que trata da greve dos servidores municipais, elementos depreciativos à prefeitura marcam a estrutura argumentativa do texto e denotam novamente a mesma impressão de indignação em relação ao Executivo. A razão para tal seria uma postura “inadequada” perante essa situação delicada e, por isso, a administração bauruense é tida como corresponsável pelos transtornos causados aos cidadãos, entre os quais enfrentar “um atendimento ainda mais caótico” na área da saúde.

Tais posicionamentos apontam a administração como “inerte”, ou mesmo “incompetente”, por não agir pronta e adequadamente a essas situações e, o mais grave, por essa condição de inação ser algo recorrente, como visto no trecho “... mostra novamente falta de iniciativa para resolver uma questão crucial no cotidiano da cidade...”. O parágrafo anterior, mais o advérbio “novamente” usado há pouco, mostram a ideia de que a situação no município, que já era muito ruim (“caótica”), teria se agravado por culpa de uma administração inoperante.

Em Ed5, em que o assunto é a apuração de irregularidades na Secretaria de Administrações Regionais, a apreciação das ações do município é negativa, pois, para o jornal, as providências para investigar tais irregularidades foram morosas. A partir do período

“... o fato teria chegado ao comando do Palácio das Cerejeiras há um bom par de meses” também pode se pressupor uma atitude leniente, descompromissada e omissa, já que o chefe do Executivo teria, inexplicavelmente, demorado a agir – o que, nesse caso, seria uma falta grave (prevaricação), passível de penalidade administrativa.

Há aqui também um reconhecimento forçado e/ou contrariado de um fato, quando se diz que “Tardia ou não, é preciso reconhecer que a administração apura os fatos para se chegar a uma conclusão do que realmente aconteceu na Secretaria de Administrações”. A contrariedade da qual falamos é marcada pelas construções “é preciso reconhecer” e o adjetivo “tardia” da expressão “Tardia ou não”, que abre o parágrafo. Tais construções denotam o juízo de valor dominante no enunciado, que considera tardia (logo, inoperante) a apuração de irregularidades administrativas em Bauru na maioria dos casos.

Já em Ed7, em que se comenta a transferência da sede regional da Fundação Nacional do Índio (Funai) de Bauru para Santos, as adjetivações aparecem em conjunto com outros termos modalizantes, de modo a se constituir em uma apreciação negativa às ações da administração municipal. No parágrafo “De nada adiantaram as manifestações do deputado José Paulo Tóffano (PV), de Jaú, em Brasília. Tão pouco a de outros parlamentares federais que tentaram interferir na decisão”, os trechos em destaque enfatizam não apenas o caráter inócuo dessas manifestações, mas também o fato de elas partirem de deputados federais de outras regiões, já que Bauru não conta com deputados federais desde 1999.

Isso reforça uma situação bastante incômoda e constrangedora à cidade – a de depender de outros deputados para ser lembrada em Brasília – além de reiterar a situação de fraqueza de Bauru por justamente não contar com nenhum deputado federal local.

Em “... o que se percebe é que não há reação, ou, se ela ocorre, é de maneira tímida, fraca o suficiente para que nem mesmo justificativas sejam encaminhadas”, também em Ed7, reforça-se essa condição frágil de Bauru frente à política nacional – é alvo de decisões administrativas tomadas sem consulta ou justificativa, e as acata passivamente. Os termos “tímida”, “o suficiente” e “nem mesmo” são fundamentais nessa construção discursiva, ao reforçarem o caráter inoperante das ações do município nesse sentido – e de sua fraqueza política. Mesmo essa reação vista como tímida frente ao fato é posta em dúvida quando se usa a expressão “se ela ocorre”, corroborando uma avaliação negativa das ações (ou falta delas) da administração bauruense frente ao caso.

Em Ed10, cujo tema são as obras da Avenida Nações Unidas Norte, esta é entendida como uma obra crucial para Bauru, há muito aguardada e desejada – como pode ser visto nos excertos a seguir:

A avenida Nações Unidas-Norte, anunciada ontem pelo governador Cláudio Lembo, é uma velha promessa do poder público a Bauru. Desde o planejamento da urbanização dos fundos de vales, há mais de 30 anos, a cidade espera por mais essa via.

(...)

Mais do que uma interligação com a rodovia – no caso a Bauru-Marília –, a Nações Norte deverá atuar como vetor de desenvolvimento para as duas margens do córrego Água do Castelo, em cuja calha terá suas pistas.

(...)

Acima de todos os males do passado, esse trecho da avenida vai oferecer uma nova e nobre área urbanizada a Bauru. Terá, inclusive a sua área verde, tão importante em tempos de devastação como os experimentados nas últimas décadas.

(...)

A Nações Unidas já cumpriu papel importante, no lado sul, ao "desbravar" o córrego das Flores e transformar-se no grande catalizador (sic) de desenvolvimento que hoje une a região do terminal rodoviário com os bairros ao redor do Vitória Régia (...)

Os termos grifados (“Mais do que uma interligação com a rodovia...”, “vetor de desenvolvimento”, “desbravadora”, “catalizador de desenvolvimento”, “... vai oferecer uma nova e nobre área urbanizada a Bauru”) e o uso de referenciais temporais reforçam essa sensação de espera da sociedade bauruense (representada pelo jornal) e não deixa de ser uma repreensão à prefeitura e ao governo estadual por causa dessa demora (“...é uma velha promessa do Poder Público”; “... há mais de 30 anos, a cidade espera por mais essa via”).

A palavra “cidade”, aqui, é utilizada como um substantivo coletivo, ao referir-se especificamente aos bauruenses. Esse emprego reforça a voz de cobrança concernente à realização da avenida (“... a cidade espera por mais essa via”), por se tratar de um anseio popular antigo – e cuja menção visa a tocar a memória e os sentimentos dos munícipes.

Já em Ed11, aborda-se a construção de uma estação de tratamento de esgoto na cidade. Quando o jornal diz que “Investimento em saneamento básico é sempre uma boa notícia”, apesar de fazer uma apreciação positiva pelo uso do adjetivo “boa”, nota-se um tratamento indiferente em relação aos investimentos a serem feitos pelo Departamento de Água e Esgoto (DAE) nessa frase, uma minimização do impacto dessa “boa notícia”.

Isso se deve à estratégia argumentativa criada no parágrafo em que essa frase relaciona-se com “... a Estação de Tratamento de Esgoto finalmente começa a sair do papel”. Logo, o que deveria ser uma boa notícia é, também, uma crítica indireta à administração, já que uma obra tida como fundamental para a cidade será construída tardiamente (o advérbio “finalmente” dá a entender que se trata de uma reivindicação antiga, necessária, mas não

cumprida até então). Assim, o fato de a prefeitura sair de um recorrente estado de morosidade torna-se mais importante do que o fato em si.

Também é válido registrar que o uso do advérbio “sempre”, logo no início, atenua o impacto positivo que a notícia poderia trazer. Na lógica de sentido aqui, essa notícia é tratada como algo ainda distante, já que a estação de tratamento ainda não existe. Por isso, uma reação mais positiva perante a divulgação dessa informação é mitigada.

Em Ed14, cujo foco é a obtenção de recursos para a pavimentação de ruas, usam-se duas estratégias para despertar a atenção do público. Na primeira, procura-se gerar uma sensação de expectativa no leitor como forma de captar sua atenção e interesse – empregando-se a visada de *fazer-sentir*, segundo as palavras de Charaudeau (2007) –, além de qualificar o assunto antes mesmo de apresentá-lo. Na segunda, o assunto principal é colocado sob a forma de um dilema, através de orações coordenadas alternativas, de forma a evidenciá-lo – por se tratar de algo de grande interesse da população.

O assunto é polêmico e merece reflexão. Em audiência pública realizada ontem na Câmara de Vereadores, representantes da administração municipal foram categóricos: ou a população paga para ter o asfalto ou fica sem a benfeitoria, tão essencial para a qualidade de vida.

Ao longo do texto, o enunciador admite a limitada capacidade financeira do município em fazer investimentos desse porte, mas reitera (e marca posição) a questão do aumento de tributos a serem pagos pela população – entendidos como excessivos a partir do uso do adjetivo “afogados” e da expressão “cada vez em maior número” – e também o comportamento recorrente dessa prática administrativa em situações que envolvem o aumento de gastos públicos – a partir do uso da expressão “Não é novidade” (“Também não é novidade que os contribuintes estão afogados em impostos, cada vez em maior número...”).

A seguir, é feita uma relação lógica entre esse parágrafo e o seguinte, em que se questiona o fato de a prefeitura onerar os contribuintes para realizar serviços que, em outras épocas, não eram cobrados (como a pavimentação de ruas). Essa conduta é entendida como algo reiterado (“não é novidade” — expressão usada duas vezes) e progressivo (“dia após dia”, “cada vez mais”), além de extensivo a todas as instâncias do poder público local.

Não é novidade que a situação financeira da Prefeitura de Bauru impede investimentos pesados em infraestrutura, principalmente em pavimentação asfáltica — obra de alto custo.

Também não é novidade que os contribuintes estão afogados em impostos, cada vez em maior número — como a contribuição para a manutenção do

Corpo de Bombeiros, Contribuição de Iluminação Pública, só para citar as últimas aprovadas pela Câmara.

O que se percebe é que dia após dia cada vez mais o poder público — em todas as instâncias — repassa para a sociedade a obrigação de pagamento de novas taxas e impostos para ter o retorno de benfeitorias mínimas, que em épocas passadas eram executadas sem qualquer ônus adicional.

A partir daí, entende-se que o Executivo, ao fazê-lo, procura transferir a responsabilidade de custeio das obras de infraestrutura aos municípios, colocados aqui em uma posição desfavorável, vitimizada, já que seriam duplamente escorchados (por um lado, os impostos regulares, por outro, as taxas “extras”) pela administração municipal para ter algo que é seu direito. Tal iniciativa, além de ser entendida como um acinte ao contribuinte (por se tratar de um serviço básico), também poderia ser vista como uma assunção pública de incapacidade administrativa por parte da prefeitura, por cobrar por um serviço que, há algum tempo atrás, não exigia o pagamento de taxas extras.

Essa iniciativa é notadamente criticada pelo enunciador, que reforça a ideia de a prefeitura estar transferindo uma responsabilidade sua ao cidadão (utilizando o verbo “empurrar”) e a avalia como uma “oferta descabida”, mostrando clara rejeição a tal atitude (“Simplesmente empurrar o financiamento do asfalto para a população, sem qualquer contrapartida por parte da administração municipal, é uma oferta descabida”).

Além das adjetivações e modalizadores, pudemos detectar um uso corrente de termos coloquiais na elaboração dos textos. Essas expressões, segundo Fairclough (2001a), servem para buscar uma aproximação maior do enunciador com o seu público e, na mesma direção, dos leitores com o tema abordado, tornando-os mais palatáveis. Seria uma forma de “popularizar” o editorial – em geral, como vimos nos estudos de Bahia (1990), um texto mais denso, sóbrio e solene –, de maneira a despertar o interesse de um maior contingente de leitores e, igualmente, de facilitar a leitura e compreensão desses textos por parte de um público mais amplo.

Em Ed1, por exemplo, o enunciador recorre ao termo “filão” para se referir a um discurso comum nas campanhas eleitorais que os marqueteiros vêm utilizando com frequência na construção de uma imagem positiva de seus candidatos-clientes (sentido reforçado pelo uso do advérbio “certamente”). Dessa forma, entende-se que a proposta de reforma administrativa não passou de uma dissimulação, manifesta a partir de uma imagem de austeridade criada pelos marqueteiros de modo a cativar os eleitores e render votos ao então candidato Tuga Angerami.

A chamada reforma administrativa é tema que está presente no programa da maioria dos candidatos ao Executivo.

Os marqueteiros certamente encontraram aí um filão para transmitir uma suposta postura austera e de rigor do candidato que, quase sempre, não se traduz em gestos concretos quando o político chega ao poder.

Tal proposta, então, teria sido um grande engodo, pois não se concretizou na prática. A expressão “quase sempre”, seguida do trecho “não se traduz em gestos concretos quando o político chega ao poder”, remete a uma sensação de decepção e ceticismo com a política, em virtude de as promessas de campanha não serem cumpridas quando o candidato assume o cargo.

Em Ed16, ao se comentar sobre a falta de médicos no sistema público de saúde de Bauru, veem-se termos como “boquinha” e “faz-de-conta”, marcadamente depreciativos. O recurso a essas palavras revelam uma desconfiança perante a ética e o comprometimento desses profissionais com a saúde da população. Para o jornal, os médicos da cidade querem simplesmente ganhar dinheiro, já que costumeiramente eles prestam serviços em mais de um lugar e, ainda assim, desrespeitam o horário de expediente nas repartições públicas.

O poder público, no excerto a seguir, também é tido como culpado pelo problema, em virtude de uma atitude de descaso com a saúde do município que é recorrente (destaque nos termos “desleixo” e “governos e mais governos”). O “desleixo” do qual se fala atinge a todas as administrações municipais indefinidamente – a atual e as precedentes – e o uso desses termos reforça a extensão do problema, assim como da crítica feita pelo jornal.

Há de se reconhecer que o problema não é novo e resulta do desleixo de governos e mais governos para com o setor. Também são culpados os profissionais que sabem das más condições mas assumem a boquinha, garantem o salário e trabalham no faz-de-conta, descumprindo horários e justificando-se pela má remuneração.

O tom de desabafo chega ao ápice no parágrafo seguinte, em que os termos coloquiais ajudam a construir uma impressão de emotividade e revolta com a situação, além dos termos que denotam juízos de valor (depreciativos em relação ao sistema e aos médicos e solidários à população, em que se usam os termos “coitadinho” e “com casca e tudo” – indicando uma situação de descaso para com o povo). Em meio a isso, exige-se incisivamente que a prefeitura adote medidas administrativas moralizadoras, obrigando o profissional a cumprir adequadamente suas atribuições.

Deveria o poder público remunerar condignamente os profissionais e em contrapartida exigir que trabalhem conforme o estabelecido no contrato. Nada de relevar porque o ‘coitadinho’ tem de completar seus ganhos em outro emprego. Coitadinho é o povo, que tem direito ao serviço e acaba tratado com casca e tudo.

Já o texto Ed17 diz respeito a atos de vandalismo cometidos por pacientes em um posto de saúde. O termo “conversa mole” é usado aqui em conjunto a uma série de figuras de impacto, palavras fortes (“explosão de fúria”), marcadamente avaliativas, e um tom agressivo, que reproduz uma condição enunciativa tensa, exasperada, devido ao interlocutor ser visto como um agente inoperante, incompetente e indiferente aos problemas da população.

O momento é crítico, traumático. O combustível que detonou a explosão de fúria de ontem é fruto de anos de descaso, de má vontade e falta de compromisso dos governantes deste País com a saúde pública. O povo não aguenta mais negaceios, fraqueza, conversa-mole e falta de vontade política e compromisso com a saúde pública.

O uso de termos coloquiais também se faz presente em editoriais sobre outros assuntos. Vejamos alguns excertos do texto Ed21, em que se discute um projeto apresentado à Câmara para reduzir o recesso dos vereadores de 90 para 30 dias:

Mas o simples anúncio do projeto, independentemente do resultado, deve ser saudado como uma tentativa saneadora, para corrigir um descalabro, uma injustiça e uma distorção histórica.

Os vereadores, que embolsam ao mês mais de dez salários mínimos, têm ainda mais esse odioso privilégio de sequer aparecer ao (sic) trabalho durante o recesso e, mesmo assim, continuar recebendo uma respeitável bolada ao mês. E, caso precisem, por alguma eventualidade, interromper a folga para participarem de sessões extraordinárias, tanto melhor. Os parlamentares, para comparecerem em apenas quatro reuniões deste tipo, em 2005, dividiram a respeitável quantia de R\$ 27 mil.

Pode-se notar que o tom depreciativo a essas condutas continua, graças ao uso de palavras como “embolsar”, um termo geralmente associado a atitudes ilícitas ou moralmente questionáveis – em especial a corrupção. Logo, podemos inferir que as férias e recessos parlamentares em Bauru, na atual configuração, são entendidos aqui como exemplos de condutas “reprováveis”.

Esses termos (“descalabro”, “injustiça”, “distorção histórica”, “odioso privilégio”, “sequer aparecer ao [sic] trabalho”) criam um efeito de indignação e desconfiança em relação ao caráter ético e profissional dos parlamentares. Pelo texto, os vereadores bauruenses são um grupo de privilegiados que recebem um (alto) salário, desproporcional ao (pouco) trabalho que executam.

Já em Ed19 e Ed20, uma mesma estratégia é utilizada para chamar a atenção do leitor. Ao tratarem de temas relacionados à saúde municipal e, da mesma maneira, manifestarem um

tom crítico e indignado sobre os fatos comentados, o enunciador vale-se de expressões que indicam surpresa ou espanto ao se referir a algo, a seu ver, inaceitável, ilógico.

Em Ed19, que trata das condições precárias do ambulatório municipal de saúde mental, o terceiro parágrafo inicia-se “Parece incrível e paradoxal verificar a situação em um município como Bauru, com todas as suas potencialidades e recursos...”, expressão que denota surpresa e indignação do enunciador diante de uma situação tida como degradante. Tal estrutura é importante na composição do raciocínio desse parágrafo, em que o enunciador revela-se estupefato por uma cidade como Bauru abrigar um prédio como o do referido ambulatório em condições tão precárias.

Outro tema, abordado em Ed20, é o crescimento dos casos de dengue e leishmaniose na cidade. Aqui, também, se inicia o texto com uma expectativa de surpresa (“Parece incrível. Apesar do caos que marcaria o setor, a porcentagem do orçamento da saúde destinada a ações de combate a doenças como dengue e leishmaniose será menor em 2007”) e que se revelaria logo após como algo digno de se indignar ou revoltar (no caso, a diminuição dos recursos para o combate a essas doenças).

5.2.2 Coesão textual

Quanto aos mecanismos coesivos, verificamos o quanto eles também são importantes na construção dos sentidos detectados até então, levando-se em conta que estamos ainda trabalhando com os elementos textuais dos editoriais. Tal como os itens lexicais, esses recursos, na abordagem de Fairclough (2001a) e Fowler (1991), não apenas ajudam na fluência do texto a partir da recuperação de elementos necessários na compreensão do sentido, mas também são úteis em estabelecer um percurso de leitura para o leitor, de maneira a direcioná-la, a partir de termos que induzem a determinadas interpretações ou que por si só contenham juízos de valor fundamentais na construção do sentido global do texto.

Tais termos, portanto, exercem papel importante no caráter construtivo do texto jornalístico – abordagem privilegiada em nossa pesquisa, tal como preconizaram Fowler (1991) e Vizeu (2003) nos primeiros capítulos –, em que as relações de sentido são elaboradas pela instância produtora e negociadas com os receptores. Por essa relação contratual já estabelecida desde a estruturação retórica e textual dos textos, conforme dito por Charaudeau (2007), Verón (2004) e Fausto Neto et al. (2010), é que os sentidos dos textos jornalísticos são construídos – por meio desse movimento de mão dupla em que o enunciador institui um

modo de dizer dos acontecimentos, cabendo ao receptor aderir (total ou parcialmente) ou não a essa proposta, encerrando esse processo constitutivo.

Quando tratamos anteriormente das expressões com valor adjetivo detectadas nos editoriais – uma constante no conjunto do *corpus* – muitas vezes elas são empregadas como forma de remeter-se a um tópico já tratado no texto, ou mesmo a um elemento em particular (um personagem do qual se fala, por exemplo). Mais do que promover um encadeamento entre as estruturas textuais e garantir a sua legibilidade e entendimento, esses termos, de acordo com Fairclough (2001a) e Fowler (1991), não se limitam a qualificar seus referentes, mas procuram direcionar a leitura e a interpretação do que é lido em torno de efeitos de sentido esperados pelo enunciador, em consonância com os juízos de valor presentes e manifestos por essas expressões. Vejamos alguns excertos de Ed1:

A chamada reforma administrativa é tema que está presente no programa da maioria dos candidatos ao Executivo.

(...)

O prefeito Tuga Angerami explorou a tal reforma durante a última campanha eleitoral.

A revelação de que, até o início do segundo ano de mandato foram cortados apenas três dos 318 cargos em comissão da administração municipal direta, indica que tudo não passou de fantasia.

(...)

Não é aceitável desculpas, medidas protelatórias ou qualquer outro argumento inconsistente para justificar a total falta de ação para implementar a tal reforma administrativa.

Nos trechos acima, discute-se a promessa feita pelo prefeito Tuga Angerami em reduzir o número de cargos de confiança na prefeitura – fato que não se confirmou na prática, segundo o editorial. Isso ajuda a explicar o uso do pronome indefinido “tal” ao longo dos excertos, como forma de demonstrar não apenas uma contrariedade (além de um nítido desdém) à iniciativa do prefeito, mas também de minimizá-la – como se a reforma executada, por ser de alcance muito menor ao prometido, não tivesse ocorrido de fato.

Aqui, o uso do “qualquer outro argumento inconsistente” retoma o trecho que serve de alegação da prefeitura para uma redução mais modesta do número de cargos comissionados (“A revelação de que, até o início do mandato foram cortados apenas três dos 318 cargos em comissão da administração direta...”), relacionando-os com os termos “desculpas” e “medidas protelatórias” – caracterizando-as dentro de um mesmo campo semântico (tratar-se-iam, portanto, de pretextos), em tom de desprezo e indignação.

Em excerto de Ed21 (já citado anteriormente), chamamos a atenção para o uso de duas palavras, cuja função é, além de retomar tópicos já tratados, mostrar juízos de valor marcadamente depreciativos aos agentes citados no texto – os vereadores bauruenses. Convém reproduzirmos novamente o trecho em questão:

Os vereadores, que embolsam ao mês mais de dez salários mínimos, têm ainda mais esse odioso privilégio de sequer aparecer ao (sic) trabalho durante o recesso e, mesmo assim, continuar recebendo uma respeitável bolada ao mês. E, caso precisem, por alguma eventualidade, interromper a folga para participarem de sessões extraordinárias, tanto melhor. Os parlamentares, para comparecerem em apenas quatro reuniões deste tipo, em 2005, dividiram a respeitável quantia de R\$ 27 mil.

Aqui, o termo “bolada” é utilizado para referir-se ao salário dos vereadores, inclusa a verba extra recebida quando estes são convocados para trabalhar no recesso. Esse termo denota uma forte contrariedade do enunciador com o fato (portanto, há um tom irônico na utilização dessa palavra), dando a entender que esse dinheiro a mais é visto como um “presente”, ao invés de algo recebido por mérito.

Logo após, também destacamos a forma como se é utilizada a palavra “folga”, que se refere às férias de 90 dias concedidas aos vereadores. Se recordarmos as acepções dessa palavra, ela tanto poderia ser entendida como “descanso”, “interrupção do trabalho” (apreciação positiva) como também “ócio”, “preguiça” (apreciação negativa). A possibilidade de se inferir sentidos negativos nessa palavra, levando-se em conta a lógica de contrariedade presente no texto – indica novamente um emprego irônico desta –, dando a entender que essas férias parlamentares, na verdade, seria um gesto acintoso em vez de um direito plausível.

Os elementos coesivos também são utilizados quando o enunciador se remete a um fato ou apreciação positiva – ainda que haja poucos elementos dessa natureza no conjunto do *corpus*. No parágrafo inicial de Ed9, o termo “boa notícia” é atribuído à melhoria das finanças do município (“A prefeitura de Bauru fecha o ano com uma boa notícia: o resultado financeiro da administração melhorou. É mais dinheiro no caixa do município”).

Vê-se aqui uma relação catafórica (o termo referente antecede o elemento referido) entre os trechos grifados. Essa construção cria, assim, uma relação de antecipação entre os termos e gera uma expectativa positiva no leitor, que então continuará a ler o texto para saber o que seria a tal “boa notícia”. É também uma forma de conferir antecipadamente uma valoração ao fato (no caso, uma valoração positiva) antes mesmo de ele ser exposto, o que ajuda a direcionar a leitura e o entendimento – da mesma forma que ocorre com os itens lexicais (FAIRCLOUGH, 2001a; FOWLER, 1991).

Também se vê isso em Ed28, sobre o Plano Diretor do município, em que se fala que “Há uma discussão que vai polemizar o novo Plano Diretor ainda em apreciação pela Câmara de Vereadores de Bauru. É a proposta que blinda a construção de novos prédios na região do Aeroclube de Bauru e zona sul”. Os termos grifados são referenciados a partir de uma relação catafórica que, como visto há pouco, procura criar uma sensação de expectativa no leitor sobre o assunto a seguir, ainda mais quando se diz que este trará polêmica, aguçando assim a curiosidade de quem lê o texto.

Entretanto, esse mesmo efeito proporcionado pela relação catafórica acima também se faz presente em outro texto, mas em circunstâncias opostas. No primeiro parágrafo de Ed19, cria-se também um efeito de surpresa ao se valer dessa construção, mas com o intuito de colocar o leitor em estado de alerta, pois o que viria a seguir seria algo chocante.

O BOM DIA retrata nesta edição mais um capítulo da lamentável novela de horrores que, ultimamente, é marca registrada da saúde pública de Bauru. E, desta vez, foram ultrapassados todos os limites do razoável. As condições do prédio onde funciona o Ambulatório de Saúde Mental, além de precárias e inaceitáveis, ferem e afrontam a dignidade humana.

Como se vê, utiliza-se como elemento coesivo uma construção metafórica, em que se compara a saúde pública de Bauru com o de uma novela – uma situação arrastada, inconclusa. A metáfora, no excerto acima, antecipa uma apreciação nitidamente negativa do elemento ao qual se refere antes mesmo de mencioná-lo, como forma de prender o leitor e sensibilizá-lo, de forma que este continue a ler o editorial e se inteire do assunto.

Vale reiterarmos o papel dos termos adjetivos na construção dessa situação de expectativa e de verbos e substantivos que indicam juízos de valor (“lamentável novela de horrores”, “ultrapassados todos os limites do razoável”, “ferem e afrontam a dignidade humana”), que transmitem uma série de impressões desfavoráveis – além de críticas contundentes à administração municipal da cidade. Fairclough (2001a) e Fowler (1991) explicam que tais recursos, em conjunto com o emprego da catáfora e dos itens lexicais, direcionam a leitura por meio de figuras que procuram tocar o emocional de quem lê e, assim, influenciar nas construções de sentido feitas pelo público.

Em outras situações, o recurso a termos coloquiais como elementos coesivos pode gerar efeitos diversos ao esperado. Em Ed33, em que se discute o papel das lombadas e radares eletrônicos no controle do trânsito, o uso do termo “parafernália” (cujo sentido mais conhecido é o de “tralha”, “quiquilharia”) gera um efeito dissonante ao restante do excerto. Vejamos a seguir:

Motoristas costumam se queixar dos aparelhos, às vezes tidos como verdadeiras fábricas de multas. Eles não deixam de ter certa razão em casos em que são constatadas falhas e que acabam por tomar tempo e dinheiro injustamente das “vítimas”. Essas situações, entretanto, fazem parte do dia-a-dia da vida moderna, que tem nos equipamentos eletrônicos boa parte de seus mecanismos. Essa parafernália, claro, está sujeita a problemas.

A “parafernália” a que o enunciador se refere são justamente os radares e lombadas eletrônicas tratados no texto. Contudo, a utilização desse termo parece criar uma atmosfera de jocosidade e mesmo de contrariedade à implantação desses equipamentos, conferindo assim um sentido irônico – o que não parece ser o caso, pois o texto não apresenta um tom jocoso. No entanto, essa palavra pode significar também “objetos pessoais” ou “objetos necessários a uma atividade humana”, acepções que não se encaixam bem nesse contexto. Acreditamos, aqui, tratar-se de uma escolha lexical equivocada.

A coesão textual também é um recurso importante para evidenciar elementos-chave que o enunciador queira destacar, tanto para apreciá-los positiva quanto negativamente. É o caso, por exemplo, visto em Ed29, em que as discussões centraram-se na elaboração conjunta do Plano Diretor do município entre o poder público e os representantes da comunidade, assim como as alterações que o texto recebeu na câmara de vereadores.

Não se discute a prerrogativa e o direito sagrado dos parlamentares de emendarem a proposta que fora aprovada pelos delegados em reuniões abertas à participação de todos.

A questão é que vários trechos do projeto original receberam alterações. E elas devem ser esclarecidas pontualmente pelo legislativo e aprovadas ou reprovadas pela comunidade que ajudou a elaborar o Plano Diretor.

Se esse requisito básico e democrático não [for] levado em conta, a participação popular na construção da proposta cairá por terra, num flagrante desrespeito à sociedade.

Nesse exemplo, a expressão “requisito básico e democrático” refere-se à iniciativa de os vereadores discutirem as alterações do plano com todos os que dele participaram – gesto que o jornal atribui como algo fundamental para que o Plano Diretor seja tido como legítimo – do contrário, seria uma consequência de um ato “autoritário” e “desrespeitoso”, como fica pressuposto. O destaque dado a esse aspecto é fortalecido também pelo uso da voz passiva (falaremos mais desse recurso a seguir), que evidencia essas alterações e a necessidade de se discuti-las – enquanto que o legislativo, o agente, tem sua importância diminuída.

5.2.3 Nominalizações e passivizações

No *corpus* analisado, detectamos também a presença de nominalizações e passivizações – elementos importantes de constituição discursiva. Como já disseram Fairclough (2001a; 2001b) e Fowler (1991), esses procedimentos omitem o agente da oração ou também, no caso específico da passivização, colocam-no em segundo plano, privilegiando-se os fatos e processos. Tais estruturas revelar-se-ão também mecanismos essenciais na constituição dos posicionamentos ideológicos que permeiam os editoriais do jornal, como será visto na última etapa de nossa análise.

No início do parágrafo de Ed7, é dito que “A transferência do escritório regional da Funai de Bauru para Santos reforça a inexpressividade política do município”, o que confere relevo ao fato transmitido. Nas palavras de Baccega (1998), esse apagamento dos agentes supervaloriza o fato, e não os pontos de vista sobre ele ou seus responsáveis, destacando assim a *função referencial* desse texto – ainda que pertença a um gênero opinativo. Esse efeito de destaque também é fortalecido pelo fato de o substantivo “transferência” ser o sujeito da frase, abrindo o parágrafo, o que chama a atenção do leitor.

Se, nesse processo de nominalização, o fato é posto em maior evidência, o mesmo não ocorre com o agente responsável por este (no caso, a administração geral da Funai), que, no caso, é tratado de forma secundária – para destacá-lo, a frase deveria ser escrita assim: “Funai transfere sede regional de Bauru para Santos”. A partir dessa omissão do agente (embora esteja subentendido), procura-se reforçar essa sensação de inexpressividade política do município, que sucumbiria, inerte, a uma decisão, segundo o jornal, “superior”, unilateral, mas prejudicial à cidade.

No bojo da criação do Instituto Chico Mendes — vinculado ao Ministério do Meio Ambiente —, ganhou força a desativação do escritório regional em Bauru do Ibama (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis). Ainda não chegou a ser efetivada, mas o fantasma da especulação continua rondando.

As medidas nos âmbitos estadual e federal vão sendo tomadas pelos órgãos públicos e o que se percebe é que não há reação, ou, se ela ocorre, é de maneira tímida, fraca o suficiente para que nem mesmo justificativas sejam encaminhadas.

(...)

Além de perder seu status de poder político regional, Bauru será obrigada a aceitar do governo do Estado, em medida unilateral, a implantação do regime semiaberto nas Penitenciárias 1 e 2, o que aumentará o índice de criminalidade na cidade.

Os trechos em destaque intensificam os efeitos de sentido comentados há pouco. Em geral, procura-se minimizar ou omitir os agentes dos fatos tratados para se evidenciar uma condição de passividade a que o município é sujeito. Bauru, nessa lógica, rende-se aos desígnios de agentes “superiores” (do governo estadual ou do federal) e se submete a decisões tidas como negativas (a desativação do escritório da Funai e a implantação do regime semiaberto em duas unidades prisionais), em virtude da fraqueza e inexpressividade dos políticos locais.

Por um lado, evidenciam-se as ações em curso, de forma a despertar a atenção do leitor para as discussões (“... ganhou força a desativação do escritório regional em Bauru do Ibama”; “As medidas nos âmbitos estadual e federal vão sendo tomadas pelos órgãos públicos”). Por outro, a cidade é posta em condição inferiorizada a partir do uso da voz passiva (“Bauru será obrigada a aceitar do governo do Estado, em medida unilateral, a implantação do regime semiaberto nas Penitenciárias 1 e 2”), da mesma forma que os agentes são suprimidos ou mitigados.

Em Ed21, encontramos estruturas semelhantes, como pode ser visto abaixo:

A proposta de redução do período de férias dos vereadores de 90 para 30 dias ainda precisa ser oficializada e depende da aprovação pela maioria do Legislativo. Mas o simples anúncio do projeto, independentemente do resultado, deve ser saudado como uma tentativa saneadora, para corrigir um descalabro, uma injustiça e uma distorção histórica.

(...)

O que se espera, quando da apresentação da proposta pelo vereador Paulo Madureira, é que não sejam utilizadas eventuais manobras de adiamento e que não prevaleçam, na discussão e votação do projeto, o apego às vantagens que, mesmo que amparadas em lei, têm um ranço inegável da mais desprezível imoralidade que, sem demora, precisa ser afastado do panorama político.

Nos excertos selecionados, encontramos três nominalizações (“proposta de redução”, “anúncio do projeto” e “apresentação da proposta”). Essas estruturas dão destaque às ações em si, colocando em segundo plano seus responsáveis/sujeitos (o vereador Paulo Madureira), com exceção do segundo exemplo – em “anúncio do projeto” não é possível precisar quem é o agente. Isso cria uma situação dissonante, ao fazer parecer que o projeto surgiu de forma espontânea, adquirindo autonomia em relação ao seu vereador-autor, já que este somente é identificado na segunda metade do texto.

Esse efeito, em conjunto com as passivizações em destaque (“ainda precisa ser oficializada”, “deve ser saudado”, “não sejam utilizadas eventuais manobras”) realça

elementos-chave para o enunciador, em que este põe em relevo temas com os quais solidariza (diante de um evidente otimismo) ou considera importantes (como a possibilidade de sobrestamento da medida pelos próprios vereadores) e procura mostrá-los ao leitor, em busca de uma correspondência e, principalmente, adesão. É uma forma de destacar a importância dessa redução das férias parlamentares como uma medida moralizadora e concernente com o interesse público.

Ainda sobre os vereadores de Bauru, o texto Ed22 expõe a tese de que o parlamentar que eventualmente dispute uma eleição deveria se licenciar do cargo. Para isso, utiliza algumas nominalizações e passivizações – como pode ser visto abaixo:

A consequência sobre a atividade parlamentar é previsível e preocupante. Se prevalecer a lógica de eleições passadas – e não existe a mínima expectativa de que ocorra algo diferente – a atividade parlamentar será negligenciada e deixada em segundo plano. A defesa dos interesses coletivos e a discussão de projetos e dos grandes temas que envolvem a cidadania [usado como coletivo de cidadão] ficarão em segundo plano [redundância]. E, a caça aos votos haverá de monopolizar a atenção dos políticos.

No parágrafo acima, fica evidente a importância dada pelo enunciador aos compromissos que os vereadores têm com a população, ao tratá-los de forma nominalizada (“A defesa dos interesses coletivos e a discussão de projetos...”), enfatizando-se assim seu caráter de obrigação, de deveres inalienáveis e inadiáveis. Logo, esses deveres para com a população estão acima dos interesses pessoais e eleitorais dos políticos.

Por isso, a preocupação com o fato de os parlamentares se dedicarem excessivamente às próprias campanhas no período eleitoral também se manifesta aqui, a partir do uso da voz passiva (“...a atividade parlamentar será negligenciada e deixada em segundo plano”). Assim, tais atividades seriam postas em uma condição vulnerável, de sujeição aos desígnios dos vereadores candidatos, embora os parlamentares, por obrigação, devessem priorizar os encargos de seu posto – especialmente com os cidadãos que os elegeram.

Apesar de se configurarem como recursos úteis nas construções de sentido, houve poucas nominalizações e passivizações no *corpus* analisado. A preferência foi pelo uso da voz ativa na maior parte dos casos, nos quais os agentes responsáveis pelos fatos ou processos em discussão nos textos ocupam posição destacada, no início das orações ou períodos. Vejamos alguns exemplos:

“O prefeito Tuga, por exemplo, um hábil negociador, se omitiu durante o movimento e delegou a função para um representante inábil” (Ed3);

“Prefeitura e Emdurb têm de fato a obrigação legal e o dever moral de expor, de forma clara e inequívoca, como é composta a planilha de custos dos enterros e qual a razão da diferença de 160% a mais para o município...” (Ed6);

“O departamento vai além [de passar informações factuais] e fornece algumas dicas e sugestões sobre consumo responsável”; “O DAE faz muito bem em conscientizar as pessoas e até multar consumidores que insistem em posturas politicamente incorretas” (Ed13).

“Infelizmente, as administrações municipais do passado pouco investiram em obras de prevenção contra enchentes...” (Ed15).

“Os vereadores têm a obrigação moral e ética de reabrir os debates com a população e, num ato de transparência exemplar, mostrar quais são os pontos que foram modificados e suas justificativas” (Ed29).

Essa escolha da voz ativa se justifica porque, ao colocar os agentes em evidência, o teor extremamente crítico dado à maioria dos textos – como pôde ser constatado até então – se fortalece, pois permite uma associação imediata entre uma dada circunstância negativa e seu “responsável”, reforçando assim, por exemplo, atribuições de culpa, demonstrações generalizadas de crítica e operações enunciativas com a finalidade de interpelar esses agentes para, em geral, exigir-lhes algo (trataremos dessas últimas mais adiante). Isso ocorre também em contextos mais favoráveis aos protagonistas das ações, mas tais ocorrências são raras quando se trata do poder público.

Por outro lado, esse mesmo recurso é utilizado para fortalecer a condição de “vítima” da população em geral ou de segmentos da comunidade, em que estes são prejudicados de alguma forma pelas ações (ou inações) do Executivo e Legislativo da cidade. O uso da voz ativa confere visibilidade a esses sujeitos, permitindo assim uma identificação rápida por parte dos leitores. Com isso, o jornal procura fazer com que o receptor se sinta representado nos contextos descritos pelos editoriais como forma de persuadi-lo, a partir de uma estratégia baseada na emotividade (*fazer-sentir*) – um elemento importante na relação contratual que o jornal procura estabelecer com seu leitor (CHARAUDEAU, 2007).

“A comunidade, principalmente a da periferia, que é a que mais sofre em épocas de chuvas e de secas, quer ver sim a pavimentação asfáltica em suas ruas, mas também se sente no direito de cobrar coerência de seus representantes políticos” (Ed14).

“O povo não aguenta mais negaceios, fraqueza, conversa mole e falta de vontade política e compromisso com a saúde pública” (Ed17).

“A sociedade merece uma satisfação, afinal é a principal interessada na viabilização do projeto educacional do Estado, cujo sistema apresenta alta demanda de interessados” (Ed27).

Diante dos dados obtidos nessa primeira etapa de análise, podemos verificar que, pela escolha dos elementos lexicais e coesivos presentes nos editoriais, delineia-se um cenário de contraposição entre o *Bom Dia Bauru* e a administração municipal. A grande quantidade de expressões valorativas de teor negativo, além das construções coesivas que apontam para a mesma direção, traça uma avaliação cujo teor de criticidade mostra-se significativamente alto, em que a prefeitura de Bauru é colocada como protagonista de acontecimentos ruins para a cidade ou, no mínimo, como corresponsável.

No caso das nominalizações e passivizações, elas servem para valorizar os fatos em que se quer destacar e minimizar a importância de seus agentes. Assim, como já dissemos, reforça-se esse teor de criticidade contra o poder público municipal e o coloca em posição desfavorável, suscetível às imputações de culpa e de responsabilidade por eventuais problemas na cidade. Essa minimização, mais as expressões valorativas mencionadas acima, são recursos caracterizados por Marques de Melo (2003) como um sinal de *conotação jornalística*, em que se procura destacar ou mitigar elementos dos editoriais como uma forma velada de manifestação de opinião e, por conseguinte, de posições ideológicas.

Essas estratégias exercem uma função importante na estruturação discursiva dos textos analisados – e sobre a qual iremos nos aprofundar mais adiante. Ao colocar os agentes públicos em posição desfavorável e, ao mesmo tempo, realçar os acontecimentos abordados, o enunciador visa a atrair a atenção do leitor para a necessidade de se discuti-los, por se tratarem de assuntos caros à população e dizerem respeito a uma eventual falha dos políticos locais em enfrentá-los. São argumentos que, a princípio, justificariam uma abordagem mais densa desses temas por parte do jornal e, por isso, merecem ser acompanhados e debatidos pela população.

Isso remete aos princípios de *discutibilidade* e *endogenia* apresentados por Beltrão (1980) no capítulo 2, em que o editorial não deve apenas conter uma temática relevante e passível de debates, mas precisa convencer o leitor de que aqueles posicionamentos apresentados são válidos e devem ser seguidos, a fim de orientar o seu percurso de leitura e análise dos acontecimentos em questão e, enfim, a construção dos sentidos acerca destes (*fazer-saber*).

Por outro lado, é marcante o recurso a expressões emotivas na busca desse convencimento. O uso desses elementos, somado ao esforço do enunciador em colocar-se ao

lado da população (chegando, inclusive, a tratá-la como “vítima” das circunstâncias) e a retratá-la nesses contextos, teria por finalidade despertar sensações no público acerca das temáticas abordadas nos editoriais (*fazer-sentir*) e, assim, convencê-lo de que elas são importantes e merecem atenção – por estarem diretamente relacionadas ao próprio cotidiano.

Logo, os elementos textuais analisados aqui se constituem como recursos úteis no estabelecimento de um contrato de comunicação cujos objetivos, de acordo com Charaudeau (2007), visam a apresentar os acontecimentos e discuti-los (*fazer-saber*), além de tocar o emocional do leitor e mostrar a este que os assuntos tratados nos editoriais devem ser acompanhados por serem de seu interesse imediato (*fazer-sentir*). Além disso, procura-se transmitir a ideia de que as análises feitas pelo *Bom Dia Bauru* são verossímeis e estão em consonância com as expectativas da população, colocando-se, dessa forma, em sua defesa. Tais estratégias também se configuram, segundo Marques de Melo (2003), como maneiras de se destacar a importância do próprio material jornalístico e tornar evidentes os pontos de vista expressos nesses elementos textuais, colocando-os em relevo.

5.3 A tessitura discursiva e enunciativa

Nessa etapa, analisaremos os elementos enunciativos e intertextuais presentes nos editoriais do *Bom Dia Bauru*. Na primeira parte, identificaremos as vozes presentes na tessitura discursiva e a maneira como elas dialogam entre si. Na segunda parte, trataremos das manifestações de intertextualidade, caracterizadas pelas formas de representação dos discursos presentes em outros textos, e com os quais também há um diálogo – na maior parte dos casos, conflituoso.

5.3.1 Aspectos enunciativos

No que tange aos elementos enunciativos, convém lembrarmos as considerações de Vizeu (2003) sobre o aspecto polifônico dos textos jornalísticos, em que diversas vozes dialogam (ou confrontam) entre si. Diante disso, cabe ao jornalista estabelecer um equilíbrio entre elas, tendo em vista um registro claro e compreensível dos acontecimentos e, sobretudo, a adesão do leitor diante das construções noticiosas apresentadas.

Entretanto, estabelecer um equilíbrio entre vozes heterogêneas e dissonantes é uma tarefa árdua e nem sempre bem-sucedida. Isso se deve a uma série de interesses e objetivos distintos que estão por trás dessas vozes, o que faz do texto jornalístico, como já disse

Marques de Melo (2003) no segundo capítulo, um constante cenário de conflitos. No caso do editorial, além das fontes externas, também é preciso buscar um ponto de convergência entre as diversas fontes internas que integram a organização, de forma a assegurar uma coesão institucional e, enfim, um discurso unificado, consensual.

Essa heterogeneidade de vozes e o caráter conflituoso nas relações entre elas foram marcantes nos editoriais analisados. Houve momentos em que essa tensão chegou a comprometer a coerência interna do texto, gerando situações contraditórias. Além disso, a carga de subjetividade enunciativa detectada nos textos foi, de modo geral, bastante alta, demonstrando sinais evidentes de emotividade. É um indício claro de que o diálogo entre vozes tão distintas, embora inevitável e necessário, faz dos textos em análise uma verdadeira “arena”, na qual, segundo Bakhtin (1997) e Fairclough (2001a), uma voz deseja sobrepor-se às demais, firmando-se como hegemônica e determinando a lógica discursiva.

O título de Ed1, por exemplo, mostra com clareza a lógica que se segue na maior parte dos textos estudados. O título do texto, “Cadê a reforma?”, é feito em tom de interpelação direta, incisiva, evidenciando uma voz de cobrança (ou *sentenciadora*, de acordo com FAUSTO NETO, 1999) emanada pelo jornal. Por meio disso, tratar-se-ia de uma cobrança não apenas do veículo, mas da sociedade – e o jornal posiciona-se como porta-voz dos anseios populares – pela tal reforma administrativa prometida pelo então prefeito Tuga Angerami.

Ainda nesse texto, o excerto “A revelação de que, até o início do mandato foram cortados apenas três dos 318 cargos em comissão da administração direta, indica que tudo não passou de fantasia” denota ceticismo e decepção com a classe política e revela, também, um nítido conflito de vozes. Uma, indignada, clama pelo enxugamento da máquina administrativa. A outra, do prefeito, assume esse compromisso, mas não o põe em prática da maneira como o enunciador estipula como “correto” – nesse último caso, fica evidente a presença de uma *voz programativa* – segundo a terminologia de Fausto Neto (1999).

Em Ed2, também detectamos uma situação conflituosa entre as vozes presentes no editorial – no caso, a dos servidores municipais em greve e a da prefeitura:

O legislador foi sábio ao contemplar o direito de greve na Constituição Federal de 1988. Se, sob a ótica da classe trabalhadora, os salários são baixos ou as condições funcionais inadequadas, é justo, lícito e admissível que se use, como último recurso, a interrupção do trabalho, como estratégia para forçar o empregador a negociar.

(...)

A greve do funcionalismo municipal, que completa quinze dias hoje, começa a entrar no perigoso e inconveniente terreno do radicalismo e das paixões. E, o que é pior, com negociação travada e nervos à flor da pele, quem uma vez

mais paga o pato é o cidadão simples e desprotegido que, entre outras dificuldades, enfrenta filas e um atendimento ainda mais caótico na rede pública de saúde.

Ao longo do texto, verifica-se uma mudança na carga enunciativa. De uma voz mais consensual no início, passa-se para uma voz indignada, que não aceita a falta de diálogo entre o Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Bauru (Sinserm) e a administração municipal, qualificando essa situação como sendo uma intransigência mútua. Essa contrariedade se evidencia pelo uso de expressões como “no perigoso e inconveniente terreno do radicalismo e das paixões”, “pagar o pato” e “nervos estariam à flor da pele”, que avaliam negativamente a greve e os agentes envolvidos. Vemos aí, então, sinais de uma voz *avaliadora* (FAUSTO NETO, 1999).

Ainda sobre esse assunto, o enunciador, tanto em Ed2 quanto em Ed3, condenou essa falta de diálogo entre as partes e qualificou tal gesto como uma forma de desrespeito aos cidadãos. O olho de Ed3, “Show de equívocos de ambas as partes marcou movimento”, descreve nitidamente esse posicionamento e ressalta, ainda que de forma exagerada (pelo uso do substantivo “show”), o caráter condenatório do texto, que qualifica negativamente os responsáveis pelo movimento e a prefeitura (“radicalismo exacerbado”, “preocupante inflexibilidade”, “... que tantos transtornos gerou à comunidade”), pois foram incapazes de chegar a um acordo e prejudicaram a população com a greve.

Neste contexto, é inadequada a postura da administração municipal, que mostra novamente falta de iniciativa para resolver uma questão crucial no cotidiano da cidade, e preocupante a inflexibilidade que começa a transparecer do lado dos grevistas. Os dois lados devem, sem dúvida, mais respeito à população (trecho de Ed2).

Uma sucessão de equívocos e o radicalismo exacerbado de ambas as partes marcaram a paralisação. O movimento, que tantos transtornos gerou à comunidade, teria acabado antes, se houvesse da parte do prefeito, assessores e, também, das lideranças sindicais, uma pitada de bom senso. Ou seja, o popular “jogo de cintura” (trecho de Ed3).

(...)

No caso em tela, ficou bem claro que, ao contrário do que seria ideal, Sinserm e prefeitura não se dedicaram ao saudável e necessário exercício do diálogo para a superação do impasse (trecho de Ed3).

(...)

O que se espera é que em uma eventual e futura negociação prevaleça o bom senso. A cidade vai agradecer (trecho de Ed3).

Na frase “A cidade vai agradecer”, que encerra o texto, o enunciador retoma o papel autoinstituído de porta-voz dos munícipes, ao falar em nome deles, e demonstra solidariedade

aos interesses dos cidadãos. Entretanto, deve-se considerar que a sua base argumentativa do texto, de modo geral, fundamenta-se em juízos próprios das vozes dominantes na enunciação.

Em Ed4, cujo assunto é uma avaliação dos primeiros 500 dias da gestão em vigor na época, é dito que “... é imperioso reconhecer, de pronto, que Tuga Angerami é um político diferenciado”. Essa construção subentende o reconhecimento forçado ou contrariado de um aspecto positivo do referente, já que o posicionamento até então adotado é o de criticá-lo pela sua administração tida como morosa, omissa e ausente.

Já no excerto “O fato é que é raríssimo ouvir da própria boca do homem público uma análise tão crítica e sincera, que foge aos padrões tradicionais da política”, fica evidente qual o juízo feito pelo enunciador acerca do político. A sucessão de adjetivações (que mesclam termos pouco usuais, como “tergiversações”, e informais, como “blábláblás”) reitera a voz indignada e cética que ecoa nesse discurso, a qual não acredita na classe política e os vê como seres dissimulados e corporativistas. No entanto, uma voz contrária – a do político “franco e sincero” – entra em conflito com a voz predominante, o que obriga o enunciador a acentuar as críticas ao prefeito, de forma a minimizar a carga positiva do gesto do prefeito Tuga.

Em seguida, é feita uma contraposição entre a situação da prefeitura bauruense no início da gestão Tuga com a situação atual. Inicialmente, o fato de o prefeito conseguir administrar a cidade com as finanças comprometidas é interpretado positivamente (“Tuga efetivamente encontrou uma prefeitura destroçada, fruto de gestões anteriores incompetentes e marcadas por escândalos de corrupção, que destruíram as finanças públicas”). O uso de adjetivações, expressões adverbiais, modalizadores e palavras de carga forte (“destroçar”, “efetivamente”, “destruir”, “incompetentes”), fora o destaque dado ao agente (o prefeito), iniciando a frase, colocam-no em evidência e reforçam sua condição de administrador no contexto apresentado. Por outro lado, essa carga positiva é logo neutralizada por uma voz que minimiza tais circunstâncias e o critica pela “ausência de obras significativas”.

Em Ed5, há novamente um conflito de vozes. Dessa vez, uma voz que conclama por ações mais efetivas da prefeitura contra a corrupção na Secretaria de Administrações Regionais e uma maior agilidade nessas decisões (daí uma significativa ênfase em marcadores temporais, como “tão logo”) colide com outra, da própria administração, que alega ter tomado providências. O conflito é remediado pelo acirramento das críticas, de modo que o discurso do enunciador prevaleça sobre o outro.

O que se espera é que, tão logo a investigação seja concluída, o prefeito Tuga Angerami torne público se a denúncia foi arquivada ou se os fatos

relatados procedem e quais seriam as medidas a serem tomadas para a penalização de servidores envolvidos, em cargos de confiança ou não.

(...)

O que se pede é transparência – palavra bastante pronunciada na campanha eleitoral de 2004 – e agilidade na apuração dos fatos. Doa a quem doer.

(...)

A ideia [criação de uma auditoria no município] é excelente, mas ainda está no papel. Já se passaram praticamente dois anos e a promessa não foi cumprida. Será que não está na hora?

Vemos aqui uma situação incongruente. No período “Ninguém duvida da honestidade do prefeito Tuga Angerami, que já comandou esta cidade e honrou dois mandatos de deputado federal sem nunca ter sido denunciado por irregularidades”, o enunciador faz uma defesa ardorosa da integridade moral do prefeito, já que o fato de ele ser honesto é mostrado como algo inconteste. Entretanto, no mesmo texto, o prefeito é duramente criticado em relação à sua morosidade, especialmente por não cumprir uma promessa de campanha. São elementos que se mostram incompatíveis entre si (um administrador honesto não iria agir com morosidade em casos de corrupção), prejudicando a coerência interna do editorial.

Em Ed6, sobre o custo dos enterros assistenciais, podemos encontrar parágrafos de defesa incondicional e reiterada desse serviço, tais como: “O município, ninguém contesta, faz bem em garantir um enterro minimamente digno aos mortos de famílias carentes”. “É uma questão social, humanitária, sempre que comprovada e sem margem de dúvidas a indisponibilidade de recursos para pagamento dos funerais”.

Utiliza-se, aqui, a estratégia em que o enunciador coloca a questão como algo indubitável, firmando-se como uma verdade consolidada – e o *Bom Dia* atua como porta-voz dessa causa (“ninguém contesta”). A defesa dos enterros assistenciais se dá também pelo excesso de adjetivações e termos adverbiais, o que demonstra uma forte adesão à causa (“questão social”, “humanitária”, “sem margem de dúvidas”).

Gomes (2000) aponta que um traço marcante na enunciação jornalística é a ausência de signos referentes ao leitor (a falta de um *tu* para quem o discurso se dirige), exceto em alguns textos de seções especiais. Ao suprimir essa relação *eu-tu*, característica fundamental de uma enunciação no sentido amplo (BENVENISTE, 1989), o jornalismo se posiciona como um enunciador de informações incontestáveis, pois não supõe uma réplica, mas uma absorção (*dito inexpugnável*).

Essa característica ocorre no exemplo anterior (e em vários outros casos a serem descritos neste estudo), em que o enunciador estabelece uma premissa como algo absoluto e sem margem para contestações, revelando assim não apenas uma *unilateralidade* dessa

relação enunciador/enunciatário, mas um *autoritarismo*, já que a “verdade” estabelecida pela instância produtora tem mais facilidade de se firmar como tal, diante da impossibilidade de os receptores demonstrarem reação nas mesmas condições. Isso ocorre em virtude do hiato espaço-temporal, característico do dispositivo *jornal*, que separa as duas instâncias no momento da enunciação (VERÓN, 2004).

Já em Ed7 (sobre a transferência da sede da Funai), há também muito claramente uma contraposição de ideias (*grandeza do município X inexpressividade política*). Esses aspectos de “pujança” bauruense iniciam o terceiro parágrafo, a fim de se evidenciar para o leitor essa situação incongruente.

Com mais de 360 mil habitantes, polo da região central do Estado, Bauru dá demonstrações de fraqueza para resguardar seus setores administrativos públicos.

(...)

As decisões nos âmbitos estadual e federal vão sendo tomadas pelos órgãos públicos e o que se percebe é que não há reação, ou, se ela ocorre, é de maneira tímida, fraca o suficiente para que nem mesmo justificativas sejam encaminhadas.

Além de perder seu status de poder político regional, Bauru será obrigada a aceitar do governo do Estado, em medida unilateral, a implantação do regime semiaberto nas Penitenciárias 1 e 2, o que aumentará o índice de criminalidade na cidade.

Diante disso, ecoa novamente uma voz indignada, inconformada ao ver uma cidade como Bauru ficar para trás nesse sentido. Ao contrário, por ser um importante polo econômico da região central do Estado e ter uma população expressiva, deveria ter, por parte dos governos federal e estadual, representações à altura dessa grandeza.

Vê-se, logo, que tal voz indignada revela-se contrária à saída da Funai da cidade e à implantação do regime semiaberto nas penitenciárias. Essa voz qualifica tais ações como sinais de desprestígio e fraqueza da cidade, e se contrapõe às vozes dos governos estadual e federal – os empreendedores de tais iniciativas. A contrariedade ao semiaberto é justificada apenas por ser uma medida que trará insegurança à comunidade local.

Essa voz busca identificar-se com a dos cidadãos, especialmente os residentes nos arredores, que, segundo o editorial, também se opõem a tais medidas – é um sinal evidente, entre outros a serem analisados neste trabalho, de o *Bom Dia* tentar estabelecer uma *correspondência identitária* com seus públicos de interesse, conforme dito por Peruzzo (2003), Sousa (2003) e Oliveira (2009) no capítulo 4.

Em Ed9, acerca da melhoria da condição financeira bauruense (“A prefeitura de Bauru fecha o ano com uma boa notícia: o resultado financeiro da administração melhorou. É mais dinheiro no caixa do município”), a relação apositiva é tratada não apenas como algo benéfico à cidade, mas como uma surpresa, algo improvável, devido a um histórico negativo que envolve casos de corrupção, inoperância e falhas de gestão na prefeitura local.

No mesmo parágrafo, é dito que a melhora da situação financeira de Bauru é um “alento” para uma cidade habituada a “amargar nos últimos anos o peso da corrupção, da falta de iniciativa e dos desmandos administrativos que se acumularam de mandatos em mandatos”. Pela lógica criada no texto, um resultado positivo como o mostrado há pouco, embora desejável, é surpreendente.

O ceticismo em relação à gestão pública municipal, recorrente nos editoriais estudados até então, faz-se novamente presente, minimizando inclusive a “boa notícia” reportada no texto. Essa minimização, como várias outras a serem destacadas ao longo da pesquisa, também são indícios de uma *conotação jornalística*, tal como disse Marques de Melo (2003), além de sinalizar a relação conflituosa entre a voz hegemônica do discurso do jornal (FAIRCLOUGH, 2001a) e outras de caráter oposto – no caso, a que considera essa notícia como algo positivo, fruto do trabalho da prefeitura em restabelecer as finanças municipais.

As ressalvas feitas ao governo são postas à frente dessa qualificação positiva (“Se a atual gestão não é brilhante ou não representa qualquer revolução no sentido de gerir os recursos públicos...”), minimizando o “elogio” feito em seguida. O uso de outros termos na concatenação dessas ideias (“merece, ao menos até agora, o mérito...”) também denotam uma impressão de desconfiança – principalmente com o uso de “ao menos, até agora”. No conjunto do parágrafo, em que impressões positivas entremeiam-se a críticas, dá a impressão, novamente, de se tratar de um reconhecimento forçado e contrariado a essas qualidades positivas, privilegiando-se as negativas (MARQUES DE MELO, 2003).

Se a atual gestão não é brilhante ou não representa qualquer revolução no sentido de gerir os recursos públicos, merece, ao menos até agora, o mérito de ter dado mostras claras de que a reputação moral e o cuidado com as finanças foram resgatados do limbo onde se encontravam havia mais de uma década.

Em outra parte de Ed9, estrutura-se outro argumento em que são contrapostas duas vozes: uma, mais positiva, faz coro a essa “mudança de conceito” pela qual passa a cidade, com o aumento dos investimentos na cidade – consequência de uma gestão mais responsável; e outra, crítica, que aponta a insuficiência desses recursos para a solução dos problemas do

cidadão, apesar de importantes (“Hoje, o montante disponível para investimentos está muito abaixo das reais necessidades da população. O orçamento de Bauru, inclusive, perde para cidades de menor porte”). Por isso, tais ações, mesmo elogiadas, são tidas como insuficientes.

Ainda que se procure minimizar o tom crítico nesse texto ao se dizer que o desequilíbrio orçamentário da cidade deve-se a falhas de governos anteriores, a gestão Tuga não foge a uma apreciação negativa, já que é novamente qualificada como uma administração deficiente. A prefeitura é conclamada a abandonar uma postura mais evasiva (o uso do verbo “livrar-se” corrobora esse entendimento), em que se culpam falhas anteriores pelos problemas do presente (a construção “cansar-se de” dá a entender que o ato de culpar o passado foi frequente, uma marca forte de sua gestão), e, de fato, trabalhar com mais empenho no restante do mandato (“O mérito desse avanço, entretanto, não livra a atual administração de buscar, em seu último ano, suprir suas deficiências”; “... o prefeito Tuga Angerami cansou de se queixar de seus antecessores...”).

Em Ed13, cujo assunto é o desperdício de água, faz-se uma contraposição entre uma avaliação positiva de uma atitude da autarquia de água e esgoto (“O DAE faz muito bem em conscientizar as pessoas e até multar consumidores que insistem em posturas politicamente incorretas”) e elementos de crítica, ao se comentar a demora com que os vazamentos de água são reparados. Se, para o enunciador, o desperdício é algo condenável, a autarquia comete uma grande falha ao não providenciar uma solução rápida para os casos.

Logo, o enunciador aponta uma contradição nas ações do órgão. Se, por um lado, apregoa o consumo consciente de água, por outro, promove o desperdício [ao não ser ágil nas contenções de vazamentos]. Essa postura contraditória é enfaticamente condenada no texto, já que não serve de exemplo aos consumidores. Enfim, esse gesto colocaria por terra as iniciativas do órgão anunciadas no início do editorial, pois “um exemplo vale mais do que mil palavras”. Assim, uma postura consciente e responsável do DAE limitou-se a manifestações verbais – já que a prática mostrou o contrário.

Diante dessa situação, o enunciador revela uma postura cética, em que duvida da capacidade da autarquia em solucionar os vazamentos com celeridade (conflito *voz descrente* X *voz da iniciativa*, quando a assessoria do DAE fala que os problemas detectados serão resolvidos em até 24 horas). O ceticismo chega ao ápice quando o enunciador lança a seguinte pergunta, em tom claramente indignado: “Oras, diante disso, cabe a pergunta. Porque (sic) o departamento somente se mobilizou para solucionar o problema após o caso chegar à imprensa”? Isso denotaria, além da inoperância, uma atitude de tergiversar o problema, ao não assumi-lo e resolvê-lo na forma ou na velocidade que o jornal aponta como adequada.

No último parágrafo de Ed14, a frase “... quer ver sim a pavimentação asfáltica nas ruas” é uma clara refutação à proposta da Prefeitura exposta no início do editorial (“ou a população paga para ter o asfalto ou fica sem a benfeitoria”), além de ser uma cobrança incisiva para que esse benefício, um direito da população, seja assegurado em breve.

A comunidade, principalmente a da periferia, que é a que mais sofre em épocas de chuvas e secas, quer ver sim a pavimentação asfáltica em suas ruas, mas também se sente no direito de cobrar coerência de seus representantes públicos.

O uso da estrutura “quer ver sim” é essencial na geração desse sentido, pois a partir daí o enunciador (como porta-voz do cidadão) expressa em nome deles a sua vontade em tom marcadamente incisivo – não como uma súplica, mas uma exigência do cumprimento de uma obrigação por parte da administração municipal.

No mesmo fragmento, o excerto “... mas também se sente no direito...” é também uma expressão marcante, que pode ser atribuída como uma decorrência da própria atitude da prefeitura – em querer cobrar o asfalto da população. Essa atitude, para o enunciador, é entendida como uma incoerência, já que, na campanha eleitoral, assuntos relacionados à cobrança de taxas são em geral ignorados – por serem claramente impopulares. Logo, subentende-se que o prefeito Tuga, na campanha, em momento algum teria dito que o asfalto seria pago em parte pelo eleitor, mas sim custeado integralmente pela prefeitura. A dissonância entre o compromisso de campanha e a prática é a incoerência tratada em questão – e a qual deve ser cobrada pela população, segundo o jornal.

Nos editoriais sobre saúde, os momentos de tensão entre as vozes presentes nos textos atingem o nível mais elevado – principalmente devido à importância do tema e dos fatos em análise. Em Ed17, a palavra “quebra-quebra” supervaloriza o fato (ato de vandalismo em um posto de saúde, em que a porta de entrada foi quebrada a chutes) de modo a captar o leitor mais facilmente.

O quebra-quebra ocorrido na tarde de ontem, no PAI (Pronto Atendimento Infantil), dá a exata dimensão do caos que marca a saúde pública. Se faltava acontecer uma situação extrema para que, finalmente, fossem adotadas medidas concretas em prol da população mais simples, que sofre e pena pelos corredores dos prontos-socorros e unidades básicas de saúde do município, agora não falta mais nada.

Essa imagem é fortalecida pelo qualificador usado pelo enunciador para retratar a saúde em Bauru, entendida como algo aterrador (“exata dimensão do caos”). Atos extremos

como esse já eram tidos como previstos pelo enunciador (“Se faltava acontecer uma situação extrema...”) e interpretados como a única alternativa encontrada pelo cidadão para fazer a prefeitura agir em prol da melhoria da saúde em Bauru. Isso indica, novamente, uma imagem bastante negativa da prefeitura, vista como leniente, omissa e, nesse contexto, cruel, já que a falta de ação justificaria atitudes desesperadas dos munícipes. O fechamento do parágrafo (“Agora não falta mais nada”) reforça a figura negativa construída em torno do Executivo, que teria deixado a situação chegar ao extremo – por omissão.

Enfatiza-se, também, o sofrimento da população carente, vitimizada como a maior prejudicada pela inoperância governamental (“a população mais simples, que sofre e pena pelos corredores dos prontos-socorros e unidades básicas de saúde do município...”). O enunciador, nessa relação discursiva, aciona a visada de *fazer-sentir* para ativar a memória do leitor e fazê-lo se lembrar de situações dramáticas, como forma de cativá-lo emocionalmente e, assim, buscar sua adesão aos argumentos postos (CHARAUDEAU, 2007).

Uma voz de ordem diz enfaticamente que nenhum órgão jornalístico sério irá apoiar os atos extremados das mães, incluindo-se o próprio *Bom Dia*. No entanto, essa voz moderada fica em nítido desequilíbrio com outra, condescendente com tais atitudes que, embora não apoiadas, são de certa forma justificadas principalmente pelo uso significativo de figuras emotivas que enfatizam (exageradamente) os aspectos dramáticos do fato. Ao mesmo tempo, o enunciador adota uma postura evasiva, de não comprometimento total com a causa das mães (pois se o fizesse, seria uma irresponsabilidade, em contradição ao alerta dado no início), ainda que os argumentos utilizados as favorecessem. (“Mas como não é possível entendê-las? Como cobrar que mães, com filhos chorosos no colo, com dor e febre, mantenham a calma, o equilíbrio e a sensatez? E tenham paciência?”).

Voltando à cena política, mais especificamente ao trabalho dos vereadores, as relações entre as vozes mantêm o mesmo nível de críticas destinado à prefeitura. Em Ed21, por exemplo, o relatório inconclusivo elaborado pela Comissão Especial de Inquérito (CEI) sobre denúncias de corrupção na prefeitura foi alvo de uma manifestação indignada, fortemente adjetivada e nitidamente emotiva por parte do enunciador (“É inacreditável que a Câmara tenha consumido tanto tempo, energia e até dinheiro público, para produzir um documento pífio, insosso e que nada esclarece”).

Nesse esteio, elementos avaliativos e qualificadores como “... deixa transparecer a contradição e a investigação frágil da CEI”, “... o que é pior” e “colocar panos quentes sobre o assunto gravíssimo” ajudam a construir, como preconiza Fairclough (2001a), uma imagem negativa da CEI (e dos vereadores), qualificada como incompetente, por fazer um trabalho de

investigação ruim, e condescendente com eventuais falhas do Executivo, ao supostamente “abafar” o caso. Os qualificadores também ajudam a construir uma voz de indignação perante a circunstância, até pelo uso de superlativos (“gravíssimo”) e a expressão “o que é pior”.

Outros qualificadores depreciativos ao relatório – e, indiretamente, a seus autores (“pálido relatório final”, “em cima do muro”, “de forma covarde, transfere a responsabilidade para o Ministério Público”) revelam uma voz de despreço/decepção, manifestada por palavras negativas modalizadas ou adjetivadas (“O único legado que os vereadores deixam, lamentavelmente, é a desmoralização da CEI como legítimo instrumento de fiscalização...”).

A frase, nominalizada (“desmoralização da CEI”), coloca a ação como um fenômeno decorrente das iniciativas dos parlamentares (ou da falta delas), em vez de ser mostrada como uma atitude dos próprios. O tom de crítica, embora existente, fica mais diluído nesse tipo de construção, já que dá a entender que o elemento criticado é o fato em si, minimizando o papel do responsável. A crítica, nesse caso, adquire um tom evasivo (FAIRCLOUGH, 2001a).

Na questão do planejamento urbano, vê-se em Ed30 o uso de termos que enfatizam a necessidade de se construir empreendimentos imobiliários verticais, e atuam como defesa à lógica de planejamento urbano criada (“Os empreendimentos imobiliários verticalizados são cada vez mais necessários diante do esgotamento do espaço urbano”), além de abordar tal necessidade como um direito (e desejo) do cidadão. Assim, denota-se uma voz de cobrança, embora menos enfática que em casos anteriores, mas que se “funde” com a voz do cidadão, visto como merecedor de tais benesses (“Também atendem a uma realidade do mercado consumidor, que diante dos altos índices de criminalidade exige mais segurança”).

Ao mencionar os “altos índices de criminalidade”, também se interpela o poder público de forma subentendida, já que isso seria uma consequência de uma falta de ação das autoridades (no caso, das do Estado), que falham em cumprir seu dever.

Já em Ed32, sobre os buracos nas ruas bauruenses, o tom indignado novamente rege a lógica enunciativa. Elementos emocionais (*fazer-sentir*) são colocados em evidência de maneira a criar uma relação de solidariedade do enunciador com os cidadãos nesse sentimento de revolta e, com isso, buscar novamente uma *correspondência identitária* entre jornal e leitores – remetendo ao que disseram Peruzzo (2003), Sousa (2003) e Oliveira (2009) no quarto capítulo. Em “A buraqueira pelas ruas inferniza a vida de motoristas e ameaça a segurança no trânsito”, por exemplo, o verbo “infernizar”, por sua forte carga negativa, transmite uma tensão condizente com o contexto que se procura descrever, de modo que isso sensibilize o leitor.

Ao se criticar a classe política pelo recorrente não cumprimento de promessas de campanha, o enunciador direciona essa crítica indiretamente ao Executivo atual. As expressões utilizadas revelam ceticismo e desdém com a classe política, em virtude de oferecerem “soluções mágicas” em meio a uma “retórica fácil e populista dos palanques e campanhas eleitorais”.

As soluções mágicas, nunca concretizadas, somente surgem de tempos em tempos. Ou melhor, de quatro em quatro anos, na retórica fácil e populista dos palanques e das campanhas eleitorais e no vale tudo que caracteriza a busca do poder a qualquer preço. Haja demagogia.

Essas expressões revelam um nítido despreço aos políticos da cidade, mais exatamente à administração de Tuga Angerami (embora não haja menção direta a ela), por não levarem a cabo suas promessas de campanha. As críticas, em tom inflamado (a expressão “Haja demagogia” expressa inequivocamente um sentimento de desabafo ou revolta), dirigem-se a princípio a um interlocutor coletivo (os políticos), mas seu alvo é a prefeitura.

Por fim, em Ed33, vê-se um abrandamento nas críticas e nas tensões entre as vozes dos editoriais. Embora, nesse texto, evidencie-se um conflito entre vozes contrárias e favoráveis aos radares e lombadas eletrônicas, a avaliação do enunciador aos equipamentos, de modo geral, é positiva. Além de passagens que defendem a implantação com relativa ênfase (“... é uma arma importante contra os abusos que são vistos no trânsito”), há argumentos baseados em constatações do cotidiano que justificariam a medida (“Não é preciso vasculhar a cidade para descobrir gente dirigindo em alta velocidade... [por essa construção, pressupõe-se que essa ocorrência se dá constantemente e em qualquer lugar]”, “... cidades de porte médio como Bauru está (sic) cada vez mais afogado (sic) em alto número de veículos”). Nesse último excerto, o tom de exagero pelo uso metafórico da palavra “afogado” enfatiza a situação incômoda que essa superpopulação veicular provoca.

Aqui, o alvo da indignação não é o poder público, mas os maus motoristas. Em tom emotivo, o enunciador desfere palavras de revolta em um nítido tom de repreensão, manifestando contrariedade à conduta desses motoristas (“essa irresponsabilidade [dirigir em alta velocidade] é praticamente banida”, “... ao contrário de tragédias provocadas pela imprudência de irresponsáveis que muitas vezes acreditam estar em autódromos e não em ruas de cidades, por onde circulam pedestres e cidadãos preocupados com a vida”).

De forma geral, pudemos constatar uma forte carga de tensão nos editoriais estudados, a qual deixa bastante evidente o caráter conflituoso da relação dialógica entre as vozes

presentes em um discurso, como bem disseram Bakhtin (1997) e Fairclough (2001a), e mostra, do mesmo modo, as formas como cada voz procura se impor às outras. A lógica adotada na maioria dos textos consiste em apresentar e descrever sucintamente um tópico e, a partir daí, fazer apreciações tanto dos eventos decorrentes dessa ocasião quanto avaliar as ações da prefeitura frente a isso.

As vozes com as quais o enunciador se solidariza comportam-se segundo as três formas de manifestação enunciativa descritas por Fausto Neto (1999) no capítulo 3. Na maior parte dos casos, essas vozes *avaliam* negativamente o trabalho do Executivo e do Legislativo bauruenses. Isso se manifesta não apenas nas estruturas textuais utilizadas, tais como as adjetivações e modalizações (ver item 5.2), mas na maneira como o enunciador interpela os agentes públicos – marcada pela indignação, ceticismo, desdém ou mesmo agressividade.

O argumento principal para uma relação enunciativa tensa é, no caso do Executivo, a falta de ações mais rápidas perante os problemas, dando a entender que a gestão de Tuga Angerami comporta-se de maneira apática, quase letárgica, o que gera uma sensação de indignação e intolerância por parte do enunciador. Quanto ao Legislativo, critica-se não apenas esse estado de leniência, mas a tomada de ações corporativistas ou individualistas, em contrariedade com o interesse público.

Essa apatia também fundamenta as argumentações expostas pelo enunciador, em que os políticos bauruenses agiriam com desrespeito ao eleitor, fora dos padrões tidos como corretos. É por isso que se utilizam tantas vezes estruturas discursivas em tom de recomendação – ou mesmo de deliberação –, por meio das quais o enunciador interpela os membros do Executivo e Legislativo para se enquadrarem em condutas apreciadas pelo jornal, exercendo assim, conforme classificação de Fausto Neto (1999), um papel *programativo*. Exemplo disso pode ser constatado nos editoriais sobre saúde, em que se diz insistentemente que a prefeitura deve buscar “soluções criativas” para resolver a má qualidade de atendimento aos munícipes – sem descrever, no entanto, como essa criatividade deveria se manifestar.

Outro exemplo ilustrativo dessa ocorrência está no último parágrafo de Ed9, em que se encerra o texto com um “elogio” ao prefeito. Na verdade, essa constatação positiva se faz em relação aos argumentos desenvolvidos no editorial e, dá a entender, que o prefeito está de acordo com o posicionamento do jornal acerca da própria administração (“deficiente por inoperância”). Pelas construções “Parece que Tuga compreendeu isso. E melhor: está mostrando que compreendeu”, parece que o prefeito “entendeu o recado” do jornal, crítico à sua gestão, e revela uma mudança de atitude – em função do jornal, dando-lhe razão.

Diante de uma conduta político-administrativa insatisfatória dos entes políticos do município, o enunciador também os cobra ostensivamente por ações mais rápidas e eficazes. Tais cobranças se manifestam tanto de forma indireta e tênue, com o uso de estruturas como “é preciso” ou “é necessário”, quanto de forma direta e incisiva, em tom imperativo e demonstrando impaciência (“Prefeitura e Emdurb tem de fato a obrigação legal e o dever moral de expor, de forma clara e inequívoca, como é composta a planilha de custos dos enterros” [Ed6]; “Será que já não está na hora?” [Ed5]). Esses indícios de uma voz *sentenciadora* – segundo a classificação de Fausto Neto (1999) –, que cobra sem trégua o poder público, estão presentes em praticamente todo o *corpus* estudado.

No que diz respeito às formas de enunciação elencadas por Vizeu (2003), cabem algumas considerações. Mesmo que o editorial seja um texto predominantemente argumentativo e com uma finalidade persuasiva, como já bem disseram Marques de Melo (2003) e Chaparro (2008) no segundo capítulo, ele se ancora em elementos factuais, que precisam estar devidamente identificados e suficientemente esclarecidos de maneira a estruturar os argumentos e a lógica do texto, além de contextualizar as discussões para o leitor ter subsídios para formular um juízo próprio a respeito (ver BELTRÃO, 1980).

Assim, as funções de anúncio e descrição (mais marcantes nos textos informativos), embora presentes de maneira discreta, são fundamentais para se estabelecer esse vínculo imediato entre a realidade factual e a apreciação subjetiva no editorial. Afinal, quando lemos a opinião sobre algo, precisamos saber do que o texto fala e as circunstâncias mais importantes que fundamentam e justificam o texto, ainda que isso se dê sucintamente, em virtude da própria configuração desse gênero jornalístico – as quais foram tratadas por Beltrão (1980) e Marques de Melo (2003) no capítulo 2.

Quanto às demais funções (demonstração, argumentação e persuasão) descritas no modelo de Vizeu (2003), elas se manifestam no *corpus* da seguinte forma: no primeiro caso, o enunciador procura atrair a atenção do leitor recorrendo a argumentos que aproximam o tema abordado da realidade imediata deste último. Isso ocorre principalmente em temas marcantes (como nos editoriais sobre saúde), com uso frequente de adjetivações, modalizações e outros elementos que denotem algum juízo de valor, como no excerto já citado de Ed19:

O BOM DIA retrata nesta edição mais um capítulo da lamentável novela de horrores que, ultimamente, é marca registrada da saúde pública de Bauru. E, desta vez, foram ultrapassados todos os limites do razoável. As condições do prédio onde funciona o Ambulatório de Saúde Mental, além de precárias e inaceitáveis, ferem e afrontam a dignidade humana.

Em outros casos, entretanto, o recurso a citações e a dados factuais, vindos de fontes tidas como seguras (como citações de dados de pesquisa e de opiniões de especialistas), fundamenta as relações lógicas criadas nos editoriais e busca legitimá-las, fortalecendo assim os argumentos e as opiniões construídas pelo jornal. Tal busca pela legitimação do discurso, como visto em Pena (2006) e Traquina (2008a) seria uma forma de prevenir consequências negativas – como críticas ou retaliações – caso não existisse essa ancoragem das opiniões construídas nos textos na factualidade. Trataremos desse assunto mais à frente.

Também devemos considerar que o recurso a elementos emocionais revela-se um importante instrumento tanto de demonstração quanto de persuasão. A visada *fazer-sentir*, segundo a terminologia de Charaudeau (2007), além de evidenciar aspectos que o enunciador considera importantes na construção opinativa, busca cativar o receptor e o faz se identificar com o tema tratado ou, no mínimo, solidarizar-se com a situação apresentada.

Deveria o poder público remunerar condignamente os profissionais e em contrapartida exigir que trabalhem conforme o estabelecido no contrato. Nada de relevar porque o ‘coitadinho’ tem de completar seus ganhos em outro emprego. Coitadinho é o povo, que tem direito ao serviço e acaba tratado com casca e tudo (Ed16).

O momento é crítico, traumático. O combustível que detonou a explosão de fúria de ontem é fruto de anos de descaso, de má vontade e falta de compromisso dos governantes deste País com a saúde pública. O povo não aguenta mais negaceios, fraqueza, conversa-mole e falta de vontade política e compromisso com a saúde pública (Ed17).

Essas relações geradas a partir das vozes detectadas e das formas enunciativas presentes são fundamentais no estabelecimento do contrato de comunicação que o jornal *Bom Dia Bauru* visa a estabelecer com seu público-alvo, a quem procura persuadir, e com os agentes públicos de Bauru – o principal alvo das interpelações feitas nos editoriais. Entretanto, se por um lado vemos uma maior condescendência ou mesmo solidariedade, por outro, vemos uma relação marcada por tensões, cobranças e ceticismo. A seguir, veremos se essas lógicas criadas serão mantidas ou modificadas no decorrer das análises.

5.3.2 Aspectos intertextuais

No estudo das manifestações de intertextualidade, iremos destacar os seguintes elementos: a) as representações de discurso e das pessoas da enunciação; b) as construções metadiscursivas e c) as pressuposições.

No que tange às representações das pessoas da enunciação, devemos considerar que o editorial, pelas suas configurações de gênero, é um texto *polifônico*. Isso porque, de acordo com Vizeu (2003) e Machado (2006), ele aglutina uma série de vozes com características e interesses distintos – o que não se restringe apenas aos dirigentes do jornal, mas se estende aos discursos com os quais se têm afinidade. Por outro lado, essas vozes constituem um ente hegemônico, institucionalizado, que se apresenta como “o jornal” e se dirige ao público.

Por esse caráter polifônico e, ao mesmo tempo, institucionalizado, a forma como o jornal interpela o leitor é feita a partir do uso da terceira pessoa do singular, da mesma forma como ocorre nos gêneros noticiosos. No entanto, as opiniões contidas nos jornais não são assumidas por um “eu” exteriorizado, em que o jornal refere-se a si próprio por meio da terceira pessoa (Exemplo: “O BOM DIA acredita que a solução mais viável deve partir de uma negociação entre as partes”), mas aparecem como se fossem ditas por outros, sem uma origem definida. Vejamos como isso ocorre nos excertos a seguir:

“O que se pede é transparência – palavra bastante pronunciada na campanha eleitoral de 2004 – e agilidade na apuração dos fatos. Doa a quem doer” (Ed5).

“O que se percebe é que dia após dia cada vez mais o poder público — em todas as instâncias — repassa para a sociedade a obrigação de pagamento de novas taxas e impostos para ter o retorno de benfeitorias mínimas...” (Ed14).

“O que se espera é que as autoridades de saúde ofereçam respostas imediatas, para uma situação emergencial. A saúde não espera” (Ed17).

A construção “O que se espera”, cujo sujeito é indeterminado, esteve presente em praticamente todo o *corpus*. Foi a principal estrutura utilizada pelo enunciador para interpelar a classe política bauruense e exigir-lhes algo. Se considerarmos as apreciações feitas anteriormente sobre os diversos conflitos de vozes detectados nos editoriais, podemos constatar que a utilização de estruturas como as destacadas nos exemplos criam um efeito discursivo muito importante na construção opinativa dos textos.

Nos exemplos dados, evidencia-se o caráter impessoal de expressões como “O que se percebe” ou “O que se espera”, já que, ao mesmo tempo em que se faz uma cobrança ou uma queixa, há um “apagamento” do eu. Entretanto, diferentemente das constatações de Maingueneau (1997) e Baccega (1998) sobre o efeito de “anulação” obtido pela indeterminação do sujeito, o enunciador, nesse caso, não simplesmente “anula” um sujeito, mas o amplifica. Assim, tais manifestações não partiriam de uma única fonte (o jornal), mas

de um sujeito maior e mais representativo (a opinião pública), e, por isso, essa indignação/cobrança deixa de ser uma manifestação corporativa e torna-se coletiva. Se o *Bom Dia Bauru* se colocasse diretamente na enunciação, identificando-se como o responsável pela opinião emitida, não se obteria o mesmo efeito.

As exceções a essa lógica ocorrem em duas circunstâncias. No primeiro caso, o jornal chama a atenção para um assunto importante a ser comentado no editorial e/ou ocupa posição de destaque no noticiário, como visto a seguir:

O BOM DIA traz nesta edição um caderno especial com um balanço sobre os 500 dias do governo do prefeito Tuga Angerami (sem partido), além de ser traçado um paralelo com outro momento histórico, quando ele chegou à prefeitura pela primeira vez, no anos 80 (Ed4).

O BOM DIA retrata nesta edição mais um capítulo da lamentável novela de horrores que, ultimamente, é marca registrada da saúde pública de Bauru. E, desta vez, foram ultrapassados todos os limites do razoável. As condições do prédio onde funciona o Ambulatório de Saúde Mental, além de precárias e inaceitáveis, ferem e afrontam a dignidade humana (Ed19).

Já o segundo caso foi detectado em Ed8, em que o jornal utiliza a primeira pessoa do plural ao emitir um juízo sobre como se lida com a coisa pública no Brasil (“Nós, contribuintes que recolhemos nossos impostos, somos ‘os patrões’, embora não agimos como tal”). Esse uso peculiar do pronome “nós”, no contexto em questão, cria um efeito semelhante ao obtido pelo uso da terceira pessoa no caso anterior. O jornal, uma *persona* coletiva, solidariza-se com o leitor do periódico no que diz respeito a essa indignação. Mais do que isso, ocorre uma aglutinação entre essas pessoas, resultando em um “nós” em que é impossível distinguir com precisão o seu referente. Logo, a *persona* jornal e a *persona* leitor se confundem nesse “nós”, e o enunciado a ele atribuído também tem a sua autoria indistinta. Por isso, ambos os constituintes do “nós”, jornal e público, compartilham essa autoria, amplificando assim o impacto do enunciado.

Quanto às representações intertextuais discursivas, cabem algumas considerações iniciais. Já dissemos, conforme Beltrão (1980), que a função do editorial é apresentar ao leitor um ponto de vista dos acontecimentos lidos no noticiário regular, por meio de uma reflexão crítica cuidadosa e argumentos fundamentados, de forma a oferecer ao público interpretações mais amplas e densas dos relatos factuais.

Logo, entende-se que, apesar de ser um gênero jornalístico predominantemente argumentativo-opinativo, como já dito outrora por Marques de Melo (2003) e Chaparro (2008), o editorial necessita manter uma relação direta com os acontecimentos que lhe deram

origem. Nesse tipo de texto, segundo Pena (2006) e Traquina (2008a), devem-se constar referências claras sobre os elementos factuais sobre os quais se comentam e avaliam, assim como seus agentes e dados referenciais. Por isso, nos editoriais, é importante constar elementos descritivos sobre esses acontecimentos, ainda que breves, de modo a contextualizar o cenário a ser apreciado e situar o leitor diante desse contexto.

No *corpus* estudado, verificamos que esse procedimento foi utilizado na maioria das amostras, embora de maneiras diversas. Em Ed13, por exemplo, procura-se estabelecer uma relação entre o consumo descontrolado de água e a probabilidade de 2,8 bilhões de pessoas viverem em regiões de seca crônica no futuro. O texto destaca positivamente o caráter didático das informações constantes no site do DAE como forma de conscientizar a população para o uso responsável da água. Logo, a instituição também é elogiada pela iniciativa (“O departamento vai além [de passar informações factuais] e fornece algumas dicas e sugestões sobre consumo responsável”; “O DAE faz muito bem em conscientizar as pessoas e até multar consumidores que insistem em posturas politicamente incorretas”) – ainda que, no restante do texto, a autarquia seja alvo de várias críticas.

Em Ed20, os dados apresentados revelam o montante de recursos a serem investidos no combate à dengue e leishmaniose naquele ano. Ao longo das explicações, procura-se associar o número de mortes em virtude da leishmaniose, mesmo que pequeno, à necessidade de se ampliar os recursos para o combate à doença. Logo, essas mortes seriam argumento suficiente para justificar um aumento (e não redução) dos valores. É por isso que tal expectativa de redução desencadeou uma reação de surpresa e indignação no enunciador, com uso da expressão “parece incrível” – aspecto já estudado no item 5.2.1.

Em Ed22, o editorial inicia-se com um dado factual, o qual é avaliado como uma prática recorrente dos vereadores (participar de eleições sem afastar-se de suas funções). Apesar de o parágrafo seguinte estar relacionado com o anterior, explicando uma circunstância (a não obrigatoriedade do afastamento), ele já indica por qual direção o texto irá seguir – a de questionar essa conduta. As argumentações desenvolvidas se darão justamente sobre esse aspecto, assim como a apreciação final do editorial (em defesa do licenciamento):

Três dos quinze vereadores à Câmara de Bauru disputam cargos nas eleições de outubro: dois concorrem a vagas na Assembleia Legislativa e outro disputa o cargo de deputado federal. Um vereador é coordenador de campanha e quase a totalidade, em trabalho por si próprios ou como cabos eleitorais de terceiros, estarão diretamente envolvidos no processo. Nenhum deles, de acordo com a legislação, será obrigado a se licenciar temporariamente ou deixar o Legislativo bauruense para se dedicarem exclusivamente à campanha.

Outra forma utilizada de remissão à factualidade é o discurso indireto. Fairclough (2001a) e Maingueneau (1997; 2004) dizem que essa representação do discurso consiste em inscrever em um enunciado, por meio de paráfrase, o enunciado de um terceiro. Nesse tipo de construção, é fundamental o recurso aos chamados verbos *dicendi*, em que se registram processos relativos ao uso da fala (dizer, falar, comentar, discutir...) e, dependendo do verbo utilizado, também transmitem juízos de valor.

É o que pode ser constatado em Ed7. Como vimos outrora, a transferência da sede regional da Funai foi bastante criticada pelo jornal e se atribui o fato à inoperância do poder público municipal e um certo “autoritarismo” por parte da fundação federal. No excerto “No caso da Funai, a direção do órgão se limitou a dizer que a transferência do escritório é uma decisão ‘política e técnica’”, os últimos termos aparecem entre aspas, destacando-se assim o caráter externo dessas apreciações.

Entretanto, nesse caso em particular, a marcação entre aspas não se limita a essa função de destaque. Se relacionarmos esses termos com a estrutura verbal referente a esse enunciado (“se limitou a dizer”), retomando Fairclough (2001a) e Maingueneau (1997; 2004), vemos aí uma apreciação negativa que denota contrariedade à resposta apresentada pela direção da Funai sobre a questão, dando a entender que essas explicações são insuficientes. Isso reforçaria uma atitude desdenhosa do órgão com a cidade de Bauru, por tomar uma decisão em caráter unilateral, prejudicial ao município e sem dar explicações satisfatórias.

Em Ed12, vemos novamente o discurso indireto sendo usado para reproduzir uma fala dos vereadores, a respeito do adiamento da votação de um projeto de lei da prefeitura acerca do tratamento de esgoto em Bauru.

O projeto que autoriza o prefeito a firmar com o Ministério Público um novo TAC (Termo de Ajustamento de Conduta) sobre o tratamento de esgotos, volta à Câmara hoje já com um novo adiamento anunciado.
Os vereadores devem, mais uma vez, protelar a matéria, levando em consideração que ainda não foram informados sobre os custos do sistema que se pretende implantar. Justificam que não podem avalizar algo que não conhecem.

A fala dos vereadores, tomados coletivamente, é inserida no texto a partir do uso do verbo “justificar”, cujos significados podem variar desde “demonstrar boa fé em algo”, “declarar justo” até “provar a inocência” ou “desculpar-se”. Se levarmos em conta o restante do texto, em que o adiamento dessas discussões é alvo de manifestações indignadas por parte do enunciador, seria coerente interpretarmos o uso do verbo “justificar” com as acepções de

“esclarecer”, “dar satisfação de algo”, em virtude da avaliação negativa que o jornal faz da conduta dos parlamentares.

Com isso, têm-se uma conotação negativa sobre a Câmara, denotando uma contrariedade do enunciador com as ações protelatórias tomadas pelos vereadores: “O projeto (...) volta à Câmara hoje já com um novo adiamento anunciado”; “Os vereadores devem, mais uma vez, protelar a matéria”; “É estranho a mesa da Câmara colocar em pauta um projeto que ainda merece restrições...”. A ênfase em marcadores temporais e o destaque aos sujeitos agentes (ordem direta na frase) criam um efeito de sentido negativo, em que os vereadores são vistos como proteladores de uma questão, segundo o jornal, de grande interesse do cidadão, além de colocarem em dúvida a sua competência como legisladores – por colocarem em pauta um projeto “com problemas”.

Já em Ed13, ao criticar a demora do DAE em consertar vazamentos na tubulação de água do município, o enunciador apresenta as explicações da autarquia da seguinte forma: “A assessoria [do DAE], ao menos, promete que os problemas apontados serão solucionados em 24 horas”. Quando se utiliza o verbo “prometer” nesse contexto, isso demonstra um compromisso assumido pelo órgão na realização dos reparos. Por outro lado, percebe-se um ceticismo do enunciador com relação a esse comprometimento, evidenciado pelo uso da expressão “ao menos”, dando a entender que o jornal desconfia das palavras do DAE, tratando-as como mais uma promessa “vazia”, em vez de uma ação efetiva.

No caso de Ed27, as falas dos agentes entremeiam-se em uma construção metafórica, criada pelo jornal para ilustrar a condição de “novela” que se configurou a escolha para o prédio onde seria instalada a Faculdade de Tecnologia de Bauru (FATEC). Essa metáfora mostrou, segundo o jornal, o desdobramento arrastado do caso, repleto de idas e vindas.

A sucessão de relatos factuais cria uma relação de coerência com a metáfora de novela posta logo no início. A sucessão de acontecimentos transmite ao leitor a sensação de que a instalação da FATEC é algo que se tornou desnecessariamente longo e cheio de intercorrências paralelas, mas sem um desfecho. Com isso, denotaria uma falta de habilidade e competência das instâncias municipal e estadual em se encontrar uma solução definitiva de forma mais ágil. O emprego de marcadores temporais e de sequencialidade intensifica essa metáfora da novela (“... passados mais de quatro meses...”, “em seguida”, “por último”).

A construção lógica do texto reproduz a ideia de “empurra-empurra” transmitida pelo enunciador, em virtude das relações de alternância. O uso do “agora” no primeiro excerto passa uma ideia de surpresa, como se a medida de que se fala tivesse sido tomada muito recentemente (na última hora), elemento que indiretamente fundamenta uma crítica à direção

do Centro Paula Souza, administradora das FATECs (desorganização e descaso por se tomar uma decisão dessas, que envolve algo de grande interesse para Bauru, de forma abrupta).

Também destacamos o verbo “alegar” ao introduzir a fala da prefeitura. Nesse contexto, ele reforça o sentido de que tal alegação possa ser interpretada como um “pretexto” para alongar ainda mais a solução do impasse. Com isso, a culpa pela não implantação do prédio da FATEC recai sobre as instâncias estadual e municipal, mais preocupadas em buscar explicações para os problemas (e transferi-los para outros) do que em resolvê-los.

Por último, o comando da Faculdade de Tecnologia diz que agora é de responsabilidade da prefeitura arrumar o local. E a prefeitura, por sua vez, alega que tem um convênio que afirma o contrário. É um jogo de empurra.

Quanto ao discurso direto, que, de acordo com Authier-Revuz (1990), Fairclough (2001a) e Maingueneau (1997; 2004), é uma das formas mais evidentes e conhecidas de intertextualidade, detectamos duas ocorrências desse tipo ao longo do *corpus*. Na primeira delas (em Ed21), trechos do relatório final com o parecer do relator acerca do caso são usados para corroborar a tese construída no texto. Procura-se evidenciar uma incoerência no parecer apresentado, já que, no mesmo documento, isenta o vice-prefeito de irregularidades, mas, ao mesmo tempo, dá a entender que ações de membros da administração pública (inclusive um secretário) poderiam configurar-se como irregulares.

Há pontos, por exemplo, em que o relatório final deixa transparecer a contradição e a investigação frágil da CEI. E, o que é pior, dá margem a suposições de que possa ter havido disposição de colocar panos quentes sobre o assunto gravíssimo.

Vale repetir. Num dos trechos, o relator observa: “não se vislumbra fato concreto denunciado através da imprensa e gravação juntada, sequer motivação que tenha levado o Senhor Vice Prefeito em exercício a não denunciar, de imediato, ao Senhor Prefeito Municipal...” Para, mais adiante, concluir: “Entende entretanto este Relator que os fatos ocorridos deveriam ter sido apurados de imediato e levados ao Senhor Prefeito pois, devido ao envolvimento de Secretário e membros da Administração Pública, poderiam ferir os princípios básicos da Administração...”

A incoerência mostrada aqui é alvo de apreciações negativas, em tom de ceticismo e revolta para com os responsáveis. Quando frisa as etapas que envolveram a CEI, algumas adjetivadas e/ou modalizadas (“após tantas audiências, discursos inflamados e muitas entrevistas”), o enunciador enfatiza a perda de tempo, dinheiro e esforços (como já dito no início do texto) que a comissão teria gerado como resultado de seu trabalho. Enfim, a CEI

gerou ao município nada além de desperdício, sem chegar a um resultado satisfatório para o eleitor (sob a voz do jornal).

O resultado de uma CEI, para o jornal, deve levar a resultados inequívocos, e não a uma constatação dúbia como a que foi apresentada. O uso de modalizadores e adjetivos na construção desse posicionamento reforça isso (“define cabalmente a culpa dos acusados”, “faz-se a declaração de inocência por absoluta falta de provas”).

Já o outro caso de discurso direto no *corpus* foi detectado no sétimo parágrafo de Ed6. Em “‘Não fazem mais do que a obrigação’, diriam os mais céticos e descrentes com os políticos” e “Mas ‘antes tarde do que nunca’, replicariam os otimistas”, notamos um conflito entre uma voz que apoia a iniciativa da prefeitura em avaliar o caso com duas outras, de teor crítico, que a qualificam como uma obrigação que foi cumprida tardiamente (daí o destaque à expressão popular “antes tarde do que nunca”). Portanto, os elogios ditos no início do texto perdem força e a voz que reconhecia a feliz iniciativa da prefeitura foi sufocada por outras duas, que, na verdade, criticam-na por demorar a fazer algo a que estaria obrigada.

Nesses dois exemplos de intertextualidade via discurso direto, que efeitos de sentido podemos perceber além dos que já foram descritos? O traço mais significativo do emprego dessa estrutura diz respeito à *autoria* do enunciado. Maingueneau (1997; 2004) explica que o uso das aspas e de estruturas verbais introdutórias – aquelas que apresentam um falante (também presentes nas formas de discurso indireto) – indicaria que esses enunciados, mesmo ditos pelo enunciador, não são de autoria deste, mas de outros. A pessoa do enunciador incumbe-se do papel de operacionalizar o enunciado, mas não admite ser o seu autor.

Com isso, referimo-nos a uma das principais características do texto jornalístico, já abordada por Baccega (1998) e Maingueneau (2004), em que se procura “apagar” a presença do “eu” na cadeia enunciativa e valer-se de enunciados vindos de fontes diversas na construção das notícias. Esse, além do uso da terceira pessoa, é o principal mecanismo empregado pelo jornal para criar uma sensação de “objetividade”, demonstrando que os textos jornalísticos, como já disseram Pena (2006) e Traquina (2008a), não são unicamente fruto da subjetividade do autor, mas se ancoram em dados e pessoas reais.

Mesmo os editoriais, cuja finalidade não é relatar o factual, costumam obedecer a esse preceito, fato que confere um caráter *dual* na visada de *fazer-saber* da representação discursiva, com a qual, diz Charaudeau (2007), o enunciador preocupa-se tanto em apresentar seus posicionamentos sobre os fatos comentados quanto identificar suas fontes, como forma de assegurar legitimidade e credibilidade em seu contrato de comunicação.

Tais considerações remetem a um fato já destacado por Maingueneau (2004) nos textos de comunicação. Neles, o “eu” enunciador, em um discurso relatado, responsabiliza-se pelo *ato de enunciar*, isto é, de operacionalizar uma enunciação, mas não admite ser seu *autor*. Com isso, cria-se a impressão de que o fato, no jornalismo, é um ente autônomo, capaz de falar por si mesmo, enquanto o jornalista seria apenas uma espécie de *arauto*, levando esses fatos ao conhecimento público – tal qual um “mediador desinteressado”. Esse raciocínio reforça assim essa sensação de “objetividade” do jornalismo, mesmo em textos opinativos (PENA, 2006).

Seria por meio dessa “objetividade” do discurso jornalístico que se faz desaparecer a distinção entre aparência e realidade, fato e agente, substância e atributo. Com o pretexto de oferecer igual espaço à pluralidade de vozes constituintes na sociedade, se estabelece o predomínio de uma voz dominante, hegemônica, condizente com os interesses dos envolvidos na produção desse discurso (ver BACCEGA, 1998). Discorreremos mais sobre esses aspectos na última etapa de nossa análise.

Entretanto, tal sensação de “objetividade” não se limita apenas a reforçar a credibilidade dos textos e profissionais do jornalismo, mas são importantes também para transmitir informações e opiniões diversas sem comprometer-se – tal como disse Maingueneau (2004) há pouco. Em um texto opinativo como o editorial, podemos encontrar uma série de apreciações sobre fatos ou pessoas que não são assumidos pelo enunciador, mas atribuídos a um terceiro. Ao fazer isso, esse enunciador exime-se da responsabilidade pelas opiniões registradas nos textos, limitando-se somente a expô-las.

Contudo, conforme a organização retórica e argumentativa do texto, podemos inferir uma *adesão* do enunciador a determinados enunciados, mesmo que estes venham de diferentes fontes. Nos casos mostrados aqui, em que a tendência dos textos é mostrar um posicionamento marcadamente crítico às esferas públicas (Executivo e Legislativo), há uma clara correspondência entre esses enunciados externos e os posicionamentos do enunciador. Embora este não assuma a autoria desses enunciados, mostra-se solidário a eles, como forma de estabelecer e endossar um *modelo de verdade* com o qual, diz Charaudeau (2007), procura-se persuadir o enunciatário, transmitindo-lhe uma impressão de credibilidade.

Essa lógica também está presente quando o enunciador vale-se de citações ao longo dos editoriais. Em geral, as citações restringem-se ao uso de determinados termos em situações específicas, colocadas entre aspas (FAIRCLOUGH, 2001a; MAINGUENEAU, 1997; 2004). Citações mais longas, como excertos de outros textos, também foram utilizadas nas amostras do *corpus*, mas em uma escala menor.

As citações de termos específicos ocorrem, na maior parte dos casos, para exprimir gírias ou expressões coloquiais que são utilizadas no texto e exprimem ideias relevantes ou que de algum modo chamam a atenção. Por exemplo, em Ed16, os termos “boquinha” e “faz-de-conta” são colocados entre aspas durante a construção textual. As aspas, de acordo com Maingueneau (1997; 2004), colocam esses termos em outro nível da cadeia enunciativa – externo à enunciação operacionalizada pelo enunciador – em que se atribui a autoria desses termos a um terceiro elemento (implícito).

Contudo, por serem termos bastante usuais na linguagem cotidiana, podemos inferir que o responsável por tais construções é a população em geral, por ser constantemente evocada pelo enunciador e servir como elemento central em diversas argumentações presentes no texto – e cujo objetivo é o de fazer críticas e interpelações mais contundentes ao poder público. Essa nossa inferência encontra respaldo em outras citações em que o povo é direta ou indiretamente identificado, como é o caso das últimas linhas de Ed20 (“Bauru está longe deste ideal e, como diz a sabedoria popular, não se faz omelete sem ovos [sic]”).

Diante dessas ocorrências, cabem aqui duas constatações. Por um lado, verificamos a intenção do enunciador em criar, novamente, uma correspondência entre as suas opiniões e a de seus leitores, ao inserir termos e estruturas lexicais de uso cotidiano, e com a qual procura demonstrar que o jornal tem os mesmos sentimentos que o seu público – como já tratado por Peruzzo (2003), Sousa (2003) e Oliveira (2009). Assim, empenha-se em mostrar que a população se sente representada no discurso do jornal, inclusive nos aspectos textuais, por ambos falarem, ainda que em alguns momentos, a mesma “língua”.

Os editoriais, nesse sentido, atuariam como representações linguísticas dessa correspondência identitária entre o *Bom Dia Bauru* e seu público-alvo – remetendo às considerações de Fowler (1991) e Sousa (2004). Portanto, os textos não apenas manifestariam valores compartilhados entre essas duas instâncias, mas também as mesmas opiniões e sentimentos. Tal relação de partilha age como uma forma de intensificar o poder do enunciador em interpelar a administração municipal, fortalecendo o nível das críticas e cobranças feitas à instituição.

Por outro lado, o enunciador frisa a necessidade de se distinguir claramente os enunciados próprios e os enunciados externos (por meio das aspas, como nesse caso), como forma de preservar a relação do editorial com a factualidade e, da mesma maneira, demonstrar certo respeito à “objetividade” – um comportamento recorrente e muito caro na prática do jornalismo, conforme os estudos de Pena (2006) e Traquina (2008a) vistos no capítulo 1. Também seria uma demonstração de *comprometimento relativo* do enunciador com esses

enunciados externos – como já foi exposto por Maingueneau (2004) –, em que este os coloca em operação, mas não assume sua autoria, atribuindo-a a terceiros.

Quanto a citações mais longas, destacamos dois exemplos. O primeiro encontra-se em Ed2, cujo texto versa sobre a greve dos servidores municipais ocorrida em 2006. Embora, no início, o enunciador faz uma apreciação positiva do movimento, os parágrafos em seguida evidenciam que o reconhecimento deste se dá mediante limites bem claros. A citação de três excertos da Lei de Greve – que, aliás, é vagamente mencionada (“uma lei federal”) – ocupa extensão considerável de Ed2, e esses fragmentos tratam das limitações do exercício do direito de greve, especialmente no que tange aos interesses do movimento, ao constrangimento do direito de outros e sobre os serviços essenciais – os quais não são especificados e não são totalmente conhecidos do grande público.

Uma lei federal de 1989, inclusive, disciplina as condições para o exercício do direito de greve. O texto é claro. O artigo 1º define: “É assegurado o direito de greve, competindo aos trabalhadores decidir sobre a oportunidade de exercê-lo e sobre os interesses que devam por meio dele defender”.

A mesma lei que legitima a greve fixa limites para o exercício desse direito. Um exemplo: “...em nenhuma hipótese, os meios adotados por empregados e empregadores poderão violar ou constranger os direitos e garantias fundamentais de outrem...”.

Uma limitação ao exercício do direito de greve envolve os chamados serviços essenciais. O texto da Lei é cristalino. O artigo 11 e parágrafo único determinam o seguinte: “Nos serviços ou atividades essenciais, os sindicatos, os empregadores e os trabalhadores ficam obrigados, de comum acordo, a garantir, durante a greve, a prestação dos serviços indispensáveis ao atendimento das necessidades inadiáveis da comunidade (...)”.

Dessa forma, a voz assumida pelo jornal é a de que o direito de greve é válido, desde que seu exercício não prejudique os direitos de outros, em contraposição a vozes mais polarizadas (as que defendem ardorosamente a greve ou a questionam). No entanto, verifica-se uma atenção maior aos elementos utilizados em contrariedade à ação dos grevistas.

O uso de expressões como “o texto é claro” e “o texto da Lei é cristalino” chamam a atenção do leitor e reiteram as citações da lei em questão como argumento de autoridade, de modo a justificar esse posicionamento e também mostrar a quem lê que se trata de parâmetros claramente definidos, portanto, inquestionáveis.

O segundo exemplo de citação está em Ed4, em que se emprega uma declaração do prefeito Tuga Angerami ao jornal *Bom Dia Bauru*. (“Sou capaz de entender porque também me frustro. Ando pela cidade, vejo buracos, vejo sujeira e me envergonho”). Pela forma como

foi usada, tal declaração serve como um reconhecimento público da própria incompetência – se esses fatores desanimam o próprio prefeito, por que ele não se empenha em mudar isso?

Tal *mea culpa* é encarado com surpresa, mas não como algo necessariamente positivo – e sim como uma conduta rara, mesmo improvável, vinda de um político experiente. E tal demonstração de “culpa” justifica o destaque dado pelo texto ao tema. Palavras de campo semântico equivalente, como “surpreender”, “raríssimo”, “fugir aos padrões”, conferem ao fato um caráter de excepcionalidade, ainda que haja expressões de conotação positiva (“O fato é que é raríssimo ouvir da própria boca do homem público uma análise tão crítica e sincera, que foge aos padrões tradicionais da política”).

Nesse esteio, também enquadrámos outro recurso linguístico utilizado no *corpus*, ainda que em pequena quantidade. Os metadiscursos, segundo a abordagem de Maingueneau (1997) e Fairclough (2001a), são níveis distintos existentes no discurso, criados com o objetivo de se criar uma sensação de distanciamento entre o texto e o enunciador, além de permitir a este um poder maior de controle sobre o discurso.

Isso ocorre, por exemplo, em Ed1, quando o enunciador trata da iniciativa do prefeito de reduzir cargos de comissão como “a chamada reforma administrativa”. O adjetivo “chamada” provoca esse efeito de distanciamento entre o enunciado e o enunciador, já que a designação de “reforma administrativa” teria sido criada pelo Executivo (ao enunciador só coube dizê-la). E, principalmente, a palavra “chamada”, nesse contexto, revela também uma contrariedade com o enunciado dito, pois, segundo o jornal, a reforma apregoada pela administração municipal não aconteceu, para o *Bom Dia Bauru*, de maneira satisfatória – desqualificando inclusive o caráter de “reforma” da iniciativa do prefeito.

Em Ed2, ao contrário, utiliza-se a mesma lógica estrutural no metadiscurso, mas o efeito criado é oposto. Aqui, quando se citam alguns excertos da Lei de Greve, o enunciador faz menção aos “chamados serviços essenciais”, que são aqueles que não podem ser interrompidos por estarem diretamente atrelados aos direitos fundamentais dos cidadãos. Essa qualificação dos “serviços essenciais” não foi dada pelo enunciador, mas pelos legisladores – manifesta no texto legal. No entanto, diferentemente do caso anterior, o jornal não demonstra contrariedade com o enunciado, mas *adesão* a este, uma vez que, no editorial, o posicionamento institucional acerca do tema é de que esses “serviços essenciais” fossem mantidos independentemente da greve dos servidores.

Em outro exemplo, localizado em Ed32, utiliza-se a expressão “ou melhor” para enfatizar um dos argumentos de crítica aos políticos bauruenses, que em época de eleição fariam promessas mirabolantes. (“As soluções mágicas, nunca concretizadas, somente surgem

de tempos em tempos. Ou melhor, de quatro em quatro anos, na retórica fácil e populista dos palanques e das campanhas eleitorais...”). Aqui, o enunciador retifica o próprio discurso ao substituir a expressão “de tempos em tempos” (mais vaga, sinônima de “raramente”, “de vez em quando”) por “de quatro em quatro anos”, imediatamente associável às épocas de eleição.

Outro elemento fundamental encontrado nos textos, sob o âmbito prático-discursivo, são as pressuposições – encontradas na maior parte do *corpus*. Elas são, nas palavras de Maingueneau (1997) e Fairclough (2001a), marcas de intertextualidade bastante sutis, mas revelam posicionamentos adotados pelo enunciador por meio de inferências efetuadas a partir da leitura do “já dito”. Em conjunto com os demais elementos discursivos, constituem um elemento importante na estruturação do texto, sendo importantes também na detecção de posicionamentos ideológicos (como veremos mais à frente).

Em Ed1, para fundamentar uma apreciação negativa à administração municipal, o enunciador faz uma interpelação, dizendo que “Ainda resta um bom tempo para que a gestão atual caminhe nesta direção e, desta forma, resgate um compromisso de campanha”. Fica pressuposto nessa construção que o prefeito age de forma leniente e omissa, já que não teria demonstrado agilidade e eficácia para se efetuar uma reforma administrativa. Com isso, um compromisso de campanha, que era o de justamente empreender essa reforma, ficou perdido e necessita ser “resgatado” (daí o uso desse verbo).

Em Ed4, uma voz de cobrança, incisivamente, pede para que tal circunstância não sirva como “desculpa eterna” à falta de obras significativas no município.

Tuga efetivamente encontrou uma prefeitura destrozada ao assumir, fruto de gestões anteriores incompetentes e marcadas por escândalos de corrupção, que destruíram as finanças públicas. Mas tais fatos, que são reais, não devem servir de desculpa eterna à ausência de obras mais significativas da atual gestão.

Afinal, mesmo conhecendo tudo aquilo que enfrentaria, se eleito, o candidato foi às ruas na última campanha e prometeu dias melhores aos bauruenses. Se plano de governo é “sonho”, como define Tuga, está na hora de acordar e descer do palanque. A sociedade espera mais trabalho. E realizações. E é muito bom saber que Tuga encara o restante do mandato com otimismo.

Fica pressuposto, assim, que o prefeito tergiversa quando utiliza uma justificativa, ainda que plausível, para disfarçar uma condição de inoperância atribuída pelo *Bom Dia Bauru* à sua gestão – assim como os políticos tradicionais fazem em situações desfavoráveis, segundo o mesmo texto. Dessa forma, o político “sincero”, como Tuga é definido no início

desse editorial, passa a agir de uma maneira “típica” ao valer-se desses subterfúgios para eximir-se de responsabilidades e/ou proteger interesses próprios.

Nota-se, então, uma contradição no texto. Se Tuga é qualificado aqui como um “político diferenciado”, o fato de ele valer-se de pretextos para justificar um desempenho modesto de sua administração o torna igual à maioria dos políticos – então, em que ele é diferenciado?

O último parágrafo também atua para sepultar a argumentação positiva sobre o prefeito. Ao dizer que “mesmo conhecendo tudo aquilo que enfrentaria”, que Tuga, na campanha, prometeu “dias melhores aos bauruenses”, e ainda “Se plano de governo é ‘sonho’, como define Tuga, está na hora de acordar e descer do palanque”, novamente colocam-no como um político “típico”, já que, mesmo sabendo da situação comprometida da prefeitura e, por isso, da necessidade de um “aperto” nos anos iniciais de gestão, prometeu transformações na cidade (e tais promessas não seriam cumpridas, por essa lógica).

Logo, Tuga se comportaria como alguém que não “desceu do palanque” por não ter apresentado à população nada além de promessas. O período “está na hora de acordar...” é uma cobrança incisiva pela ação, pelo cumprimento das promessas de campanha, enfim, por trabalho – algo que o prefeito, pelo que dá a entender, não fez até agora.

As críticas pressupostas ao poder público municipal continuam em Ed8. No parágrafo “E toda vez que denúncias envolvendo o poder público (...) começam a pipocar, a história acaba virando uma bola de neve”, tem-se uma opinião generalizante, sem dados pontuais, que denota uma descrença com a probidade dos administradores públicos, bem como sua capacidade e disposição em resolver problemas. Ao dizer que tais denúncias convertem em “bola de neve”, pressupõe-se que o poder público é incompetente, por cometer erros reiteradamente, e omisso, por não resolvê-los. E essas denúncias, que atacam diretamente a probidade administrativa, também apontam um juízo pressuposto – a de que o administrador público é, no mínimo, tolerante com a corrupção ou a má gestão da máquina estatal.

Outro caso de destaque ocorre em Ed13, que traz no mesmo texto um elogio e uma crítica ao DAE – alguns aspectos desse texto já foram discutidos anteriormente. Como havia demora no reparo de vazamentos por marte do órgão e, com a divulgação do caso pela imprensa, o enunciador lança a pergunta “Ora, diante disso, cabe a pergunta. Porque (sic) o departamento somente se mobilizou para solucionar o problema após o caso chegar à imprensa”? Isso denotaria, além da inoperância, uma atitude de tergiversar o problema, ao não assumi-lo e resolvê-lo na forma ou na velocidade que o jornal aponta como adequada.

Fica pressuposto, com isso, que o DAE não tem sequer autoridade moral para cobrar dos munícipes um consumo responsável de água, já que, na prática, comete um erro mais grave (“Mas para corrigir o consumidor com autoridade moral, o DAE tem o dever de ‘fazer a lição de casa’. Fica difícil punir, por exemplo, a dona de casa que fica mais de uma hora lavando a calçada quando se leva mais de uma semana para corrigir um simples vazamento”). Contudo, esquece-se que, a despeito das falhas cometidas pela autarquia e a tal perda de autoridade moral, o DAE mantém o dever legal de cobrar dos usuários uma utilização correta da água e punir, na forma da lei, os abusos cometidos.

No texto Ed15, o tema foram as chuvas de verão e os transtornos que elas podem causar à cidade se esta não estiver preparada para contorná-la. O trecho “Infelizmente, as administrações municipais do passado pouco investiram em obras de prevenção contra enchentes...” é uma constatação, marcadamente negativa, que age de forma contrária ao proposto no início do texto. Se a situação climática apurada revela condições não necessariamente propícias para enchentes, o fato de mencionar a falta de investimentos em infraestrutura voltada para combatê-las gera, no leitor, uma sensação de insegurança – já que tais enchentes, potencialmente, poderiam ocorrer.

Expressões, além da destacada, que frisam essa carência de investimentos do poder público (“ausência de execução (...) provoca insegurança na população”) e outras que reforçam essa sensação de insegurança (“Quem se atreve a transitar pelas avenidas Nações Unidas e Nuno de Assis durante uma tempestade de verão?”) colaboram para a construção de um discurso pessimista e, principalmente, crítico à inoperância da prefeitura.

A justificativa para essa deficiência do poder público é atribuída a questões eleitorais. Obras como as mencionadas são difíceis de serem exploradas eleitoralmente por não estarem à vista do munícipe. Assim, subentende-se que a visibilidade eleitoral é um critério fundamental para a execução de determinadas obras, e não sua pertinência ou relevância (“...provavelmente são aquelas que não aparecem, ficam embaixo da terra, longe da apreciação dos contribuintes/eleitores”).

Quando se diz, mais à frente, que “O assunto [construção do piscinão do Vitória Régia] não veio mais à tona”, como é posto, dá a entender que a discussão de obras como esta, voltadas para a contenção de enchentes, não são prioritárias, já que não são discutidas a fundo e acabam “não vingando”. Isso decorreria da falta de consciência dos administradores com o caso (como fica pressuposto no período “Mas se lá no passado os administradores desta cidade tivessem tido a consciência de que este trabalho de prevenção contra enchentes

deve ser contínuo, talvez hoje a situação fosse diferente”), o que reforça esse conceito negativo acerca do poder público – pois trataria a questão com um descaso recorrente.

Nos editoriais sobre saúde, como já vimos, ocorre o ápice das críticas feitas ao poder público – momento em que elas são mais constantes e incisivas. Quando é dito no texto Ed16 “Que todo cidadão saísse realmente atendido e satisfeito ao procurar por um serviço público de saúde”, essa frase, cujo verbo principal está no pretérito perfeito do subjuntivo, enfatiza a tese de que um serviço público de qualidade é algo distante, como um devaneio, sem correspondência alguma com as ações das autoridades municipais.

Aliás, como fica pressuposto na frase, a realidade mostra-se oposta ao ideal já que os cidadãos são mal atendidos e insatisfeitos. Já a construção “Há que se reconhecer que o problema não é novo e resulta do desleixo de governos e mais governos” não se limita a mostrar que o enunciador reconhece a antiguidade do problema. Além de enfatizar a recorrência do desleixo com a saúde pelos governos anteriores (“governos e mais governos”), trata-se de um reconhecimento feito sob um viés de contrariedade, o qual revela juízos de valor diferentes daqueles pregados pelo enunciador – uma voz que se indigna com tal desleixo e responsabiliza a administração atual pela atuação, independentemente dos antecedentes intervenientes nessa situação.

Ainda em Ed16, vejamos os seguintes excertos:

Há muito que se reparar nessas relações de atendimento. O salário de médicos, enfermeiros e outros profissionais deve ser o suficiente para deles se poder exigir competência e dedicação. As unidades básicas de saúde devem funcionar verdadeiramente para evitar que pacientes crônicos procurem pelos serviços de emergência. E o povo precisa estar ciente de que tudo funciona bem e, assim, procurar o lugar certo. Depois de tantos anos de demagogia e engano, o próprio povo já não acredita mais que encontrará bom atendimento no serviço público de saúde. É uma ferida que surgiu no setor como fruto da incompetência e da má vontade de muitos que por ali passaram.

Aqui, a expressão “Há muito o que se reparar” pressupõe o estado caótico da saúde por denotar falta de condições de operacionalidade. Logo após, em “As unidades de saúde devem funcionar verdadeiramente”, fica pressuposto que elas não funcionam de modo algum. Em “E o povo precisa estar ciente de tudo...”, pode-se inferir que não há transparência na gestão da saúde em Bauru. Por fim, em “Depois de tantos anos de demagogia e engano...”, pressupõe-se que os governos municipais pautam-se pelo logro e pelo engodo e, o que é mais grave, que tal prática se dá recorrentemente (“Depois de tantos anos”).

Em editoriais sobre outros assuntos, como aqueles pertinentes à Câmara Municipal, também encontramos pressuposições que são fundamentais na construção das opiniões retratadas no texto. Em Ed21, a frase “A classe adquira o mínimo de respeitabilidade perante a opinião pública” exprime o pressuposto de que “A câmara não é respeitável”. E ela não seria respeitável justamente em função de uma conduta corporativista, leniente e desrespeitosa ao interesse público, além de onerosa. Ademais, ecoa, aqui, outra voz – a da descrença política, que desmotiva o eleitor a participar mais ativamente das decisões sobre o município.

Essa indignação acerca da conduta parlamentar bauruense é entendida como uma consequência natural do regime democrático, o qual depende de princípios éticos e de uma conduta responsável para funcionar bem. Aqui, entretanto, há uma preocupação do enunciador em afastar vozes contrárias a esse regime, ainda que falho, que defenderiam uma conduta mais autoritária, centralizadora – ou mesmo as vozes de descrença, indiferentes à política. Além disso, procura fundamentar essa posição a partir da História, que comprovaria o êxito e as vantagens dos regimes democráticos.

Também encontramos bons exemplos em Ed26, da área de educação. No excerto “... basta agir com mais rapidez e empenho, e uma dose a mais de boa vontade do poder público...”, fica pressuposto aqui que a prefeitura não teria boa vontade suficiente para tal iniciativa, tampouco disposição para tal, além de que a questão não é tratada com urgência – um indicativo de leniência por parte do poder público, por isso, a falta de transporte para as crianças assentadas é tida como uma situação “séria e grave”.

Há casos em que as pressuposições necessitam de uma leitura mais atenta do texto para serem detectadas, por estarem relacionadas com outras ideias nele presentes. É o caso de Ed30, em que se estabelece uma relação entre o crescimento do segmento imobiliário com a qualidade de vida na cidade. Vejamos dois trechos desse editorial:

Ao mesmo tempo [em] que a febre do desenvolvimento 'esquenta' sem tréguas a cidade, é preciso ficar atento ao cumprimento no atendimento da infraestrutura básica. A administração pública moderna requer planejamento para oferecer qualidade de vida e conforto à população.

No início desta década, os moradores de uma parte da região sul de Bauru (...) experimentaram dissabores no fornecimento de água, já que a capacidade de reservação (sic) naquela época estava comprometida.

Outro problema também enfrentado pelos moradores foi com o escoamento do esgoto, principalmente, em período de chuvas, com refluxos pontuais em algumas áreas.

Portanto, a explosão imobiliária naquela região da cidade [zona sul] trouxe à tona a necessidade de uma discussão mais afinada no que diz respeito ao planejamento urbano.

Pela lógica criada no texto, quando é dito que “A administração pública requer planejamento para oferecer qualidade de vida e conforto à população”, pressupõe-se que o poder público em Bauru não é moderno (ou não age como tal) e, por isso, não atende a essas necessidades da população – em consonância com as reiteradas críticas feitas pelo jornal em diversos tópicos analisados aqui. Esse juízo também estabelece uma relação de causalidade com os parágrafos seguintes, em que se relatam problemas infraestruturais da cidade que trouxeram diversas consequências negativas aos bauruenses.

Ao final, quando o enunciador diz “Portanto, a explosão imobiliária naquela região da cidade [zona sul] trouxe à tona a necessidade de uma discussão mais afinada no que diz respeito ao planejamento urbano”, fica pressuposto que esse assunto não recebia antes a devida atenção das autoridades, pois sequer era discutido. Pela nominalização presente (“necessidade de uma discussão mais afinada”), também se pode inferir que tais discussões, entendidas como algo importante, ainda não acontecem no presente, o que revelaria suposto desinteresse do poder público vigente sobre a questão.

Como último exemplo de pressuposição, citamos uma localizada em Ed31, cujo assunto foi o início da circulação de 17 ônibus adaptados com elevadores para o transporte de cadeirantes. No trecho “Ao criar condições de acesso ao transporte coletivo para este público, é resgatado o direito constitucional de ir e vir, um bem básico e que não pode ser tolhido ou inviabilizado sob quaisquer pretextos. É um resgate de cidadania”, fica pressuposto aqui que o direito constitucional referido e a cidadania estavam perdidos ou esquecidos. Logo, os cidadãos portadores de deficiência não eram cidadãos, pois tiveram seus direitos suprimidos pela omissão do poder público no cumprimento de seus deveres constitucionais. Essa estrutura coloca em conflito duas vozes (*deficientes X autoridades*), em que uma é vitimizada, oprimida, enquanto outra é vista como opressora, por negar ou dificultar tais direitos, ainda que iniciativas como a relatada no editorial tenham sido tomadas.

Assim, vemo-nos diante de uma situação conflituosa. Se o fato recebe avaliação positiva do enunciador, o mesmo não ocorre com o poder público. Frisa-se o posicionamento do jornal de que isso não seria nenhum ato benevolente das autoridades (“Não se trata de gesto de bondade ou de benemerência”), mas um dever cumprido tardiamente (a expressão “ainda que tardia” marca bem isso), provavelmente mediante cobrança de setores da sociedade, ou mesmo de órgãos da justiça.

Logo, a administração bauruense é vista como um órgão que somente funciona mediante pressão da sociedade (inclusive da imprensa), não demonstrando livre iniciativa para cumprir tarefas de sua obrigação (o conectivo “ao contrário” é fundamental para denotar

essa contrariedade de ideias). Isso fortalece a pecha de “leniente” e “omissa” dada à prefeitura pelo jornal, como já feito em vários textos aqui analisados.

Além disso, tais condutas corroboram uma atitude de descaso perante um problema social sério (o da acessibilidade). Essa impressão fica mais nítida quando o enunciador recorre a termos e estruturas frasais que tocam o emocional do leitor (*fazer-sentir*), como forma de sensibilizá-lo diante da questão e, ao mesmo tempo, reiterar seu posicionamento crítico perante o Executivo – transformado em “vilão” nesse contexto (“... representa o resgate de uma dívida histórica com os cadeirantes e portadores de deficiências, aliados do transporte coletivo convencional, por questões óbvias”).

5.4 Contrato, discursividade e ideologia: as relações dominantes

5.4.1 As relações contratuais

Em relação aos aspectos prático-sociais, consideramos fundamental retomarmos aspectos tratados nos dois primeiros capítulos. Como já vimos, a opinião é um elemento nobre e imprescindível no jornalismo no que tange, principalmente, ao seu papel social. Nesse contexto, a opinião analisa, aprofunda, posiciona-se sobre os fatos e orienta interpretações ao leitor. O processo de informação jornalística aprimora-se a partir dos gêneros opinativos, já que vão além do relato.

Assim, se retomarmos Beltrão (1980) e Marques de Melo (2003), podemos dizer que o editorial é dotado de características bastante peculiares e pertinentes à sua função. Apesar de breve e sucinto, deve tratar de um tema com a profundidade e a reflexão necessárias para oferecer ao leitor um posicionamento claro sobre aquele fato ou conjunto de fatos em discussão. Apesar disso, o editorial não deve ter um aspecto monolítico, inexorável, mas maleável, flexível, elaborado com o propósito de estabelecer uma relação dialógica e equilibrada (contratual) com o seu leitor, ao invés de fazê-lo impositivamente.

Contudo, as práticas manifestas nos editoriais do *Bom Dia Bauru* apontam elementos que fogem à regra do que foi preconizado pelos autores acima citados. A primeira delas, a mais marcante, dá-se pelas relações enunciativas construídas pelo enunciador ao interpelar seu leitor, a que chamaremos de *relações contratuais* – tomando como base os conceitos apresentados por Charaudeau (2007) e Verón (2004) no capítulo 3.

Em geral, vemos no *corpus* recorrentes mostras de indignação do enunciador perante as ações (ou falta de ação) do poder público e de cobrança por atitudes mais contundentes e,

sobretudo, céleres. Essas relações enunciativas ocupam parcela significativa dos textos, destinando pouco espaço para outras estratégias de construção discursiva.

O tom emotivo/passional identificado nessas vozes visa à construção de uma forma direta e fácil de identificar-se com seus leitores, com o apoio de outras estratégias complementares, tais como um uso mais constante de termos coloquiais e expressões conhecidas do grande público. A partir daí, constrói-se um perfil que se apresenta como solidário às reclamações da população, igualmente indignadas com o “descaso” dos órgãos públicos municipais. A polifonia dos textos é direcionada de modo a fundir-se com as vozes indignadas da população que, em uníssono, clamam por mais respeito e agilidade.

A relação contratual estabelecida com o leitor, a partir dessas estratégias enunciativas, fundamenta-se em dois princípios – o da *solidariedade* com o enunciatário e, da mesma forma, o de *autoridade*, ao se dirigir a ele e construir seu posicionamento discursivo. Essa autoridade, advinda da enunciação, baseia-se em elementos que enfatizam e justificam os argumentos do enunciador, além de transmitir a impressão de que o enunciador demonstra conhecimento suficiente para expressar-se de maneira segura. Expressões como “Os motivos são óbvios...” e “O texto da lei é claro...” são estruturas utilizadas com esse propósito de conferir autoridade, embora, adversamente, também gerem um efeito de arrogância – em virtude de seu tom bastante contundente.

Por outro lado, as relações contratuais também se estendem aos agentes públicos de Bauru, principalmente o Poder Executivo, por serem o principal alvo das críticas e interpelações construídas nos editoriais. Aqui, verificamos que o *Bom Dia Bauru* se coloca em uma posição privilegiada, em que o enunciador avalia negativamente a conduta dos políticos da cidade. Segundo o jornal, esses políticos não atenderiam às necessidades dos cidadãos (ou quando o fazem, tal atendimento não é satisfatório) ou não agiriam conforme princípios tidos como corretos. Diante dessa dissonância, é emitido um juízo e, logo após, uma espécie de sentença, em que os agentes públicos são incitados a agir no modo e velocidade considerados adequados pelo *Bom Dia* para satisfazer o interesse público.

Assim, vemos que a relação contratual existente nesse caso pauta-se por um posicionamento de *autoridade* do jornal em relação ao seu enunciatário – contudo, de modo diferente do caso anterior. Se, perante o leitor, essa autoridade se dá principalmente por *persuasão*, com o uso de estratégias argumentativas que culminam em uma *exortação* – levando esse leitor a posicionar-se perante as discussões apresentadas nos editoriais –, em relação aos agentes públicos a autoridade ocorre de maneira *prescritiva*, senão *coercitiva*, tal como preconizou Marques de Melo (2003) no capítulo 2. Aqui, o enunciador “julga” as ações

do poder público como insuficientes, em alguns momentos de forma bastante incisiva (“o prefeito e a cúpula da saúde deveriam se envergonhar em disponibilizar espaço tão precário...”), e o “ordena” a agir de forma mais rápida e adequada às demandas apresentadas.

A relação entre o *Bom Dia Bauru* e o poder público pauta-se pelo jogo polifônico criado na cadeia enunciativa, em que se destacam vozes de contrariedade do primeiro diante do segundo, em detrimento de outras divergentes a essa lógica. Isso conferiria ao jornal um poder não apenas *fiscalizador*, com o qual acompanha o trabalho do Executivo e do Legislativo, mas também *judicante*, por apreciar, avaliar, sentenciar e coagir o alocutário/enunciatário, “forçando-o” a cumprir suas obrigações.

A justificativa para essas posturas fundamenta-se naquilo que foi dito por Traquina (2008a; 2008b) e Marques de Melo (2006), ao falarem dos fundamentos ideológicos que permeiam a atividade jornalística. Por esse posicionamento, os jornalistas teriam competência e autoridade ao lidar com os fatos correntes no cotidiano e divulgá-los ao público, em nome de valores como a objetividade, a veracidade e a credibilidade. Em meio a isso, o jornalista goza de certa autoridade, por estar diante dos acontecimentos e pelo seu compromisso em reportá-los. Tal autoridade daria a eles o direito de opinar sobre os fatos, construir posicionamentos e até mesmo emitir julgamentos.

Por dizer que tem *compromisso com o leitor*, o jornal *Bom Dia Bauru* invoca essa autoridade “dada” por seus consumidores e manifesta abertamente juízos de valor e interpelações diretas aos poderes executivo e legislativo municipais, exercendo assim o seu papel de “voz do povo”. Somado a isso, há que se falar também em um *compromisso com a cidade* onde o jornal atua, e ao qual o *Bom Dia* também recorre para fortalecer essa autoridade e exigir do poder público um trabalho melhor, já que uma cidade com o porte de Bauru mereceria uma gestão à altura de sua relevância.

No entanto, em meio a esses papéis, não se pode ignorar a faceta *emotiva* existente nessa relação contratual que o *Bom Dia Bauru* procura estabelecer com seus públicos. Trata-se de um elemento crucial na construção das vozes de indignação que perpassam quase a totalidade do *corpus*, e confere não apenas a transmissão de emoções, mas acentua as tensões entre as vozes discordantes existentes no texto e, do mesmo modo, torna a interpelação aos agentes públicos igualmente tensa. A relação *fazer-sentir* presente aqui, segundo Charaudeau (2007), visa tanto a despertar sensações fortes no leitor comum, a fim de persuadi-lo e fazê-lo tomar posição, quanto a intensificar a pressão exercida pelo enunciatário sobre o poder público municipal, obrigando-o a também a agir – vê-se aí, também, uma relação de *dever-fazer*.

São esses os ditames intervenientes na relação contratual entre o jornal e seus destinatários (o leitor e os agentes públicos), em que por meio dessas balizas o enunciador busca legitimar seu papel perante os receptores e regular as construções de sentido, de forma a obter a adesão do seu público-alvo direto (o leitor) e, na mesma direção, pressionar o seu destinatário direto (Executivo e Legislativo). Entretanto, cabe dizer que esta pesquisa ocupou-se somente em descrever e analisar os aspectos dessa relação contratual no que tange à *instância produtora* (jornal), o que nos leva a classificar tal relação como uma *proposta de contrato*, já que depende da *instância receptora* reconhecer esses papéis que o jornal atribui a si próprio para o contrato de comunicação se efetivar. A verificação do grau de correspondência entre a proposta de contrato do emissor e o nível de adesão do receptor frente a essa proposta requer outro estudo.

5.4.2 As relações interdiscursivas

No que diz respeito às relações interdiscursivas, iremos descrevê-las conforme os elementos constituintes das ordens do discurso preconizadas por Fairclough (2001a) no capítulo 3 – gênero e discurso. No caso do estilo, acreditamos que as considerações feitas no subtópico anterior, acerca das relações contratuais, abarcam suficientemente os elementos concernentes a esse item.

Ao falarmos sobre o gênero, retomaremos alguns preceitos já discutidos no segundo capítulo. Se inter-relacionarmos as conceituações de Bakhtin (1997) com as de Marques de Melo (2003), chegaremos ao entendimento de que os gêneros jornalísticos são formas de uso da linguagem reguladas por normas específicas, que definem a sua organização retórica, com um propósito comunicacional definido – concernente ao trinômio *informação-orientação-diversão* cunhado por Beltrão (1980). Esses dois últimos itens sofrem interferência direta do *dispositivo* usado na veiculação das mensagens, pois é este que irá regular os espaços de mediação, onde ocorrerão, segundo Verón (2004), as trocas enunciativas entre a instância produtora e a receptora, viabilizando o contrato de comunicação.

No nosso caso, diz respeito a um gênero jornalístico (editorial), voltado para a orientação (opinião), provindo de um jornal impresso de uma cidade do interior paulista cujo principal público pertence às classes média e média-alta. Os textos pertencentes a esse gênero são geralmente sucintos, condensados, mas devem ser suficientemente densos para explorar facetas dos temas abordados que são pouco desenvolvidos no noticiário regular e, principalmente, marcar uma posição diante desses acontecimentos, com vistas à adesão do

leitor e/ou fomentar discussões que possam enriquecer o tema. É nesse sentido que o editorial cumpre um papel social importante, não apenas por seu caráter formador, mas pela plasticidade que lhe é peculiar – ao apresentar um posicionamento sem a intenção de se firmar como a “palavra final”, mas abrir-se e completar-se diante de outras opiniões.

Diante disso, pressupõe-se que o editorial traz em si algumas características inerentes a um gênero jornalístico, além daquelas já citadas por Marques de Melo (2003) – *brevidade*, *condensalidade*, *topicalidade* e *plasticidade*. A primeira delas seria a *sobriedade*, advinda especialmente de seu caráter polifônico e, não raro, conflituoso. Nesse aspecto reside a qualidade do editorial em buscar o equilíbrio entre as dissonâncias das vozes que o constituem e apresentar um posicionamento que reflita esse objetivo, evitando privilegiar visões extremadas e, por conseguinte, entendimentos enviesados por parte do público.

A segunda característica da qual falamos seria a *solenidade*, em que o editorial procura manter um tom sério e respeitoso sem, contudo, ser árido ou empolado, como ocorria nos antigos artigos de fundo (ver BAHIA, 1990). Essa condição solene se correlaciona com as demais características desse gênero no que tange aos seus objetivos, tais como a precisão, a ênfase em uma determinada temática, a consistência dos argumentos e a clareza das ideias desenvolvidas. A solenidade do editorial não coaduna, por exemplo, com construções dúbias, ironias e outras figuras que provocam o obscurecimento das ideias do texto e, portanto, podem levar a entendimentos muito distintos do desejado.

No caso do nosso objeto de estudo, percebemos que em diversas ocasiões os editoriais destoam dos preceitos que procuramos estabelecer. Em Ed1, por exemplo, o tom irônico e depreciativo do excerto “São nesses postos [os cargos de confiança], popularmente conhecidos como ‘cabides de empregos’, que estão os protegidos e os apaniguados da ‘corte’ que, historicamente, recebem os favores e benesses financiados pelo dinheiro público” denota, também, uma generalização. Fica pressuposto que os cargos comissionados são, no geral, inúteis, servindo apenas como um gargalo por onde escorre o dinheiro público, em nome do atendimento a interesses político-eleitorais e particulares.

Nesse sentido, o editorial nivela, para baixo, todas as partes dessa natureza, sem separar as funções de confiança necessárias daquelas que, de fato, servem como “cabides” para aliados políticos e apaniguados de toda ordem. Entre os cargos de comissão estão aqueles cujas atribuições são de direção, chefia e assessoramento, fundamentais para a administração da máquina pública e, por isso, não podem ser extintos sem um estudo criterioso e fidedigno sobre o funcionamento administrativo da prefeitura de Bauru.

A generalização do *Bom Dia Bauru*, assim, pode levar a entendimentos equivocados acerca de determinadas funções públicas. Além de tudo, é impreciso ao não especificar o quanto essa reforma administrativa deveria atingir, e quais ou quantas funções comissionadas deveriam ser extintas. Ainda que o enunciador clame pelo “enxugamento e pela busca de uma maior eficiência da máquina pública”, não aponta mecanismos precisos para tal, restringindo-se apenas a opinar superficialmente sobre a questão, com base em apenas uma premissa (a redução dos cargos de confiança) – uma iniciativa válida, mas insuficiente se levarmos em consideração a estrutura administrativa do município.

Em Ed3, a não obediência aos critérios também se faz presente. Nesse texto, o lado dos servidores públicos com relação à greve de 2006 foi praticamente ignorado. Independentemente dos excessos cometidos pelas partes envolvidas, a carreira e condições de trabalho dos funcionários municipais não estiveram presentes nas discussões, salvo uma breve menção sobre o direito de greve – contraposta com uma voz que conclama prudência e inteligência (como se entrar em greve não fosse uma ação prudente ou inteligente), tampouco houve uma satisfatória contextualização do acontecimento em questão, a ponto de ampliar as leituras a seu respeito. Fica a ideia de que fazer greve é algo sempre negativo, fruto de pessoas imprudentes, desinteligentes e que não respeitam a população.

A falta de dados mais precisos impede uma discussão aprofundada a respeito de um fenômeno complexo como o abordado aqui. A premissa fundamental do editorial é evidentemente negativa com relação aos movimentos de greve e, constituída de juízos de valor, induz a formação de entendimentos enviesados e/ou preconceituosos. O leitor, nesse contexto, é privado de uma reflexão mais apurada sobre o assunto.

Já em Ed11, o enunciador aponta a “falta de vontade política dos ex-administradores” como a grande causa para a falta de tratamento de esgoto no município. A gestão de Tuga Angerami, mesmo não incluída explicitamente nesse grupo (já que o enunciador se referiria explicitamente aos prefeitos anteriores, ou “ex-administradores”), é igualmente criticada pelo mesmo motivo.

Esse argumento é defendido convictamente pelo enunciador ao utilizar os modalizadores “única e exclusivamente”, mostrando ao leitor que se trata de um *argumento indubitável*, como já foi comentado por Gomes (2000) neste capítulo. Questiona-se, no entanto, essa atitude de explicar as causas de algo complexo por meio de um argumento simplista e defendido de forma categórica, porém emotiva, em vez de pautar-se por dados concretos. A credibilidade no argumento fica, assim, comprometida.

Em Ed13, sobre assunto similar, o enunciador minimiza a importância de os consumidores controlarem o próprio consumo de água e, o mais crítico, acaba por justificar e mesmo legitimar os abusos dos consumidores, visto que o DAE, por essa lógica, não teria autoridade moral para coibi-los.

Mas para corrigir o consumidor com autoridade moral, o DAE tem o dever de “fazer a lição de casa”. Fica difícil punir, por exemplo, a dona de casa que fica mais de uma hora lavando a calçada quando se leva mais de uma semana para corrigir um simples vazamento.

A postura adotada pelo jornal no caso citado é discutível. O *Bom Dia Bauru* critica enfaticamente o DAE, colocando a sua competência em xeque, ao não condenar o desperdício de água pelas duas instâncias (autarquia e cidadãos) na mesma medida, e, principalmente, ao desqualificar a função reguladora e punitiva do órgão, necessária para combater os abusos, apesar de suas deficiências estruturais e de gestão. Também falha ao tratar os reparos de vazamentos como algo “simples” sem apresentar elementos comprobatórios, fato que compromete a relevância do juízo apresentado.

Em outro caso, é dito nas últimas linhas de Ed16 que “Se quiser ter a área de saúde normalizada, o governo deve pagar bem seus profissionais e os profissionais têm de cumprir suas obrigações. Se isso não acontecer, o povo continuará amaldiçoando-os. E com razão!”. O uso de uma estrutura condicional coloca a alternativa proposta como a melhor, senão a única, para melhorar a condição da saúde no município, revelando uma postura dogmática do enunciador (ver GOMES, 2000).

Esse último parágrafo também endossa manifestações de desprezo, ainda que desmedidas, aos administradores e profissionais da saúde. O ato de amaldiçoá-los, atribuído ao povo, é nitidamente apoiado pelo enunciador. Ainda que não se saiba de fato a intenção do autor ao utilizar o verbo “amaldiçoar,” o fato é que ele mostra-se exagerado no contexto em questão, por ele guardar uma série de acepções negativas muito fortes (o termo é sinônimo de execrar, detestar, abominar, desejar o mal).

O uso inadequado de um termo como esse poderia gerar um efeito indesejado, dando a entender que o jornal poderia apoiar atitudes hostis contra a administração e aos profissionais da saúde. Se levarmos em consideração outros fatos graves ligados ao tema (um dos quais envolve, de fato, atos de vandalismo como forma de demonstrar revolta), esse cuidado se faz ainda mais necessário. Portanto, faltou atenção e equilíbrio ao jornal na sua argumentação, ao

utilizar um termo que pode induzir, em virtude de sua polissemia, a entendimentos não desejados – assim como ações inesperadas.

Sobre os atos de vandalismo citados acima, vistos em Ed17, pode-se constatar em todo o texto a falta de equilíbrio nas argumentações e posicionamentos apontados. Apesar de, a princípio, o jornal não apoiar tais atos de vandalismo, o viés condescendente e solidário com seus praticantes obscurece esse tom moderado e, ao mesmo tempo, não demonstra a mesma criticidade perante o ato extremado. Ao se omitir, o jornal endossa indiretamente atitudes como essa, minimizando seus impactos negativos e correndo o risco de gerar interpretações favoráveis à violência como um instrumento válido na defesa de direitos fundamentais.

Embora o *Bom Dia Bauru* tenha agido de forma desequilibrada e enviesada em vários momentos, como os destacados até então, houve breves ocasiões em que ocorreu o oposto. Em Ed20, por exemplo, o tom alarmista do início dá lugar a uma visão mais equilibrada, em que se aponta a possibilidade de as ações contra a dengue e a leishmaniose continuarem efetivas mesmo com a redução da verba para tal. Mas coloca como condição essencial uma mudança de gestão por parte dos responsáveis – segundo o enunciador, mais “eficiente” e “criativa” (fica pressuposto aqui que a gestão na Saúde é “ineficiente” e “arcaica”). O apelo para essas mudanças, assim como uma maior celeridade em sua aplicação, é fortalecido ao recorrer-se a um fato trágico – a morte de duas pessoas por leishmaniose.

Também se destaca que, dessa vez, a população passou a ser criticada pelo enunciador, e tida como corresponsável pelo surto de dengue e leishmaniose em Bauru. Aqui, mostra-se novamente um maior equilíbrio na construção opinativa do texto, em que os munícipes são conclamados a fazer a sua parte no combate a essas doenças, já que o poder público não teria condições de resolver esse problema sozinho.

Em “... ainda que a prefeitura disponibilizasse todo o orçamento de 2007 (...), a eventual estratégia seria ineficaz”; “Sem o envolvimento comunitário e o verdadeiro exercício de cidadania por cada (sic) bauruense, não será possível a guerra contra essas doenças”, o uso de “verdadeiro” deixa subentendido (e os fatos apresentados corroboram isso) que o bauruense não tem agido como um verdadeiro cidadão, por se omitir de sua parcela de responsabilidade no combate a essas doenças.

Logo, os deveres e responsabilidades sobre a questão são compartilhados e indissociáveis. Reitera-se que o avanço da dengue e da leishmaniose é fruto de uma falha de ambos (“Ambas as doenças (...) só avançam graças ao descuido e negligência de cada cidadão e não apenas do poder público”) e somente a ação conjunta entre população e

prefeitura pode combatê-las efetivamente (“Eliminar os criadouros é dever de todos e não só do governo”).

Também devemos destacar Ed33 como um exemplo de texto equilibrado. De modo geral, a avaliação do enunciador acerca da instalação de radares e lombadas eletrônicas é positiva. Além de passagens que defendem a implantação com relativa ênfase (“... é uma arma importante contra os abusos que são vistos no trânsito”), há argumentos baseados em constatações do cotidiano que justificariam a medida (“Não é preciso vasculhar a cidade para descobrir gente dirigindo em alta velocidade... [por essa construção, pressupõe-se que essa ocorrência se dá constantemente e em qualquer lugar]”, “... cidades de porte médio como Bauru está (sic) cada vez mais afogado (sic) em alto número de veículos” – destaca-se, no último trecho grifado, o tom de exagero pelo uso metafórico da palavra “afogado”, que enfatiza a situação incômoda que essa superpopulação veicular provoca.

Além disso, a alternância entre pontos positivos e negativos é uma forma de dar equilíbrio no texto, apresentando argumentos de várias ordens. Contudo, os pontos positivos são maioria em Ed33, e corroboram uma apreciação final favorável aos instrumentos. Os eventuais problemas com os equipamentos, para o jornal, são poucos se comparados aos seus efeitos benéficos, embora se procure demonstrar o reconhecimento desses problemas (“Claro que os erros e eventuais abusos cometidos a partir da utilização dos equipamentos de controle de velocidade devem ser combatidos pela sociedade”).

Em relação aos tipos de discurso com os quais o *Bom Dia Bauru* dialoga e marca posição, o caso mais flagrante já foi discutido ao longo do trabalho, embora sob ângulos diferentes. Referimo-nos a um *discurso de correspondência identitária* entre o jornal e os seus leitores, em que o enunciador coloca-se em posição análoga a de seu público, fundindo-se a ele e, dessa forma, incorpora sua voz ao discurso da população.

Consequentemente, os diversos tipos de discurso que criticam o trabalho dos agentes públicos bauruenses, atribuídos aos cidadãos em geral, são “apropriados” pelo *Bom Dia Bauru*, que passa também a compartilhar a autoria desses discursos. Quando, por exemplo, os editoriais registram ceticismo e indignação perante os políticos da cidade, essas manifestações procuram fortalecer um posicionamento discursivo respaldado na expressão popular nas páginas do jornal, a quem se atribuem tais sentimentos – não se trataria apenas de um posicionamento exclusivo do *Bom Dia*. O tom inflamado e reiteradamente crítico das enunciações seria uma forma de reprodução, por adesão, dos sentimentos presentes no cidadão comum em situações como, por exemplo, a falta de médicos em diversos postos de saúde do município.

No entanto, essa correspondência não se limita ao discurso de clamor popular, mas se faz presente em contextos bem específicos. Em Ed24, por exemplo, ao retomar as críticas ao dispêndio do Poder Legislativo, o enunciador faz uma contraposição entre passado e presente. O vereador, antigamente, era um posto não remunerado, mas exercido “com honra” pelos parlamentares. Hoje, pela interpretação do jornal, receberia altos salários para trabalhar em prol de si próprio.

Por essa comparação, os vereadores de antigamente seriam muito mais “dignos” do posto que os atuais, já que trabalhavam por prazer e comprometimento com a cidade, em vez de fazê-lo por dinheiro, como ocorre hoje (e muito mal, subentende-se). Enfim, os parlamentares passados serviriam de exemplo para os atuais e trariam um recado para que estes se pautem pelo desenvolvimento do município e pelo respeito com seus eleitores.

Evoca-se no caso acima um tipo de discurso *saudosista*, identificado com uma parcela da população que toma o passado como referência à “boa política”, em contraposição ao cenário atual. Vê-se aí um diálogo convergente, mas bastante sutil, entre esse saudosismo e o discurso de indignação/ceticismo do qual acabamos de falar, já que ambos se mostram contrários à política bauruense atual e, a seu modo, atuam simultaneamente como uma manifestação de descontentamento e uma forma de pressionar os políticos por um trabalho mais condizente com as necessidades do município.

Outro caso peculiar de registro da voz de indignação se dá em Ed28, cujo tema é a especulação imobiliária em torno da região próxima ao Aeroclube de Bauru. Aqui, as vozes predominantes, e com as quais os enunciadores ligados ao jornal se identificam, são duas: 1) a que discorda da construção de novos prédios na região do Aeroclube e 2) a que qualifica o prédio e a estrutura do Aeroclube como “patrimônios intocáveis” do município.

Trata-se de uma defesa com fortes traços de emotividade, típicos de um fã ou de alguém que guarda uma relação emotiva muito forte com algo. Seria uma forma de identificação e de reprodução do discurso de segmentos da sociedade bauruense que provavelmente estariam preocupados com elementos típicos de sua história, cultura e sociedade – sejam quais forem as razões para tal.

Vê-se, então, um discurso *bairrista* que dialoga com as ordens discursivas já relatadas, constituindo-se novamente uma forma de despreço (nesse caso, bastante sutil) à política bauruense atual – que não teria demonstrado a mesma preocupação em “defender” o Aeroclube – e de pressão por ações mais efetivas nesse sentido. Tal postura reforçaria uma defesa do próprio jornal a esses aspectos de Bauru – um defensor intransigente, por sinal.

Em outro caso, vemos duas ordens discursivas divergentes que, no contexto do editorial, são postas em diálogo e convergem em um ponto nodal. Em Ed2, a respeito da greve dos servidores municipais, o enunciador se mostra como alguém preocupado com o interesse público, que não aceita extremismos das partes envolvidas e exige o bom senso de ambas. Tal preocupação se manifesta tanto na citação dos excertos da lei de greve quanto no uso de expressões como “... quem uma vez mais paga o pato é o cidadão simples e desprotegido...” ou “Os dois lados devem, sem dúvida, respeito à população”.

Entretanto, da mesma forma que se procura solidarizar-se com os leitores, o jornal também não entra em atrito com as classes patronais, sempre reticentes em relação a esse assunto. Daí o que podemos ver é um *discurso de conciliação*, em que se procura o apaziguamento de divergências entre as partes. Aliás, o *Bom Dia Bauru* mostra um posicionamento coerente sobre o assunto em respeito à sua natureza empresarial, já que, como tal, não defenderia abertamente uma greve.

Ao mesmo tempo, ambas as ordens de discurso são postas lado a lado para posicionar-se contra a prefeitura de Bauru, considerada como “culpada” por não agir satisfatoriamente diante de uma greve que, segundo o jornal, somente trouxe transtornos à sociedade bauruense. Logo, o discurso de conciliação também se configura como um instrumento de pressão para fazer o Executivo e os grevistas retomarem as negociações e normalizar os serviços.

5.4.3 As relações ideológicas

Na última etapa de nosso percurso analítico, utilizaremos os conceitos operacionais da ideologia estabelecidos por Thompson (2002) para identificar, nos aspectos estudados até agora, as relações ideológicas e hegemônicas presentes no *corpus*.

Durante esse percurso, ficou bastante evidente uma estratégia do *Bom Dia Bauru* de colocar os agentes públicos em uma situação de enfrentamento (*fragmentação por expurgo*, segundo a terminologia de THOMPSON, 2002) com a população – e mesmo com o próprio jornal, que procura se mostrar “do lado” do cidadão comum. Nessa lógica, o Executivo e o Legislativo sempre estariam “contra” o interesse público por não cumprirem devidamente suas obrigações e se dedicarem mais a causas próprias. O resultado disso pôde ser visto em várias manifestações de indignação, revolta e cobrança por uma gestão mais condizente com as necessidades da cidade.

Essas manifestações frequentemente exibiram níveis altos de tensão, carregados de palavras fortes, emotividade e sinais de despreço pela classe política bauruense. Cria-se,

assim, uma relação tumultuada e conflituosa entre os sujeitos dessa cadeia discursiva, pontuada pelos extremos *população vitimizada X poder público incompetente*.

Percebe-se aí o papel fundamental dos elementos léxico-gramaticais na construção de posicionamentos ideológicos. Fowler (1991) disse outrora que a simples opção por um determinado elemento no lugar de outro já denota essa escolha, especialmente no que tange a construções com nítida carga valorativa – tanto os adjetivos, os exemplos mais evidentes, como advérbios, verbos modais, verbos *dicendi*, ironias, expressões temporais, entre várias outras que destacamos em nosso estudo.

A utilização dessas estruturas já apontava, mesmo a partir de uma leitura mais superficial, uma tendência do enunciador em posicionar-se negativamente em relação à prefeitura e aos vereadores de Bauru. Não somente isso, esse posicionamento negativo se revelaria fortemente crítico, beirando à implacabilidade e, não raro, revelando indícios claros de hostilidade – as análises dos editoriais de Saúde ilustraram isso muito bem.

Em conjunto com esse enquadre adversarial dado aos políticos bauruenses, de acordo com a estratégia de fragmentação apontada anteriormente (ver THOMPSON, 2002), vemos outras estratégias importantes na construção desse contraponto *políticos X munícipes* criado pelo *Bom Dia Bauru*. Tomemos como exemplo disso um excerto de Ed26. O trecho “Os números são expressivos e mostram que o poder público, em uma visão mais ampla sobre o setor, não é negligente ou omissa e, ao contrário presente” mostra um juízo aparentemente positivo sobre a prefeitura. Entretanto, o período “O que, no caso, merece destaque, embora seja mera obrigação” vem logo em seguida, desfazendo a conotação positiva do primeiro período. Isso ocorre de duas formas:

Em primeiro lugar, a frase que inicia o período (“O que, no caso, merece destaque”) indica um pressuposto que coloca a administração bauruense como leniente, omissa e ausente já que, se nesse caso a presença do poder público merece destaque (por ser evidente, conforme os números), entende-se que a conduta administrativa normal seria o oposto. Em segundo lugar, a frase seguinte (“... embora seja mera obrigação”) desdenha e banaliza o que foi exposto acima, já que essa presença da prefeitura, apesar de relevante, não mereceria tal destaque por se tratar apenas do cumprimento de uma obrigação.

Minimizar ações positivas da prefeitura e destacar os problemas é adotar uma postura de criticidade desproporcional, já que, em termos conjunturais, a maior parte da demanda de transporte escolar vem sendo atendida. Contudo, os grupos minoritários, como o exposto no texto, por não terem esse atendimento ou, quando o tem, ocorre ainda de forma precária, justificariam um teor crítico incisivo e emotivo por parte do enunciador. A situação instável

desse grupo minoritário (grupo de assentados), a qual torna seu atendimento mais complicado, não é levada em consideração nas análises do jornal. Logo, há aqui um *desequilíbrio* no trato dessas informações – contrariando um princípio básico, defendido por Beltrão (1980), que deve permear os textos jornalísticos, sobretudo os opinativos.

As minimizações das quais falamos combinam-se também com outros recursos já comentados – as nominalizações e passivizações, já tratados por Fairclough (2001a), Fowler (1991) e Thompson (2002) no terceiro capítulo. Já dissemos que elas reduzem ou ocultam o papel do agente na estrutura da frase, colocando em evidência o fato em si. Com isso, parece que esses acontecimentos acontecem “espontaneamente”, sem que exista um sujeito responsável. Daí, podemos dizer que todas essas estratégias visam a reduzir a importância desses agentes (no caso, o Executivo e o Legislativo bauruenses) ou mesmo mitigá-los quando, por exemplo, se fala na apresentação de projetos para reduzir o período de férias dos parlamentares sem mencionar de forma destacada o autor desse projeto.

Dessa forma, os fatos tratados nos editoriais são colocados em evidência e servem como base na construção de uma lógica de *confronto* nos textos – tomando por base o modo de operação ideológico de *fragmentação* descrito por Thompson (2002). Se a intenção é pressionar os políticos da cidade, a ênfase nos agentes responsáveis pelos acontecimentos relatados, como ocorreria se as orações estivessem na voz ativa, reduziria o impacto das críticas e, portanto, mostrar-se-ia incoerente com o propósito do enunciador. Ao omiti-los ou minimizá-los, reforça-se o teor das críticas e a impressão de que o trabalho dos agentes públicos é insuficiente ou sequer existe.

Vemos, aqui, uma estratégia de *reificação* do *Bom Dia Bauru* no sentido de naturalizar a condição de inoperância e descaso do Executivo e Legislativo da cidade e firmá-la como sendo a atitude natural desses agentes. Logo, ao transmitir e reforçar essa imagem negativa a partir das estratégias ideológicas já citadas (conforme a classificação de THOMPSON, 2002), o jornal fomenta reações indignadas ou mesmo hostis a esses políticos como forma de chamar a atenção destes e fazê-los trabalhar – *pela e para* a população.

Essa atitude mais combativa perante o poder público se justificaria não apenas pela avaliação negativa à gestão da época, mas por se tratar de um hábito recorrente, histórico da política do município. Com isso, procura-se criar o juízo de que a relação do poder público com o cidadão é historicamente turbulenta e contraproducente, marcada por uma postura de descaso diante daqueles que os elegeram.

Essa constatação exigiria condutas mais firmes por parte dos eleitores-contribuintes para fazer valer os seus direitos, ainda que o modo como se deve fazê-lo provoque o

acirramento dessas relações – como de fato tem sido mostrado nos editoriais do *Bom Dia Bauru*. Se retomarmos as palavras de Fairclough (2001a) no que tange à função do discurso como prática social, podemos dizer que o jornal adotaria, então, uma estratégia de mobilização social (ou melhor, de *unificação*) em torno de causas, a princípio, inequivocamente justas e diretamente relacionadas ao exercício da cidadania – no caso, o acesso aos serviços públicos.

E qual seria o papel do periódico nesse cenário construído? Diante de uma classe política tida como egocêntrica e uma população alçada à condição de vítima, o *Bom Dia Bauru* posiciona-se como uma espécie de “porta-voz” das causas populares, empenhado em defender o cidadão e interpelar os administradores públicos a cumprir suas obrigações. Ao fazer isso, a partir dessa estratégia *unificadora*, a instituição procura reforçar o caráter *identitário* e *utilitário* de sua relação com o leitor e com o seu local de atuação, buscando assim, *legitimar* seu *status* de veículo comprometido não apenas com a informação, mas com seu público – como já preconizou Traquina (2008a; 2008b) no primeiro capítulo. Em contrapartida, procura consolidar um papel *fiscalizador* do jornal, cuja função é vigiar as falhas dos políticos e denunciá-las, exigindo-lhes um comportamento condizente com a função e, ainda, apontar as balizas que constituiriam tal comportamento.

Entretanto, da mesma forma que o *Bom Dia* cria um cenário conflituoso em defesa de um suposto “interesse popular”, colocando a prefeitura e os vereadores na condição de “algozes”, vemos outros momentos em que o jornal evita posicionar-se mais incisivamente, optando por estratégias mais sutis e, por que não, evasivas. Vejamos como isso ocorre em Ed29, texto que trata do Plano Diretor do município.

O texto arrola uma série de apreciações positivas a respeito de entes públicos, um caso único no *corpus* estudado (“A Câmara dos Vereadores respeitou o Estatuto das Cidades...”, “A administração municipal, com o apoio da Seplan (...) tomou o cuidado de seguir o que determina o Estatuto das Cidades...”, “[A prefeitura] Procurou as associações de moradores...”, “Foram realizadas plenárias...”, “[O projeto do Plano Diretor foi] encaminhado pelo prefeito Tuga Angerami (...) à Câmara”). A partir de uma sucessão de fatos, apresentados cronologicamente como uma narrativa, evidencia-se que a prefeitura, nesse assunto, trabalhou com empenho, coesão e agilidade adequados – em contrariedade a outras ocasiões relatadas, em que se cobrou do Executivo justamente essas qualidades.

No entanto, o cerne do texto gira em torno das alterações feitas no Plano Diretor pela Câmara de Vereadores. O que o enunciador procura é reivindicar o “direito” de a população manifestar-se sobre essas mudanças, sem arriscar-se a questionar as prerrogativas legais

asseguradas aos parlamentares em assuntos desse tipo. Dessa forma, o jornal pressiona os vereadores para assegurar essa participação popular, mas o faz de forma diluída, sutil, como se quisesse prevenir um possível embate – diferentemente do que ocorreu na maioria dos editoriais estudados.

Apesar de algumas construções mais incisivas, em tom imperativo e com adjetivações (“Os vereadores têm a obrigação moral e ética de reabrir os debates com a população e, num ato de transparência exemplar, mostrar quais são os pontos que foram modificados e suas justificativas”), o tom do discurso foge à emotividade e procura buscar o consenso, uma solução dialogada entre as partes envolvidas no caso. Essa proposta é tida como a ideal pelo jornal (“É desta forma que se chegará a um consenso...”) – embora este, na prática, tenha adotado a postura do confronto na maioria das vezes.

Portanto, vemos aqui uma incongruência entre uma postura que vinha sendo adotada pelo jornal em praticamente todo o *corpus* e o excerto que acabamos de destacar. É como se a instituição procurasse mitigar parte de sua estratégia de enfrentamento e criar brechas com o intuito de mostrar-se mais flexível e comedida em sua interlocução com o poder público municipal – na terminologia de Thompson (2002), caracteriza-se aí uma *dissimulação por eufemização*. Assim, dá a entender que a “defesa intransigente” do *Bom Dia Bauru* dos direitos e necessidades da cidade não é tão enfática quanto se diz, podendo ser relativizada conforme as circunstâncias e, com isso, o conflito discursivo se abranda – embora permaneça.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto acima, podemos constatar, em primeiro lugar, a predominância de um percurso de *contraposição*, ou mesmo *adversarial*, no conjunto do *corpus* estudado. Tal viés perpassa pelos três níveis de análise, desde seus aspectos mais superficiais até as relações mais profundas, como as interdiscursivas e ideológicas.

No âmbito textual, destacamos a utilização frequente de estruturas léxico-gramaticais que colaboram na construção de um perfil negativo do Executivo e Legislativo da cidade de Bauru. Tais estruturas, como já disseram Fowler (1991) e Fairclough (2001a) ao longo desta pesquisa, não se limitariam apenas à contraposição do jornal diante dessas instituições, mas colocam-nas como entidades que agem contra os interesses dos munícipes e da cidade – por incompetência, descaso, individualismo ou corporativismo. Dessa forma, optou-se por adjetivos fortes, expressões temporais que denotariam uma condição de leniência, nominalizações e passivizações que mitigam ou apagam a presença dos agentes e ressaltariam uma “fraqueza” dos políticos da cidade e um desinteresse destes em agir em prol do cidadão.

Essa postura de contraposição adquire um acirramento não apenas pela frequência de uso desses termos e seu impacto, mas também na tessitura enunciativa. É evidente que o jornal *Bom Dia Bauru* procura desqualificar o trabalho dos agentes públicos a partir de uma voz que critica implacavelmente as falhas administrativas e cobra soluções com uma energia quase virulenta, respaldado em uma indignação atribuída à população – com a qual busca associar-se continuamente. Quando há uma ocasião diversa, em que a prefeitura ou os vereadores agem positivamente, não é dado destaque na mesma proporção – exceto em alguns editoriais, em geral, com temas mais brandos.

No âmbito discursivo, essa lógica adversarial manifesta-se nas marcas intertextuais em que se procura corroborar esse ponto de vista demasiadamente crítico, apoiando-se em dados factuais e fontes externas, inclusive em elementos geralmente atribuídos à “sabedoria popular”, como modo de conferir legitimidade a tais posicionamentos – para que estes não se pautem simplesmente por elementos subjetivos (o que justificaria, também, a utilização da terceira pessoa do singular em praticamente todo o *corpus*). Entretanto, um elemento crucial e bastante recorrente nesse aspecto foram as pressuposições – conforme vimos nas teorias de Maingueneau (1997) e Fairclough (2001a) no capítulo 3 –, que se constituíram na prática como formas veladas de crítica e depreciação do Executivo e Legislativo bauruenses. Desse modo, a contrariedade do *Bom Dia Bauru* perante essas instâncias se dá tanto de maneira evidente quanto nas entrelinhas – algo que requer um maior repertório e atenção do leitor.

O recurso a essas estratégias teve por finalidade construir uma relação de comprometimento entre o jornal e seu público-alvo, assim como com o seu local de atuação. Isso ocorreu a partir de relações instauradas na enunciação, em que o *Bom Dia Bauru* coloca-se como uma instância que está a serviço de seu leitor e, como tal, exerce um poder fiscalizador em relação aos agentes públicos, além de avaliar e julgar as suas ações.

Essa “autoridade” da qual falamos não seria autoinstituída, mas delegada pela própria população, que encontraria no jornal uma voz convergente capaz de defender seus interesses. É uma postura que busca coerência com o modelo de jornalismo proposto pelo próprio órgão (“jornalismo com 'j' maiúsculo”), por meio do qual visa a projetar o nome de Bauru como uma cidade grande, rica e com um potencial significativo de desenvolvimento, mas que vem sendo mal administrada por vários anos e, por isso, não prospera. A combatividade exibida nos editoriais iria ao encontro desse ideal e serviria de estímulo para os cidadãos, representados no discurso do *Bom Dia Bauru*, a exigir dos políticos locais um trabalho condizente com a grandeza do município.

Essa preocupação em legitimar o próprio discurso também se revela nas relações interdiscursivas entre o jornal e diversas ordens discursivas existentes. Com isso, o *Bom Dia Bauru* não busca apenas identificar-se com a população em geral, mas com segmentos específicos da sociedade bauruense, os quais devem gozar de influência e prestígio. Por isso, procura associar-se a esses segmentos de forma a tornar seu discurso o mais representativo possível, e assim angariar uma parcela mais ampla de leitores, reforçando assim sua legitimidade – em consonância ao que disse Traquina (2008a) no primeiro capítulo.

No aspecto ideológico, ficam evidentes outras ações empregadas pelo *Bom Dia Bauru* em seu percurso de confronto. A preocupação aqui é colocar o poder público e a população em lados opostos, em cuja relação seria marcada por conflitos, desconfiança e, por parte dos políticos, de descaso e incompetência – uma conduta que, segundo as análises, é tratada como um problema histórico e enraizado na cultura política bauruense. Diante desse cenário tenso, o jornal coloca-se como um “mediador desinteressado” que estaria preocupado em ver os problemas da cidade resolvidos e cobra do poder público mais empenho nesse sentido (PENA, 2006).

Contudo, nas mesmas análises, vimos que a “defesa intransigente” do interesse do leitor empreendida pelo *Bom Dia Bauru* apresenta algumas lacunas. Se, por um lado, o jornal opta por uma postura implacável frente à classe política da cidade, sob a alegação de estar do lado da população, verificamos que, em alguns momentos, abre-se mão dessa estratégia em nome de um comportamento mais comedido, cujo teor de criticidade é bastante diluído ou

mesmo enfraquecido – mesmo em temas em que a lógica do confronto seja a predominante, como foi o caso. Com isso, dá a entender que essa conduta combativa, embora presente na maior parte dos textos estudados, não deve ser vista como um gesto extremista ou uma oposição sistemática, mas como um comportamento que pode ser relativizado, abrindo-se margem para um entendimento entre as partes.

Entretanto, seja qual for a estratégia usada pelo jornal para não se caracterizar como um veículo de oposição sistemática à gestão de Tuga Angerami, é certo que os editoriais do *Bom Dia Bauru* ignoraram um preceito fundamental desse gênero jornalístico bastante enfatizado por Beltrão (1980) e defendido ao longo deste trabalho – o do *equilíbrio*. Mesmo que o posicionamento contrário à prefeitura seja uma opção legítima, a forma como isso se manifestou nos textos foi marcada pelo excesso, em que se mesclaram demonstrações de passionalidade, palavras fortes, manifestações de desprezo e mesmo condescendência com atitudes condenáveis cometidas pelos munícipes (como visto em Ed17).

Isso configurou um cenário enunciativo e discursivo em que vozes discordantes dessa postura exacerbada foram sufocadas por uma lógica cujo objetivo é colocar os agentes públicos como inimigos da população. Assim, a orientação do jornal dada ao leitor seria a de justamente opor-se à prefeitura e, nesse sentido, adotar uma postura cética e implacável perante os políticos, fomentando assim uma relação tensa entre as duas instâncias. Logo, em vez de incitar a reflexão, o aprofundamento das discussões e uma tomada de decisão pautada por argumentações seguras e cuidadosamente elaboradas, como preconizam Beltrão (1980) e Bahia (1990), o *Bom Dia Bauru* estimularia a intemperança e, por conseguinte, o conflito.

A contraposição *poder público X população*, portanto, atua como princípio hegemônico que regula as relações enunciativas e discursivas dos editoriais do *Bom Dia Bauru* e, conseqüentemente, orienta as construções de sentido a serem feitas pelos leitores (FAIRCLOUGH, 2001a). Em meio a isso, o jornal coloca-se como um elemento apaziguador, em que defende e orienta a população a exigir seus direitos e, ao mesmo tempo, critica e exige do poder público uma atenção maior aos problemas da cidade. O *Bom Dia Bauru*, então, seria o ponto de equilíbrio entre essa relação caracterizada pela desconfiança e tensão.

É com essa postura “conciliatória” que o jornal endossa dois compromissos assumidos em seus documentos institucionais – e dos quais falamos no capítulo 4 (PERUZZO, 2003; SOUSA, 2003; OLIVEIRA, 2009). O *compromisso com o leitor* estaria presente quando o *Bom Dia* incorpora o discurso popular e o toma para si, fortalecendo as vozes com as quais se solidariza e fazendo-as sentir representadas na tessitura discursivo-enunciativa dos textos. Já o *compromisso com o seu local de atuação* estaria patente quando o jornal dialoga com diversas

ordens discursivas que defenderiam, entre outros valores, a dedicação à política, a preservação do patrimônio histórico, a conciliação entre segmentos opostos e outros tidos como essenciais para o município, tanto para seu crescimento quanto para a manutenção de sua identidade.

No entanto, cabe lembrarmos que o *Bom Dia Bauru* faz parte de um grupo empresarial de âmbito nacional, do qual o jornalismo impresso é somente um de seus nichos de negócio. Embora o jornal se coloque como um veículo comprometido com a população e os interesses de Bauru, a manifestação é limitada, já que se trata de uma empresa sem vinculação forte com o local de atuação e seu povo – mas uma sucursal de um grupo maior e heterogêneo.

Também é válido lembrar que a lógica de confronto adotada aqui, mesmo sendo hegemônica, não é absoluta. O próprio jornal cria brechas para uma postura mais comedida ao abrir mão, em alguns momentos, da crítica implacável que comumente adota. Ao fazer isso, o *Bom Dia Bauru* visa minimizar a pecha de jornal “intransigente” e mostrar-se aberto ao diálogo, talvez como forma de prevenir consequências negativas que tal postura exacerbada pudesse trazer – como a perda de anunciantes, a rejeição de leitores discordantes desse discurso e, também, o boicote do poder público a iniciativas de interesse do jornal e que, de alguma forma, dependam desse aval (campanhas assistenciais, por exemplo).

Contudo, essa lacuna criada pelo próprio *Bom Dia* destoa de toda a lógica de confronto presente na maior parte dos textos estudados. Se o jornal se coloca como um “defensor intransigente” das causas bauruenses, o tom comedido ou evasivo constatado em alguns editoriais, como vimos, revela fragilidade nesse discurso e, também, que é mais interessante ao órgão levar essa combatividade a limites bem definidos, de forma a não gerar reações adversas, inconvenientes para a instituição.

Vemos, então, que o jornal negligencia outro elemento importante que caracteriza os editoriais, na visão de Beltrão (1980), que é a *clareza* na expressão de seus posicionamentos. Mesmo que, em boa parte dos textos analisados, o órgão assumia uma posição de evidente contrariedade perante os agentes públicos de Bauru, essa postura não se comporta de forma constante, mas oscila entre uma oposição sistemática e outra difusa, escamoteada por construções como as ironias e, especialmente, as pressuposições – perceptíveis em geral apenas para leitores mais experientes.

Com isso, a imagem que o *Bom Dia Bauru* procura criar junto a seu público ficaria comprometida em virtude dessa dubiedade – não transmitindo dessa forma um posicionamento claramente definido frente aos fatos comentados. Ora, se o jornal se coloca como um “defensor intransigente” das causas bauruenses, qual seria a razão de se recorrer a estratégias discursivas para subterfugar suas opiniões, em vez de mantê-las às claras?

Ainda que o discurso, no geral, mostre-se coerente por manter o teor crítico ao poder público municipal – variando, nesse caso, a forma como as críticas são feitas – esse comportamento dúbio não condiz com os objetivos a que um editorial se presta, tampouco com os compromissos que o *Bom Dia Bauru* diz assumir com seu leitor e sua área de atuação – algo que, segundo as considerações de Beltrão (1980) acerca da opinião no jornalismo, é uma falha grave. Isso porque, com tal atitude, o órgão não se coloca de maneira devidamente clara aos seus públicos de interesse, e, portanto, não é possível definir com segurança quais são seus reais posicionamentos frente às principais questões do município – apesar de todo o discurso inflamado presente no *corpus* – e se, de fato, essa “defesa intransigente” que o jornal diz adotar é uma conduta sustentável, ou está manifesta apenas verbalmente.

Ao final desta pesquisa, podemos dizer que a construção da opinião nos editoriais do jornal *Bom Dia Bauru*, de acordo com o recorte estabelecido e o *corpus* analisado, fundamenta-se em estratégias discursivas e enunciativas que o colocam como uma instituição investida de autoridade, por meio da qual é capaz de criticar, apreciar e julgar as condutas e atitudes dos agentes públicos de Bauru. Da mesma forma, o jornal se posiciona como defensor dos interesses do município e toma para si as queixas de vários segmentos da sociedade local, sobretudo os mais humildes, com as quais visa estabelecer um vínculo identitário que legitime esse papel e fortaleça seu discurso, exercendo assim uma pressão significativa sobre os políticos da cidade.

Para tal, adotou-se como princípio hegemônico dos editoriais estudados a contraposição *poder público X população*, em que o primeiro é entendido como um vilão por não cumprir seus deveres institucionais e prejudicar a sociedade bauruense, em virtude de incompetência, descaso e interesses pessoais e/ou corporativos. Do outro lado, vê-se um tratamento condescendente por parte do *Bom Dia Bauru*, marcado inclusive por elementos paternalistas e sensacionalistas – como forma de intensificar essa relação opositiva e colocar os administradores municipais em posição desfavorável.

De acordo com essa lógica dominante, as vozes que demonstraram contrariedade aos políticos de Bauru foram evidenciadas, especialmente aquelas em tom indignado e reiteradamente crítico, minimizando o impacto de outras manifestações discordantes – embora estas não fossem apagadas. Esse cenário polifônico e, evidentemente, conflituoso, foi “apaziguado” por uma voz hegemônica que diz estar do lado do cidadão bauruense e, assim como este, se cansa da falta de um trabalho sério por parte dos políticos locais.

É com essa premissa que o *Bom Dia Bauru* visa estabelecer um equilíbrio no discurso marcadamente tenso de seus editoriais. Isso se dá a partir de uma proposta de contrato em que

o jornal se põe como alguém com *autoridade e legitimidade* para representar os interesses do leitor e exigir do poder público o cumprimento de suas obrigações. Esses atributos se configuram não apenas no discurso do próprio *Bom Dia*, como vimos neste trabalho, mas se respalda no imaginário coletivo acerca da prática jornalística e de valores consagrados (como a objetividade e imparcialidade), os quais o órgão busca enfatizar.

Contudo, embora a lógica de confronto seja a predominante em praticamente todo o *corpus* (salvo poucas exceções já comentadas), o tom mitigado e velado que ela assumiu em vários momentos prejudicou a imagem que o órgão procurou construir, dando a entender que a “defesa intransigente” dos interesses de Bauru limitou-se somente a uma manifestação verbalizada e ideologicamente orientada, em vez de ser uma conduta efetiva. Isso revelaria, pois, uma dubiedade no discurso da instituição, já que não fica claro ao leitor qual é de fato o seu real posicionamento frente às questões discutidas. Logo, a dita “defesa intransigente” se revelaria uma manifestação artificial.

Ao abster-se de seu dever de esclarecer melhor o seu público sobre os fatos correntes na cidade e levá-los a entendimentos mais aprofundados, o *Bom Dia Bauru* optou por levar seu tom crítico aos políticos bauruenses a níveis exagerados, com recurso constante a elementos passionais para cativar o leitor a todo custo, fomentando (e gerando) entendimentos enviesados e irrefletidos sobre assuntos caros à população em geral, especialmente no âmbito da saúde – momento em que esse desequilíbrio chegou ao ápice.

Portanto, acreditamos que o jornal *Bom Dia Bauru* agiria com mais propriedade se adotasse procedimentos discursivos mais claros em seus editoriais, para que todos pudessem compreender qual é de fato a sua opinião sobre os assuntos que pretende discutir, principalmente sobre aqueles de maior relevância. Essa postura, além de mostrar respeito a quem lê o periódico, é um *dever* inerente a qualquer órgão de imprensa – já que não basta relatar o acontecimento, mas dissecá-lo e interpretá-lo, para que o público, com base nisso, faça seu próprio juízo a respeito.

Ainda que uma maior clareza nas opiniões do *Bom Dia Bauru* possa aumentar o número de discordantes acerca delas e, por consequência, acarrete alguma redução no contingente de leitores e anunciantes, vemos que essa seria uma medida acertada, pois vai ao encontro de um princípio basilar em qualquer atividade jornalística, que é o compromisso com o seu leitor e, em escala maior, com a sociedade. Esse seria um sacrifício que, a nosso ver, valeria a pena ser feito.

REFERÊNCIAS

- AUTHIER-REVUZ, J. Heterogeneidade(s) enunciativa(s). **Cadernos de Estudos Linguísticos**, Campinas, n. 19, p. 25-42, jul./dez. 1990.
- BACCEGA, M. A. **Comunicação e linguagem**: discursos e ciência. São Paulo: Moderna, 1998.
- BAHIA, J. **Jornal, história e técnica**: as técnicas do jornalismo. 4. ed. rev. e aum. São Paulo: Ática, 1990.
- BAKHTIN, M. **Estética da criação verbal**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- BARROS, D. L. P. Dialogismo, polifonia e enunciação. In: BARROS, D. L. P.; FIORIN, J. L. (Orgs.). **Dialogismo, polifonia, intertextualidade**: em torno de Bakhtin. São Paulo: Edusp, 1999. p. 1-9.
- BELTRÃO, L. **Jornalismo opinativo**. Porto Alegre: Sulina/ARI, 1980.
- BENVENISTE, E. **Problemas de linguística geral II**. Campinas: Pontes, 1989.
- BRABO, R. B.; OLIVEIRA, R. R. Jornal impresso em rede regional: o caso “Bom Dia”. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL DE COMUNICAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL (REGIOCOM), 14., 2009, São Bernardo do Campo. **Anais eletrônicos...** São Bernardo do Campo: UESP, 2009. Disponível em:
<http://www2.metodista.br/unesco/1_Regiocom%202009/arquivos/trabalhos/REGIOCOM%2032%20-%20Jornal%20impresso%20em%20rede%20nacional%20-%20Roberto%20Reis%20de%20Oliveira%20e%20Raquel%20Bicudo%20Brabo.pdf>.
Acesso em: 05 dez. 2010.
- BRANDÃO, H. H. N. **Introdução à análise do discurso**. 2. ed. Campinas: Ed. UNICAMP, 1993.
- _____. **Subjetividade, argumentação, polifonia**: a propaganda da Petrobrás. São Paulo: Ed. UNESP, 1998.
- CHAPARRO, M. C. **Sotaques d’aquém e d’além mar** – travessias para uma nova teoria de gêneros jornalísticos. São Paulo: Summus, 2008.
- _____. **Pragmática do jornalismo**: buscas práticas para uma teoria da ação jornalística. São Paulo: Summus, 1994.
- CHARAUDEAU, P. **Discurso das mídias**. São Paulo: Contexto, 2007.
- _____. **Linguagem e discurso**: modos de organização. São Paulo: Contexto, 2008.
- CICILLINI, F. M. **Gestão da informação na cadeia produtiva do jornalismo impresso**. 2008. 194f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Bauru.

FAIRCLOUGH, N. **Discurso e mudança social**. Brasília: Ed. UnB, 2001a.

_____. A Análise Crítica do Discurso e a mercantilização do discurso: as universidades. In: MAGALHÃES, C. (Org.). **Reflexões sobre a Análise Crítica do Discurso**. Belo Horizonte: FALE/UFMG, 2001b. p. 31-81.

FAUSTO NETO, A. **Mortes em derrapagem**: Os casos Corona e Cazuza no discurso da comunicação de massa. Rio de Janeiro: Rio Fundo, 1991.

_____. **Comunicação e mídia impressa**: estudo sobre a AIDS. São Paulo: Hacker, 1999.

_____. Contratos de leituras: entre regulações e deslocamentos. **Diálogos Possíveis**, Salvador, ano 6, n. 2, p. 7-27, jul./dez. 2007.

FAUSTO NETO, A. et al. (Re) Visitando os conceitos de contrato de leitura: uma proposta de entendimento dos pontos de vínculo entre emissor/receptor da sociedade dos meios para sociedade midiaticizada. In: CONGRESSO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO NA REGIÃO SUL, 11., 2010, Novo Hamburgo. **Anais eletrônicos...** São Paulo: INTERCOM, 2010. Disponível em: <<http://www.intercom.org.br/papers/regionais/sul2010/resumos/R20-0118-1.pdf>>. Acesso em: 02 set. 2010.

FOLHA DE S. PAULO. **Manual de redação**. 11. ed. São Paulo: Publifolha, 2006.

FOUCAULT, M. **A arqueologia do saber**. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

FOWLER, R. **Language in the news**: discourse and ideology in the press. London: Routledge, 1991.

GOMES, M. R. **Jornalismo e ciências da linguagem**. São Paulo: Hacker/Edusp, 2000.

KOVACH, B.; ROSENSTIEL, T. **Os elementos do jornalismo**. São Paulo: Geração, 2003.

KUNCZIK, M. **Conceitos de jornalismo**. 2. ed. São Paulo: Edusp, 2002.

LINS DA SILVA, C. E. **O adiantado da hora**: a influência americana sobre o jornalismo brasileiro. São Paulo: Summus, 1991.

MACHADO, M. B. Jornalismo e perspectivas de enunciação: uma abordagem metodológica. **Intexto**, Porto Alegre, v. 1, n. 14, p. 1-11, jan./jun. 2006. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/index.php/intexto/article/view/4251/4475>>. Acesso em: 19 ago. 2010.

MAGALHÃES, C. A Análise Crítica do Discurso enquanto teoria e método de estudo. In: _____. **Reflexões sobre a Análise Crítica do Discurso**. Belo Horizonte: FALE/UFMG, 2001. p. 15-30.

MAGALHÃES, I. Teoria crítica do discurso e do texto. **Linguagem em (Dis)curso**, Tubarão, v. 4, n. esp, p. 113-131, 2004.

_____. Introdução: a análise de discurso crítica. **DELTA**, São Paulo, v. 21, n. spe, p. 1-9, 2005.

MAINGUENEAU, D. **Novas tendências em análise do discurso**. 3. ed. Campinas: Pontes/Ed. UNICAMP, 1997.

_____. **Análise de textos de comunicação**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2004.

MARQUES DE MELO, J. **Jornalismo opinativo: gêneros informativos no jornalismo brasileiro**. Campos do Jordão: Mantiqueira, 2003.

_____. **Teoria do jornalismo: identidades brasileiras**. São Paulo: Paulus, 2006.

_____. Gêneros jornalísticos no Brasil: o estado da questão. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 32. 2009, Curitiba. **Anais eletrônicos...** São Paulo: INTERCOM, 2009. Disponível em: <<http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2009/resumos/R4-0763-1.pdf>>. Acesso em: 08 ago. 2010.

MARTINS, E. **Manual de redação e estilo de O Estado de S. Paulo**. 3. ed. rev. e ampl. São Paulo: O Estado de S. Paulo, 1997.

NOGUEIRA, C. M. M. Considerações sobre o modelo de análise do discurso de Patrick Charaudeau. **Ensaio Pesquisa em Educação em Ciências**, Belo Horizonte, v. 6, n. 1, jul. 2004. Disponível em: <<http://www.portal.fae.ufmg.br/seer/index.php/ensaio/article/view/77/120>>. Acesso em: 05 jun. 2009.

O GLOBO. **Manual de redação e estilo**. Organizado e editado por Luiz Garcia. 28. ed. São Paulo: Globo, 2001.

OLIVEIRA, R. R. **Televisão Regional: o regional performativo na programação jornalística da TV TEM**. 2009. 179p. Tese (Doutorado em Comunicação Social) – Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social, Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo.

PENA, F. **Teoria do Jornalismo**. São Paulo: Contexto, 2006.

PERUZZO, C. M. K. Mídia local, uma mídia de proximidade. **Comunicação Veredas**, Marília, ano 2, n. 2, p. 65-89, out. 2003.

PONTE, C. **Para entender as notícias: linhas de análise do discurso jornalístico**. Florianópolis: Insular, 2005.

RECHDAN, M. L. A. Dialogismo ou polifonia? **Revista Ciências Humanas**, Taubaté, v. 9, n. 1, 10p, jan./jun. 2003. Disponível em: <<http://www.unitau.br/scripts/prppg/humanas/download/dialogismo-N1-2003.pdf>>. Acesso em: 19 ago. 2010.

REDE BOM DIA. **Princípios editoriais do Bom Dia**. Bauru: Jornal Bom Dia, 2009a (mimeo).

_____. **Catálogo institucional**. Bauru: Jornal Bom Dia, 2009b.

RESENDE, V. de M.; RAMALHO, V. **Análise de discurso crítica**. São Paulo: Contexto, 2006.

_____. Análise de discurso crítica, do modelo tridimensional à articulação entre práticas: Implicações metodológicas. **Linguagem em (Dis)curso**, Tubarão, v. 5, n. 1, p. 185-207, jul./dez. 2004.

SOUSA, J. P. **Análise do discurso jornalístico impresso**. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2004.

_____. Comunicação regional e local na Europa Ocidental: os casos português e galego. **Comunicação Veredas**, Marília, ano 2, n. 2, p. 11-63, out. 2003.

THOMPSON, J. B. **Ideologia e cultura moderna** – teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

TODOROV, T. **Os gêneros do discurso**. São Paulo: Martins Fontes, 1980.

TRAQUINA, N. **Teorias do jornalismo** – Porque as notícias são como são. 2. ed. Florianópolis: Insular, 2008a.

_____. **Teorias do jornalismo** — A tribo jornalística: uma comunidade interpretativa transnacional. 2. ed. Florianópolis: Insular, 2008b.

VERÓN, E. Quando ler é fazer: a enunciação no discurso da imprensa escrita. In: _____. **Fragmentos de um tecido**. São Leopoldo: Ed. UNISINOS, 2004. p. 215-238.

VIZEU, A. A produção de sentidos no jornalismo: da teoria da enunciação à enunciação jornalística. **Revista FAMECOS**, Porto Alegre, n. 22, dez. 2003.

WODAK, R. De que trata a ACD – um resumo de sua história, conceitos importantes e seus desenvolvimentos. **Linguagem em (Dis)curso**, Tubarão, v. 4, n. esp, p. 223-243, 2004.

WOLF, M. **Teorias da comunicação**. Lisboa: Presença, 1999.

ANEXO 1 – Editoriais selecionados para análise

Ed1

A-6 Quarta-feira, 18 de janeiro de 2006

Editorial

Cadê a reforma?

A chamada reforma administrativa é tema que está presente no programa da maioria dos candidatos ao Executivo.

Os marqueteiros certamente encontraram aí um filão para transmitir uma suposta postura austera e de rigor do candidato que, quase sempre, não se traduz em gestos concretos quando o político chega ao poder.

O prefeito Tuga Angerami explorou a tal reforma durante a última campanha eleitoral.

A revelação de que, até o início do segundo ano de mandato foram cortados apenas três dos 318 cargos em comissão da administração municipal direta, indica que tudo não passou de fantasia.

Os chamados cargos em comissão, para quem não sabe, são aqueles de livre nomeação e exoneração pelo chefe do Poder Executivo, sem necessidade de concurso público para preenchimen-

to das vagas.

São nestes postos, popularmente conhecidos como “cabides de empregos”, que estão os protegidos e os apaniguados da “corte” que, historicamente, recebem os favores e benesses financiados pelo dinheiro público.

A reforma administrativa, certamente, passa pelo enxugamento e pela busca de maior eficiência da máquina pública.

Ainda resta um bom tempo para que a gestão atual caminhe nesta direção e, desta forma, resgate um compromisso de campanha.

Não é aceitável desculpas, medidas protelatórias ou qualquer outro argumento inconsistente para justificar a total falta de ação para implementar a tal reforma administrativa.

Basta um único ingrediente: vontade política. Ou seja, a disposição para agir e, sem delongas, fazer o que deve ser feito.

Redução dos cargos
em comissão é
visível e irrisória

A-6 Terça-feira, 18 de abril de 2006



Editorial

Greve dos servidores

O legislador foi sábio ao contemplar o direito de greve na Constituição Federal de 1988. Se, sob a ótica da classe trabalhadora, os salários são baixos ou as condições funcionais inadequadas, é justo, lícito e admissível que se use, como último recurso, a interrupção do trabalho, como estratégia para forçar o empregador a negociar.

Uma lei federal de 1989, inclusive, disciplina as condições para o exercício do direito de greve. O texto é claro. O artigo 1º define: "É assegurado o direito de greve, competindo aos trabalhadores decidir sobre a oportunidade de exercê-lo e sobre os interesses que devam por meio dele defender".

A mesma lei que legitima a greve fixa limites para o exercício desse direito. Um exemplo: "...em nenhuma hipótese, os meios adotados por empregados e empregadores poderão violar ou constranger os direitos e garantias fundamentais de outrem..."

Uma limitação ao exercício do direito de greve envolve os chamados serviços essenciais. O

texto da Lei é cristalino. O artigo 11 e parágrafo único determinam o seguinte: "Nos serviços ou atividades essenciais, os sindicatos, os empregadores e os trabalhadores ficam obrigados, de comum acordo, a garantir, durante a greve, a prestação dos serviços indispensáveis ao atendimento das necessidades inadiáveis da comunidade (...)".

A greve do funcionalismo municipal, que completa quinze dias hoje, começa a entrar no perigoso e inconveniente terreno do

radicalismo e das paixões. E, o que é pior, com negociação travada e nervos à flor da pele, quem uma vez mais paga o

Povo é prejudicado pelo radicalismo de ambas as partes

pato é o cidadão simples e desprotegido que, entre outras dificuldades, enfrenta filas e um atendimento ainda mais caótico na rede pública de saúde. Neste contexto, é inadequada a postura da administração municipal, que mostra novamente falta de iniciativa para resolver uma questão crucial no cotidiano da cidade, e preocupante a inflexibilidade que começa a transparecer do lado dos grevistas. Os dois lados devem, sem dúvida, mais respeito à população.

A-6 Sexta-feira, 28 de abril de 2006



Editorial

Greve chega ao fim

Vinte e quatro dias após o início do movimento, terminou ontem a greve do funcionalismo municipal, liderada pelo Sinserm (Sindicato dos Servidores Municipais). Uma sucessão de equívocos e o radicalismo exacerbado de ambas as partes marcaram a paralisação. O movimento, que tantos transtornos gerou à comunidade, teria acabado antes, se houvesse da parte do prefeito, assessores e, também, das lideranças sindicais, um pitada de bom senso.

Ou seja, o popular "jogo de cintura".

A greve é um direito legítimo da classe trabalhadora e o legislador foi sábio ao contemplar a possibilidade na Constituição Federal. Mas o verdadeiro líder sindical precisa ser prudente, equilibrado e comedido. E ser inteligente. E apenas apelar para o exercício do direito de greve como último recurso, após esgota-

das todas as possibilidades de negociação.

No caso em tela, ficou bem claro que, ao contrário do que seria ideal, Sinserm e prefeitura não se dedicaram ao saudável e necessário exercício do diálogo para a superação do impasse.

Tanto é que o movimento alcançou concessão mínima do Poder Público em relação à propos-

ta inicial, a não ser a promessa de abertura de nova negociação salarial em agosto. O acordo que pôs fim à greve

poderia ter sido fechado antes se o prefeito ou assessores exercitassem o diálogo de forma mais efetiva e paciente. O prefeito Tuga, por exemplo, um hábil negociador, se omitiu durante o movimento e delegou a função para um representante inábil.

O que se espera é que em uma eventual e futura negociação prevaleça o bom senso. A cidade vai agradecer.

Show de equívocos de ambas as partes marcou movimento

A-6 Segunda-feira, 15 de maio de 2006

Editorial

Tuga 500 dias

O **BOM DIA** traz nesta edição um caderno especial com um balanço sobre os 500 dias do governo do prefeito Tuga Angerami (sem partido), além de ser traçado um paralelo com outro momento histórico, quando ele chegou à prefeitura pela primeira vez, no anos 80.

Discussões e visões políticas à parte, é imperioso reconhecer, de pronto, que Tuga Angerami é um político diferenciado. "Sou capaz de entender porque também me frustro". "Ando pela cidade, vejo buracos, vejo sujeira e me envergonho". Essas foram apenas algumas das surpreendentes declarações de Tuga ao **BOM DIA**, em reação à avalanche de críticas recebidas pela ausência de realizações nos primeiros meses de governo.

O fato é que é raríssimo ouvir da própria boca do homem público uma análise tão crítica e sincera, que foge aos padrões tradicionais da política. Isto porque o que costuma prevalecer nos discursos dos políticos são as tergi-

versações, os embustes e os blablablá intermináveis para encobrir as próprias falhas ou deficiências para suprir as demandas sociais de cidadãos cada vez mais críticos, participativos e exigentes de seus direitos.

Tuga efetivamente encontrou uma prefeitura destruída ao assumir, fruto de gestões anteriores incompetentes e marcadas por escândalos de corrupção, que destruíram as finanças públicas. Mas tais fatos, que são reais, não devem servir de desculpa eterna à ausência de obras mais significativas da atual gestão.

Afinal, mesmo conhecendo tudo aquilo que enfrentaria, se eleito, o candidato foi às ruas na última campanha e prometeu dias melhores aos bauruenses. Se plano de governo é "sonho", como define Tuga, está na hora de acordar e descer do palanque. A sociedade espera mais trabalho. E realizações. E é muito bom saber que Tuga encara o restante do mandato com otimismo.

**Auto-análise crítica
foge aos padrões e
surpreende**

A-6 Sexta-feira, 10 de novembro de 2006



Editorial

Transparência

As denúncias de irregularidades na Sear (Secretaria de Administrações Regionais) são graves e merecem, por parte do Poder Executivo, toda atenção e determinação na apuração dos fatos.

Embora não confirmada, a informação é de que o fato teria chegado ao comando do Palácio das Cerejeiras há um bom par de meses, mas as providências para determinar a investigação das virtuais irregularidades foram morosas.

Tardia ou não, é preciso reconhecer que a administração apura os fatos para se chegar a uma conclusão do que realmente aconteceu na Secretaria de Administrações.

O que se espera é que, tão logo a investigação seja concluída, o prefeito Tuga Angerami torne público se a denúncia foi arquivada ou se os fatos relatados procedem e quais medidas serão tomadas para a penalização de possíveis servidores envolvidos, em cargos de confiança ou não.

Afinal, não podemos reavivar

um passado recente, no qual ficou constatada a malversação do dinheiro público.

Ninguém duvida da honestidade do prefeito Tuga Angerami, que já comandou esta cidade e honrou dois mandatos de deputado federal sem nunca ter sido denunciado por irregularidades.

O que se pede é transparência – palavra bastante pronunciada na campanha eleitoral de 2004 –

e agilidade na apuração dos fatos, doe a quem doer.

Logo após as eleições de 2004, ainda no período

de formação de seu governo, Tuga anunciou que sua administração adotaria uma espécie de auditoria municipal para fiscalizar a movimentação do dinheiro público, os contratos assinados pelas diversas secretarias, autarquia e empresa comandadas pela prefeitura.

A idéia é excelente, mas ainda está no papel. Já se passaram praticamente dois anos e a promessa não foi cumprida. Será que não está na hora?

Promessa de uma auditoria municipal não saiu do papel

6 Quarta-feira, 21 de março de 2007



Editorial

O custo dos enterros

O enterro básico na Funerária Cidade de Bauru, gerenciada pela Emdurb (Empresa Municipal de Desenvolvimento Urbano e Rural), custa R\$ 500 às famílias.

Já o assistencial, subsidiado pela prefeitura e sem adicionais como flores e salão velatório, custa R\$ 1,3 mil na mesma funerária. Ou seja, saem dos cofres públicos mais do que o dobro do valor pago pelo particular.

O município, ninguém contesta, faz bem em garantir um enterro minimamente digno aos mortos de famílias carentes.

É uma questão social, humanitária, sempre que comprovada sem margem de dúvidas a indisponibilidade de recursos para pagamento dos funerais.

O que se questiona é a diferença brutal entre uma coisa e outra, ainda que se alegue a suposta necessidade do poder público ajudar a Emdurb a diminuir rombos e um serviço deficitário.

Nesse sentido, é positiva e louvável a decisão da prefeitura de nomear uma comissão para analisar os custos reais dos enterros e as finanças da Funerária Cidade de Bauru.

Não fazem mais do que a obrigação, diriam os mais céticos e descrentes com os políticos.

Mas "antes tarde do que nunca", replicariam os otimistas.

O desejável, no caso, é que a comissão nomeada pelo prefeito Tuga Angerami se empenhe e produza resultados e efeitos práticos. O prazo para emissão de um parecer pelo grupo termina em meados de abril.

Prefeitura e Emdurb têm de fato a obrigação legal e o dever moral de expor, de forma clara e inequívoca, como é composta a planilha de custos dos enterros e qual a razão da diferença de

160% a mais para o município, comparando-se com o que é pago pelo contratante particular do serviço.

Outras questões importantes, contudo, reclamam respostas.

É justo ou razoável gastar o dinheiro dos impostos cada vez mais escasso desta forma?

Não seria melhor, sem mexer no enterro assistencial, abrir licitação às empresas privadas e, com isso, contar com a possibilidade de valores menos onerosos? A hipótese, inclusive, já é objeto de análise pela comissão.

O bom senso e a lógica asseguram que é preciso sem demora buscar outras alternativas. Isso é, sem dúvida, a melhor solução para o município.

Diferença entre particular e público exige apuração

6 Sexta-feira, 9 de novembro de 2007



Editorial

Fragilidade

A transferência do escritório regional da Funai (Fundação Nacional do Índio) de Bauru para Santos reforça a inexpressividade política do município.

A impressão que se tem é que a cidade está cada vez mais sem poder de fogo na Assembléia Legislativa paulista, no Palácio dos Bandeirantes – sede do governo do Estado – e em Brasília, nesta última instância é até compreensível porque o município padece há anos de representação política federal.

Com mais de 360 mil habitantes, pólo da região central do Estado, Bauru dá demonstrações

de fraqueza para resguardar seus setores administrativos públicos.

Em agosto passado, a diretoria nacional do Banco do Brasil anunciou, sem prévia consulta, a extinção da gerel (gerência regional de logística).

De nada adiantaram as manifestações do deputado federal José Paulo Tóffano (PV), de Jaú, em Brasília. Tão pouco a de outros parlamentares federais que também tentaram interferir na decisão.

No bojo da criação do Instituto Chico Mendes – vinculado ao Ministério do Meio Ambiente –, ganhou força a desativação do

escritório regional em Bauru do Ibama (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis). Ainda não chegou a ser efetivada, mas o fantasma da especulação continua rondando.

As medidas nos âmbitos estadual e federal vão sendo tomadas pelos órgãos públicos e o que se percebe é que não há reação, ou, se ela ocorre, é de maneira tímida, fraca o suficiente para que nem mesmo justificativas sejam encaminhadas.

No caso da Funai, a direção do órgão se limitou a dizer que a transferência do

escritório é uma decisão “política e técnica”.

Além de perder seu status de poder político regional, Bauru será obrigada a aceitar do governo do Estado, em medida unilateral, a implantação do regime semi-aberto nas Penitenciárias 1 e 2, o que aumentará o índice de criminalidade na cidade.

Em resumo, a classe política vê, inerte, o município perder seus setores de representação administrativa pública e aceita, sem demonstração de muita contrariedade, as transformações que vão gerar um clima de insegurança na comunidade.

Órgãos públicos tomam decisões e Bauru não reage

6 Terça-feira, 18 de dezembro de 2007



Editorial

Transparência

Com raras exceções, a coisa pública neste país é administrada e vigiada com rigor, reforçando a cultura de que governos municipais, estaduais e federal "não têm donos", o que não é verdade.

Nós, contribuintes que recolhemos nossos impostos, somos "os patrões", embora não agimos como tal.

E toda vez que denúncias envolvendo o poder público em suas três instâncias começam a pipocar, a história acaba virando uma bola de neve.

No início, as citações de que a administração da funerária municipal – vinculada à Emdurb (Empresa Municipal de Desenvolvimento Urbano e Rural de Bauru) – estaria envolvida em situações duvidosas, inclusive com a participação de vereadores, já se desconfiava de que outras denúncias surgiriam ao decorrer das apurações.

Matéria publicada na edição de hoje do **BOM DIA** revela que havia esquema no mínimo antiético entre uma floricultura da cidade e funcionários da funerária municipal, para a venda de flores e coroas a familiares de pessoas que velavam seus mortos.

Não cabe aqui discutir se as quantias das chamadas comis-

sões eram irrisórias, de pequeno valor financeiro.

O que precisa ficar claro nesta história é a relação perniciososa de um ou mais agentes públicos com o segmento privado, evidenciando o proveito em benefício próprio.

Acerta a administração municipal em apurar as denúncias, doe a quem doer, e revelar e trazer à tona os meandros de esquemas incorretos envolvendo a coisa pública.

Após as investigações e comprovadas as denúncias, o que se espera dos representantes do poder público são punições

exemplares dos agentes envolvidos, além do encaminhamento do caso à Justiça.

É desta forma exemplar que se combate a falsa impressão de que a coisa pública não tem dono, que pode ser "molestada" a qualquer momento sem risco de punições.

Num passado recente, o prefeito Tuga Angerami (sem partido) encaminhou à Câmara projeto que criava a Controladoria Geral, mas a proposta foi rejeitada. Um das tarefas do novo órgão era justamente apertar o cerco contra ações ilícitas na administração.

Neste país, a coisa pública é tratada com descaso

6 Quinta-feira, 27 de dezembro de 2007



Editorial

Mais dinheiro

A prefeitura de Bauru fecha o ano com uma boa notícia: o resultado financeiro da administração melhorou. É mais dinheiro na caixa do município. É, sem dúvida, um alento para uma cidade acostumada a amargar nos últimos anos o peso da corrupção, da falta de iniciativa e dos desmandos administrativos que se acumularam de mandatos em mandatos.

Se a atual gestão não é brilhante ou não representa qualquer revolução no sentido de gerir os recursos públicos, merece, ao menos até agora, o mérito de ter dado mostras claras de que a reputação mo-

ral e o cuidado com as finanças foram resgatados do limbo onde se encontravam havia mais de uma década.

O aspecto da moralidade pública, aliás, é fundamental para atrair investimentos. Empresários com um mínimo de seriedade e responsabilidade não costumam enfiar dinheiro em cenários de incertezas, como era o de Bauru.

Nesse ponto, há claramente uma mudança de conceito em relação à cidade. Prova disso são os numerosos investimentos, principalmente no setor comercial, que o município começa a receber.

Os recursos que darão a Bau-

ru um novo patamar econômico certamente serão importantes também para suprir as carências de seu orçamento. Hoje, o montante disponível para investimentos está muito abaixo das reais necessidades da população. O orçamento de Bauru, inclusive, perde para cidades de menor porte. A tendência é que, a partir de agora, a arrecadação passe a crescer gradativamente, como já deveria estar ocorrendo, caso as últimas administrações não ti-

vessem sido tão fracas em diversos sentidos.

O mérito desse avanço, entretanto, não livra a atual adminis-

tração de buscar, em seu último ano, suprir suas deficiências. A disposição para iniciativas de grande porte e a criatividade para solucionar velhos problemas que afligem a sociedade devem ser perseguidas até o último dia de 2008. A responsabilidade de quem assume independe do estado em que se encontra a administração. No início, o prefeito Tuga Angerami cansou de se queixar de seus antecessores. Ele tinha razão. Mas isso não poderia justificar outra gestão trágica para Bauru. Parece que Tuga compreendeu isso. E melhor: está mostrando que compreendeu.

A moralidade pública é fundamental para atrair investimentos

A-6 Domingo, 7 de maio de 2006

Editorial

Progresso para o Norte

A avenida Nações Unidas-Norte, anunciada ontem pelo governador Cláudio Lembo, é uma velha promessa do poder público a Bauru. Desde o planejamento da urbanização dos fundos de vales, há mais de 30 anos, a cidade espera por mais essa via.

Mais do que uma interligação com a rodovia - no caso a Bauru-Marília -, a Nações Norte deverá atuar como vetor de desenvolvimento para as duas margens do córrego Água do Castelo, em cuja calha terá suas pistas. Terrenos que hoje sofrem

o processo de erosão da terra banca sem cuidados ganharão valor e servirão para o abrigo de uma parte da população e dos serviços a ela destinados.

O ideal seria que as cidades não possuísem vazios urbanos. Mas o crescimento desordenado e predatório imposto a Bauru por mais de cinco décadas deixou inutilizadas glebas bem localizadas ou portadoras de variações de relevo. Também houve a especulação imobiliária e a conhecida

formação de "estoques" de terrenos para valorização à custa de investimentos periféricos de terceiros ou mesmo do poder público.

Acima de todos os males do passado, esse trecho da avenida vai oferecer uma nova e nobre área urbanizada a Bauru. Terá, inclusive a sua área verde, tão importante em tempos de devastação como os experimentados nas últimas décadas.

A Nações Unidas já cumpriu papel importante, no lado sul, ao "desbravar" o

córrego das Flores e transformar-se no grande catalizador de desenvolvimento que hoje une a região do terminal rodoviário com os bairros ao redor do Vitória Régia, do campus da USP, Bauru Shopping do próprio sambódromo, núcleo Geisel, Hospital Estadual e campus da Unesp, instalados após o trevo da rodovia Marechal Rondon. Espera-se que, um dia, o trecho norte também tenha empreendimentos dessa natureza a contabilizar.

**Mais que a avenida
será a urbanização
dela resultante**

A-6 Sexta-feira, 19 de maio de 2006



Editorial

Investimentos do DAE

O prefeito Tuga Angerami e o presidente do DAE (Departamento de Água e Esgoto), José Clemente Rezebda, acabam de anunciar os investimentos que a autarquia fará em 2006. Onze milhões de reais serão usados para custear obras.

Investimento em saneamento básico é sempre uma boa notícia. Além da construção de adutoras e de reforma na Estação de Tratamento de Água, o mais significativo é que a Estação de Tratamento de Esgoto finalmente começa a sair do papel.

O mau cheiro no rio Bauru e afluentes, que recebem todo o esgoto urbano, tende a diminuir e desaparecer ao longo dos próximos anos, com a construção dos emissários e até a entrada em operação dos equipamentos que vão tratar o esgoto, o que deve demorar oito anos.

Esgoto 100% tratado é sinônimo de qualidade de vida. A população ribeirinha, em especial, fica imune à virtual contaminação pelas águas poluídas, que

causam, entre outras, doenças de pele e gastrointestinais.

Uma cidade com as potencialidades de Bauru, aliás, desde há muito poderia ter chegado ao patamar de 100% de esgoto tratado ou, no mínimo, estar próximo deste percentual. O descaso histórico dos administradores públicos com o meio ambiente explica a situação atual.

A cidade apresenta essa carência única e exclusivamente por falta de vontade política dos ex-administradores. Basta a decisão de fazê-

Tratamento de esgoto finalmente sai do papel

lo, já que, sempre, quem paga a conta é o cidadão, contribuinte e consumidor.

No caso, louve-se a tenacidade do prefeito em aprovar a polêmica taxa do esgoto. Apesar de ser mais um peso para o contribuinte, não haveria mesmo outro jeito, já que não se faz omelete sem ovos. O que a sociedade espera é que o dinheiro da taxa seja aplicado com rigor na recuperação do rio Bauru, afluentes e no tratamento do esgoto.

A-6 Segunda-feira, 5 de junho de 2006



Editorial

O tratamento do esgoto

O projeto que autoriza o prefeito a firmar com o Ministério Público um novo TAC (Termo de Ajustamento de Conduta) sobre o tratamento de esgotos, volta à Câmara hoje já com um novo adiamento anunciado.

Os vereadores devem, mais uma vez, protelar a matéria, levando em consideração que ainda não foram informados sobre os custos do sistema que se pretende implantar. Justificam que não podem avaliar algo que não conhecem.

É estranho e a mesa da Câmara colocar em pauta um projeto que ainda merece restrições e, pelo que se diz, não tem como ser votado. Mais intrigante é o fato de, após tantas discussões, o Executivo ainda não ter ainda chegado ao nível de oferecer a matéria com as explicações necessárias à sua normal tramitação pela Câmara de Vereadores. Principalmente porque todos sabem que, sem passar pelos vereadores, nada pode ser feito.

A população não suporta mais

assistir tanta falta de sintonia entre os poderes cujos integrantes elegeram. Não consegue entender a razão que leva Executivo e Legislativo a falarem idiomas diferentes em assuntos que parecem tão simples.

Tratar o esgoto é necessidade básica da comunidade. Bauru não pode mais continuar jogando seus dejetos no rio que, logo ali à frente, vai para o município vi-

zinho e em seguida cai no Tietê. Quem está à jusante não merece esse presente herdado de mais de um sé-

culo de descaso.

Em passado recente, a Administração Municipal comprometeu-se a fazer o tratamento. Não cumpriu, e isso resulta em multa diária, que já soma mais de R\$ 9 milhões. Agora verifica-se o desencontro de informações que impede um novo acordo e o próprio andamento da obra. Está na hora dos homens públicos desta terra pensarem mais no interesse do município do que nas próximas eleições.

Bauru espera que cada um cumpra com seu dever

6 Quarta-feira, 28 de março de 2007



Editorial

Vazamento de água

A ONU (Organização das Nações Unidas) calcula que, dentro de 25 anos, 2,8 bilhões de pessoas viverão em regiões de seca crônica. Nos últimos 20 anos o consumo per capita de água dobrou no Brasil e a expectativa é de que dobre outra vez nos próximos vinte anos. O alerta está no site do DAE (Departamento de Água e Esgoto de Bauru).

O departamento vai além e fornece algumas dicas e sugestões sobre consumo responsável. Ao lavar o carro, em 10 minutos são gastos 378 litros de água. Economize 300 litros lavando com balde ou ensaboando com mangueira bloqueada.

Ao lavar calçadas, em 15 minutos são gastos 225 litros. Você pode economizar essa água se optar por varrer. Quando chegar um vizinho ou amigo, desligue a torneira para conversar.

Fechando a torneira ao ensaboar os pratos, dos 75 litros gastos em 05 minutos, você economiza 15 litros. Em 10 minutos, ao fazer a barba mantendo a torneira aberta são gastos 150 litros de água. Economize 75 litros fechando a torneira. E por aí vai.

O DAE faz muito bem em conscientizar as pessoas e até multar consumidores que insistem em posturas politicamente incorretas.

O desperdício, efetivamente, é sintoma de falta de consciência coletiva e merece punição.

O grande problema é quando o discurso não corresponde à prática, pois um exemplo vale mais do que mil palavras.

Sob essa ótica é inadmissível, um verdadeiro escândalo, que o DAE demore mais de uma semana para reparar um vazamento na via pública, conforme relatos de moradores que o **BOM DIA** traz em reportagem publicada hoje.

É o cúmulo do descaso, do desleixo ou da incompetência. Ou a junção de de todos esses fatores.

A assessoria, ao menos, promete que os pro-

blemas apontados serão solucionados em 24 horas. Oras, diante disso, cabe a pergunta. Porque o departamento somente se mobilizou para solucionar o problema após o caso chegar à imprensa?

O desperdício de água potável tem de ser combatido e evitado a qualquer custo. Mas para corrigir o consumidor com autoridade moral, o DAE tem o dever de "fazer a lição de casa". Fica difícil punir, por exemplo, a dona-de-casa que fica mais de hora lavando a calçada quando se leva mais de uma semana para corrigir um simples vazamento.

Demora de mais de uma semana para reparos é exagero

6 Quarta-feira, 31 de outubro de 2007



Editorial

Meio termo

O assunto é polêmico e merece reflexão. Em audiência pública realizada ontem na Câmara de Vereadores, representantes da administração municipal foram categóricos: ou a população paga para ter o asfalto ou fica sem a benfeitoria, tão essencial para a qualidade de vida.

Dirigentes de associações de moradores, parlamentares municipais e cidadãos interessados em defender seus direitos compareceram ao Poder Legislativo para discutirem o projeto de lei de autoria do Executivo que cria o Programa de Asfalto Comunitário.

Não é novidade que a situação financeira da Prefeitura de Bauru impede investimentos pesados em infraestrutura, principalmente em pavimentação asfáltica — obra de alto custo.

Também não é novidade que os contribuintes estão afogados em impostos, cada vez em maior número — como a contribuição para a manutenção do Corpo de Bombeiros, Contribuição de Iluminação Pública, só para citar as últimas aprovadas pela Câmara.

O que se percebe é que dia após dia cada vez mais o poder público — em todas as instâncias

— repassa para a sociedade a obrigação de pagamento de novas taxas e impostos para ter o retorno de benfeitorias mínimas, que em épocas passadas eram executadas sem qualquer ônus adicional.

Simplesmente empurrar o financiamento do asfalto para a população, sem qualquer contrapartida por parte da administração municipal, é uma oferta descabida.

O contribuinte — e nesse caso específico de maioria carente — já está penalizado demais para assumir mais uma dívida no mês, cujas prestações vão se perder de vista.

A proposta pede bom senso. O caminho mais equilibrado é a prefeitura assumir uma parte deste investimento, que é de sua responsabilidade.

Nada mais justo do que dividir esse ônus financeiro com os beneficiados.

A comunidade, principalmente a da periferia, que é a que mais sofre em épocas de chuvas e secas, quer ver sim a pavimentação asfáltica em suas ruas, mas também se sente no direito de cobrar coerência de seus representantes públicos.

Prefeitura deve dar contrapartida para viabilizar asfalto

6 Quinta-feira, 13 de dezembro de 2007



Editorial

As chuvas chegaram

As primeiras chuvas de verão que começam a cair em Bauru já dão sinal de que a cidade deverá reviver um filme que já é conhecido de todos.

E é preciso dizer que a quantidade de chuvas que desaguou na cidade nos últimos dias — elas foram persistentes, mas moderadas — não deveria apontar nenhuma situação de desespero ou emergencial.

Segundo dados do Ipmet (Instituto de Pesquisas Meteorológicas) da Unesp (Universidade Estadual Paulista), a média do índice pluviométrico para dezembro em Bauru é de 219 mm. Até ontem à tarde já havia chovido 112,6 mm, ou 51,2% do esperado para este mês.

Infelizmente, as administrações municipais do passado pouco investiram em obras de prevenção contra enchentes, provavelmente porque são aquelas que não aparecem, ficam embaixo da terra, longe da apreciação dos contribuintes/eleitores.

Esta ausência na execução de projetos de infra-estrutura essenciais para a temporada de chuvas provoca insegurança na população. Quem se atreve a transitar pelas avenidas Nações Unidas e

Nuno de Assis durante uma tempestade de verão? E os bairros da periferia, muitos dos quais com casas invadidas por enxurradas e lama?

Não há dúvidas que ainda há muito por se fazer. Mas se lá no passado os administradores desta cidade tivessem tido a consciência de que este trabalho de prevenção contra enchentes deve ser contínuo, talvez hoje a situação fosse diferente.

Um dos problemas mais crônicos continua sendo as pistas da avenida Nações Unidas, cujas laterais foram invadidas por empreendimentos imobiliários que impermeabilizaram a região.

Depois da proposta do piscinão no anfiteatro Vitória Régia, que não vingou, o assunto não veio mais à tona.

Está na memória dos bauruenses episódios trágicos registrados nesta via: a morte de mãe e filha levadas pelas águas na região do viaduto da antiga Fepasa, a história de um casal que escapou por milagre após o carro ser arrastado e tombado pela força das águas, entre tantas outras.

As enchentes da Nações precisam voltar à pauta de debate para se encontrar uma solução.

**Obras de prevenção
contra enchentes
devem ser contínuas**

A-6 Segunda-feira, 8 de maio de 2006



Editorial

Mais médicos na Saúde

O governo municipal anuncia a redução do déficit de médicos em suas unidades. Não deixa de ser uma boa notícia. Mas melhor seria o anúncio da solução do problema da demanda. Que todo cidadão saísse realmente atendido e satisfeito ao procurar por um serviço público de saúde.

Há de se reconhecer que o problema não é novo e resulta do desleixo de governos e mais governos para com o setor. Também são culpados os profissionais que sabem das más condições mas assumem a boquinha, garantem o salário e trabalham no faz-de-conta, descumprindo horários e justificando-se pela má remuneração.

Deveria o poder público remunerar condignamente os profissionais e em contrapartida exigir que trabalhem conforme o estabelecido no contrato. Nada de relevar porque o 'coitadinho' tem de completar seus ganhos em outro emprego. Coitadinho é o povo, que tem direito ao serviço e acaba tratado com casca e tudo.

Há muito que se reparar nessas relações de atendimento. O salário de médicos, enfermeiros e outros profissionais deve ser o suficiente para deles se poder exigir competência e dedicação. As unidades básicas de saúde devem funcionar verdadeiramente para evitar que pacientes crônicos procurem pelos serviços de emergência. E o povo precisa estar ciente de que tudo funciona bem

e, assim, procurar o lugar certo.

Depois de tantos anos de demagogia e engano, o próprio

povo já não acredita mais que encontrará bom atendimento no serviço público de saúde. É uma ferida que surgiu no setor como fruto da incompetência e da má vontade de muitos que por ali passaram.

Se quiser ter a área da saúde normalizada, o governo deve pagar bem seus profissionais e os profissionais têm de cumprir suas obrigações. Se isso não acontecer, o povo continuará amaldiçoando-os. E com razão!

**Todos precisam
mudar para o
setor evoluir**

A-6 Terça-feira, 11 de julho de 2006



Editorial

Sinal de alerta

O quebra-quebra ocorrido na tarde de ontem, no PAI (Pronto Atendimento Infantil), dá a exata dimensão do caos que marca a saúde pública.

Se faltava acontecer uma situação extrema para que, finalmente, fossem adotadas medidas concretas em prol da população mais simples, que sofre e pena pelos corredores dos prontos-socorros e unidades básicas de saúde do município, agora não falta mais nada.

Nenhuma das lideranças sérias ou veículos de comunicação, se responsáveis, apoiarão a violência e o gesto desesperado das mães. Mas como não entendê-las? Como cobrar que mães, com filhos chorosos no colo, com dor e febre, mantenham a calma, o equilíbrio e a sensatez? E tenham paciência?

O que se espera é que as autoridades de saúde ofereçam respostas imediatas, para uma situação emergencial. A saúde não espera. É preciso, mesmo com a história da escassez de recursos,

buscar soluções criativas para atender de forma minimamente digna a população que busca socorro nas unidades de saúde pública do município.

O momento é crítico, traumático. O combustível que detonou a explosão de fúria de ontem é fruto de anos de descaso, de má vontade e falta de compromisso dos governantes deste País com a saúde pública. O povo não aguenta mais nega-

ceios, fraqueza, conversa-mole e falta de vontade política e compromisso com a saúde pública.

O episódio de ontem foi um alarme, um sinal de alerta, um grito de desespero da população mais humilde. Cabe ao prefeito, vice, vereadores e líderes em geral buscar com afinco a exata compreensão destes sinais. E, imediatamente e sem mais delongas, apresentar propostas em curtíssimo prazo para amenizar o caos e diminuir o sofrimento dos mais humildes, que buscam atendimento no sistema público de saúde.

É preciso entender o desespero das mães no PAI

A-6 Sexta-feira, 1º de setembro de 2006



Editorial

Saúde, ovos e omelete

A Secretaria Municipal de Saúde publica nos próximos dias edital de licitação para reforma de quatro UBSs (Unidades Básicas de Saúde), localizadas na Vila Dutra, Geisel, Mary Dota e Ipiranga. Além destas, outras cinco passam por reformas, Falcão, Cardia, Godoy, Redentor e Cerest (Centro de Referência em Saúde do Trabalhador).

A secretaria prevê investimentos globais de R\$ 2,7 milhões nestas novidades e entregar as obras em prazo máximo de 120 dias após o início.

Filas, caos e, em casos extremos, até gestos explícitos de desespero de pacientes marcaram a saúde pública de Bauru nos últimos tempos. Quem não se lembra, por exemplo, da mãe que quebrou a porta do pronto socorro central com um chute. Ato de violência e vandalismo não são toleráveis, mas como não entender a indignação de uma mãe que buscava socorro ao filho, sem sucesso, após longas horas de espera.

Neste contexto, as obras de reforma e, em alguns casos, ampliação

das unidades, são ações importantes e necessárias. Em suma, um gesto concreto do poder público em prol do ideal de oferecer à população um sistema público de saúde de maior qualidade e eficiência.

Uma ação válida, que merece aplausos mas que, infelizmente, não apresentará resultados concretos se feita de maneira isolada. Estrutura física adequada é essencial,

mas não basta. As UBSs contribuem para minimizar as mazelas do setor, mas não as resolvem.

Mais do que isso é preciso atenção especial com os recursos humanos. Políticos falam muito de saúde em campanhas, mas no poder a ignoram. É preciso gerir os escassos recursos com criatividade, além de criar mecanismos de incentivo os profissionais de saúde. Além de contratações, é preciso melhorar salários e condições de trabalho para motivar os quadros da saúde. Bauru está longe deste ideal e, como diz a sabedoria popular, "não se faz omelete sem ovos".

Setor reclama mais do que reformas em unidades básicas

A-6 Sexta-feira, 15 de setembro de 2006



Editorial

Novela de horrores

O **BOM DIA** retrata nesta edição mais um capítulo da lamentável novela de horrores que, ultimamente, é marca registrada da saúde pública em Bauri. E, desta vez, foram ultrapassados todos os limites do razoável. As condições do prédio onde funciona o Ambulatório de Saúde Mental, além de precárias e inaceitáveis, ferem e afrontam a dignidade humana.

Parece incrível e paradoxal verificar a ocorrência da situação em um município como Bauri, com todas as suas potencialidades e recursos. Afinal, não estamos nos rincões do sertão brasileiro ou "nos cafundós do Judas", como se diz popularmente. E sim no centro do mais importante e rico Estado brasileiro.

Não existe meio termo ou palavras amenas para descrever o quadro: o prefeito e a cúpula da saúde deveriam se envergonhar em disponibilizar um espaço tão precário para atendimento de pacientes com problemas mentais e psicológicos. No espaço, as paredes apresentam rachaduras e in-

filtrações e falta até mesmo coisas essenciais, como sanitários e bebedouros com água gelada, um conforto mínimo e necessário. Como se sente, por exemplo, um paciente vítima de depressão e fragilizado, neste ambiente tão desfavorável?

O secretário de Saúde, Mário Ramos, diz que será alugado um novo prédio para atendimento e que o atual será reformado até o

final do ano. Menos mal.

O que não dá para entender é a lentidão e a morosidade para a tomada de de-

cisões. Afinal, um prédio não se estraga em um piscar de olhos, da noite para o dia.

É preciso gerenciar o orçamento de forma criativa e eficiente e investir ainda na chamada manutenção preventiva.

Pessoas com problemas mentais, em especial, precisam de atenção redobrada. E de carinho. E, no Ambulatório, passam até pelo constrangimento de não ter um local para fazer suas necessidades fisiológicas. Isto tem que acabar.

Prédio da saúde mental é afronta à dignidade humana

6 Segunda-feira, 18 de dezembro de 2006



Editorial

Dengue e leishmaniose

Parece incrível. Apesar do caos que marca o setor, a porcentagem do orçamento da saúde destinada a ações de combate a doenças como dengue e leishmaniose será menor em 2007.

Dos R\$ 57,6 milhões previstos pela Secretaria Municipal de Saúde, R\$ 5 milhões serão para Ações em Vigilância, ou seja, 8,8%. Neste ano, quando quatro pessoas morreram vítimas da leishmaniose, o repasse foi de 10,3% do orçamento. Os recursos incluem as verbas municipais e federais.

A situação é grave e preocupante. A diminuição de recursos para o setor, em tese, tende a dificultar ainda mais o combate

ao mosquito *Aedes aegypti*, transmissor da dengue e da febre amarela e também do mosquito palha, que transmite a leishmaniose visceral americana.

A diminuição dos recursos não significa, necessariamente, descontrole total da doença. Basta que o governo municipal e as autoridades do setor de saúde promovam uma gestão mais eficiente e criativa. Essa é a expectativa de todos, especialmente dos bairros mais afastados, como o Jardim Vitória, onde duas pessoas morreram recentemente, vítimas de leishmaniose.

Neste contexto, inclusive, cumpre ressaltar que ainda que a prefeitura disponibilizasse todo o orçamento de 2007 para doenças como dengue e a leishmaniose, ainda assim a eventual estratégia se mostraria ineficaz. Sem o envolvimento comunitário e o verdadeiro exercício da cidadania por cada bauruense, não será possível vencer a guerra contra essas doenças.

Durante a semana, por exemplo, o **BOM DIA** percorreu diversos bairros da cidade e constatou

que grande parcela da população ainda não se conscientizou sobre a gravidade do quadro e a necessidade inadiável de agir,

concretamente.

A sujeira impera e o descuido é total com quintais e terrenos baldios em muitos pontos. Se a situação persistir nem todo o dinheiro do mundo, repita-se, será suficiente para conter o avanço da dengue e da leishmaniose.

Ambas as doenças, sempre é bom lembrar, só avançam graças ao descuido e negligência de cada cidadão e não apenas do poder público. Os mosquitos só nascem e se multiplicam onde existem água parada ou lixo orgânico. Eliminar os criadouros é dever de todos e não só do governo.

Menos verbas contra doenças em 2007 é preocupante

Ed21

A-6 Sábado, 14 de janeiro de 2006



Editorial

Pelo fim do privilégio

A proposta de redução do período de férias dos vereadores de 90 para 30 dias ainda precisa ser oficializada e depende da aprovação pela maioria do Legislativo. Mas o simples anúncio do projeto, independentemente do resultado, deve ser saudado como uma tentativa saneadora, para corrigir um descalabro, uma injustiça e uma distorção histórica.

Os vereadores, que embolsam ao mês mais de dez salários mínimos, têm ainda mais esse odioso privilégio de sequer aparecer ao trabalho durante o recesso e, mesmo assim, continuar recebendo uma respeitável bolada ao mês. E, caso precisem, por alguma eventualidade, interromper a folga para participarem de sessões extraordinárias, tanto melhor. Os parlamentares, para comparecerem em apenas quatro reuniões deste tipo, em 2005, dividiram a respeitável quantia de

R\$ 27 mil.

O que se espera, quando da apresentação da proposta pelo vereador Paulo Madureira, é que não sejam utilizadas eventuais manobras de adiamento e que não prevaleçam, na discussão e votação do projeto, o apego às vantagens que, mesmo que amparadas em lei, têm um rango inegável da mais desprezível

imoralidade que precisa, sem demora, ser afastado do panorama político.

Isto para que a classe adquira

o mínimo de respeitabilidade perante a opinião pública e para que todos os cidadãos de bem possam crer na democracia — cheia de imperfeições e falhas, como tudo aquilo que é próprio da natureza humana — mas ainda assim, como prova à história, o melhor sistema de governo para regular as relações entre o Estado, os Poderes e os Cidadãos.

O que se espera é que não sejam feitas manobras

+ A-6 Sábado, 22 de julho de 2006



Editorial

Vereadores candidatos

Três dos quinze vereadores à Câmara de Bauru disputam cargos nas eleições de outubro: dois concorrem a vagas na Assembleia Legislativa e outro disputa o cargo de deputado federal. Um vereador é coordenador de campanha e quase a totalidade, em trabalho por si próprios ou como cabos eleitorais de terceiros, estarão diretamente envolvidos no processo.

Nenhum deles, de acordo com a legislação, será obrigado a se licenciar temporariamente ou deixar o Legislati-

vo bauruense para se dedicarem exclusivamente à campanha.

A consequência sobre a atividade parlamentar é previsível e preocupante. Se prevalecer a lógica de eleições passadas — e não existe a mínima expectativa de que ocorra algo diferente — a atividade parlamentar será negligenciada e deixada em segundo plano. A defesa dos interesses coletivos e a discussão de projetos e dos grandes temas que envolvem a cidadania ficarão em segundo

plano. E, a caça aos votos haverá de monopolizar a atenção dos políticos.

Nestes contextos, diversas discussões são cabíveis. Não seria o caso, por exemplo, de fixar a obrigatoriedade de afastamento temporário dos cargos, para aquele que deseja disputar outros mandatos? Alguém botaria a mão no fogo ou arriscaria um dedo, no mínimo e garantiria, por exem-

Ideal seria que lei obrigasse políticos a se licenciarem

plo, que a máquina administrativa colocada à disposição de políticos candidatos não serão usadas na cam-

panha?

Um favorecimento mais do que evidente ocorre, por exemplo, em relação às transmissões semanais das sessões da Câmara, pelas TVs Câmara e Preve. Trata-se de um palanque privilegiado, que possibilita a projeção da imagem do candidato para toda a cidade durante horas seguidas. A situação, que pode até ser legal, gera desigualdade em relação a outros candidatos, que não dispõem da mesma prerrogativa.

6 Sábado, 30 de junho de 2007



Editorial

'Pizza'

Após sete meses e dois dias desde a sua aprovação, em novembro do ano passado, foi finalmente divulgado o relatório final da CEI (Comissão Especial de Inquérito), instaurada para apurar supostas irregularidades no âmbito da Sear (Secretaria das Administrações Regionais) e que, posteriormente, também incluiu o DAE (Departamento de Água e Esgoto) no rol de órgãos sob investigação dos parlamentares.

O relatório, para recorrer a uma convenção popular, acabou em pizza. É inacreditável que a Câmara tenha consumido tanto tempo, energia e até dinheiro público, para produzir um documento pífio, inosso e que nada esclarece.

Há pontos, por exemplo, em que o relatório final deixa transparecer a contradição e a investigação frágil da CEI. E, o que é pior, dá margem a suposições de que possa ter havido disposição de colocar panos quentes sobre o assunto gravíssimo.

Vale repetir. Num dos trechos, o relator observa: "não se vislumbra fato concreto denunciado através da imprensa e gravação juntada, sequer motivação que tenha levado o Senhor Vice Prefeito em exercício a não denunciar, de imediato, ao Senhor Pre-

feito Municipal..." Para, mais adiante, concluir: "Entende entretanto este Relator que os fatos ocorridos deveriam ter sido apurados de imediato e levados ao Senhor Prefeito pois, devido ao envolvimento de Secretário e membros da Administração Pública, poderiam ferir os princípios básicos da Administração..."

Ora, o que se esperava, após tantas audiências, tomadas de depoimentos, discursos inflamados e muitas entrevistas, é que se apresentasse uma resposta conclusiva ao eleitor.

Ao final de uma investigação, algo que a Câmara se propôs a fazer, só existem dois resultados possí-

veis. Ou se define cabalmente a culpa dos acusados e se propõe as sanções legais cabíveis ou, então, faz-se a declaração de inocência por absoluta falta de provas.

O pálido relatório final da CEI não faz uma coisa nem outra. Fica em cima do muro. E, de forma covarde, transfere a responsabilidade para o Ministério Público e para o Tribunal de Contas.

O único legado que os vereadores deixam, lamentavelmente, é a desmoralização da CEI como legítimo instrumento de investigação e de julgamento dos agentes políticos.

CEI da Sear-DAE acaba de forma melancólica

6 Quarta-feira, 5 de dezembro de 2007



Editorial

Impacto negativo

O projeto que aumenta em 54% os salários dos vereadores de Bauru provocou, como já era de se esperar, reações negativas em segmentos organizados da sociedade.

Se aprovado – e pelo visto será, já que os 15 parlamentares assinam a proposta –, os subsídios dos legisladores municipais saltarão dos atuais R\$ 4.020 para R\$ 6.225.

Um belo salário para uma representação que, no passado, era exercida de graça e com muita honra pelos eleitos. Assumir uma cadeira na Câmara Municipal era motivo de orgulho porque se sabia que uma das principais tarefas seria a defesa do bem comum, distante dos interesses corporativistas e pessoais.

Os tempos mudaram e nada mais justo que os parlamentares sejam realmente remunerados, mas para custear pequenas despesas, como de transporte.

Afinal, os vereadores, pelo menos no discurso, cumprem outras atividades profissionais no seu cotidiano e não dependem dos subsídios do Legislativo para sobreviverem.

É preciso lembrar ainda que a Câmara de Vereadores sustenta

uma estrutura pesada. Cada parlamentar tem direito a dois assessores – o terceiro só não virou por interferência do Ministério Público do Estado – com salários médios mensais de R\$ 1.500.

Soma-se a isso as despesas de telefones, xerox, energia elétrica, entre outras, de cada um dos 15 gabinetes. É um sistema oneroso para o contribuinte se levada em consideração a atual configuração no qual está sustentado.

Não está se defendendo neste espaço o fim do Poder Legis-

lativo, que é, sem dúvida, um dos sustentáculos da moderna democracia, afinal, é seu dever legislar em benefício da co-

munidade, além de fiscalizar a atuação do Executivo.

O que se espera de cada um dos 15 vereadores é um pouco de racionalidade para vislumbrar os milhões de brasileiros assalariados, cujos reajustes anuais em seus vencimentos não ultrapassam 5%.

É preciso insistir, mais uma vez, que a existência do parlamento, em todos os níveis do sistema republicano, é motivo de segurança para a democracia, mas o bom senso deve se fazer presente no interior das Casas Legislativas.

Manutenção da Câmara já é onerosa para contribuintes

A-6 Quarta-feira, 8 de fevereiro de 2006



Editorial

Lição de descaso

Ao contrário do calendário oficial, as aulas de 150 alunos da Emei (Escola Municipal de Educação Infantil) Etelvina de Araújo Almeida, na Vila Garcia, ainda não começaram.

O prédio exibiu na segunda-feira, data de reinício das aulas, após férias de 53 dias, mato alto de quase um metro em alguns pontos, além de notícia sobre existência de animais peçonhentos, como aranhas e escorpiões.

A situação, surreal, é um verdadeiro descabro. Uma lição de descaso, desatenção e irresponsabilidade com um segmento vital para o progresso de qualquer comunidade, que costuma receber discursos vazios e inflamados durante as campanhas políticas.

E que, quase sempre não se concretizam quando o político conquista o seu objetivo maior.

O prefeito, em tese, não é o

responsável direto por esse inaceitável deslize. Afinal não é possível estar presente nos quatro cantos do município o tempo todo.

O erro de gerenciamento da máquina pública, no entanto, é inequívoco e não comporta quaisquer discussões.

O prefeito, no caso, precisa agir de forma rigorosa e cobrar responsabilidades para que, no mínimo, situações grotescas como essa não se repitam no futuro.

A Sear (Secretaria das Administrações Regionais) e a Secretaria da Educação foram omissas e relapsas.

São frágeis e inconsistentes os argumentos orquestrados pela assessoria da prefeitura para justificar a triste lição de descaso. Talvez fosse o caso de um pedido formal de desculpas.

O gesto humilde, talvez, despertasse simpatia.

Situação grotesca é fruto de omissão das secretarias

6 Quarta-feira, 8 de agosto de 2007



Editorial

Transporte escolar

Cinquenta e três crianças e adolescentes, filhos de 147 famílias do Acampamento Terra Nossa, perto do Núcleo Octávio Rasi, estão sem transporte escolar desde 18 de maio deste ano.

Por causa disso, alguns pais levam e buscam crianças à escola, a pé, em trechos que variam entre dois e 12 quilômetros, segundo mostra reportagem publicada nesta edição do **BOM DIA**.

A educação é o principal instrumento para o crescimento e transformação da vida das pessoas. E, sob este prisma, é admirável o esforço de pais e filhos para frequentar as aulas, apesar das condições desfavoráveis.

O problema é grave e sério e reclama um atendimento imediato. Isto porque a situação adversa tende, lamentavelmente, a provocar evasão escolar, caso a questão do transporte não seja resolvida com a urgência que a situação requer.

A prefeitura, através de uma empresa terceirizada, transporta atualmente 4.583 alunos, sendo 3.726 estudantes estaduais e 857 estudantes municipais, de todas as regiões da cidade, inclusive zona rural de Bauru.

Os números são expressivos e mostram que o poder público, em uma visão mais ampla sobre o se-

tor, não é negligente ou omissor e, ao contrário, presente. O que, no caso, merece destaque, embora seja mera obrigação.

Já em relação ao Terra Nossa, basta agir com mais rapidez e empenho. E uma dose a mais de boa vontade do poder público para que seja encontrada a solução para o impasse que envolve a comunidade de acampados.

Não é aceitável que uma única criança ou adolescente deixe de estudar por falta de transporte público. Ou pior, faça sacrifícios desnecessários ou seja exposto a condições inadequadas, como caminhar longas distâncias ou por lugares ermos, expondo-se a riscos.

Por último, cumpre ressaltar que a LDB (Lei de Diretrizes e Bases) da Educação Nacional é muito clara ao determinar que a responsabilidade de garantir o transporte escolar dos alunos da rede municipal é dos municípios e os da rede estadual, dos Estados. No caso de Bauru, o Estado faz o repasse dos recursos para a prefeitura arcar com os custos.

A questão, então, resume-se ao seguinte: basta cumprir a lei, sem demora ou desculpas.

É o que a sociedade e os interessados em especial esperam do poder público municipal.

Estudantes têm direito e poder público, obrigação

6 Segunda-feira, 29 de outubro de 2007



Editorial

Novela sem fim

A notícia de que Bauru vai contar com uma unidade da Fatec (Faculdade de Tecnologia) – instituição educacional mantida pelo governo do Estado – foi muitíssima comemorada pela cidade nos últimos meses.

Depois do impacto positivo do anúncio, iniciou-se o processo de busca do prédio para abrigar as instalações da nova unidade de educação. E aí começaram os primeiros capítulos de uma novela que ainda não se sabe qual será seu fim.

A especulação de que a Fatec iria ser instalada na escola estadual Christino Cabral movimentou alunos e pais da unidade con-

tra a decisão. Verdadeiro ou não, o fato foi desmentido pela Secretaria de Estado da Educação.

Em seguida, veio a confirmação de que a Faculdade de Tecnologia ocuparia o prédio do Cesub (Centro Estadual de Educação Supletiva de Bauru), na Vila Falcão, embrião da Faculdade de Engenharia.

O Estado chegou a bater o martelo, mas depois recuou ao vistoriar as instalações, que não cumpriam as exigências da direção da Fatec.

Enfim, passados mais de

quatro meses, não há solução para o problema.

Por último, o comando da Faculdade de Tecnologia diz que agora é de responsabilidade da prefeitura arrumar o local. E a prefeitura, por sua vez, alega que tem um convênio que afirma o contrário. É um jogo de empurra.

O que mais assusta é que esperava-se já para 2008 o início das atividades letivas da Fatec. Com toda essa confusão armada, certamente não haverá tempo

hábil para consolidar o funcionamento do projeto educacional.

Cabe aí uma lista de pergunta: qual será o

desfecho de toda essa novela? Existe algum risco de Bauru perder a unidade da Fatec? Até quando prefeitura e governo do Estado vão manter o jogo de empurra? O problema é somente a definição das instalações?

A sociedade merece uma satisfação, afinal é a principal interessada na viabilização do projeto educacional do Estado, cujo sistema apresenta alta demanda de interessados. Talvez este seja o momento das partes interessadas aparárem as arestas. A população agradecerá.

Sociedade merece satisfação sobre instalação da Fatec

A-6 Segunda-feira, 13 de novembro de 2006



Editorial

Questão de bom senso

Há uma discussão que vai polemizar o novo Plano Diretor ainda em apreciação pela Câmara de Vereadores de Bauru. É a proposta que blinda a construção de novos prédios na região do Aeroclube de Bauru e zona sul.

Por uma questão de bom senso, os delegados do plano, com apoio dos técnicos da Seplan (Secretaria de Planejamento) avaliaram que é preciso brejar, pelo menos por enquanto, a verticalização dessa região da cidade.

Os motivos são óbvios: a falta de estrutura para atender a demanda de água e esgoto, escoamento de águas pluviais, além de outros.

Alguns empreendedores se posicionam contra esse veto, que renderá muita discussão no Poder Legislativo.

Nos bastidores, comenta-se até que a questão é mais complicada do que parece. Na verdade, especuladores da cidade estariam interessados mesmo num virtual fechamento do Aeroclube de Bauru, o que abriria

uma especulação imobiliária pela posse da área.

Nesse quesito, aliás, prefeitura e aeroclube brigam no Poder Judiciário para definir a posse do valioso terreno.

O Aeroclube de Bauru, fundado pelo general Marinho Lutz em 1939, na época diretor da Noroeste do Brasil, — portanto, há quase 70 anos —, é um patrimônio público intocável e deve ser preservado como tal.

É impensável que um dos maiores pontos de referência do país no que diz respeito a vôo a vela seja motivo de especulação imobiliária. É inadmissível.

O que se espera de uma comunidade inteligente é a preservação de sua história, mesmo que isto custe dissabores para empresários interessados na busca de lucro a qualquer custo.

A cidade precisa se desenvolver sem que se mexa nos seus pontos históricos. Uma comunidade que não preserva seu passado, terá dificuldades para entender o presente e avançar para o futuro.

Antes de alterar, a comunidade tem o direito de opinar

6 Segunda-feira, 8 de outubro de 2007



Editorial

É necessário esclarecer

Decisão acertada do promotor do Meio Ambiente, Luiz Eduardo Sciuli de Castro, ao anunciar abertura de inquérito civil para apurar se a Câmara de Vereadores de Bauru respeitou o Estatuto das Cidades na elaboração do Plano Diretor.

Sua decisão se baseia em denúncia feita pelo Comitê de Mobilização Popular do Plano Diretor, que acusa o Poder Legislativo de ter alterado a proposta por meio de substitutivo sem consultar os delegados eleitos pela comunidade, responsáveis pela elaboração e aprovação do projeto original.

A administração municipal, com o apoio da

Seplan (Secretaria de Planejamento), tomou o cuidado de seguir o que determina o Estatuto das Cidades para construir a proposta do novo Plano Diretor do município.

Procurou as associações de moradores, que elegeram seus representantes para discutir e elaborar uma proposta com a participação popular.

Foram realizadas plenárias em cada região da cidade e, ao final, o congresso de delegados ratificou o projeto, encaminhado pelo prefeito Tuga Angerami

(sem partido) à Câmara.

Não se discute a prerrogativa e o direito sagrado dos parlamentares de emendarem a proposta que fora aprovada pelos delegados em reuniões abertas à participação de todos.

A questão é que vários trechos do projeto original receberam alterações. E elas devem ser esclarecidas pontualmente pelo Legislativo e aprovadas ou reprovadas pela comunidade que ajudou a elaborar o Plano Diretor.

Se esse requisito básico e de-

mocrático não levado em conta, a participação popular na construção da proposta cairá por terra, num flagrante des-

respeito à sociedade.

Os vereadores têm a obrigação moral e ética de reabrir os debates com a população e, num ato de transparência exemplar, mostrar quais são os pontos que foram modificados e suas justificativas.

É desta forma que se chegará a um consenso sobre o projeto que será votado pelo plenário. Como se sabe, o Plano Diretor é o instrumento que ditará as regras para o desenvolvimento do município. E a população tem o direito conquistado de interferir.

Alterações no Plano Diretor merecem novas discussões

6 Segunda-feira, 12 de novembro de 2007



Editorial

Qualidade de vida

A verticalização de moradias em Bauru não é uma realidade nova. Nos anos 1990, a zona sul da cidade foi (e ainda continua sendo) a coqueluche do setor, agora em época de horizontalização dos imóveis, por meio de condomínios luxuosos e de classe média alta.

O boom do comércio imobiliário demonstra a capacidade de investimentos que o município absorve em sua demanda de crescimento, o que é positivo, transformando a cidade num verdadeiro cantinho de obras.

Segmento gerador de empregos, a construção civil merece todo apoio e incentivo por

parte do poder público municipal. A representação política, por meio do Executivo e do Legislativo, tem se empenhado em avaliar, sugerir e aprovar os projetos de empreendimentos que surgem nesta boa fase de Bauru.

Ao mesmo tempo que a febre do desenvolvimento 'esquenta' sem tréguas a cidade, é preciso ficar atento ao cumprimento no atendimento da infra-estrutura básica. A administração pública moderna requer planejamento para oferecer qualidade de vida e conforto à população.

No início desta década, os moradores de uma parte da região sul de Bauru, mais especificamente as Vilas Mariana, Riachuelo e Jardim América, experimentaram dissabores no fornecimento de água, já que a capacidade de reservação naquela época estava comprometida.

Outro problema também enfrentado pelos moradores foi com o escoamento do esgoto, principalmente em período de chuvas, com refluxos pontuais em algumas áreas.

Portanto, a explosão imobiliária naquela região da cidade trouxe à tona a necessidade de uma discussão mais

afinada no que diz respeito ao planejamento urbano.

Os empreendimentos imobiliários verticalizados são cada vez mais necessários diante do esgotamento do espaço urbano. Também atendem a uma realidade do mercado consumidor, que diante dos altos índices de criminalidade exige mais segurança.

O que se espera do poder público, em parceria com a iniciativa privada, é o reforço na lista de previsão da infra-estrutura básica para garantir a qualidade de vida dos cidadãos.

Desenvolvimento também exige infra-estrutura

A-6 Sábado, 20 de maio de 2006



Editorial

Novidade no transporte

Dezessete ônibus que fazem o transporte coletivo urbano começam a circular na segunda-feira, adaptados com elevadores, para facilitar o acesso de usuários em cadeiras de rodas. A expectativa é de que a medida atinja um público estimado de 500 cadeirantes. A intenção é elevar a cinquenta o total de ônibus adaptados para essa finalidade.

Tratamento igualitário é o principal mérito da iniciativa que, ainda que tardia, deve ser saudada como avanço social significativo. Não se trata de

gesto de bondade ou de benevolência. Ao contrário, representa o resgate de uma dívida histórica com os cadeirantes e portadores de deficiências, aliados do transporte coletivo convencional, por questões óbvias.

Ao criar condições de acesso ao transporte coletivo para este público, é resgatado o direito constitucional de ir e vir, um bem básico e que não pode ser tolhido ou inviabilizado sob quaisquer pretextos. É um resgate de cida-

dania.

O que se espera é que a implantação da novidade — positiva, benéfica e digna de aplausos, frise-se — tenha sido precedida pelo treinamento de cobradores e motoristas para operação do novo sistema.

É que o uso dos elevadores precisa ser feito de modo adequado e com a técnica perfeita, para se prevenir eventuais aci-

dentes durante o corre-corre dos ônibus pelas ruas da cidade.

A possibilidade de acesso, ainda que restri-

ta, ao transporte coletivo é um grande avanço.

O cadeirante tem motivos para comemorar. E, a partir dessa conquista, reforçar a luta por outros direitos, em busca do ideal da inclusão social plena. Trata-se de um bálsamo na avalanche negativa dos últimos dias. Observar a implantação de medidas que atendam às necessidades das chamadas minorias é sempre um alento na busca por uma sociedade melhor e mais justa.

Ação resgata direito constitucional de ir e vir do cidadão

6 Sexta-feira, 22 de dezembro de 2006



Editorial

Buraqueira nas ruas

A chuva um pouco mais forte de ontem, início oficial do verão, já foi o suficiente para escancarar um problema histórico da cidade: a precariedade do asfalto em algumas de nossas principais vias públicas. Novos buracos aparecem por toda a parte, conforme constata reportagem do **BOM DIA** publicada hoje, após rápido passeio pela cidade.

A buraqueira pelas ruas inferniza a vida de motoristas e ameaça a segurança no trânsito.

E não dá para criticar e crucificar apenas a atual administração pela omissão e descaso, que persiste desde há muito, como uma espécie de regra não escrita, em termos de conservação de ruas de avenidas de Bauru.

Ao invés de soluções planejadas e definitivas, a opção sempre foi por medidas paliativas — os populares quebra-galhos. Em setores que reclamam um recapeamento bem feito, apenas se executa operações tapa-buracos.

Em bairros mais distantes, então, o drama é ainda maior. No tempo da seca, por exemplo, as comunidades convivem com a poeira e, na época das águas, com barro, buracos e ruas intransitáveis. Uma situação inadmissível. Uma ofensa ao mais elemen-

tares direitos de cidadania.

As soluções mágicas, nunca concretizadas, somente surgem de tempos em tempos. Ou melhor, de quatro em quatro anos, na retórica fácil e populista dos palanques e das campanhas eleitorais e no vale tudo que caracteriza a busca do poder a qualquer preço. Haja demagogia.

Ruas com condições adequadas ao trânsito é o mínimo que o cidadão-contribuinte merece. Trata-se de uma obrigação do governante, uma contrapartida mínima em face da brutal carga tributária que assola a todos.

Os recursos são escassos e a atual administração, de fato, herdou compromissos financeiros que emperram e dificultam investimentos.

Mas as alegações, que são razoáveis, não se sustentam para justificar o imobilismo do atual governo na resolução de questões tão simples e triviais como a conservação de ruas e avenidas.

Afinal de contas, mesmo ciente de tudo o que teria pela frente, em caso de vitória, o prefeito Tuga Angerami e seguidores foram às ruas e acenaram com dias melhores para o bauruense. Que cumpram com a palavra. E desçam do palanque.

**Cidadão merece
ruas minimamente
transitáveis**

6 Segunda-feira, 15 de outubro de 2007



Editorial

De olho no trânsito

Esta semana certamente será marcada pela sempre polêmica medida que representa a instalação de equipamentos para controlar a velocidade no trânsito. Depois da licitação feita pela Emduurb (Empresa Municipal de Desenvolvimento Urbano e Rural de Bauru), as lombadas eletrônicas voltam a funcionar hoje. Os radares, na próxima sexta-feira.

Motoristas costumam se queixar dos aparelhos, às vezes tidos como verdadeiras fábricas de multas. Eles não deixam de ter certa razão em casos em que são constatadas falhas e que acabam por tomar tempo e dinheiro injustamente das "vítimas". Essas

situações, entretanto, fazem parte do dia-a-dia da vida moderna, que tem nos equipamentos eletrônicos boa parte de seus mecanismos. Essa parafernália, claro, está sujeita a problemas.

Mas a verdade é que a implantação de radares e lombadas eletrônicas é uma arma importante contra os absurdos que são vistos no trânsito.

O caso é que os bons motoristas pagam pelos atos dos maus motoristas. Não é preciso vasculhar a cidade para descobrir gente dirigindo em alta veloci-

dade. Nos locais onde há radares e lombadas, essa irresponsabilidade é praticamente banida, a não ser que o infrator queira arcar com as consequências.

O trânsito dos grandes centros e também de cidades de porte médio como Bauru está cada vez mais afogado em alto número de veículos e numa infraestrutura viária que quase nunca acompanha o crescimento da frota. Além disso, é voz corrente entre os especialistas e autoridades que a formação de motoristas so-

freu nos últimos anos uma queda preocupante de qualidade.

São pontos importantes que devem ser avaliados na

hora de se criticar a apelidada "indústria da multa".

Claro que os erros e eventuais abusos cometidos a partir da utilização dos equipamentos de controle de velocidade devem ser combatidos pela sociedade. E este tipo de falha ainda permite contestação, ao contrário de tragédias provocadas pela imprudência de irresponsáveis que muitas vezes acreditam estar em autódromos e não em ruas de cidades, por onde também circulam pedestres e cidadãos preocupados com a vida.

**É preciso mais rigor
para combater
velhos problemas**